

Diário do Legislativo de 05/10/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 207ª Reunião Especial - Ciclo de Debates "As Demandas de um Brasil que Envelhece"

1.2 - 386ª Reunião Ordinária Interrompida - Ciclo de Debates "As Demandas de um Brasil que Envelhece"

1.3 - 211ª Reunião Especial - Fórum Técnico "A Biotecnologia e Você: Mitos, Verdades e Fatos"

1.4 - 393ª Reunião Ordinária Interrompida - Fórum Técnico "A Biotecnologia e Você: Mitos, Verdades e Fatos"

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Comissão

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 207ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 27/8/2002

Presidência da Deputada Maria Olívia e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras da Sra. Presidente - Oração - Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Palavras da Sra. Ana Amélia Camarano - Palavras da Sra. Deusina Lopes da Cunha - Palavras da Sra. Anália Maria Ferreira Nogueira - Palavras do Sr. José Prata de Araújo - Palavras da Sra. Eliana Márcia Fialho Souza Bandeira - Palavras do Sr. Edgar Nunes de Moraes - Palavras da Sra. Karla Giacomini - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Mauri Torres - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Ermano Batista - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Irani Barbosa - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Maria Olívia - Miguel Martini - Paulo Pettersen - Pinduca Ferreira - Sávio Souza Cruz.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputada Maria Olívia) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Glycon Terra Pinto, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convido a tomar assento à mesa as Exmas. Sras. Anália Maria Ferreira Nogueira, Secretária Adjunta da Assistência Social da Secretaria do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, representando a Secretária, Sra. Thereza Delamare Franco Netto; Eliana Márcia Fialho Souza Bandeira, Coordenadora Estadual de Atenção à Saúde do Idoso da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais; o Exmo. Sr. Edgar Nunes de Moraes, Coordenador do Núcleo de Geriatria e Gerontologia da Universidade Federal de Minas

Gerais; as Exmas. Sras. Ana Amélia Camarano, Coordenadora da Área de População e Família do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA -; Karla Giacomini, representante dos Geriatras no Conselho Estadual do Idoso; e Deusina Lopes da Cunha, Gerente do Benefício de Prestação Continuada da Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social; e os Exmos. Srs. José Prata de Araújo, Consultor de Previdência Social, e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão do Trabalho desta Casa.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença das Sras. Regina Ângela do Amaral, coordenadora do trabalho social com a terceira idade do Serviço Social do Comércio, e Cleunice de Alencar Bahia, Presidente do Conselho Estadual do Idoso; e do Sr. Serafim Fortes, representante da Região Sudeste na Comissão Nacional de Articulação da Política Nacional do Idoso, que serão expositores na parte da tarde. Destacamos também a presença de Maria Machado Cota, representando o Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas. Em nome destes, damos as boas-vindas a todos os participantes.

Destinação da Reunião

A Sra. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Ciclo de Debates "As Demandas de um Brasil que Envelhece". São temas da reunião desta manhã: "O Idoso no Brasil de Hoje" e "Previdência e Assistência Social e Saúde".

Palavras da Sra. Presidente

Srs. Deputados, senhoras e senhores convidados, meus amigos, minhas amigas. Hoje é um dia muito importante para mim por poder participar da abertura deste debate. Quando apresentei o requerimento solicitando este evento, sabia da importância de aprofundar assuntos ligados ao idoso. Aproveitei o ensejo para agradecer ao Sr. Presidente da Comissão de Trabalho, Previdência e Ação Social, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e aos demais Deputados da Comissão a aprovação do requerimento e a realização deste debate.

A população idosa cresce na mesma proporção em que crescem seus problemas. Não há como esconder as dificuldades de ser velho em nosso País. A população com mais de 70 anos passou de 4% da população total do Brasil, em 1940, para 9% em 2000. Prevê-se para 2002 cerca de 15 milhões de habitantes com mais de 60 anos. Trata-se de um número muito alto para um país que não sabe o que fazer com os envelhecidos. A velhice é a etapa mais longa de nossa vida. A infância, a adolescência, a juventude têm idade certa para acabar, mas a chamada terceira idade pode durar 10, 20, 30, 40 anos ou mais. De tão boa, fazemos de tudo para prolongá-la.

Por ser o período mais longo, necessário se faz ter políticas mais sólidas e eficazes para combater os problemas advindos da idade avançada, problemas conhecidos de todos os que estão nessa fase e de todos aqueles que se preocupam em melhorar as condições de vida de nossos idosos. Não temos, no Brasil, um programa eficaz de atenção à saúde. O sistema público, além de discriminatório, é inoperante. No sistema privado, ainda vemos o absurdo de planos de saúde dificultarem o acesso dos idosos a seu quadro, sem falar que o custo do plano torna-se mais alto à medida que a idade avança. No mercado de trabalho, passados os 45 anos de idade, a pessoa já é considerada inapta. Vemos famílias que dependem do trabalho para seu sustento passar por grandes dificuldades.

A aposentadoria é outra injustiça que se faz com aquele que dedicou toda a vida ao trabalho e imaginava a velhice como um tempo de realização de antigos sonhos. Mas a realidade é cruel com nossos aposentados. Segundo dados do IBGE, com base no Censo 2000, o percentual de idosos chefes de família passou de 60%, em 1991, para 62% em 2000, o que representa um aumento de quase 9 milhões de pessoas. Desse universo, 54% vivem com os filhos e os sustentam com seu minguado salário. De acordo com a mesma pesquisa, a renda média mensal da pessoa de terceira idade é de R\$657,00, contra R\$769,00 da média de um chefe de família em idade inferior. É muito alto o índice de idosos que recebem até um salário mínimo.

Outro problema para os idosos são as cidades. Elas não são programadas para a terceira idade. A dificuldade de acesso aos serviços, a falta de um transporte adequado, a pouca opção de lazer e outras carências tornam o idoso um prisioneiro do seu lar. Poderíamos aqui enumerar dezenas, centenas de carências em termos de políticas públicas. Meus amigos e minhas amigas, essa carência dói muito em nosso coração, mas o que mais dói é o preconceito ainda existente em nossa sociedade contra o idoso. Se perguntarmos a cada um se alguma vez sofreu algum tipo de discriminação, certamente ouviremos inúmeros casos.

Sabemos que muita coisa mudou de uns anos para cá. A grande mobilização da sociedade, sobretudo a organização do movimento em favor do idoso, tem levado a uma implementação gradativa de políticas públicas. A publicação da Lei nº 8.842, de 1994, é uma prova incontestável do que estou afirmando. Mas, lamentavelmente, falta garantir a dotação orçamentária para a implantação da Política Nacional do Idoso. Mesmo assim, determinadas ações vêm sendo desenvolvidas, como a implantação da Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, o Benefício da Prestação Continuada, que garante um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, desde que comprovem não possuir meios de se sustentar. Na área da saúde, foi criada a Campanha Nacional de Vacinação Antigripe, e a Portaria nº 2.416, de 1998, determina a internação domiciliar; e, no que diz respeito à justiça, a capacitação de Promotores Públicos para os direitos e defesa do idoso tem sido favorecida. Mas cabe ressaltar, mais uma vez, que toda conquista foi fruto da luta de cada um de vocês e de tantos cidadãos espalhados pelos rincões deste País. Vejo aqui neste Plenário a confirmação do que tenho dito sempre: a maior conquista obtida até hoje foi a criação dos movimentos organizados de terceira idade.

Em Minas Gerais, o passo importante dessa organização foi a criação do Conselho Estadual do Idoso, em 1999. Por onde ando vejo inúmeros clubes, associações, centros de convivências e pastorais surgindo nos bairros, nas pequenas cidades, por toda parte. Vocês são a prova de que ser idoso está longe de ser entediado, de ficar esperando a morte chegar ou de ser dependente de um favor de um parente generoso.

O idoso descobriu que ele próprio é o portador de seus direitos. Descobriu mais - e aí conta a experiência dos anos vividos -, que a luta por seus direitos deve acontecer de forma organizada, junto com todos os que querem uma vida digna.

Que este ciclo de debates seja um momento de reflexão sobre nossa caminhada, de avaliação de nossas carências e de descobertas de mecanismos de batalhas, a fim de conseguir da sociedade e dos governantes justiça para a população idosa.

Termino lembrando as palavras do Papa João Paulo II: "Os anciãos ajudam a contemplar os acontecimentos terrenos com mais sabedoria, porque as vicissitudes os tornam mais experimentados e amadurecidos. São guardiães da memória coletiva e, por isso, intérpretes privilegiados daquele conjunto de ideais e valores humanos, que mantém e guia a convivência social. Excluí-los é como rejeitar o passado, em que penetram as raízes do presente, em nome de uma modernidade sem memória".

Em nome do Presidente, Deputado Antônio Júlio, agradecemos a presença dos expositores, debatedores, demais participantes e de todas as instituições que contribuíram para a realização deste evento, especialmente das entidades de apoio. Muito obrigada.

Oração

O locutor - Convidamos a Sra. Terezinha dos Santos, do Sanatório Santa Isabel, para fazer uma oração.

A Sra. Terezinha dos Santos - Querida Deputada Maria Olívia, V. Exa. tem um lugarzinho no meu coração, porque, no debate sobre a saúde pública, não respeitaram os meus cabelos brancos e impediram-me de fazer essa oração.

Componentes da Mesa e demais presentes, bom dia. Peço a todos que fiquem de pé.

- Procede-se à leitura de oração.

Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Inicialmente, quero dar boas-vindas a todos os participantes e congratular-me com a Deputada Maria Olívia, que sempre se tem dedicado a esse importante empreendimento, em especial aos idosos.

A Assembléia Legislativa tem realizado muitos encontros importantes como o de hoje. Quando recebemos o requerimento da ilustre Deputada Maria Olívia, achamos por bem realizar, o mais rápido possível, este ciclo de debates.

Peço a Deus que abençoe este momento de reflexão, de discussão e de elaboração de um projeto para os idosos. Como parlamentar, o nosso compromisso é o de elaborar boas leis, particularmente aquelas que irão definir o destino dos idosos. Tenho certeza de que será um dia muito proveitoso e que sairemos fortalecidos deste encontro.

Não poderia deixar de registrar a minha preocupação com o idoso. É de minha autoria a Lei nº 13.461, de 12/1/2000, que institui a Defensoria da Pessoa Idosa:

"O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Defensoria da Pessoa Idosa na estrutura organizacional da Defensoria Pública do Estado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Liberdade, 12 de janeiro de 2000.

Itamar Franco".

Quero congratular-me com todos os presentes, uma vez que o Governador já sancionou essa lei, criando a Defensoria da Pessoa Idosa para prestar a assistência tão necessária e indispensável a essas pessoas. Que, na sua plenitude, no seu universo jurídico, ela tenha validade legal e regimental.

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Com a palavra, a Sra. Ana Amélia Camarano, que disporá de 20 minutos para a sua exposição.

Palavras da Sra. Ana Amélia Camarano

Bom dia. Em primeiro lugar, quero agradecer o convite para participar deste ciclo de debates, a fim de discutir os resultados dos nossos trabalhos de pesquisa com pessoas que estão lidando com o idoso.

O envelhecimento populacional, hoje, é uma tendência universal. Ele acontece tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. Não há dúvida quanto a isso.

A primeira pergunta que trago é: O que é isso? Como percebemos essa questão? Sou demógrafa e, como tal, nosso primeiro indicador é a pirâmide etária. Vemos aqui a distribuição da população por idade, em 1940 e em 2000. A linha cheia é a população em 1940. Essa linha pontilhada, que está encurtando, é a população em 2000. O que aconteceu do final dos anos 60 para cá? A fecundidade caiu, e estão nascendo cada vez menos crianças. Éramos um país de jovens, porque nossa natalidade era muito alta. A nossa pirâmide tinha uma base muito larga. De 1960 para cá, a fecundidade caiu, cada vez nascem menos crianças, ou seja, entram menos crianças na nossa pirâmide. Nossa pirâmide tem de somar 100. À medida que entram menos crianças na nossa população, essa base diminui. Se ela diminui aqui, terá de aumentar em algum lugar. Ela vai aumentando porque a população jovem vai ficando adulta. Na verdade, hoje somos uma população de meia-idade. Não somos uma população idosa ainda. As altas taxas de natalidade ocorreram nas décadas de 50 e 60. A nossa população tem de 40 a 60 anos. Em breve, seremos uma população idosa. Isso nada mais é do que uma mudança nas bases, nos pesos da população. E relativo. Talvez mais ou tão importante quanto isso tenha sido a queda da mortalidade, que vem ocorrendo desde a Segunda Guerra, principalmente a mortalidade infantil. Essa queda atingiu vários grupos etários e hoje a grande queda se dá na população maior de 60 anos. Temos hoje um peso maior de população com mais de 60 anos. Estou falando em 60 anos, porque essa é a definição usada pela Política Nacional do Idoso. Então, temos essa população vivendo mais tempo, graças ao desenvolvimento da tecnologia médica e ao maior acesso a ela. Basta falar que ponte de safena, há 15 anos, só era feita em São Paulo, no Hospital do Zerbini. Essa cirurgia não era feita em pessoas acima de 60 anos. Hoje qualquer cidade de porte médio da rede SUS faz ponte de safena em pessoas com até 80, 84 anos. As pessoas não só estão vivendo mais, como estão vivendo em melhores condições de saúde. Para mim, a maior conquista social do século XX foi a queda da mortalidade. É claro que isso coloca uma série de desafios para o Estado, para a família, para a sociedade, porque há uma mudança. Se pensarmos que, no começo do século XX, a esperança de vida era em torno de 30 anos, dificilmente um pai conheceria seu neto. Hoje, no final do século XX, com uma expectativa de vida de 65 anos, facilmente quatro gerações da mesma família estarão convivendo. Mas isso nos coloca uma série de desafios que têm trazido problemas. Vou ler rapidamente o que é isso, como se está enxergando a questão do envelhecimento. É uma conquista social, uma carga? O que é isso? O Banco Mundial tem uma grande preocupação com essa questão. (- Lê:)

"O mundo está se aproximando de uma crise de envelhecimento. Como a esperança de vida aumenta e as taxas de natalidade diminuem, a proporção da população idosa está se expandindo rapidamente, aumentando o peso econômico sobre a população jovem."

Essa é uma visão de carga, de peso. Vamos à visão da CIA, nos Estados Unidos. (- Lê:)

"As tendências demográficas globais terão conseqüências muito importantes para os elementos-chaves dos poderes nacional, econômico, militar e político, dentro de uma comunidade global ampla."

Visão de uma agência da CIA do Pentágono. (- Lê:)

"Nas próximas três décadas, o Japão, a Europa Ocidental e os Estados Unidos experimentarão transições demográficas sem precedentes, caracterizadas por uma combinação perigosa de população idosa crescente e um crescimento negativo da força de trabalho."

Há um segmento de demógrafos que consideram isso um problema. Tal visão é oriunda do começo do sistema capitalista, em que a população era dividida em produtiva, a que trabalha, e a dependente. A população idosa é vista como dependente. Mais recentemente, uma série de organizações têm tido outra visão: "A maioria das pessoas idosas é uma fonte viva de recursos, contribuindo para o bem-estar das suas famílias e comunidades". Essa visão é de uma ONG inglesa, a "Help Age". Temos de pensar que não é uma coisa nem outra. Estamos falando de um segmento que é bastante heterogêneo. O que podemos considerar como população idosa? Primeiro, o que é o envelhecimento? O envelhecimento pode ser um processo biológico, de perda de capacidade, de autonomia, e pode ser um processo de perda de papéis sociais. O indivíduo aposenta-se, perde sua inserção na sociedade. Mas o mais importante é que estamos falando de um segmento que está na sua última fase da vida, cuja experiência é complexa e bastante heterogênea. A fragilidade e a conseqüente dependência são foco de preocupação, preocupação essa que está na agenda da Assembléia, porque está estreitamente associada à independência tanto assim é, que a população idosa é um grupo considerado vulnerável e alvo de políticas sociais específicas. Haja vista a política nacional do idoso. A perda da independência pode vir da ausência de capacidades básicas: problemas físicos ou mentais congênitos, que nada têm a ver com a idade, ou problemas adquiridos ao longo da vida. Nesse caso, a idade costuma contribuir.

Restrições externas também podem ocasionar a dependência ou a perda de papéis sociais e biológicos para o velho. Uma delas é a aposentadoria compulsória. No Brasil, há a aposentadoria compulsória aos 70 anos. Com a melhoria das condições de saúde, consideramos que seja um pouco cedo. No entanto, existe, porque há predisposição por parte dos empregadores de não contratarem pessoas acima de certa idade. Consideram sua produtividade menor. Isso é ranço do capitalismo, que enxerga a população apenas como força de trabalho. Até na Alemanha é assim. Na Conferência Internacional do Envelhecimento, em abril, foi dito que os empresários alemães fazem restrição em adiar a idade da aposentadoria compulsória, que, nesse país, é aos 73 anos.

Como são os idosos brasileiros? Entre os homens, 42% trabalham; entre as mulheres, 12%. A aposentadoria em nosso País não funciona como mecanismo que retira o aposentado do mercado de trabalho. Nossa legislação permite que ele volte a trabalhar e continue recebendo a aposentadoria do mesmo jeito. Não há punição.

Há proporção relativamente elevada de idosos trabalhando. O fato de o número de aposentados ter crescido na década de 90 não afetou sua participação no mercado de trabalho.

Do ponto de vista de saúde, em 1998, aproximadamente 82% dos nossos idosos reportaram ter boa saúde. Hoje, já não falamos em saúde como ausência de doença. Saúde significa autonomia, capacidade de desenvolver, sem a ajuda de terceiros, as atividades do cotidiano.

Dificuldade de se alimentar sozinho ocorre para 15% dos nossos idosos; de caminhar mais de 100m, para 25%; e mais de 1km, para 50%. Esses dados, embora aproximados, demonstram a heterogeneidade do segmento.

Outra variável diz respeito à família. Apenas 9% dos idosos brasileiros vivem em casa de parentes. Mais ou menos 91% são chefes de família ou cônjuges, ou seja, não são dependentes da família.

Renda é também um fator que caracteriza a dependência dos idosos. Graças à universalização da seguridade social, reduziu-se, de 1991 a 1999, o número de famílias com idosos sem nenhum rendimento no Brasil. Esse índice caiu de 25% para 13%. Os idosos estão mais bem-posicionados em relação ao restante da população brasileira: são menos pobres que a maioria das famílias também pobres.

Nesse caso, há uma questão de gênero. As mulheres não idosas são mais pobres que os homens não idosos, enquanto, no segmento idoso, ocorre exatamente o contrário. Isso tem a ver com o fato de haver mais mulheres idosas que homens idosos e muitas viúvas, que recebem o benefício integral do marido, podendo trabalhar e acumular salário.

A redução da pobreza no segmento dos idosos ocorreu na década de 90 e atingiu as mulheres, sobretudo as da área rural.

No caso brasileiro, temos de ter sempre em mente que estamos falando de um segmento bastante heterogêneo e, relativamente, em melhores condições de vida que o resto da população. Isso, porque o restante está ponderado por um peso grande.

Imagino que vários de vocês estejam vivendo, assim como eu, a dificuldade de inserir os filhos jovens no mercado de trabalho. Atualmente, a grande dificuldade é o primeiro emprego. Os jovens de 15 a 29 anos estão enfrentando a crise de inserção no mercado de trabalho, a fragilidade das relações afetivas e conjugais, a gravidez precoce, as drogas, a violência e a AIDS. O peso de tudo isso está recaindo sobre a população idosa.

Os jovens estão retardando a saída de casa. A infância está sendo encurtada, a adolescência prolongada, e a vida adulta começa e acaba mais tarde, se os idosos ainda trabalham. Devido à crise da população jovem, está-se vivendo, cada vez mais tarde, a velhice como a "idade do preenchimento", que é quando o idoso já não precisa trabalhar, os filhos já saíram de casa e ele pode desfrutar a vida.

As políticas sociais são capazes de minimizar a relação entre o envelhecimento e a dependência: as ações preventivas e curativas de saúde atenuam a incapacidade física, e a Previdência garante renda à população idosa.

É preciso reconhecer que a política de previdência brasileira avançou na década de 90, beneficiando principalmente a população rural e, dentro dela, as mulheres. Anteriormente, o benefício era estendido apenas aos chefes de domicílio. Reconhecemos a importância disso, mas também não podemos negar que o sistema de seguridade social está em déficit desde 1994 e que a resposta do Estado brasileiro tem sido a redução no valor do benefício.

Todos devem conhecer o fator previdência, nova fórmula que implica a redução do benefício de 34% para os contribuintes masculinos e de 44% para os femininos. Pior que isso, no entanto, a meu ver, é que a nova legislação vai limitar para os trabalhadores do setor informal o acesso ao sistema, uma vez que é difícil contribuir por longo tempo. A contribuição mínima exigida é de 30 anos. Se os jovens estão com dificuldade de conseguir emprego, e, quando o conseguem, trata-se de trabalho informal, dificilmente podemos esperar que, um dia, se aposentem.

Evidência dessa realidade é a forma como as famílias com idosos estão se organizando para utilizar o benefício da Previdência. Embora apenas 9% da população brasileira seja idosa, há pelo menos um idoso em 25% das famílias brasileiras. O benefício é redistribuído na família, e sua contribuição no orçamento familiar está em torno de 58% nas áreas rurais e 58% nas urbanas.

O que se está observando também, dada essa reorganização, é a permanência dos filhos adultos na casa dos pais, ou sua volta, muitas vezes, com netos.

As crianças com idade entre 7 e 14 anos que moram com os avós têm maior chance de ir para a escola do que as que não moram com eles. Isso porque trabalham menos. A taxa de participação infantil é mais alta entre as crianças que não moram com os avós do que entre as que moram.

Nesta transparência vemos a importância do benefício da previdência, reduzindo a pobreza. Nas famílias em que não há idosos, a proporção de pobres, nas áreas rural e urbana, respectivamente, é de 49% e 33,8%; naquelas em que há idosos, essa proporção fica em 29,7% e 18,8%. Isso quer dizer que o idoso não é uma carga; ao contrário, é um alívio em termos financeiros.

Mas é impossível não reconhecermos os avanços alcançados pela legislação da seguridade social brasileira. Ser um beneficiário significa, pelo menos, ser menos pobre. Outra consequência, verificada principalmente na área rural, é que o idoso passa da condição de assistido para a de provedor, o que muda o seu papel na família. Contudo, embora o benefício seja capaz de reduzir a pobreza, não tem sido capaz de reduzir as desigualdades, porque o seu valor reflete as diferenças previamente existentes no mercado de trabalho. Assim, há diferenças entre os benefícios do aposentado rural, do aposentado do INSS, dos militares e dos funcionários públicos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Ou seja, a estrutura de desigualdade é mantida, com alguns benefícios correspondendo a 41 vezes o benefício da população rural.

Outro dado importante que eu gostaria de ressaltar é que houve uma mudança na composição das famílias de idosos, que não são mais uns ninhos vazios, como poderíamos esperar. Isso não é consequência apenas do aumento da cobertura da seguridade social; reflete também as dificuldades que atualmente os jovens enfrentam no mercado de trabalho.

Para terminar, gostaria de falar um pouco do que se espera do futuro dos idosos. Essas melhoras nas condições de vida que experimentam hoje são confrontadas com as contínuas crises econômicas do Brasil, que, aliás, têm afetado mais a população jovem, com o desemprego, a violência, as drogas, a gravidez na adolescência, as separações conjugais, etc. Bem, essa situação dos jovens e a crise no sistema de seguridade social, cujas novas regras vão exigir uma contribuição de no mínimo 30 anos, vão comprometer seriamente a aposentadoria da maioria dos jovens brasileiros, se não houver novas mudanças. Ou seja, o futuro dos novos idosos está comprometido. Obrigada.

Palavras da Sra. Deusina Lopes da Cunha

Em primeiro lugar, quero parabenizar a Casa pela iniciativa, que demonstra o compromisso e o envolvimento dos legisladores de Minas Gerais com este tema. A exposição da oradora que me antecedeu abriu espaço para as discussões que queríamos realizar neste dia, e a nossa apresentação segue mais ou menos a mesma linha.

O Ministério da Previdência e Assistência Social tem duas faces: a previdência, como já foi dito, e a assistência social. No Ministério, a Secretaria de Estado de Assistência Social, coordenadora da política nacional de assistência social, também coordena a política nacional do idoso. Trouxemos, então, um conjunto de informações que vou expor rapidamente, apesar de já serem do conhecimento de todos os que atuam na área, pois a idéia é a de juntar todas as informações, para permitir que cada ator, em seu papel, consiga desempenhar uma função importante na realização dessa política nacional do idoso, tão desejada por todos.

Assim, fiz um rápido apanhado sobre a política de assistência social. Nós, que atuamos nessa área, sabemos que a assistência social tem toda uma história de clientelismo e assistencialismo; logo, que tenha atingido "status" de política pública foi um ganho para o povo brasileiro. Ser elevada à categoria de política pública significa ter diretrizes, normas e procedimentos e poder definir, com outros parceiros, um orçamento próprio. Dentro disso, a política de assistência social vem falar da importância da intersectorialidade, ou seja, da complementaridade de todas as ações para atender os seus destinatários, que são, além das pessoas idosas, as crianças com até 6 anos de idade, pessoas com deficiência, famílias carentes e todo um universo que está migrando para a área da assistência social, com o desemprego e a violência. Aliás, temos de ter cuidado para que as ações de assistência social, por si sós, não sejam nem tentem ser promotoras de todas essas demandas. Seguramente, a vulnerabilização das pessoas pela pobreza, deficiência ou idade exige um conjunto de serviços, programas, projetos, benefícios, transferências de renda, etc., de tal forma que esses serviços possam suprir todas as necessidades dessas pessoas.

Assim, nessa arquitetura de política pública, temos o dever de clarear as competências dos Governos Federal, Estadual e Municipal, das ONGs, do legislador, do Ministério Público, etc., para que cada ação pensada para atender essas pessoas consiga ser desenvolvida em foro próprio. Não há nada mais complicado do que se tentar resolver a questão da educação de uma pessoa com deficiência em um foro de assistência social, assim como tentar resolver uma questão da saúde do idoso com a presunção de que essa necessidade vá ser suprida na esfera da assistência social. Estamos todo o tempo retomando a questão das competências legais. A saúde é uma questão a ser discutida no âmbito da saúde; o problema da pobreza e do acolhimento deve ser discutido no âmbito da assistência social, e as questões educacionais no âmbito da educação; e essas políticas têm de atuar conjuntamente para suprir essa necessidade.

Especificamente no âmbito da assistência social, temos uma competência a mais. Como um idoso carente precisa de uma espécie de rede de proteção social, seguramente a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Secretaria Estadual de Assistência Social e a Secretaria Nacional de Assistência Social atuarão como organizadores dessas demandas. E aí têm de desenvolver uma articulação porque esse idoso, como todas as pessoas, tem um conjunto de direitos que estariam em âmbitos diferentes. Por exemplo, há o esforço para se desenvolver uma ação sem segregar uma determinada pessoa, ou seja, sem imaginar que se tenha de ter um conjunto de serviços preparados só para ela. Quanto mais se conseguir atender o idoso nos serviços existentes na comunidade e criar os específicos para ele, mais êxito se obterá porque ele faz parte de um contexto comunitário.

Temos como eixo principal a questão da centralidade na família. A importância de se atender o idoso e sua família vem da própria idéia da preservação desse sentimento de "pertencimento". A família que tem um idoso deve se sentir orgulhosa, primeiro porque ser idoso é motivo de orgulho e, segundo, porque o "pertencimento", a intergeracionalidade e o convívio familiar devem ser considerados uma situação prazerosa.

Precisamos entender que essa situação de "pertencimento" é ameaçada, porque conviver com um idoso traz demandas específicas. Como o integrante da família que vai cuidar da pessoa idosa - e quem tem crianças pequenas, marido, etc. - concilia suas obrigações com esse cuidado? O custo é alto, porque há a demanda da saúde, da complementação alimentar, enfim, de toda a proteção. E há o problema de se ter de viver essa situação e respeitar os espaços.

Esse sentimento de "pertencimento", que começa a ser uma preocupação, pode ser diminuído exatamente em razão daquilo que falávamos antes: o conjunto dos programas sociais que vão apoiar a família nessa nova missão. A Secretaria Municipal de Assistência Social deve ter um conjunto de ações inseridas no seu próprio orçamento e articuladas com as demais Secretarias. Por exemplo, o acesso ao serviço de saúde e de

medicamentos tem de ser buscado nessa esfera.

A obtenção das órteses e próteses é uma demanda de pessoas idosas. O transporte gratuito é hoje o programa social que mais atende pessoas idosas. Temos o municipal e, em alguns casos, o interestadual.

Algumas questões são de base municipal, como a obtenção de financiamento para compra pelo crediário. Todos sabem que é uma luta para se conseguir. O financiamento da casa própria, embora seja uma regra nacional, é pleiteada na base municipal. Vários municípios têm isenções, como do IPTU ou de outros, que são de base municipal. É importante, então, que a Secretaria Municipal ou o coordenador da política nacional do idoso tenham conhecimento de toda essa legislação, para saber em que ela está sendo excludente e em que pode ser melhorada.

Há ações específicas da área da assistência social que gostaríamos de lembrar. Um papel importante da Secretaria Municipal de Assistência Social é criar um núcleo de recebimento e orientação ao idoso para que ele acesse o benefício de prestação continuada. A fala anterior ressaltava a importância da aposentadoria, e havia um ponto interessante. As famílias extremamente carentes que têm pessoas idosas estão um pouco melhor que as famílias um pouco melhores financeiramente, porque, com a renda familiar em um patamar baixíssimo, inferior a 1/4 do salário mínimo, acessam um benefício de 1 salário mínimo. É possível imaginar que esse benefício é absolutamente indispensável para tal família. Mas as pessoas idosas e deficientes têm extrema dificuldade de acessar uma agência do INSS, formalizar o seu processo e rastrear o seu pedido de benefício. Isso pode fazer com que ele demore um pouco a ser concedido. Estamos recomendando que todas as secretarias municipais tenham um núcleo de recebimento do idoso, façam uma parceria com o INSS, para formalizar esse processo nas secretarias e para encaminhar para a agência do INSS, e tomem uma série de providências que seguramente agilizariam essa concessão.

A questão dos serviços de atendimento ao idoso tem de ser absolutamente repensada. Durante muito tempo associamos o idoso a grupo de festas, de dança. E é interessante porque há uma confusão entre atividades culturais, esportivas e de lazer para o idoso e uma espécie de infantilização dele. Na verdade, estamos o tempo todo dizendo que é preciso revitalizar os asilos, verificar o que está acontecendo lá dentro. Não tem nada a ver com saúde, com integração, com qualidade de vida. Como disse, os centros de convivência precisam dinamizar a sua atuação para não serem centros com atividades tão marcadas - dança ou coisa parecida -, mas se transformarem em atividades comunitárias. E aí cada comunidade terá a sua cara, a sua forma de cultura, de esporte e de lazer.

As alternativas de acolhimento, as casas-lares são importantes soluções, em que o idoso é o titular da própria casa. Que os abrigos ou asilos, quando necessários, sejam para pequenos grupos, com qualidade profissional e humanização do atendimento. O mais importante é que os serviços possam abrigar alternativas de atendimento no próprio domicílio e, por que não?, atividades que possam receber esse idoso para o próprio respiro da família.

Um idoso, uma pessoa com deficiência demandam um conjunto de cuidados, e as famílias precisam estar bem para poder cuidar dessas pessoas. Tenho um filho autista de 20 anos e posso dizer: só chego perto quando estou bem o suficiente para poder ser uma referência para ele. Se estiver estressada, angustiada, sofrida, não adianta chegar perto porque não vou conseguir ajudá-lo. E preciso realmente muito de alguém que possa entender essa questão de carga horária, que colocamos muito friamente, mais ou menos assim: fico 4 horas, dá para você ficar meia hora para mim porque preciso respirar para, em seguida, voltar por mais 4 horas?

Sou muito prática com relação às coisas, já sofri muito na vida. Existe uma coisa que é a dificuldade de ser mãe de um filho autista, e existe também o cansaço físico, a despesa financeira. A conta bancária precisa estar sempre com dinheiro, e nunca temos. Então, a prestação de cuidados contínuos possui demandas que têm nome, endereço e telefone; não adianta querer dizer que é outra coisa. Se você está com vontade de dormir, tem de dormir mesmo, para descansar e trabalhar no dia seguinte. Se o problema é financeiro, certamente não é outro.

Temos de ter uma idéia clara do conjunto das demandas e dos serviços que supririam tudo isso. Tenho uma bronca enorme com o serviço institucionalizado porque acho que ele tem um desenho posto, que não atende à necessidade da dinâmica familiar. E se não consegue chegar até ele, você está fora, porque esse serviço não manda um cuidador à sua casa nem lhe oferece facilidade para chegar até ele, que acaba sendo muito elitizado.

A Secretaria de Assistência Social, na gestão da Wanda Engel, teve o grande mérito de abrir todo o sistema de atendimento das portarias de serviços de ação continuada. É um recurso que tem como meta atender 295 mil idosos e ao qual são destinados R\$33.000.000,00. E esse serviço foi totalmente alterado para atender à proposta de atendimento que o município apresentou, de acordo com a sua realidade, nessa dinâmica que estamos expondo, e não, apenas para atender as "caixinhas", que secularmente vínhamos atendendo.

Trabalhamos também no benefício de prestação continuada. Usamos o processo de revisão do benefício para ampliar a sua concepção. É uma renda mínima, mas incluímos a avaliação social: há uma visita domiciliar de uma assistente social que vai verificar o conjunto de informações desse núcleo familiar.

Estamos introduzindo o sistema de cadastro único para o programa do Governo Federal, em que cada gestor municipal tem oportunidade de, cadastrando as famílias carentes, ver as suas necessidades e o conjunto dos programas a que podem ter acesso.

É necessário, portanto, que municípios, Estados e ONGs atentem para esse caráter dinâmico não só da assistência social como também da política do idoso, da globalização, da questão previdenciária e de todas as coisas que estão postas. Não dá para deixarmos de considerar que elas existem e têm de ser instrumento do nosso planejamento.

Algumas informações sobre o benefício de prestação continuada, que é a renda de um salário mínimo para famílias extremamente carentes, que pertencem à faixa de renda inferior a 1/4 do salário mínimo. É muito baixo, mas não entendo. Mesmo com tamanha restrição, temos aqui em Minas 58.051 idosos que têm acesso ao programa. Em todo o Brasil, tivemos 537.181 idosos no mês de julho. Há uma ascendência nessa concessão, até porque era para pessoas de 70 anos, depois passou para 67, embora não se tenha podido descer a 65, como previa a lei inicial, que foi alterada. A entrada de beneficiários, mensalmente, é da ordem de 5 mil pessoas. Temos uma curva bastante ascendente nesse acesso, até porque a pobreza também aumentou muito. É uma ação importante porque atende a esse universo. No Brasil, quase 1.500.000 pessoas recebem o benefício de prestação continuada.

Esse perfil do idoso que vou apresentar foi obtido com a visita domiciliar do assistente social. Temos 67% dos beneficiários na faixa etária de 70 a 75 anos; 15%, de 75 a 80; 13%, de 67 a 70, e 5% acima de 80 anos.

Distribuição da escolaridade dessas pessoas idosas: 59% não são alfabetizados; 36% têm o 1º grau; 5% têm o 2º grau; e há um universo de 3º grau incompleto, embora o percentual seja zero. Significa dizer que essas pessoas estudaram em algum momento da sua vida, tiveram acesso ao trabalho, mas não contribuíram o suficiente para ter uma pensão de previdência, e retornaram ao benefício de prestação continuada. Com toda essa história que ouvimos na fala anterior, é possível imaginar que, com o tempo, tenhamos uma entrada maior de pessoas idosas que não contribuirão 30 anos para a previdência e, seguramente, procurarão o benefício.

Quanto à situação de convivência familiar, 60% convivem com o grupo familiar como titular ou com outro integrante. Pressupõe-se que seja com o grupo familiar porque 33% vivem sozinhos como titular da própria casa, e apenas 7% vivem abrigados em instituições. Se imaginarmos que esse é um percentual de idosos na faixa de até 1/4 de salário mínimo, ainda é uma distribuição muito importante para imaginarmos que temos de ter uma política de valorização dos vínculos familiares, porque 60% estão nessa condição. Também é importante ver que 33%, apesar de tudo isso, têm uma autonomia de vida individual.

Procedimentos adotados para que seja mais eficaz o trabalho com a família do idoso: a realização da avaliação social por assistente no domicílio; registro das informações pelo INSS e a conclusão do processo o benefício será mantido, cessará ou será suspenso? E o mais importante é uma coleta de informações sociais complementares para que as secretarias possam trabalhar o planejamento das ações para essas pessoas idosas. As ocorrências principais no universo de revisão foram, de fato, uma renda inferior a 1/4 do salário mínimo, como determina a lei, em 50% dos casos - não localizamos 39% dos idosos e estamos tomando um conjunto de providências para localizá-los -; renda igual ou superior a 1/4 do salário mínimo - ou porque aumentou depois do BPC ou porque entrou indevidamente -, é mais ou menos da ordem de 6%, mais ou menos um número previsível dentro de um universo tão grande de beneficiários; e as situações de óbito, pessoas que já tinham falecido e que permaneciam no benefício, correspondem a, mais ou menos, 5% dos casos.

Essas ocorrências demandam um conjunto de decisões: os não localizados serão chamados para atualizar seu endereço, até porque estamos fazendo a política municipal de atenção ao idoso - precisamos saber onde ele está; os de renda igual ou superior a 1/4 do salário mínimo serão chamados e informados que a legislação, na forma como está, não permite a permanência no benefício para pessoas que ultrapassaram essa faixa de renda.

As últimas informações obtidas com relação à avaliação social no domicílio estão aqui. Principais necessidades que eles apresentam: avaliação médica e tratamento, em 34% dos lares; órteses e próteses, em 21% dos lares; abrigo, moradia e alimento, em 20% dos lares; cuidados contínuos de terceiros, em 9% dos lares; reabilitação, em 9% dos lares; e qualificação e geração de renda, em 4% dos lares.

Com tudo isso que dissemos, temos alguns comentários básicos sobre a questão do monitoramento e da avaliação das ações com relação ao idoso. Precisamos fazer um plano eficaz, um plano de monitoramento que inclua todas as áreas setoriais que estão conosco e todo um desenho disso, ou seja, qual a correlação da demanda e do serviço que temos, se as pessoas permanecem um tempo suficiente nesse serviço ou se deveriam estar saindo. Um dos maiores indicadores da eficiência dos serviços de assistência social é a permanência do beneficiário ou da pessoa do serviço naquela atividade. Há uma cultura de que, se você permanecer, ficar, isso é um bom indicador. Para nós, o bom é quando ela consegue sair e se inserir nas próximas políticas, ou seja, ter uma ascendência sobre todo o processo.

Esse era o conjunto das informações que trouxe. Coloco-me à disposição de vocês, desculpendo-me por ultrapassar o tempo. Obrigada.

Palavras da Sra. Anália Maria Ferreira Nogueira

Bom dia. Quero parabenizar a Deputada Maria Olívia por essa brilhante iniciativa e a Cleonice, Presidente do Conselho Estadual do Idoso, pelo empenho para que este evento acontecesse. Quero agradecer à Andréia Medrado, com a equipe do BPC, da SETASCAD, por ter preparado as informações que trouxe para vocês. Quero também justificar a ausência da Secretária Thereza Delamare que hoje está participando do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social.

O nosso assunto é o benefício de prestação continuada sobre o qual a nossa colega Deusina já fez alguns comentários. O que houver de lâminas iguais será passado, com algum tempo para fazermos comentários. O benefício de prestação continuada é um benefício assistencial que não exige contribuição e é considerado o maior programa de garantia de renda mínima do País. Esse programa consiste no pagamento de um salário mínimo por mês para pessoas portadoras de deficiência e idosos com idade igual ou superior a 67 anos. Qual o amparo legal do benefício? Ele está garantido no art. 203 da Constituição Federal, nos arts. 20 e 21 da Lei Orgânica da Assistência Social e no Decreto nº 1.744, de 8/12/95. A quem cabe definir sobre os benefícios? Na esfera nacional, a coordenação é do Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio da Secretaria de Estado da Assistência Social. Os parceiros são: o INSS, a DATAPREV e o Colegiado dos Gestores Municipais de Assistência Social. A operacionalização se dá diretamente nas agências do INSS e por meio das Secretarias Municipais de Assistência Social ou congêneres. O processamento de dados é feito pela DATAPREV.

Veremos, então, quais são os critérios para a concessão do benefício de prestação continuada para o idoso. Ele deve comprovar, por meio de certidão de nascimento ou casamento, idade igual ou superior a 67 anos. Ele não pode receber outro benefício ou aposentadoria, e a sua renda familiar dividida pelos seus integrantes deverá ser inferior a 1/4 do salário mínimo. O conceito de família usado é o conjunto de pessoas, desde que vivam sob o mesmo teto, assim entendido: cônjuge, companheiro, pais, filhos e equiparados a essa condição - enteados e tutelados - e os irmãos não emancipados menores de 21 anos ou inválidos.

De onde provêm os recursos para o pagamento do benefício? Eles provêm do Fundo Nacional de Assistência Social. Vocês viram que se trata de um benefício não contributivo, que não é da Previdência. Do total geral do orçamento, 76% vão para o BPC e o restante, os 24%, são para os outros programas da assistência social. Há uma parcela grande do orçamento do Fundo Nacional que cobre o benefício de prestação continuada.

Veremos, então, alguns números de benefícios concedidos até julho de 2002. Pode haver alguma divergência nos dados que a Deusina passou, porque, a cada mês, mais ou menos 5 mil beneficiários são incluídos. Então, no total, no Brasil, temos 1.446.009 beneficiários. Isso significa um valor mensal de R\$290.577.522,00. São beneficiárias 919.094 pessoas portadoras de deficiência. Para cobrir esses benefícios, são gastos R\$188.782.882,00. Temos 526.915 beneficiários idosos. Comparando esses com o dado que a Deputada Maria Olívia mencionou de 15 milhões de idosos, teríamos, então, cerca de 3,5% de beneficiários. Mas, para o BPC, a idade é acima de 67 anos. Para cobrir os 526 mil beneficiários, temos, então, R\$105.794.639,00.

Em Minas Gerais, 176.491 beneficiários perfazem um total de recursos, por mês, de R\$35.444.062,00. Temos 123.360 portadores de deficiência beneficiários, com um total de recursos de R\$24.776.006,00. Temos 53.131 idosos beneficiários, gastando, então, R\$10.668.056,00. São gastos mensalmente cerca de R\$300.000.000,00. A previsão de gastos para o ano de 2002 é de R\$3.400.000.000,00. Mensalmente, a concessão do BPC sobre aumento de 1,02%. Em dezembro de 2002, a concessão deverá chegar a 1.520.000 benefícios. O orçamento do BPC para 2003 é da ordem R\$4.000.000.000,00. Cerca de 0,7% da população brasileira está tendo acesso ao BPC.

Seria interessante gravarmos um pouquinho esses números porque temos esses dados em Minas Gerais. A equipe do BPC da SETASCAD realizou uma pesquisa subsidiada pelos dados e informações sociais complementares dos beneficiários idosos. Isso ocorreu após a segunda etapa da revisão do BPC. A lei prevê que, a cada dois anos, o benefício seja revisado para verificar as condições que lhe deram origem. Estamos adentrando na terceira etapa de revisão, mas a nossa pesquisa aconteceu após a segunda etapa. Foram pesquisados 36 municípios de Minas Gerais distribuídos nestas regiões: Norte, Nordeste, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, região central, Centro-Oeste, Triângulo, Zona da Mata, Alto Paranaíba e Sul de Minas. Foram pesquisados 36 municípios. Os beneficiários foram distribuídos por faixa etária. Entre 70 e 75 anos são 71%; de 75 a 80 anos, 13%; de 67 a 70 anos, 11%; e acima de 80 anos, 5%. Os dados de Minas Gerais são bem próximos dos referentes ao país. Vocês podem perguntar por que a população maior de beneficiários está entre 70 e 75 anos. O benefício vem sendo concedido há sete anos. Provavelmente, essa população é aquela que estava represada e que teve acesso ao benefício a partir de 1996.

Distribuição dos beneficiários por grau de escolaridade. Os analfabetos são o maior percentual. O 1º grau incompleto fica em segundo lugar. O 2º grau incompleto é quase insignificante, e o 3º grau incompleto praticamente não há.

Distribuição dos beneficiários por situação de convivência familiar: 49% dos idosos vivem sozinhos; 48% convivem com o grupo familiar, e 3% vivem internados. No Brasil, a população internada é de 5%. Tomara que haja mesmo menos internados.

Mudanças verificadas pelo beneficiário após o recebimento do BPC. Na pesquisa, perguntamos o que mudou mais. De acordo com o gráfico maior, o BPC contribuiu para o sustento da família. Em segundo lugar, melhorou a qualidade de vida e a auto-estima; em terceiro, o beneficiário frequentou atendimentos; em quarto, participou de atividades sociais, passeios, etc.; em quinto, adquiriu bens. E, em sexto, organizou atividades ocupacionais.

O dinheiro do benefício é usado principalmente em quê? Em primeiro lugar, em alimentação. Em segundo lugar, em medicamentos; em terceiro, em vestuário; em quarto, em despesas com moradia; em quinto, em tratamento; e em sexto, em atividades de geração de renda, o que é bem pouco significativo.

Entre os beneficiários que vivem abrigados em instituições, ou sob responsabilidade de terceiros, o resultado foi o seguinte: o maior índice aponta que o benefício é utilizado preponderantemente para atender às necessidades do beneficiário, o que é muito importante, uma vez que é esse o objetivo; em segundo lugar, a instituição, o tutor ou o curador responsável assegura o acesso do beneficiário aos serviços de que necessita; em terceiro lugar, repassa obrigatoriamente o benefício para a instituição, tutor, curador ou responsável; em quarto, a instituição, tutor, curador ou responsável não assegura o acesso do beneficiário a serviços de que necessita. Esse ainda é um problema.

O beneficiário ou seus familiares estão incluídos em outros serviços e programas sociais. Incluídos no transporte gratuito, 82%. Por que não 100%? Porque, após 65 anos, todos têm acesso ao transporte. É uma questão de acessibilidade. Muitos dos pesquisados não têm necessidade de transporte, por residirem na zona rural. Dez por cento estão incluídos em programas de cesta básica, programas de leite ou similares. Três por cento têm concessão de órteses e próteses; 2% têm acesso a habitação popular e apoio a familiares. Nosso gráfico não aceita números pequenos, como um ou dois, mas onde está registrado 0%, esse índice refere-se a uma ou duas pessoas.

Situações envolvendo integrantes do núcleo familiar: encontramos 36% destes com mais de 18 anos, desempregados e procurando trabalho. Desse percentual, 31% têm necessidade de qualificação profissional. Outros, portadores de deficiência ou idosos necessitando de apoio, 20%. Se são dois idosos, só um tem acesso ao benefício, porque depois o benefício passa a contar como renda, e o outro não tem acesso. O mesmo ocorre com o portador de deficiência. Se não fosse contado como renda, todos teriam acesso.

Pessoas sem documentação, 13%. Na hora da concessão, é obrigatória a apresentação da certidão de nascimento e da carteira de trabalho, mas, muitas vezes, esses documentos foram perdidos.

Beneficiários sendo explorados, inclusive com apropriação indevida do benefício por terceiros: aqui está zero, mas encontramos uma pessoa nessa situação.

As necessidades mais urgentes dos beneficiários são atenção médica, tratamento e medicamento. A segunda necessidade, abrigo, moradia, alimentos e vestuário. Em terceiro lugar, órteses e próteses. Em quarto lugar, a qualificação e inserção no mercado de trabalho, acesso à justiça e garantia de direitos violados. Em quinto, estão equiparados cuidados contínuos de terceiros, habilitação e reabilitação.

Vocês vêem a importância desse programa de benefícios, que está sendo trabalhado, aperfeiçoado pela equipe responsável e precisa ser mais absorvido pelos municípios. É preciso que estes organizem as secretarias municipais ou congêneres e se apropriem desse programa, a fim de que todos os beneficiários possam ter acesso.

Já realizamos duas etapas de revisão e estamos adentrando a terceira. Não entraremos nos detalhes da revisão. Obrigada.

Palavras do Sr. José Prata de Araújo

Bom dia para todos. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Assembléia o convite. Não sou da Previdência, sou consultor e presto apoio aos sindicatos, à Associação dos Aposentados e faço trabalho de conscientização sobre essa parte da Previdência.

Trago basicamente algumas informações sobre a Previdência e a situação do idoso no Brasil. Acho muito importante também que cada seminário trace diagnósticos e traga propostas para a sociedade. Dedicarei a segunda parte da minha exposição a propostas concretas para ampliar a cobertura previdenciária ao idoso no Brasil.

O Brasil tem hoje 7.400.000 mulheres e 6.100.000 homens acima de 60 anos, totalizando 13.500.000 cidadãos e cidadãs. Esse contingente maior de mulheres tem a ver com a maior expectativa de vida da mulher brasileira. Segundo estimativas, em 2025, seremos 33 milhões de brasileiros com mais de 60 anos. Seremos o sexto país mais idoso do planeta, depois da Índia, ex-União Soviética, China, Estados Unidos e Japão. Se o Governo e a sociedade já dão esse tratamento indigno ao idoso brasileiro hoje, como será em 2025, quando seremos 33 milhões com mais de 60 anos? Que catástrofe ocorrerá se o Brasil não repensar a questão do envelhecimento e desenvolver políticas públicas para acolher esse grupo crescente de pessoas idosas?

Essa transição demográfica tem a ver, como já foi dito aqui, com a redução do número de brasileiros. A família brasileira, que tinha cinco, sete filhos, há 15, 20 anos, hoje tem pouco mais de dois filhos. Em geral, as pessoas têm, como expectativa de vida ao nascer, a média de 68 anos. Mas aí se embute a mortalidade infantil. De cada 1.000 crianças, 40, de acordo com as estatísticas, morrem no primeiro ano. Isso puxa para baixo a expectativa de vida ao nascer, o que é, portanto, um dado fundamental para se elaborarem políticas para a infância e para a melhoria da qualidade de vida, em geral, de um povo.

Na Previdência, o dado mais relevante é a expectativa de vida do idoso brasileiro. Segundo dados do Governo, o homem, em média, vive até os 75 anos, e a mulher, até os 78 anos. Essa é, portanto, a expectativa de vida do idoso brasileiro. Para fins de previdência, o dado fundamental é basear a expectativa de vida nos 60 anos de idade. Ela é superior à expectativa de vida ao nascer, que, já falei, embute a mortalidade infantil, que é um dado ainda dramático no Brasil.

Nem todos os aposentados e pensionistas no Brasil são idosos; muita gente aposenta mais cedo. O Brasil tem hoje 22 milhões de aposentados e pensionistas. Em torno de 20 milhões no INSS e 2 milhões de servidores públicos.

A situação mais dramática é no INSS. Dos 20 milhões, 13 milhões ganham um salário mínimo. Daí se percebe a importância que tem a política

para o salário mínimo, especialmente na Previdência e, especialmente, na Previdência do INSS. Dado que o envelhecimento implica maiores problemas de saúde, o que os idosos ganham da Previdência não dá nem para o remédio. Dou um exemplo familiar: meu pai e minha mãe são cardíacos, têm problemas graves; minha mãe tem mal de Alzheimer, ganha em torno de R\$400,00 do INSS e deixa R\$300,00 na farmácia todo mês.

O fato de o idoso morar em residência própria, ou alugada, não morar com filho, não significa que ele não dependa dele. É muito comum que o filho pague o armazém, o aluguel, o plano de saúde. Boa parte dos idosos brasileiros, se não fosse a ajuda dos filhos, morreria de fome. É bom ressaltar que pensão no Brasil não é só de pai para o filho, mas do filho para o pai.

Em Belo Horizonte, há um ano e meio, um casal de idosos levou os filhos à justiça, pleiteando que seja assim. Se, depois de uma longa vida que os pais dedicaram aos filhos, o filho, podendo ajudar no sustento, se negar a sustentá-los, ele tem de ser levado à justiça. Aqueles idosos que conquistaram maior independência pessoal, residência própria, melhor rendimento, viraram arrimo de família. No campo é assim: o aposentado rural há muito tempo sustenta boa parte da família. No meio urbano aquele servidor, aposentado do INSS, que ganhe um pouco melhor também está virando arrimo de família. Antigamente, arrimo de família era o jovem solteiro, que trabalhava, tinha renda, pouca despesa, ajudava o pai, a mãe, o avô idoso. Hoje em dia a situação se inverteu: o arrimo de família é o idoso. É um tal de filho desempregado, filha separada, neto sem condição, e voltam todos para a casa dos avós e dos pais. É um tal de fazer "puxadinho" no fundo da casa. No lote não cabe ninguém mais, está todo mundo construindo no fundo de casa.

O idoso brasileiro virou arrimo de família, tendo de bancar os desequilíbrios sociais criados por esses Governos liberais. Houve a inversão dos papéis, e isso é um fenômeno crescente.

Dos que se aposentaram, 4 milhões permanecem no mercado de trabalho ou voltaram a ele, por duas razões graves. A primeira delas é que não tem jeito de proibir que aposentado volte ao mercado de trabalho, porque se a pessoa não ganha para se sustentar, qual a alternativa? A proibição não terá efeito nenhum. A solução seria melhorar as aposentadorias para a pessoa não precisar mais voltar. Proibir por lei não vai resolver.

Desses 4 milhões que voltaram ao mercado de trabalho, só 2,5% têm carteira assinada; 88% estão na informalidade. Em geral, pessoas pagam o INSS e não recebem mais nada. É uma situação anômala: a pessoa é beneficiária e contribuinte do INSS e não tem mais nenhum direito. Como é que pode uma pessoa muito pobre pagar INSS e não ter mais nada em troca, nenhuma contrapartida? Benefício de previdência é contrapartida de uma contribuição. Se não há mais benefício, não poderia mais haver contribuição ao INSS. Essa é uma postura irregular; e os aposentados estão indo à justiça e ganhando.

A segunda questão é que o idoso está voltando ao mercado de trabalho por causa da criatividade dos empresários de aproveitar o idoso como forma de exploração da mão-de-obra. A revista "Isto É", há três anos, publicou uma reportagem chamada "Velhice Fura Fila". Empresa de São Paulo - um escritório de contabilidade - estava substituindo os "office-boys" por "office-idosos", por dois motivos: entram pela porta da frente do ônibus, não pagam vale-transporte e, como têm prioridade, podem furar fila no Banco e pagar os títulos. A prioridade para o idoso no Banco é um direito. Agora, o empresário utilizar o idoso para entulhar fila de Banco com pagamento é um desrespeito. Minha mulher foi caixa de Banco e sempre me contava que, na fila de idosos, alguns estavam com a mão cheia de duplicatas, por exemplo, de escritórios de contabilidade, utilizando o direito para prejudicar uma série de pessoas. É um direito válido, mas está sendo utilizado de forma equivocada. Isso é um pouco da realidade do idoso no Brasil.

O INSS hoje só cobre em torno de 47% da mão-de-obra; 53% da mão-de-obra no Brasil é informal, não estaria ligada a planos de previdências. Segundo dados do IPEAD, das pessoas acima de 60 anos, parece-me que 82% têm cobertura previdenciária. Com referência aos trabalhadores da ativa, a cobertura do INSS é bem menor: 47%. Em relação às idosas, a cobertura é bem mais ampla, chega a 82%, porque no meio rural a cobertura é praticamente universal, não exige contribuição, mas tempo de atividade rural e, no meio urbano, durante um longo período se aposentava por idade, apenas com cinco anos de contribuição. Aquilo fez com que muita gente, no meio urbano, tivesse acesso à aposentadoria por idade, com carência menor. Mas essa carência agora passou para 15 anos. A tendência agora é a exclusão aumentar muito no meio urbano.

A primeira proposta que acho fundamental é, se o INSS dá cobertura a 82% das pessoas idosas, em primeiro lugar, buscar melhorar esse benefício. Por um lado, melhorando o salário mínimo, e, por outro lado, atendendo à reclamação dos aposentados de que quem ganha mais que o mínimo está só perdendo. O mínimo teve reajuste de 20%, e quem ganha acima do mínimo, reajuste de 8% apenas. A pessoa ganhava três salários mínimos, hoje ganha 2,7, 2,5 ou 2 salários mínimos. Se não parar essa escalada, daqui a pouco, todos receberão um salário mínimo. Há uma pressão muito grande para trazer todos os aposentados do INSS para o mínimo. Temos de ter políticos para preservar o valor real dos benefícios de quem está recebendo. Em segundo lugar, acho fundamental garantir renda mínima na velhice para todos os idosos. Isso é o mínimo que o País tem de fazer. Por exemplo, poderia passar essa renda mínima "per capita" de 1/4 para meio salário mínimo. Poderia ser uma solução. Todos teriam uma renda mínima, independentemente desse critério.

Gostaria de informar isso a vocês, que lidam com entidade de idosos, uma conquista fundamental que pode ajudar a universalizar a cobertura ao idoso no Brasil.

O Brasil não tem uma situação estaque, é economia formal de um lado e informal de outro, e as pessoas migram de uma economia para a outra constantemente. Quem está na economia informal já contribuiu em excesso no passado.

Se o autônomo de hoje e o pequeno empresário pararem de pagar INSS já foram empregados no passado, já têm um tempo de INSS. Muitas vezes, a dona de casa que trabalhava fora, casa-se, pára de trabalhar, deixa de pagar, mas, no passado, já pagou 15 anos.

O Superior Tribunal de Justiça proferiu uma decisão fundamental que já se tornou jurisprudência: pessoa que pagou o INSS em qualquer época poderá recuperar o seu tempo de forma automática, sem nenhuma burocracia.

Hoje, se você pagou o INSS, no passado, e deixou de pagar, para recuperar seu tempo passado, deve pagar, no período presente, no mínimo, cinco anos. O Superior Tribunal de Justiça diz o seguinte: o indivíduo completou a idade (a mulher 60 anos e o homem 65), tendo pago a previdência em qualquer época, poderá aposentar-se. Essa decisão é fundamental para esses dois a três milhões de pessoas idosas sem Previdência. O jornal "Folha de S. Paulo" estima que essa medida implantada poderá beneficiar 1 milhão de pessoas no Brasil, ou 100 mil em Minas Gerais.

Uma forma de ampliar a cobertura previdenciária é dizer: se pagou à Previdência em qualquer época, esse valor é sagrado, tem de ser recuperado, não se pode perder, não se pode colocar dificuldades para recuperar o valor que foi pago.

O STJ prometeu remeter ao Congresso Nacional um projeto de lei. Cabe a todas as entidades de idosos acompanhar esse projeto de lei e pressionar o Governo para que essa jurisprudência se torne lei e as pessoas idosas possam se aposentar por via administrativa, sem ter que entrar na justiça. Esse é um caminho importante para melhorar a situação do idoso no Brasil.

Outro caminho fundamental é retomar as políticas macroeconômicas de crescimento econômico. Não é a Previdência que vai mal, é o País que vai mal. A Previdência é um programa social altamente dependente do desenvolvimento econômico do País. Se o País não cresce, a receita também não. Se o País desemprega, gera efeito duplo na Previdência. Um trabalhador empregado paga ao INSS, um trabalhador desempregado deixa de gerar uma receita e gera duas despesas para o Governo, o seguro-desemprego e o Fundo de Garantia.

A Previdência não combina com recessão econômica, não combina com o desemprego em massa nem com a "precarização" do trabalho. Segundo dados do Ministério do Trabalho, o Brasil tem 4 milhões de trabalhadores em cooperativas, dos quais 3 milhões estão em situação irregular. O cooperativismo tem um sentido claro que é associar os pequenos produtores para ampliar as oportunidades de negócios. O cooperativismo no Brasil é fraudulento. É cooperativa de assalariados sem carteira assinada. O verdadeiro cooperativismo precisa ser estimulado, porque tem papel importante. Mas o falso cooperativismo está estrangulando a previdência social. Três milhões de assalariados não pagam à Previdência, porque trabalham em falsas cooperativas, nas entidades filantrópicas. A filantropia é atividade exercida sem fins lucrativos para pessoas carentes.

Os principais colégios de nossa cidade não pagam à Previdência e prestam serviços para gente rica. A falsa filantropia se escuda em determinados preceitos constitucionais. A Previdência perde R\$2.000.000.000,00 com a falsa filantropia. As verdadeiras entidades filantrópicas prestam serviços a pessoas pobres. Muitas entidades pegam o rótulo de filantrópicas para conseguir isenção da Previdência e arrebentam com ela.

Precisamos formalizar e trazer para a Previdência a economia informal. Mas a medida mais importante para atrair o pequeno empresário para a Previdência, atrair a dona de casa, atrair o autônomo é baixar a contribuição ao INSS. O trabalhador empregado paga 8% de INSS por mês; se perder o emprego, paga 20%. A pessoa que tem rendimento certo no final do mês, tem carteira assinada e paga entre 8% a 11%.

A forma de atrair o autônomo, o pequeno empresário, a dona de casa e o estudante para a Previdência é ele pagar, no máximo, a mesma porcentagem que paga quem tem carteira assinada: 8%. Essa é uma questão fundamental para ampliar a abrangência da Previdência.

Além da folha de salários, a previdência tem de viver do faturamento. É ingenuidade achar que medidas pontuais resolverão o problema da Previdência. Previdência é acima de tudo concepção de sociedade. Para resgatar a previdência temos de superar esse projeto neoliberal, que está excluindo pessoas e pegando recurso público das políticas sociais para pagar os juros. No Brasil, o INSS paga a 20 milhões de pessoas e gasta R\$60.000.000.000,00 por ano.

O Governo brasileiro gasta R\$120.000.000.000,00 para pagar os especuladores da dívida interna e externa. Esse projeto exclui pessoas e tira dinheiro da boca do povo, das políticas sociais, enterrando bilhões para pagar juros aos especuladores. Queremos o Brasil da produção, o Brasil das políticas sociais, e não o Brasil da especulação.

Palavras da Sra. Eliana Márcia Fialho Souza Bandeira

Bom dia. Gostaria de agradecer à Casa o convite para participar deste ciclo de debates. A nossa coordenação está recém-criada e vou tentar expor que o pretendemos fazer. A mudança da pirâmide populacional do Brasil acarretada pela situação de alta fecundidade e alta mortalidade para uma de baixa fecundidade e baixa mortalidade progressiva levou a um aumento progressivo e acentuado da população adulta e idosa. Isso foi muito bem colocado pelos colegas. Tal situação tem acarretado uma série de situações previsíveis de conseqüências sociais, culturais e epidemiológicas para a qual ainda não estamos preparados. Houve uma rápida transição dos perfis de saúde, caracterizados pelo predomínio das enfermidades crônicas não transmissíveis e pela importância dos fatores de risco para a saúde, demandando ações preventivas em diferentes níveis. A transição demográfica e os perfis de saúde, o custo da transição epidemiológica e a inadequação do modelo de assistência geraram necessidades específicas em saúde da população idosa e levaram a adoção de medidas que fortaleceram o desenvolvimento de ações visando ao incremento das diretrizes essenciais na política nacional do idoso. Vou ressaltar que no Brasil, pelo censo do IBGE de 2000, temos 8,56% da população com mais de 60 anos. Esse percentual é um pouco maior no Estado de Minas Gerais; chega a 9,08% aqui. Como a expectativa de vida ao nascer é de 70,39 e aos 60 anos é de 18,35 anos. O Estado, por meio da criação da Coordenação Estadual de Atenção Integral à Saúde do Idoso, vem viabilizar um programa de implantação da política estadual de assistência à saúde do idoso, em conformidade com a Portaria nº 1.395 e outras, do Ministério da Saúde.

Com relação aos nossos projetos, num primeiro momento, faríamos um diagnóstico da assistência ao idoso, visando ao setor hospitalar e ambulatorial.

- A promoção de campanhas educativas visando orientar a população para um envelhecimento saudável.
- A integração de diversas ações referentes às pessoas idosas, atualmente em andamento nos programas de atenção básica, já implementados e outros programas já existentes na comunidade.
- A otimização de recursos gastos com a saúde assistencial e a implantação da rede de assistência à saúde do idoso. Tal rede deverá ser integrada pelos hospitais gerais e centros de referência.
- O credenciamento de hospitais gerais para atendimento especializado ao idoso e a criação de oito centros de referência no Estado de Minas Gerais.

Sobre a implantação da rede de assistência à saúde do idoso. Como já disse, deverá ser integrada, particularmente, por hospitais gerais e pelo centro de referência.

Quanto ao hospital geral, são exigências para credenciamento: ser integrante do SUS, adequação para atendimento ao idoso no nível ambulatorial e hospitalar, possuir condições técnicas, instalações fixas e adequadas, equipamentos e disponibilidade de recursos humanos.

O centro de referência à assistência à saúde do idoso deverá ser cadastrado como tal e dispor de condições técnicas, instalações físicas adequadas, equipamentos e recursos humanos. Ele será responsável pela assistência integral e integrada aos pacientes idosos nas seguintes modalidades assistenciais: internação hospitalar, atendimento ambulatorial especializado, hospital dia e atendimento domiciliar. O centro de referência deverá ter como objetivo: a promoção do envelhecimento saudável; a manutenção da autonomia da capacidade funcional do indivíduo idoso; a assistência ao idoso no que diz respeito à saúde; a reabilitação da capacidade funcional comprometida e o apoio ao desenvolvimento dos cuidados informais.

Como disse, a coordenadoria é recém-criada e, considerando a complexidade e a dimensão do programa, estamos trabalhando com um piloto, em que será realizado um monitoramento e uma avaliação com a adoção de todas as ações bem sucedidas e a correção das distorções que porventura venham a ocorrer nesse projeto. Esse é o auxílio de referência que estamos montando.

O projeto para o credenciamento do grupo de geriatria e gerontologia do Hospital das Clínicas já foi analisado e será o nosso centro de referência piloto.

Foi solicitada uma vistoria técnica do local, para a elaboração do alvará sanitário, que será fornecido após a avaliação das condições de funcionamento do serviço, em conformidade com a Portaria nº 1.395, do Ministério da Saúde.

O estudo relativo à implantação dos demais centros de referência está sendo realizado e deverá ser instalado de acordo com a densidade da população idosa e a estrutura dos hospitais existentes e a integração desses com a rede de atenção básica e o programa de saúde da família. Obrigada pela atenção.

Palavras do Sr. Edgar Nunes de Moraes

Bom dia. É uma imensa honra estar aqui representando a UFMG, trazendo o que estamos propondo com relação à melhoria da qualidade de vida dos idosos da nossa região.

Coordeno o Núcleo de Geriatria e Gerontologia da UFMG, órgão que centraliza todas as políticas universitárias voltadas para a terceira idade.

Farei um resumo do que ouvimos até agora, de maneira informal. Os idosos estão em uma situação econômica e social melhor do que os jovens. Isso é uma surpresa. O BPC, Benefício da Prestação Continuada é interessante, e 10% a 15% dos idosos brasileiros têm esse direito, considerando a idade de 67 anos.

Com relação às necessidades que o idoso expôs, menos de 10% sentiram a necessidade da reabilitação. Tenho a impressão de estar em outro Estado, porque, pelo que foi exposto até o momento, aqui a situação está muito boa. Mas não é essa a realidade. Se formos discutir sobre miséria, realmente, os idosos estão muito bem. Mas desejamos que os idosos e toda a população brasileira tenham dignidade. O idoso representa a parcela da população mais frágil. Se formos calcular simplesmente o que o idoso recebe, comparando-se com os jovens, veremos que recebe melhor, mas as necessidades do idoso não são as mesmas dos jovens. Ele precisa de cuidados bem mais diferenciados do que os jovens. Quem de vocês quer ter direito ao BPC? Ninguém, porque representa a miséria absoluta. Para o idoso ter direito a esse benefício, tem de ter uma renda inferior a 1/4 do salário mínimo. Dos nossos idosos, 15% a 20% têm esse direito. Dependendo do ponto de vista, essa população é frágil e precisa não apenas do BPC, mas também de tudo. Eles precisam ter dignidade. E o primeiro passo para isso é o BPC, mas outros deverão ser dados, porque esse grupo está na miséria absoluta. Temos de tomar muito cuidado com o ângulo pelo qual observamos os fatos, senão, poderemos sair daqui com a idéia de que vocês mulheres idosas são marajás, pois recebem uma aposentadoria e, muitas vezes, a pensão do marido que, geralmente, morre mais cedo.

Sabemos que realmente a mulher vive mais tempo, e o número de mulheres é maior que o de homens. Deve-se ter muito cuidado com a interpretação que estamos tendo dos dados demográficos e epidemiológicos, que são interessantes. Mas a realidade que vejo, como geriatria que coordena um serviço de geriatria, é outra, ou seja, o abandono e a negligência com o idoso em todos os sentidos, como vamos tentar mostrar para vocês.

Fala-se muito em saúde. Primeiro, temos que discutir o que é saúde. O conceito de saúde da OMS é interessante, porque desde 1947, diz-se que saúde não é apenas a ausência de doenças. Trata-se de um conceito ultrapassado, mas é fundamental para se entender. O idoso, que tem pressão alta e diabete, pode ser saudável, se houver o controle adequado dessas doenças, ou seja, saúde é o bem-estar biopsicossocial. Não é não ter doenças.

Por quê? Porque, em média, os nossos idosos têm três, quatro ou cinco diagnósticos. Viver é correr risco. Sempre digo que o envelhecimento é um risco. Por quê? Porque envelhecimento é vulnerabilidade. Por isso, essa discussão é fundamental. Estamos discutindo sobre uma parcela da população que é a mais vulnerável. Isso é envelhecimento, que é sinônimo de vulnerabilidade.

Assim como se tem o risco de adoecer, há também o risco de você ganhar na loteria e ficar rico. Enfim, é um risco que faz parte do envelhecimento. Atualmente, esse conceito é ultrapassado porque não leva em conta a qualidade de vida. O que é qualidade de vida? É também subjetivo, sendo difícil de ser conceituada. Dizemos, didaticamente, que é a capacidade de desempenhar os papéis sociais. O papel de pai, de mãe, de avô, de avó, enfim, de estar inserido numa família, vai para a comunidade e também para a sociedade. Isso é qualidade de vida.

Para que eu tenha qualidade de vida, tenho que ter autonomia, ou seja, tenho que estar com as minhas funções cognitivas preservadas e com independência física, podendo me locomover e fazer tudo que eu me disponha a fazer. Em geriatria e em gerontologia, isso é saúde, indo muito além da questão da doença. Para ter autonomia e independência, além da saúde orgânica, preciso da saúde da minha família e da saúde social.

Por isso, em geriatria e em gerontologia, toda discussão tem que ser necessariamente articulada com as outras demandas do idoso. Quais são essas demandas? A seguridade, a assistência social, a educação, a cultura, etc. Não podemos fragmentar, porque, se fragmentarmos, não conseguimos enxergar nem definir melhor o que é qualidade de vida, que é o que buscamos.

Enfim, buscamos para o idoso a funcionalidade global, ou seja, a pessoa ser capaz de fazer o que se disponha a fazer, tanto do ponto de vista econômico quanto do social. Qualidade de vida é isso. Na geriatria e na gerontologia, a nossa preocupação é com a funcionalidade global. É isso que queremos garantir aos idosos. Não queremos garantir para as pessoas que vivam muito. Isso é bom, quero viver muito e bem, a questão da longevidade é fundamental, mas não é o mais importante. Queremos viver muito, mas não queremos envelhecer. Não queremos envelhecer no sentido de adoecer e adquirir alguma incapacidade. Esse é o problema. Por isso, a visão gerontológica tem que ser necessariamente global. Não é possível discutir saúde sem discutir sobre o BPC ou a importância da Assembléia Legislativa, na conjuntura do idoso. Isso é fundamental, porque a nossa discussão é global, holística. Essa é a grande diferença da geriatria e da gerontologia das outras especialidades médicas. Temos que ser médicos e políticos, porque, caso contrário, não conseguimos garantir ao idoso a qualidade de vida que ele tanto merece.

O que é funcionalidade global? O que é funcionar bem? Basicamente, podemos dizer que é ser capaz de se cuidar, ou seja, de tomar banho e de se vestir, de fazer o que é necessário para a sua higiene pessoal. Segundo, ser capaz de ir à padaria e fazer uma compra, de usar o transporte coletivo, viver independente numa comunidade, se for o caso. Essa é uma das grandes preocupações que temos com as mulheres. Há uma tendência, cada vez maior, de a mulher viver sozinha, porque se torna viúva. Temos que garantir que a mulher possa viver sozinha. Há ainda o problema da mobilidade, do controle das continências urinária e fecal, da nutrição e a preservação das funções cognitivas. O grande medo que temos de envelhecer é de ficar demente, ou seja, adquirir um comprometimento cognitivo. Há também o problema da depressão, que não tem idade. O idoso não é mais deprimido do que o jovem. Trata-se de um outro conceito com o qual temos de ter muito cuidado, ou seja, estereotipar o paciente idoso como deprimido e esquecido.

Há também a questão da visão e da audição que somem e do sono. Essas funções são fundamentais. Além dessas funções, tenho que estar com o funcionamento adequado do coração, dos pulmões, do cérebro e dos rins. Isso é fundamental para permitir que todas as funções se

comportem adequadamente. Além dessas questões, tenho que ter lazer e o suporte familiar.

Vemos que, na maioria das vezes, o idoso sustenta grande parte das famílias brasileiras, ou seja, além de precisar de ter um controle adequado de si, ainda sustenta a família. Nossa situação é extremamente problemática. Ele tem necessidades maiores do que a população mais jovem, mas tem de sustentá-la. Trata-se de completa inversão de valores. Suporte social é fundamental, assim como o é a segurança ambiental. Às vezes, quando visitamos um paciente em sua casa, a receita é para o ambiente, que é inadequado. O local em que ele vive é uma armadilha; pode sofrer uma queda, fraturar o fêmur, ficar acamado. A abordagem do geriatra deve ser global, não podendo ser baseada no indivíduo, mas na comunidade, na família como um todo.

Para garantir a funcionalidade global, há necessidade de se fazer prevenção primária e secundária, tratar as doenças e proceder à reabilitação. Reabilitação é a palavra - chave: reabilitação física, cognitiva, sócio-familiar. O assistente social é um agente de reabilitação social e familiar. Boa parte das vezes, a família está completamente doente, e há necessidade de nela se intervir para garantir a saúde do idoso. Fazem parte da minha equipe, não só geriatras, mas também assistente social, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, nutricionista e, além disso, um arquiteto que faça as adaptações da moradia às necessidades do idoso. O envelhecimento está associado ao aumento da fragilidade, o risco aumenta com a idade.

Para que se previna a fragilidade, há necessidade de atuação no global. Uma das grandes demandas dos idosos é o remédio. Mas, embora não diga a eles que parem de tomar remédios, eles representam um problema, assim como o hospital, para eles, representa um perigo, caso não lhe seja adequado. As pessoas desconhecem a necessidade do idoso, e esse é o grande problema.

O que seria essa funcionalidade global? Existe a abordagem individual em que, para se garantir a saúde do idoso, temos de ter ambulatório, serviço de atendimento domiciliar para evitar sua internação, que é um perigo, pois os hospitais não estão adaptados para tanto. Nem os médicos estão preparados para isso. Além disso, temos de ter um sistema de internação hospitalar, domiciliar e o chamado hospital-dia, a fim de que o idoso receba um tratamento intensivo sem necessidade de internação. Além do indivíduo, a família é fundamental. Não se pode tratar o idoso isoladamente, não sendo possível garantir-lhe a funcionalidade global sem interferir na família, permitido-lhe que cuide dos mais velhos. Mas, hoje, quem cuida da família é o idoso.

Trata-se de uma inversão de valores. O ideal seria que a família não necessitasse dos recursos do idoso, que deixa de cuidar de si de forma adequada. É impossível, com um salário mínimo de R\$200,00, que o idoso tenha acesso à cultura, ao lazer, etc. Além disso, a questão do asilo é uma grande preocupação. Muitas famílias não têm condições de cuidar do idoso. Como as pessoas estão envelhecendo e as famílias tendo menos filhos, quem cuidará de um idoso sem filhos ou com apenas um filho, cuja atividade profissional não lhe permita prestar-lhe assistência? Por isso a nossa preocupação com a opção do asilo, onde o idoso receberá cuidados de forma digna. Asilo não é igual a abandono, à indignidade. Vamos mudar a realidade. Trata-se de luta difícil devido à falta de apoio político. A Prefeitura de Belo Horizonte continua pagando R\$18,00 "per capita" por mês para os idosos, que vivem em instituições de longa permanência.

Além disso, não posso deixar de me preocupar com a inserção comunitária do idoso. Grupo de convivência é fundamental. É a família do idoso. É o respaldo, a solidariedade de que precisa e que, às vezes, só encontra lá. Temos de permitir o acesso do idoso a grupos de convivência e acabar com o seu próprio preconceito. Ele não vai, porque lá só tem velho. É uma contradição. É um problema que temos de enfrentar, porque, senão, nada muda, e não permitiremos que o idoso mantenha interface com a comunidade e com a sociedade.

Além disso, a sociedade organizada e, digamos, a não organizada, por intermédio da Previdência e Ação Social, da Saúde, de Educação, Lazer, Cultura, da Justiça, da Cidadania, das universidades, das ONGs e das sociedades científicas - temos a SBGG, a Associação Nacional de Gerontologia - são fundamentais. Se não trabalharmos juntos, não conseguiremos interferir na qualidade de vida do paciente idoso.

Está tudo muito claro na política nacional do idoso. Quando lemos a teoria ficamos entusiasmados, mas, na prática, nada é feito. Está no papel, mas nada é implementado. Por isso esta discussão é fundamental. Vamos ver se despertamos, cada vez mais, os nossos representantes, para mudar essa realidade, senão fica complicado fazermos isso isoladamente como estamos fazendo até o momento.

Quanto aos Conselhos do idoso, é fundamental estarem inseridos nesse contexto todo. Tanto o Conselho Municipal, quanto o Estadual e o Nacional, que é mais recente, têm de trabalhar juntos. E além do Conselho, como já disse, também o Poder Legislativo. Se não trabalharmos juntos, não conseguiremos nada.

E é muito difícil realizarmos uma discussão como essa, com representantes de todas as entidades.

Assim, nesse centro de referência, em que somos piloto de uma experiência, com uma grande responsabilidade, propomo-nos a fazer o que já fazemos há quatro anos: garantir um ambulatório especializado em geriatria; um ambulatório de demência, pois hoje temos condições de disponibilizar as drogas para o tratamento da doença de Alzheimer, que afeta 10% da população de idosos e cujo custo é muito elevado; um ambulatório de reabilitação, já que essa área é essencial em qualquer serviço de geriatria; um ambulatório de acupuntura; e também um atendimento em asilo. Damos assistência a um asilo filantrópico, porque esse modelo é fundamental. Temos que estudá-lo, a fim de mostrar as soluções para melhorar a qualidade de vida para todos os idosos, inclusive os que vivem em asilo. Além de tudo isso, temos internação hospitalar, um programa de assistência domiciliar, embrionário, e tentaremos viabilizar o "hospital-dia".

Estou à disposição de todos e espero uma grande participação em debates.

Palavras da Sra. Karla Giacomini

Bom-dia. Agradeço a oportunidade de estar aqui. Gostaria de contar um pouco de minha história pessoal, e vocês entenderão o motivo. Meu avô, italiano, morreu com 33 anos e deixou dez filhos. A minha avó, italiana, casou-se novamente e teve mais quatro filhos. O meu pai é o segundo dessa família de 14. Minha mãe, brasileira, tem 15 irmãos. Eu tenho 28 tios. Minha mãe, na minha idade, já tinha quatro filhos. Eu não tenho nenhum. Essa história é a mesma da sociedade brasileira. Vimos de famílias numerosas, mas não teremos famílias numerosas.

Meu pai é analfabeto, assim como 40% dos brasileiros, e, orgulhosamente, sustenta, há dois anos, meu irmão desempregado. Durante muito tempo, contribuiu com dez salários para a Previdência e não ganha, hoje, três. Esse é o retrato de um idoso brasileiro. Sou muito mais do que eles tiveram oportunidade de ser. Sendo assim, farei uma análise crítica das políticas de atenção à saúde do idoso, as quais tenho tentado modificar, pois precisamos mudar a realidade do idoso brasileiro.

O idoso brasileiro está vivendo mais e viverá ainda mais. Meu avô, em 1926, morreu cumprindo a sina dos brasileiros, que morriam com pouco mais de 34 anos, ou seja, engrossou essa cifra. Hoje, meu pai tem 86 anos, cumprindo a profecia de que os velhos irão viver cada vez mais. Graças aos progressos sanitários, médicos e sociais, a mortalidade infantil diminuiu, e a longevidade aumentou. Hoje, a população idosa interfere no contexto epidemiológico, pois somos grandes consumidores de serviço, e, para nós, já não interessa viver muito, mas sim viver sem incapacidades; cada vez mais, porém, seremos incapazes.

Será que haverá uma pandemia? Será que haverá uma seleção natural, ou seja, será que morrerão os mais fracos e sobreviverão os mais fortes? Quem pagará a conta? Como irei recuperar desse meu velho o que ele tem de valor, de verdadeiro, o que me ajudou a ser o que sou hoje? Vivemos um tempo de velocidade, comunicação ágil, abalos - somos surpreendidos a toda a hora -, cansaço, pulverização - todos sabem muito de coisa nenhuma -, mudança de valores, volatilidade - hoje, temos dinheiro, amanhã, não -, guerra - nunca tivemos paz - e falta de memória.

Existe um provérbio hebreu que diz: "Cuidado, se você continuar por esse caminho, chegará lá". Será que é lá que estamos querendo chegar?

Então, quem paga a conta da incapacidade: o indivíduo, sua família, a previdência privada, a previdência social, o sistema de saúde, a sociedade? Alguém está pagando essa conta.

O que posso esperar? O que fazer com aqueles que vão envelhecer sem saúde? Estou falando para um público de idosos saudáveis, que são participantes. Mas nos interessa saber daqueles que não estão aqui, daqueles a quem estamos representando.

O risco de dependência é previsível ou vem de fora para dentro, como um raio que cai na nossa cabeça? E quanto às doenças potencialmente preveníveis? Será que as estamos, de fato, prevenindo? Qual é a verdadeira relação entre as doenças que causam incapacidade e a incapacidade? Quantos hipertensos vão sofrer derrame? De quantos diabéticos se vai amputar uma perna? Quantos idosos que sofrem dos rins vão precisar de hemodiálise?

Hoje, somos menos velhos do que os de antes com a mesma idade. Tenho 34 anos, mas, no século passado, equivaleria a ter 42. Nossos pais foram muito mais velhos antes do tempo.

Não nos vemos velhos. O sistema de saúde nega o envelhecimento, a sociedade e o indivíduo também. Por isso, não temos nada que nos proteja de um envelhecer sem saúde. Temos medo de ficar velhos, morremos de medo de ficar dependentes.

Os médicos e os cuidadores têm uma abordagem centrada em um paciente, ao passo que os administradores têm uma abordagem contábil. Para esses só interessa o equilíbrio entre a receita e a despesa. Os administradores lêem processos, fazem indicadores de custos, avaliam a resolubilidade, conhecem a cobertura e os cuidados, precisam racionalizar o financiamento das disponibilidades financeiras, medir, avaliar custos e eficácias. Mas até quando vamos adotar esse comportamento administrativo sem considerar as tendências de comportamento e as reivindicações que o envelhecimento populacional acarreta? E essas reivindicações não são apenas as que os idosos brasileiros de hoje conhecem e pelas quais lutam. Temos noção de que eles não reivindicam reabilitação, porque nunca a tiveram. Eles não conhecem a sua importância.

Portanto, temos que parar com essa briga entre epidemiologia e economia e ver se conseguimos estabelecer metas para o futuro, as quais incluam, de fato, a esperança de vida sem incapacidade e também indicadores de qualidade de vida. Quero ficar velha e ter alguém para cuidar de mim.

Então, do que temos medo? De sofrer por causa do remédio, de ficar incontinentes, de perder a capacidade cognitiva, de sofrer depressão e demência, de ficar instáveis e cair ou de ficar imóveis? De qualquer modo, o nosso maior medo é o da indiferença.

Assim, se podemos contribuir para algo, peço que não se utilize mais a velhice para explicar os sintomas; peço que parem de falar aquela célebre frase: "também na sua idade, o que você queria?". Precisamos reconhecer as reais necessidades e ter uma atitude mais positiva diante do envelhecimento, evitando o preconceito. Como sabemos, o preconceito também está nos velhos, não só nos jovens.

E ainda precisamos avaliar globalmente, do ponto de vista físico, psicológico e social, e fazer um diagnóstico funcional sobre o que esse velho é capaz de fazer, apesar de tudo. Para isso é necessária essa avaliação multidisciplinar.

Na realidade, no Brasil do apagão, temos uma população idosa pequena, com alta complexidade de cuidados, com alto custo de hospitalização, que, por sua vez, oferece alto risco. E o que precisamos fazer, então, para não diminuir o número de hospitalizações? O que podemos fazer para minimizar os problemas de uma hospitalização, que incluem, entre outros, piora funcional, desnutrição e efeitos colaterais causados pelos remédios?

O que precisamos fazer depois de uma hospitalização? O declínio funcional - quando o velho deixa de ser capaz de fazer as coisas - tem causas múltiplas: cumulativas, o que significa que uma piora a outra; interativas, que podem ser efeito da própria doença aguda, do tratamento médico, do repouso recomendado no leito ou mesmo do descondicionamento. Então, os pacientes idosos em alto risco de declínio funcional são aqueles de idade avançada, que já apresentavam dificuldades prévias para realizar atividades e algum grau de comprometimento cognitivo antes da internação.

As dificuldades que enfrentamos hoje são: falta de uma rede de suporte sócio-sanitária efetiva; falta de modalidades de assistência compatíveis com o grau de dependência funcional; e ausência de profissionais e equipes capacitados em número suficiente. O fato de o velho ter seu médico não significa que este saiba cuidar daquele, pois falta habilidade clínica e visão geriátrica.

Além disso, temos que parar de confundir gastos com investimento. Falamos que investimos na infância e gastamos com a velhice. Não, na velhice também investimos. E também investimos todo o dinheiro que o velho demanda quando fica doente. Então, temos que deixar essa mentalidade de só enxergar o velho como o causador do problema da previdência social.

Meu pai completou 26 anos de aposentado por uma previdência social que previa sua morte para dentro dos cinco anos seguintes à data de sua aposentadoria. O meu paciente mais velho está aposentado desde 1955. Deve ser um dos donos dos rombos da previdência, pois desde 1955 é aposentado.

É com muito orgulho que os aposentados continuam vivos. Quem sabe essa não é a estrada que vamos encontrar? Muito obrigada.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Passaremos à fase de debates. A coordenação informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões deverão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até três minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

O Sr. Geraldo Florêncio da Silva - Meu nome é Geraldo Florêncio. Boa tarde à plenária e à Mesa. Sou do Conselho de Saúde da Região Oeste. Defendemos a saúde. Participo de todas as conferências municipais, distritais, metropolitanas e estaduais. Vemos o descaso em relação ao idoso. Darei um exemplo. Estive com meu pai, que tem 83 anos, no Pronto-Socorro de Venda Nova. Passei a noite com ele e vi muitos absurdos. Ele estava tomando soro sentado em uma cadeira, sem um leito para se acomodar. Lá há aquelas chapas de ferro frio, e as pessoas estavam improvisando colchonetes trazidos de casa para forrá-las e passar a noite. E ficam assim por três, quatro ou cinco dias. É uma falta de respeito com o idoso. Defendemos o direito de o idoso ter um acompanhante a seu lado nos hospitais. Infelizmente, não há esse respeito.

Quero dizer também que foi negado pela Comissão de Direitos Humanos desta Casa o direito de o idoso comprar mais barato nas farmácias o remédio que não encontra nas unidades públicas. Foram muito infelizes, ao negarem esse direito. No Rio de Janeiro é lei: o idoso com 60 anos compra remédio com desconto de 20%; com 65 anos, compra remédio com 25% de desconto; acima de 70 anos, com 30%. Foi dito que Roberto Marinho, mesmo sem precisar, pode comprar seus remédios com desconto. O que tem a ver esse projeto com Roberto Marinho? É uma falta de respeito.

O idoso tem vontade de visitar sua terra natal, seus parentes. Com o salário miserável que recebe, o idoso fica impossibilitado de viajar. Foi negado, nesta Casa, em um projeto, o direito do passe intermunicipal, alegando que o DER contestou esse direito. Isso é falta de respeito com o idoso. Vocês, jovens, amanhã, ficarão velhos e poderão até mendigar. Já conheci um ex-Deputado desta Casa que faleceu pobre. O sol nasceu para todos.

Queria somente falar desse absurdo que estamos vivendo. Muito obrigado.

A Sra. Lécia Coelho - Estou representando o Sr. Araci, Presidente da Associação dos Idosos de Minas Gerais. Tenho em mãos, para entregar ao Sr. Presidente da Assembléia, um pedido. (- Lê:)

"Os abaixo-assinados, Diretores da Associação dos Maiores de 65 Anos de Idade e dos Deficientes Físicos do Brasil, vêm respeitosamente solicitar o valioso apoio de V. Exa., no sentido de ser cumprida a Lei nº 8.899, do Congresso Nacional, que dá direito aos maiores de 65 anos de idade e aos deficientes físicos ao passe livre interestadual nos transportes coletivos - ônibus, lotação, avião, trem de ferro, navios -, a qual não vem sendo cumprida pelas empresas de transportes.

Também solicitam que seja dado o direito à esta associação, conforme o regulamento do passe livre nos transportes coletivos dos idosos e deficientes físicos e na forma em que foi registrada a lei acima citada, de fazer tarja verde - amarela em todas as carteiras de identidade dos idosos e deficientes físicos para a identificação de seus direitos e a rápida confirmação dos motoristas. Anexo documentos da AMIDFB. Nestes termos, pedem deferimento."

Obrigada.

Como os senhores sabem, tenho em mãos alguns documentos que podem auxiliar o nosso trabalho, explicitar o que pretendemos.

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Esta Presidência agradece a colaboração de V. Sa. Registraremos suas orientações.

Questionamento do Grupo da Terceira Idade do Conselho de Saúde da Região Oeste de BH. Pergunta formulada à Sra. Deusina: "Os salários estão caindo. Quem ganha mais de dois salários mínimos e contribui está sendo lesado. Os idosos são explorados para fins eleitorais. Para onde vão os recursos da assistência social?"

A Sra. Deusina Lopes da Cunha - Os recursos da assistência social são todos alocados no Fundo Nacional de Deficiência Social. Neste ano, estamos operando com R\$3.400.000.000,00. Os recursos são repassados do Fundo Nacional para os Fundos Estadual e Municipal de Assistência Social. A estrutura de controle desses recursos é toda acompanhada pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social. A vantagem é que o maior recurso, que é R\$3.200.000.000,00, é destinado ao benefício individual para idoso e portador de deficiência, que obtém e recebe esse dinheiro com seu cartão magnético, na rede bancária credenciada. Não há interveniência nesse recurso, e podemos dizer, com tranquilidade, que o benefício, que é individual, é totalmente apropriado pelo beneficiário, diretamente. O nosso sistema de controle é feito pelo Ministério Público, os conselhos, as secretarias de assistência social e a comunidade.

O Sr. Presidente - Pergunta de Maria Aparecida, do Grupo Redescobrir: "Sr. Edgar, gostaria que falasse um pouco sobre o "hospital-dia". Parabéns por sua palestra".

O Sr. Edgar Nunes de Moraes - O "hospital-dia" é um modelo de atendimento que, no Brasil, é bastante novo, existem poucos "hospitais-dias" geriátricos no Brasil. A intenção do "hospital-dia" é evitar a internação do paciente idoso que tenha uma situação aguda, mas que possa receber o tratamento durante o dia e voltar para casa durante a noite. Além dessa, outra clientela de grande importância para nós é aquele idoso agitado, com demência, que precise de um cuidado especializado num local que lhe permita receber o que precisa, possibilitando à família momentos de tranquilidade. Um local que possa cuidar do idoso durante o dia, uma, duas, três vezes por semana, dependendo da necessidade, ajustando os medicamentos desses pacientes.

A outra clientela fundamental para nós é aquela que precisa de reabilitação, em um local onde possa receber tratamento para voltar a ser o que era antes de adquirir incapacidade. É um modelo novo. No Hospital das Clínicas temos o Ambulatório Borges da Costa, que será o "hospital-dia" do Hospital das Clínicas. Teremos fisioterapia, terapia ocupacional, saúde mental, oncologia, cirurgia ambulatorial e geriatria.

O Sr. Presidente - Pergunta da Sra. Lúcia Ferreira, representando a Prefeitura de Pouso Alegre, dirigida ao Sr. José Prata de Araújo: "Gostaria de mais esclarecimentos sobre a lei que faz com que o contribuinte do INSS tenha o direito de aposentar-se aos 60 ou aos 65 anos".

O Sr. José Prata de Araújo - Essa questão originou-se de uma ação impetrada por uma dona de casa de São Paulo, que parou de contribuir em 1976 e completou a idade. A ação tramitou na justiça, perdendo em primeira instância. Ganhou no STJ, após três ou quatro recursos do INSS.

Já passei esse parecer para a Federação dos Aposentados. Quem desejar poderá procurá-lo. Retirei da Internet toda a decisão do STJ. São 14 páginas, é um parecer bastante completo. A lógica é a seguinte: pagar o INSS não é fácil. Pior ainda é pagar e perder esse tempo. A decisão do STJ corrigiu uma injustiça, porque no Brasil é muito comum o trabalhador formal se transformar em informal, o assalariado em autônomo ou pequeno empresário, e parar de pagar. As pessoas têm muito tempo de contribuição, mas o INSS não quer reconhecer esse tempo.

Quais são as condições da decisão do STJ? Primeiro, no meio urbano, a pessoa tem que completar 65 anos de idade para o homem e 60 para a

mulher. Se a pessoa comprovar 15 anos de pagamento à Previdência, automaticamente vai aposentar-se por essa decisão do STJ. Mas há uma situação um pouco mais complicada. Se em julho de 1991 a pessoa estava pagando à Previdência, o tempo exigido será de 11 anos. Mesmo as pessoas que têm acima de cinco anos de pagamento, também podem conseguir isso na justiça. É uma situação bastante complexa. Depende da lei da Previdência que estiver em vigor na época. Completando essa idade e comprovando de 5 a 15 anos de contribuição, há chances de conseguir a aposentadoria na justiça.

O Governo Fernando Henrique, por causa dessa decisão do STJ, prometeu remeter ao Congresso um projeto de lei reconhecendo essa questão. Esse projeto de lei não vai reconhecer plenamente o concedido pela justiça, mas provavelmente vai ser o seguinte: voltando a pagar o carnê, recupera-se automaticamente o tempo anterior. Por esse projeto de lei, quem tiver a idade e comprovar 15 anos de contribuição, pela via administrativa, poderá se aposentar. Estamos esperando que todos os partidos do Congresso aprovem esse projeto. Com isso, milhares de pessoas no País poderão se aposentar. As pessoas que não se aposentarem pelo projeto de lei, poderão entrar na justiça, que tem uma decisão um pouco mais ampla. Acredito que, pela via administrativa - através desse projeto de lei depois que for aprovado - ou pela via judicial, as pessoas que já pagaram à Previdência em qualquer época terão chance de se aposentar. Deixei um parecer na Federação dos Aposentados, e quem tiver interesse pode pegar cópia.

Finalmente, qual será o valor da aposentadoria? Nesse caso, na sua maioria o valor será de um salário mínimo. Por quê? O INSS calcula a aposentadoria pela média salarial de 1994 para cá. Se a pessoa não tem nenhuma contribuição de 1994 para cá, será tomada como salário mínimo. Se a pessoa parou de pagar a Previdência, mas tem uma boa contribuição de julho de 1994 para cá, poderá conseguir alguma coisa acima do mínimo. Mas, na maioria dos casos desses ex-contribuintes do INSS, a aposentadoria será de um salário mínimo. Para quem não tem nada, está bom. Meu pai fala: eu ganho pouco, mas se não pudesse dar balinha para meus netos, seria terrível. Os R\$200,00 auxiliam no custeio e garantem um pouco de auto-estima para o idoso. Acho que o INSS pode dar uma grande arrancada para universalizar a cobertura ao idoso através dessa medida.

O Sr. Presidente - Pergunta do Sr. Stelo Aluísio de Conte, representante da Associação dos Aposentados de Timóteo, formulada ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva: "Que seja feito um documento pelos Deputados mineiros ao Senado e à Câmara Federal, para que aprovem urgente o novo Estatuto Nacional do Idoso."

Gostaria de comunicar ao Sr. Stelo e a todos os presentes que, através de nossa Comissão do Trabalho, Previdência e Ação Social, já estamos discutindo e já apresentamos todas as reivindicações junto à Câmara Federal e ao Senado. Por duas ou três vezes, abrimos espaço na nossa comissão para receber a Federação dos Aposentados de Minas Gerais. Foi uma discussão muito importante, na qual apresentamos essas reivindicações aos nossos Deputados Federais e aos nossos Senadores. Após o encerramento desse debate, com certeza também será enviada cópia autêntica da ata aos Deputados para que agilizem e para que busquem, efetivamente, a aprovação do Estatuto, que é muito importante para todos os idosos.

Da Associação dos Maiores de 65 Anos, formulada pela Sra. Aracy Santos, pergunta oral. A Sra. Aracy não está aí. Conselho Municipal de Saúde e do Fórum Estadual do Idoso: pergunta do Sr. Evaristo Garcia de Matos à Dra. Anália e ao Dr. José Prata.

O Sr. Evaristo Garcia de Matos - Fiquei intrigado quando a Sra. Anália disse que a preocupação do Banco Mundial com o idoso é muito grande. Será que ouvi bem ou ela não conhece a pauta do consenso de Washington? As medidas punitivas que estamos sofrendo são tomadas pelo Banco Mundial com seus financistas e seus políticos americanos. Acho que não ouvi bem o que ela disse.

José Prata, as reformas ou medidas provisórias, introduzidas na Constituição Federal de 1988 pelo Presidente da República e aprovadas pelos Deputados de 1995 para cá, tiveram como objetivo massacrar a Previdência Social e a CLT, retirar direitos ou desconstitucionalizar: retirar da Constituição os direitos adquiridos pelo povo e pelos trabalhadores. Eram constituintes os Srs. Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco, Célio de Castro, Paulo Delgado, Virgílio Guimarães, Augusto Carvalho e outros. No nosso caso específico, com a Medida Provisória nº 1.729, de 1998, o Presidente da República mutilou toda a seguridade social. Na LOAS, alterou-se o art. 203, inciso V, da Constituição Federal. Era-nos garantido um salário mínimo mensal; agora, 1/4 do salário. Uma família com quatro pessoas tem que viver com um salário mínimo, ou seja, R\$50,00 "per capita". Isso só cabe na cabeça do Presidente da República, ou melhor, do Banco Mundial, porque ele fez isso por imposição do Banco Mundial. Além dessas medidas provisórias, implantou o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 2.521, de 1988. Criou o REFIS e o PROER. Tudo isso eram direitos dos trabalhadores que lhes permitiam a subsistência e a convivência em um ambiente comunitário. Cortou tudo. Mas o pior foi o refinanciamento fiscal no INSS, a maior corrupção que a humanidade já assistiu, com juros de 18%, 19% ao ano, dos títulos da dívida emitidos pelo Tesouro e Banco do Estado. Isso quer dizer que os patrões deixam de recolher para o INSS, pagam juros de 3% ao ano e vão receber 10% dos títulos da dívida pública. Isso quer dizer que, com o nosso dinheiro, os banqueiros, a Caixa Econômica Federal e todo o mundo está enriquecendo, enquanto o idoso e seus familiares têm que viver com R\$50,00 mensais.

Para corrigir essas injustiças, devemos solicitar uma plenária com o Governador, os demais constituintes e a população em geral, para discutirmos como convocar uma Assembléia Constituinte de um ano de duração para corrigir as injustiças impostas pelo Banco Mundial. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Gostaríamos de pedir a compreensão de todos, porque, a partir desse momento, não poderemos receber mais os questionamentos, em virtude do grande número de perguntas. Informamos que o reinício dos trabalhos será às 14 horas. O Sr. Stelo pede para avisar que a Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais situa-se na Rua Caetés, nº 530, 9º andar. O telefone é 3222-7983.

Pergunta da Sra. Vera Lúcia ao Dr. Edgar: "Como os grupos de convivência podem integrar ou ter consultoria junto à UFMG?"

O Sr. Edgar Nunes de Moraes - Já temos uma série de projetos voltados para a população. Temos dois grupos de programas para idosos - para os que vivem em comunidade e os que vivem em asilo. Basicamente, para os idosos independentes, disponibilizamos uma série de projetos de extensão voltados para a atividade física e o lazer; universidade para a terceira idade; reabilitação e uma série de programas que são ofertados para a população. A melhor forma de se conhecerem esses programas é contactar a Pró-Reitoria de Extensão e, assim, ter acesso à inscrição. Atendemos, em média, 500 a 600 idosos por mês nesses programas de extensão.

O Sr. Presidente - Questionamento da Federação dos Aposentados, dirigido ao Dr. Edgar: "Em caso de necessidade de uma cirurgia, depois de todos os exames prontos, dizem que não há condições de realizar aquela cirurgia. Não acha que é um desrespeito ao cidadão?"

O Sr. Edgar Nunes de Moraes - É um absurdo. A pessoa tem a indicação de uma cirurgia, espera meses para fazer o risco cirúrgico, e, quando marca a cirurgia, não há vaga. Quando aparece a vaga, já venceu o risco cirúrgico. É uma peregrinação sem fim. Acho que a Secretaria Municipal de Saúde tem feito um grande esforço para corrigir esses problemas. Isso não é inerente ao paciente idoso, mas a todo o sistema. Temos que entender que a Secretaria Municipal de Saúde, através do Programa de Saúde da Família, vai permitir maior acesso do idoso ao sistema de saúde. Esperamos que a partir daí esses programas sejam corrigidos.

O Sr. Presidente - Três perguntas formuladas ao senhor, Dr. Edgar. Vou formular todas e, na medida do possível, o senhor vai respondendo. "Quando as pessoas com o mal de Alzheimer irão receber os medicamentos através do SUS?". Pergunta formulada pelo grupo de apoio à família. Pergunta formulada pela Dra. Marly Andrade Pereira: "Em linhas gerais, o que pode ser feito para melhor atendimento hospitalar diante

da fragilidade do idoso?". Pergunta do Sr. Donizeti Barbosa. "Na área da saúde, os médicos geriatras estão incluídos no programa do SUS?".

O Sr. Edgar Nunes de Moraes - É difícil respondermos a tudo isso dando soluções aos vários questionamentos.

Temos que buscar conjuntamente. Não é apenas o setor de saúde que vai resolver tudo, é a integração de todos nós. Em relação à primeira pergunta, sobre a doença de Alzheimer, o primeiro programa que o centro de referência vai disponibilizar é o fornecimento dos medicamentos usados para a demência de Alzheimer. Hoje, somos capazes de dar o diagnóstico, mas a população de baixa renda não tem condição de adquirir a medicação porque, em média, o custo dessa medicação é em torno de R\$300,00. É o custo de uma única droga que usamos para o tratamento do mal de Alzheimer. Essa portaria que define o centro de referência definiu também que o SUS vai fornecer esses medicamentos via centro de referência. O que acontece? A primeira coisa é que já temos esse trabalho de diagnóstico de paciente com Alzheimer, mas não temos condição de fornecer porque não somos ainda centro de referência. A Secretaria Estadual de Saúde está-se empenhando ao máximo para credenciar o nosso centro para, a partir daí, passarmos a fornecer o medicamento. Esse medicamento já está sendo adquirido pela Secretaria Estadual de Saúde. Como é um programa novo, uma portaria nova, a aquisição de medicamentos pela Secretaria é um processo que tem que seguir alguns trâmites burocráticos e que demora um pouquinho. Esperamos que a partir de setembro ou outubro já possamos fornecer esses medicamentos. A expectativa inicial é que consigamos tratar mil pacientes por mês com demência de Alzheimer. Estamos aguardando o credenciamento e a compra dos medicamentos, porque eles não estão disponíveis ainda. Para ser comprados, é preciso haver licitação, e todo um trânsito burocrático tem que ser cumprido. Mas a iniciativa do Ministério da Saúde é fundamental. A segunda pergunta é sobre a questão da melhoria do atendimento hospitalar. O idoso precisa conhecer seus direitos e saber das suas necessidades. É um absurdo um dado apresentado aqui em que a minoria dos idosos pensa em reabilitação. Isso não tem cabimento. É um sinal que eles não sabem que é possível readquirirem uma capacidade, uma habilidade que eles perderam. É fundamental eles saberem disso.

Em segundo lugar, em termos de programas de família, a UFMG está mostrando, disponibilizando conhecimento, habilitando médicos e enfermeiros da rede para que haja melhor atendimento aos idosos. A partir daí vamos poder reconhecer as necessidades deles e saber como tratá-los.

Sobre a última questão, na área da saúde, os médicos e geriatras estão incluídos, sim. Hoje, o programa de saúde da família é um curso de especialização que médicos e enfermeiras da rede municipal estão fazendo e que tem duração de um ano. Nesse programa de saúde da família, temos uma carga horária definida para ensinar aos médicos e enfermeiras como cuidar de um paciente idoso. Essa carga horária de que dispomos é muito pequena, mas cabe a vocês cobrar esse atendimento diferenciado para o paciente idoso.

O Sr. Presidente - Perguntas formuladas ao Dr. José Prata de Araújo: "Da Prefeitura Municipal de Timóteo: "Felicitações pela palestra. Gostaria de um esclarecimento quanto aos trâmites legais para sanar a questão dos usurpados por terceiros. Gostaria de saber a data e o número da publicação da jurisprudência que trata da recuperação automática do tempo de contribuição".

Da Secretaria Municipal de Assistência Social, de Lagoa da Prata: "Para as suas considerações, a grande maioria dos beneficiários contribuíram para a previdência social. Como acessar o benefício os que perderam a condição de segurado por alguma circunstância?".

Do Conselho Regional do Barreiro, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: "Parabéns pelo seu conhecimento e pela forma de transmiti-lo. Com podemos entrar em contato com o senhor para que possamos levá-lo a prestar alguns esclarecimentos à nossa região? Como se dará a aposentadoria para quem já contribui? Será baseada no que as pessoas ganhavam ou será no salário mínimo em vigor?".

O Sr. José Prata de Araújo - Sobre a questão do Banco Mundial, é bom esclarecer que ele foi o grande responsável por esse laboratório selvagem da América Latina. A privatização da previdência, como fizeram o Chile, a Argentina e o Peru, não foi feita no Primeiro Mundo porque a sociedade não permitiu. Nem a Inglaterra de Margaret Thatcher, a chefona do neoliberalismo, conseguiu privatizar a saúde inglesa. Aproveitando-se das ditaduras da América Latina, como no Chile, impuseram uma receita selvagem. E o modelo de previdência privada de saúde do Chile tem três características básicas. Primeiro, saúde e previdência privada e compulsória. O cidadão da América Latina está sendo tributado pelo setor privado. Capacidade tributária é só o Estado que pode ter. Na América Latina o liberalismo concedeu capacidade tributária para o setor privado. Já pensaram se no Brasil o INSS fosse privatizado e se 30 milhões de brasileiros fossem obrigados a comprar o Plano Bradesco, ou do Itaú Seguros? Esse modelo é terrível.

Na América Latina, apenas o trabalhador paga a previdência saúde. O Estado e o empregador não pagam. Esse modelo é amplamente anti-solidário.

Com relação ao passivo, a previdência é um pacto de vida. Na ativa, pagamos, para que paguem ao aposentado. Quando formos aposentar, quem está na ativa pagará para nos sustentar. A receita é privatizada, e o passivo é estatizado. A previdência social, que é um pacto de vida, com a privatização, transforma-se em um pacto de morte. Quem está aposentado não tem mais a cobertura solidária. Quanto mais cedo a pessoa morrer, melhor para os liberais. A privatização da previdência seria uma das maiores rupturas sociais modernas, pois a transformaria em um pacto de morte.

Com relação à decisão do STJ, tenho um parecer sobre a questão da Federação dos Aposentados. O endereço e o telefone já foram divulgados pelo Deputado. Quem quiser pode pedir vista desse parecer.

Essa informação é importante para o pessoal do interior. Muitos do que recebem o BPC já pagaram o INSS no passado e estão recebendo uma ajuda assistencial. Essa lei recupera o dinheiro do cidadão. Quem pagou terá o benefício correspondente. O BPC seria para quem nunca pagou a previdência. Ao reconhecer o tempo passado no INSS, amplia-se a previdência e deixa-se o BPC restrito a quem nunca pagou.

As pessoas podem entrar em contato comigo pela Federação dos Aposentados. Podem ligar que o pessoal me passará os detalhes.

Segundo dados, há 100 mil pessoas em Minas Gerais que poderiam se aposentar de acordo com essa decisão do STJ e com a lei que o Congresso Nacional deve aprovar.

O Sr. Evaristo Garcia de Matos - Fiz uma pergunta ao José Prata e à representante da D. Tereza Delamare. Para corrigir essas injustiças que o Banco Mundial cometeu na América Latina e no Brasil, não seria possível acionar o Governador para convocar uma assembléia constituinte? Ele poderia encaminhar isso, com uma duração de um ano, para consertar esses erros. Essa é a maior causa da violência e penetração da maconha. A substituição no meio turístico é também uma violência. Como poderíamos encaminhar essa sugestão ao Governador, para que convoque essa assembléia?

A Sra. Amália Maria Ferreira Nogueira - Sr. Evaristo, já tinha feito essa anotação, porque a sua pergunta ficou sem resposta. Comentei com o Presidente da Mesa que nós também comungamos com a sua idéia. Temos de travar juntos essa luta. O senhor, como participante do Fórum Estadual do Idoso, conhece a situação. Na verdade, o BPC foi garantido pela lei orgânica da assistência social para os idosos, inicialmente com 69 anos, depois reduziu-se para 67 anos e, mais tarde, para 65 anos. A renda "per capita" exigida era inferior a meio salário mínimo. Por meio

da luta da sociedade civil, conquistaremos isso. O caminho é esse. Nós, trabalhadores da área, somos também participantes dessa luta. Algumas vezes, parece que o Governo está de um lado e a sociedade civil do outro. Temos de entender que o Governo está inserido na sociedade civil que, por sua vez, está inserida no Governo. A luta tem de acontecer sempre.

A Sra. Francisca Oliveira da Silva - A Carla falou em investir no idoso. Penso que isso já ocorra muito. Usam até o idoso para ganhos pessoais. Qual seria o investimento humano que os profissionais da saúde e que lidam com o idoso poderiam fazer com relação a ele? Sou da área da saúde. Muitas vezes, preocupam-se com o diagnóstico da doença, e não com o doente. Sabemos que o Hospital das Clínicas, que é de referência e com relação ao qual tenho respeito e críticas, leva, às vezes, de seis meses a um ano para marcar uma consulta especializada. Qual seria esse investimento? A Universidade aberta à terceira idade é paga e é cara. Quem freqüenta, como eu, são pessoas com um nível social mais elevado. Quem mudará a situação não será a direção das instituições, mas nós, enquanto usuários do sistema de saúde. Temos de cobrar dos profissionais o respeito à nossa pessoa. Quando o filho leva o idoso, quem é interrogado é o filho, e não o idoso. A palavra é sempre negada ao idoso.

Fico também muito preocupada pelo modo como os médicos receitam remédios controlados para os idosos, que, na minha leitura, acho que é uma forma de fazê-lo calar-se. Quero que vocês respondam como vêem a possibilidade de o hospital e de a faculdade de Medicina prepararem os profissionais de saúde para respeitar o idoso?

O Sr. Presidente - A sua pergunta será respondida no final. Com a palavra, a Sra. Ivone Oliveira Cota, do Serviço Social de Sabará.

A Sra. Ivone Oliveira Cota - Vivi muitas emoções aqui, quando se falava sobre família. E, de repente, temos que lavar a roupa com o sabão que temos. Tenho uma grande experiência em lidar com pessoas dando-lhes qualidade de vida. Não é necessário falar-se apenas em doença, em hipertensos e em diabéticos. Sou da área de saúde. Se cada agente de saúde tomar sob sua responsabilidade 30 ou 40 pessoas, de 50 ou 60 anos, para orientar e conversar sobre o que está acontecendo no mundo, tirando o pessoal de casa. O Dr. Edgar falou sobre dignidade. Dignidade não se encontra na favela, mas dentro de Belo Horizonte. Como uma pessoa pode viver em um triplex, sem assistência, porque a família foi embora? Minha casa tem mais de dez quartos, onde moram duas empregadas, um professor aposentado, dois bisnetos, custeados pelo salário da minha mãe, que é analfabeta. Precisamos de modificar a assistência à pessoa idosa, ensinando-lhe a controlar seu dinheiro, sua alimentação, sua saúde. Precisamos dar dignidade aos idosos que estão sendo abandonados. Precisamos formar grupos que oriente os mais velhos. Obrigada.

A Sra. Lídia Corrêa de Araújo - Dr. Dalmo, como Defensora Pública, agradeço-lhe a iniciativa da criação da Defensoria Pública do Idoso. Através de proposta de lei de sua autoria, aprovada pelo Governador, criamos o Núcleo de Defesa do Idoso, que conta com advogados, na Rua Rio Grande do Sul nº 604. Pediríamos que o senhor se empenhasse para que tenhamos um maior número de defensores. Também os aposentados, muitos deles carentes de recursos, são beneficiados pela Defensoria Pública. Solicitamos seu empenho na votação, em segundo turno, da proposta de lei relativa à Defensoria Pública, no que tange ao aumento de número de Defensores.

O Sr. Presidente - Estamos empenhados na aprovação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 50.

A Sra. Glorinha Gomides - Em nome do Clube Renovação e Vida da Terceira Idade, de Arcos, apelo à Assistente Social para que nos oriente. Nosso clube é novo e foi fundado por voluntários que lá trabalham. A maioria dos idosos que dele participam são carentes. Temos 164 sócios, portadores de carteirinha. Fomos reivindicar a ajuda da Prefeitura de Arcos e conseguimos apenas verba para condução. Temos um ônibus, que passa por todos os bairros, levando o pessoal ao centro de lazer, uma vez por semana. Da verba de R\$11.000,00, não conseguimos retirar quantia suficiente nem para o lanche, tão necessário.

Para ser servido esse lanchinho, o idoso tem de colaborar com R\$3,00. Todos sabem que, para quem recebe aposentadoria mínima - todos são carentes, assalariados -, R\$3,00 fazem falta. Peço à assistente social que nos oriente e nos ajude a reivindicar os direitos que sabemos que temos. Lutamos para isso, mas não conseguimos. Não nos esclarecem. E esse dinheiro está lá. Se não gastarmos essa verba até o final do ano, dizem que voltará não sei para onde. Então, peço ajuda, principalmente à nossa Deputada Maria Olívia, que conta com o apoio da maioria da população de Arcos. Confiamos na Deputada e esperamos que também abrace a nossa causa da terceira idade.

O Sr. Presidente - Responderemos às perguntas escritas posteriormente. Com a palavra, a Sra. Karla.

A Sra. Karla Giacomini - Respondendo à Francisca, talvez não tenha me expressado bem ou não tenha ficado muito claro. O que discuto não é o investimento e o gasto com a pessoa idosa. O que questiono é o fato de as pessoas continuarem achando que, quando se paga saúde para o idoso, gasta-se, e, quando se paga para a criança, investe-se. Há um equívoco aí. Tanto faz ser adulto, jovem, velho ou criança. A saúde tem de ser considerada investimento em todas as faixas etárias, inclusive na do idoso. Ouvimos sempre que o idoso gasta. O idoso não gasta, consome aquilo de que precisa, de acordo com o que a velhice requer e com o que o seu meio fez com ele.

Com relação à falta de competência, concordo plenamente: as pessoas não têm competência para cuidar do idoso, não reconhecem nele a pessoa que é. Essa não é a nossa prática, mas é freqüente entre os profissionais médicos. É uma luta que vimos assumindo desde quando presidimos a Sociedade de Geriatria. Presidimos a Sociedade de Geriatria no Estado e representamos os geriatras do Estado no Conselho Estadual do Idoso. Essa é uma luta em que a senhora pode ter a certeza de que estamos juntos.

Lembro que é exatamente porque todo o mundo concorda que nunca acontece nada para o idoso. Seria muito melhor que as pessoas assumissem publicamente que não farão nada porque se trata de velhos, do que continuar nessa politicagem em que todo mundo concorda, mas nada sai do papel.

A Sra. Amália Maria Ferreira Nogueira - Digo à representante do grupo da terceira idade de Arcos, que nós, como representantes da SETASCAD, podemos oferecer um reforço à Secretaria Municipal de Assistência Social, assessorando-a na elaboração de um plano de ação para esses grupos. Talvez seja isso o que esteja faltando. Sabemos que a Prefeitura de Arcos tem Secretaria e técnicos empenhados, tanto na área da assistência quanto na da saúde. Existe lá um pessoal que atende sistemicamente, realizando um trabalho muito interessante. Podemos reforçar isso, fazendo parceria na orientação.

A minha posição é a de que o idoso deve contribuir sim, pois contribuimos para a igreja e para várias instituições, por que não contribuir para aquele grupo que é interessante para nós?

Alguém pergunta se o Estado tem algum investimento na área do atendimento ao idoso. Não temos investido muito. Atendemos a cerca de 980 idosos em instituições, com recursos do Tesouro do Estado, no valor de R\$310.000,00. Trata-se de convênios com a Sociedade São Vicente de Paula, com centros espíritas e com outras instituições. São 19 entidades que atendem os idosos. Temos um projeto-piloto, que é a casa-lar, para idosos provenientes do (...). É experiência muito interessante. O (...), como sabem, atende população de rua. Já conseguimos identificar familiares e promover reabilitações. Todos os que foram para essa casa-lar eram incapazes. É um projeto interessante, e o Estado deveria estar trabalhando mais e empenhando mais esforços nisso. Obrigada.

O Sr. Presidente - As perguntas formuladas por escrito serão respondidas pelas pessoas a que foram endereçadas. O Grupo dos Idosos Sempre Jovens pergunta: "Deputado Dalmo Ribeiro Silva e Deputada Maria Olívia, nem todos os grupos têm acesso à Internet. Queremos saber da possibilidade de conseguirmos um resumo deste evento?". Já recomendamos à assessoria da Assembléia que preste todas as informações a vocês.

A Federação dos Idosos de Minas Gerais faz a seguinte pergunta: "Presidente da Mesa, não haverá a possibilidade de colocar um microfone volante nas galerias, para registrar a manifestação das pessoas?". Já solicitamos que isso aconteça no período da tarde. Gostaríamos de registrar, com satisfação, a grande participação dos jovens, o que demonstra preocupação para com os idosos.

O Grupo de Idosos Sempre Jovens pede à Dra. Karla que fale um pouco sobre o medo da indiferença.

A Sra. Karla Giacomini - Sempre dizemos que os gigantes da geriatria começam com a letra "i": incontinência, imobilidade, instabilidade, incapacidade cognitiva e iatrogenia. O sexto "i" acompanha-nos o tempo todo: indiferença. Nenhum desses gigantes mata imediatamente nem exige que se chame o resgate para um curativo. Se houver uma poça de sangue no lençol, todos chamam o médico, mas, se houver uma poça de urina, chama-se a enfermeira, que troca o lençol, e fica por isso mesmo. Com isso, queremos mostrar que, infelizmente, a sociedade está envelhecendo a passos largos, mas faz questão de ignorar essa realidade. A nossa velhice mora no olhar do outro, ou seja, o outro nos lembra que estamos velhos, que o tempo já passou, mas não notamos o tempo passando em nós. Nascemos e vivemos em uma sociedade injusta, na qual somos capazes de considerar normal o que outro ser humano jamais consideraria: falta de educação, de justiça, de moradia e de trabalho. Estamos tão habituados a essa situação que disputamos o BPC como uma migalha que cai dos céus, achando muito bom o que estamos recebendo, quando na verdade, deveríamos estar dizendo: Que vergonha, ainda precisamos do BPC! Quando fazem a revisão, tenho certeza de que sentem pena das famílias que perderão esse benefício, pois sabem que elas apenas deixaram de apresentar uma situação de miséria.

Faço um conclave para que saiamos desse lugar comum da indiferença e abandonemos esse pensamento de que não iremos envelhecer. Se Deus quiser, seremos velhos e com saúde! Mas, até lá, não temos garantia.

A Sra. Teresinha dos Santos - Boa tarde. Muito obrigada pela consideração. Vim da área dos mais desprezados deste mundo: os leprosos. Elaine, os idosos portadores da lepra, moradores do Sanatório Santa Isabel, um dos quatro leprosários de Minas Gerais, são tratados com muito desprezo e falta de dignidade, depois da criação da FHEMIG, gerenciadora desse órgão. Há 46 anos, eram tratados como jóias raras. Hoje, são maltratados, não têm lençol e, às vezes, nem cama para dormir melhor. Recebem péssima alimentação e sofrem com a falta constante de medicação e de calor humano. Poucos que nos rodeiam são calorosos. Os internos dos leprosários, com mais de 68 anos, estão bastante abandonados e sem a talidomida, medicamento usado para tentar eliminar essa doença cruel e ingrata e evitar que as seqüelas sejam maiores. Peço à Mesa e ao público presente que se unam a nós, para que esses leprosos morram com dignidade, pois já estão sem pés, sem mãos e sem poder enxergar. Há 70 anos, existe o Sanatório Santa Isabel, e hoje dependemos do Ministério Público, para que não vivamos pelas ruas, tropeçando e chorando. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Na qualidade de Presidente da Comissão do Trabalho, na próxima reunião apresentarei um requerimento para que façamos uma visita à Colônia Santa Isabel. É nossa obrigação. Iremos com os Deputados desta Assembléia para verificar o que poderemos fazer, juntamente com o Ministério Público, que tanto nos tem ajudado. Muito obrigado por sua interferência. Somente assim a Assembléia pode cumprir seu papel na condução dos legítimos interesses do nosso povo, da nossa gente.

Gostaríamos, mais uma vez, de agradecer a presença dos senhores expositores e dos presentes, que vieram de várias cidades de nosso Estado para participar deste importante encontro. Parabéns a ilustre Deputada Maria Olívia por esta iniciativa.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 386ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 27/8/2002

Presidência dos Deputados Maria Olívia e Jorge Eduardo de Oliveira

Sumário: Composição da Mesa - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Palavras da Sra. Celeste Bittencourt Barroso - Palavras do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira - Palavras da Sra. Sueli Aparecida Paixão Ribeiro - Palavras da Sra. Simone Montez Pinto Monteiro - Palavras do Sr. Rodrigo da Cunha Pereira - Palavras do Sr. José Sotter Figueroa - Palavras da Sra. Regina Ângela do Amaral - Palavras da Sra. Neidyl Spinola da Costa - Palavras do Sr. Serafim Fortes - Palavras da Sra. Cleonice de Alencar Bahia - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Composição da Mesa

A Sra. Presidente (Deputada Maria Olívia) - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. José Sotter Figueroa, Secretário Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora; Sueli Aparecida Paixão Ribeiro, Delegada titular da Delegacia de Proteção ao Idoso de Belo Horizonte; Simone Montez Pinto Monteiro, Coordenadora Estadual do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência e do Idoso; Rodrigo da Cunha Pereira, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família; Serafim Fortes, Presidente da Associação Nacional de Gerontologia e Representante da Região Sudeste na Comissão Nacional de Articulação da Política Nacional do Idoso; Neidyl Spinola da Costa, Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; Cleonice de Alencar Bahia, Presidente do Conselho Estadual do Idoso; Regina Ângela do Amaral, Coordenadora do Trabalho Social com a Terceira Idade do SESC; e Celeste Taques Bittencourt Barroso, autora do livro "O Idoso no Direito Positivo Brasileiro".

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

A Sra. Presidente - Destina-se esta parte da reunião à realização da segunda parte do Ciclo de Debates "As Demandas de um Brasil Que Envelhece", tendo como temas desta tarde: "Justiça: Cultura, Lazer, Esporte e Turismo" - "Experiências: Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa".

Palavras da Sra. Celeste Bittencourt Barroso

Boa tarde. Em primeiro lugar agradeço a oportunidade de estar aqui, nesse pré-lançamento do meu livro, cujo título é "O Idoso no Direito Positivo Brasileiro". É uma coletânea que contém toda a legislação federal, do Estado de Minas e do Município de Belo Horizonte, desde 1916,

data do nosso Código Civil, até dezembro de 2000. É uma coletânea que traz, para o público em geral e para nós idosos, em particular, as leis que nos protegem e que abrem o caminho para o exercício do nosso direito. O conhecimento, a informação, a conscientização do idoso estão muito bem protegidos no nosso País até os dias de hoje, em uma seqüência legislativa que tem honrado a participação do nosso Governo. Espero que esse livro possa ser um caminho seguro para os idosos de hoje e para a juventude que está crescendo e tornando-se madura.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade que a Assembléia ofereceu-me, especialmente a Deputada Maria Olívia. É muito importante a nossa participação neste debate para a divulgação do nosso livro. O Ministério da Justiça editou 10 mil exemplares, que serão distribuídos, em todo o território nacional, às entidades interessadas que desenvolvem o tema do idoso. As entidades que estiverem presentes e que não tiverem adquirido o exemplar, anatem o endereço do Ministério da Justiça, que irá orientá-los para a obtenção de um exemplar gratuito. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira

Senhores e senhoras, na abertura dos nossos trabalhos nesta tarde, agradeço a todos os que aqui estão contribuindo com suas experiências para o aprimoramento de conquistas sociais essenciais e destaco o sucesso desta iniciativa. A Assembléia Legislativa, a Casa do povo de Minas, tem se mostrado parceira das organizações sociais cuja competência e capacidade, já por demais demonstradas, asseguram-nos que temos condições de seguir adiante e pleitear avanços consistentes na políticas públicas.

Claro está o crescimento da população de idosos no nosso País, como claro está o mundo hostil em que todos sobrevivem. Melhoraram as condições que permitem mais tempo de vida para todos, mas pioraram as perspectivas sociais e econômicas de todo o nosso povo.

Hoje, em muitos lugares, é possível o registro significativo de avanços. Em inúmeras cidades e Estados, há a consciência política de que algo deve ser feito. O País tem a sua política nacional para o idoso. Existem delegacias de proteção aos idosos, e inúmeras são as instituições que nasceram de lutas, do esforço e do empenho de lideranças, da ação de homens públicos e da sensibilidade das nossas instituições políticas. Todo esse esforço concentrado, em nosso País, está na correção do descaso - sempre presente -, do abandono e da grande crueldade contra aqueles que deram para todos nós o melhor tempo de si.

O fato real, concreto, é o abandono. É flagrante, existe e persiste. O mais grave é que, com o crescimento da população miserável, humilhada por políticas econômicas que privilegiam o capital financeiro internacional, os avanços sociais conquistados tornam-se ameaçados.

Na parte da manhã discutimos a situação do idoso: a Previdência e Assistência Social e a Saúde Pública. Agora, à tarde, entraremos na discussão de aspectos legais, tanto no que se refere aos direitos dos idosos como às experiências com políticas sociais ligadas à cultura, ao esporte, ao lazer e ao turismo.

Há entre todos nós, políticos e técnicos vocacionados para esse empreendimento, a maior clareza de que, para garantirmos à nossa população envelhecimento saudável, não podemos omitir discussão profunda das políticas de saúde existentes no País, no nosso Estado e em cada um de nossos municípios. Um envelhecimento saudável exige, hoje, muito mais das nossas instituições, as quais devem expressar sérios compromissos com relação a programas educativos e sociais. Instituições que garantam a todos, jovens e velhos, o direito de viver em uma cidade segura e sem violência, a capacidade de acreditar na honestidade dos administradores públicos e a confiança de que, ao saírem às ruas, além da segurança garantida, encontrarão transporte público digno e um povo educado que respeite os mais velhos.

Aprendi muito na discussão das questões dos idosos e da política nacional para o idoso; aprendi que está na ação política o primeiro movimento para acelerar quaisquer avanços, e que "qualquer projeto de envelhecimento saudável para a nossa população deve envolver, empolgar diversos setores públicos e privados e, mais ainda, sensibilizar toda a população, jovens e velhos.

Esta consciência e esta sensibilidade aguçam-se, e percebemo-la pelas manifestações cada vez mais presentes, em todas as partes e em todos os órgãos de imprensa, sobre a necessidade de ampliar a discussão política: a sociedade quer combater a exclusão. Todos sentimos a necessidade de mudar o País, e esta sociedade não quer continuar com políticas fragmentadas. A política social é uma só e não pode separar uma parte da sociedade e considerá-la inútil.

Este é o nosso grande desafio: colaborar na virada do jogo e incorporar, pela existência de enorme número de cidadãos, os idosos na cena política nacional.

Palavras da Sra. Sueli Aparecida Paixão Ribeiro

Agradeço a oportunidade de estar nesta Casa do povo, representando a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso. Cumprimento os Deputados, as autoridades, os visitantes e, na pessoa da Dra. Olívia de Fátima Braga Melo, Delegada-Chefe da Delegacia de Mulheres, a minha corporação.

A minha fala prende-se ao tema justiça em uma sociedade que envelhece. O valor justiça é bastante polêmico. Não é absoluto, e sim relativo. Não há concordância entre teóricos, povos e civilizações a respeito do conceito definitivo de justiça.

Por essa razão, esse tema tem sido alvo de grandes debates entre aqueles que cultuam o estudo do direito. Em breve conceituação, definirei justiça como sendo o princípio da moralidade, que deve guiar o árbitro quando emite o seu veredicto. Na relação entre pessoas, deve haver o respeito com os demais. A justiça, na conceituação de Aristóteles, é a virtude que considera o outro como igual. Por esse princípio, pauta todas as suas decisões. Para Emanuel Kant, a justiça social deriva da igualdade humana, que pretende ver no homem não apenas um ser útil, mas também livre, digno de ser e de receber o necessário para a sua vida material e espiritual. A Secretaria da Segurança Pública, visando a garantir o direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, criou a primeira Delegacia de Proteção ao Idoso no Brasil. Nesse momento, materializou-se o ideal de justiça na segurança pública.

Com grande alarde têm sido divulgadas violências contra crianças e mulheres. Nos últimos anos, nova denúncia passou a ser veiculada. Há muitos idosos sendo violentados em suas próprias casas, por abusos, negligências e maus tratos.

Diante das práticas que chegam ao conhecimento da Delegacia, procuramos traçar um perfil dos idosos que nos procuram. Normalmente, são mulheres viúvas, em idade avançada, frágeis e vulneráveis, em decorrência de um comprometimento físico e mental, morando em companhia de familiares. Os idosos saudáveis também são vítimas de violências, como os abusos financeiros. O idoso, quando pode ajudar no orçamento familiar, é considerado cidadão incluído. E, infelizmente, em quase 70% dos casos, os idosos praticamente sustentam a família. No momento em que entregam as suas aposentadorias e as suas pensões, são totalmente excluídos, em total desrespeito.

Embora não justifiquem, relacionamos algumas possíveis causas para os abusos e as negligências contra os idosos. Apesar de serem possíveis,

essas causas não são justificáveis. Uma delas é a invalidez física e moral do idoso. Diante de sua fragilidade, as pessoas, direta ou indiretamente ligadas a eles, cometem crimes, imaginando que não serão penalizadas, que tudo ficará no esquecimento. Têm segurança de que o idoso não denunciará esses crimes, porque, normalmente, são entes familiares que o praticam.

De acordo com nossa prática na Delegacia, outra causa é o estresse das pessoas que cuidam do idoso. Por exemplo, certos profissionais trabalham no período noturno e cuidam de idosos no período da manhã. Devido ao cansaço, submetem-nos a maus-tratos e agressões. Isso poderia ser evitado.

Outro fator de maus-tratos é a ganância. O problema econômico freqüentemente tem causado ameaças e agressões, com a finalidade de se obter a doação de um bem ou a antecipação de uma herança. O familiar obriga o idoso, às vezes, a ir ao cartório passar procuração para ele gerir o bem. Muitos querem cuidar dos bens do idoso, e não do idoso.

Temos também o problema dos núcleos familiares em que convivem três ou quatro gerações, onde encontramos idosos cuidando de netos de forma obrigatória, e netos, muitas vezes, também cuidando de idosos também. Essa função de babá, atribuída aos idosos, pode servir de pagamento pelo sustento e pela assistência que recebe no seu lar, por parte dos familiares.

Outro fato é a nossa sociedade ocidental e industrial não dar aos idosos a atenção e o espaço devido, tornando-os dependentes de outro. Não digo isso apenas do idoso, acima de 65 anos, mas, no Brasil, a pessoa acima de 40, 50 anos não consegue emprego. É totalmente desprezada a experiência, a responsabilidade, a bagagem que essa pessoa traz consigo. Com essas atitudes, os idosos ficam mais dependentes de terceiros. Dependência financeira.

Temos também o alcoolismo e o uso de drogas como os maiores causadores de agressão e perturbação aos idosos. Vou mostrar mais adiante, por meio de gráficos, que o crime de perturbação tem sido o de maior incidência na Delegacia, justamente devido ao uso de álcool e droga. As agressões ocorrem também devido a problemas emocionais, muitas vezes motivados por conflitos existentes desde a infância, havendo então a retaliação dos filhos.

Existe também a incapacidade de suportar a sobrecarga física e emocional causada pela necessidade de prestar assistência e cuidados especiais ao parente idoso, que fica agravada quando se instala deficiência física ou sensorial.

A violência existe, e, pensando em como coibi-la, a Secretaria da Segurança Pública criou a Delegacia. Temos encontrado muitas barreiras, assim como todo profissional que lida nessa área, para conseguir denúncia formal, ou seja, representação por parte desse idoso, principalmente quando o agressor é familiar próximo ou cuidador profissional, porque o idoso, mesmo que sofra agressões ou maus-tratos, ainda nutre pelo familiar grande amor.

Pelo fato de necessitar do cuidador, do profissional, da pessoa que lhe dá assistência, submete-se a essa situação, sem delatar os fatos criminosos.

A vergonha, o constrangimento e a humilhação que acompanham uma situação de violência, bem como os receios de conseqüências advindas dessa representação, dificultam não só a formalização da denúncia, mas também o encaminhamento oficial dos procedimentos até a justiça. Muitas vezes, vemos que as pessoas que praticam crimes ficam impunes, mas a dificuldade repousa no fato de o idoso não ter coragem de denunciar, de ir às delegacias ou aos órgãos governamentais competentes. Parece que a família e o idoso fazem um pacto, procurando ocultar a verdade, na tentativa de proteger sua auto-imagem. E os crimes continuam acontecendo no recôndito do lar. É uma espécie de tentativa de lavar a roupa suja dentro de casa, de omitir os fatos do poder público. Com essa atitude, aquele conceito de lar doce lar acabou. O local que deveria ser muro de proteção acaba sendo de violência. E o idoso tem sido desrespeitado no seu direito de cidadania.

Relacionei algumas possíveis ações que poderão ajudar famílias a superar esses problemas e evitar a prática de violência contra os idosos: integração e ajustamento do idoso na família e na sociedade, interação, troca de informações, conhecimentos e conceitos entre jovens e idosos, o que lhes possibilitará maior compreensão; integração dos órgãos públicos, visando coibir a violência contra os idosos. Na Delegacia do Idoso, trabalhamos quase em total parceria com faculdades, que nos prestam serviços voluntários, como a FUMEC. Desenvolvemos, além do serviço de polícia judiciária, o de apoio especializado para resgatar a auto-estima do idoso e evitar a reincidência de fatos violentos. Por isso, afirmo que deve haver integração dos órgãos públicos para promover, no âmbito social, melhor interação familiar. Não vamos atribuir esse trabalho somente ao Governo; entidades particulares também podem contribuir para que haja melhor ajustamento entre família e idoso e, mediante campanha de valorização dos idosos, que estes não sejam considerados estorvo. Na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, há quase obrigatoriedade de se ouvir e receber aconselhamento dos idosos. No Brasil, vemos que, quando uma pessoa fica idosa, acaba por envelhecer porque não tem o respeito das pessoas. Há uma diferença muito grande entre ser idoso e envelhecer. Há jovens que estão envelhecidos, que já desistiram da vida. Vemos idosos que contribuem para a melhoria do nosso País.

É o caso da Celeste, que está com todo vigor, contribuindo para a melhoria de vida dos idosos. Estamos caminhando a passos largos para uma sociedade idosa. Temos de preparar o Brasil de amanhã. Devemos pensar nos jovens, mas também, sem demagogia, no idoso.

Vou tentar mostrar, por meio de gráficos, o trabalho que realizamos na delegacia. A delegacia foi criada pela Resolução nº 6.264, do Secretário da Segurança Pública, em 3/12/97. Vou esclarecer a sua finalidade, porque os idosos, quando se enchem de coragem para nos procurar, acham que todos os seus problemas - das áreas cível e penal - serão resolvidos. Portanto, esclarecerei quais são os objetivos da delegacia, a fim de que os idosos a procurem sempre que sentirem necessidade.

O objetivo é atender aos cidadãos de ambos os sexos, com idade superior a 60 anos, que demandem auxílio, orientação, encaminhamento a órgãos competentes, bem como exercer a polícia judiciária nos crimes de lesão corporal, constrangimento ilegal, ameaça, abandono material, apropriação indébita, perturbação à tranqüilidade e ao sossego alheios e vias de fato. Contamos com um serviço de apoio, cuja finalidade é recuperar a auto-estima do idoso vítima de violência, dando orientação e assistência psicológica ao idoso e ao agressor, evitando, com isso, a reincidência.

O crime de lesão corporal depende de representação da vítima, ou seja, se o idoso sofrer agressão física e não representar, muito embora tenhamos conhecimento do fato criminoso, não podemos dar prosseguimento às investigações, porque o fato é de ação penal pública, condicionada à representação da vítima. Quando ocorre a representação, a delegacia procede à lavratura do termo circunstanciado de ocorrência. No caso de lesão corporal - ofensa à integridade corporal ou à saúde de outrem - quando a pena máxima não excede a um ano, intimamos autor e vítima a comparecerem à delegacia, fazemos audiência, colhemos a versão do idoso e do agressor, os nomes das testemunhas e encaminhamos a documentação ao Juizado Especial Criminal, ficando a cargo da Justiça proferir as penas adequadas. Quando a pena máxima excede a um ano, instauramos inquérito policial e o encaminhamos à Justiça comum.

Comprovando que as mulheres têm sido alvo de inúmeros desrespeitos, fizemos um gráfico com o número de idosos vítimas de violência nos últimos anos. Em 1998, 136 mulheres foram agredidas, num total de 80,5%. Fizemos também um geomapeamento das regiões em que ocorrem mais crimes. Constatamos que na região Noroeste ocorrem mais.

É preciso que tenhamos consciência de que o idoso é um cidadão dotado de direitos e deveres.

Dentre os crimes de contravenção computados na Delegacia, em 1998 os de maior incidência foram os de ameaça, totalizando 83% dos casos; em 1999, foi o de perturbação à tranquilidade, totalizando 44,6%, vindo de ameaça, em 2º lugar, representando 78% dos casos.

Como já disse, a mulher tem sido a mais vitimada durante todos esses anos. Em 1998, foram 136 e, em 1999, 157 casos de mulheres vítimas. Em 2000, 355, e em 2001, 359 casos. Isso vem provar a covardia que ainda existe na sociedade: aproveitando-se da vulnerabilidade da mulher e do idoso, são cometidas violências graves contra eles.

Em 1998, a Região Noroeste de Belo Horizonte destacou-se nesse tipo de violência, sendo responsável por 20,7% dos crimes; em segundo lugar, ficou a Região Oeste e, em terceiro, a Região Leste. Em 1999, a Região Noroeste novamente ficou em primeiro lugar, com a Região Leste em segundo e, em terceiro, a Região Oeste, com 23 casos computados. Em 2000, mais uma vez, a Região Noroeste ficou em primeiro lugar, com 101 casos registrados; a Região Leste em segundo, com 79, e a Região Nordeste em terceiro, com 77. Quero dizer que a Região Noroeste compreende os Bairros João Pinheiro, Pindorama e Padre Eustáquio.

Podemos ver que esse quadro tem que ser mudado, para ser mantida a integridade física dos idosos, assim como seus demais direitos.

Comprovando que o idoso teme representar, já que, normalmente, tem que voltar ao seio da família, um gráfico constatou que, em 1998, os filhos foram os maiores agressores dos pais, sendo responsáveis por 44,6% dos crimes. Em 1999, novamente os filhos totalizaram 43% dos casos. Em 2000, mantiveram-se como os maiores agressores, representando 36,3% dos casos. Infelizmente, em 2001, esse número aumentou, com 241 agressões praticadas pelos filhos contra seus pais.

Em 1998, em 63% dos casos marcados, constatou-se que os idosos e seus agressores moram juntos. Em 1999, 63,2%. Em 2000, em 74,3% de casos analisados, verificou-se que agressores e vítimas moram na mesma residência. Em 2001, 74%.

Mas tem que haver o interesse da vítima em representar. Em 1998, houve 73% de casos de desinteresse; em 1999, 77,6%; em 2000, 74,7%, e, em 2001, 77,2%. Isso prova que o idoso, embora sofra agressões, usa a delegacia mais pelo efeito "chave de fenda", para dar um aperto nos seus familiares. Por isso disse que deve haver maior participação do poder público e das entidades não governamentais, com o intuito de conscientizar familiares e idosos. Havendo unidade de ações, diminuí o número de violências.

Deixo um tema para a reflexão de todos nós. Assim como os jovens são a certeza do futuro, os idosos são a fonte de experiência vivida. Ouvir um idoso com respeito e atenção é beber dessa fonte, aprender com quem já passou por todos os obstáculos e dificuldades que ainda se vai enfrentar. Dar carinho e atenção aos idosos é assegurar que, quando chegar nossa vez, também seremos ouvidos e respeitados. Obrigada.

Palavras da Sra. Simone Montez Pinto Monteiro

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite feito pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nas pessoas do Deputado Antônio Júlio e da Deputada Maria Olívia, para participar do Ciclo de Debates As Demandas de um Brasil que Envelhece, bem como tomo a liberdade de saudar todos os componentes da Mesa e as autoridades presentes, na pessoa de seu coordenador, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira.

Boa tarde. Sou Promotora de Justiça de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência e dos Idosos, da Comarca de Belo Horizonte, e Coordenadora Estadual de todos os Promotores de Justiça que atuam nessa área.

As Demandas de um Brasil que Envelhece, esse é nosso ciclo de debates. E envelhece mesmo: é o que percebemos, e os dados estatísticos revelam que o segmento populacional que mais cresce é o das pessoas maiores de 65 anos. Isso não é um fenômeno somente do Brasil, mas mundial. Os dados numéricos e estatísticos da própria ONU, do IPEA ou do IBGE revelam - e os senhores já devem ter ciência, por isso não me reportarei a eles - que o número de pessoas maiores de 65 anos só cresce.

O direito vem por intermédio de demanda social; ninguém cria leis ou ramos do direito se não há demanda social. Então, como é uma realidade que a população idosa aumenta, o próprio Ministério Público começou a se estruturar na defesa das pessoas idosas.

Em março de 2000 foi criada a Promotoria de Justiça em Belo Horizonte. É tudo muito recente: estamos falando do ano de 2000. Em setembro de 2001, foi criado o Centro de Apoio Operacional às Promotorias, chamado de CAOPPDI, que não tem nem um ano de existência, mas suas conquistas conseguidas pela própria sociedade. O objetivo dessa coordenadoria é coordenar as atividades dos Promotores de Justiça na área.

A Constituição Federal foi nossa grande conquista.

A Constituição Federal de 1988 era também chamada de Constituição Social, porque atingiu, deu direitos a uma gama da sociedade chamada de minorias sociais: minorias nos direitos, não na quantidade. Mas a Constituição Federal foi o grande marco não só nas conquistas para a pessoa idosa como para o Ministério Público. Quando falamos em Promotor de Justiça, geralmente a pessoa se lembra do júri, principalmente das novelas com aquela situação horrorosa, em que o Promotor é sempre um carrasco. A Constituição Federal veio dar nova feição ao Ministério Público: na verdade, um defensor da lei, da sociedade. O art. 129 da Constituição Federal determina: "São funções institucionais do Ministério Público: III - promover o inquérito civil e ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos". Ora, onde está o idoso? Está incluído nos "interesses difusos e coletivos". Então, o Ministério Público ganhou o poder de defender coletivamente a pessoa idosa.

Se a Constituição Federal concedeu a possibilidade de defesa da sociedade ao Ministério Público, de defender a lei, ou seja, se temos um País em que muitas leis existem e não são respeitadas, e se esse ramo dentro do Ministério Público é recente, existe imensa demanda reprimida, ou seja, inúmeros direitos que não são cumpridos e que precisam ser defendidos. Então, nós, Ministério Público, sob pena de atirmos em inúmeras direções e não alcançarmos objetivo algum, resolvemos priorizar a fiscalização das instituições de longa permanência, a chamada fiscalização dos asilos, das entidades asilares, porque entendemos que o idoso institucionalizado encontra-se em maior risco pessoal ou social, via de regra porque a própria família, na grande maioria das vezes, o desassistiu. Então, seria necessário o Ministério Público voltar os olhos para esse segmento.

Trabalho com uma equipe muito boa. Temos, na Promotoria, equipe multidisciplinar que ajuda nesse trabalho. É uma equipe de apoio. Aliás, estou vendo grande parte dela lá, em cima, e também aqui, embaixo. São as minhas parceiras de trabalho, porque ninguém tem poder para desenvolver um trabalho sozinho. Então, precisamos de aliados. Não sei se é o momento, mas sinto-me totalmente à vontade aqui para falar que, se tiverem alguma luta, não pensem em angariar muitas pessoas para começá-la. Vamos começar com o que temos, porque, depois dessa demanda, conseguem-se mais coisas. Vejo isso por nós. Começamos eu, a Sônia, assistente social, a Patrícia, a psicóloga que veio depois e mais dois escreventes. Hoje, conseguimos uma equipe muito maior, com psicólogas, assistente social, médico, arquiteto, assessoria jurídica.

Temos ainda odontólogo e terapeuta ocupacional. Por meio de convênio com a UFMG, temos um serviço de levantamento e orientações gerais. Não são profissionais do Ministério Público, estão lá como voluntários, mas querem integrar a equipe. Acho isso de suma importância.

Desenvolvemos esse trabalho de fiscalização dos asilos em parceria com a Vigilância Sanitária Municipal. Têm uma área de atuação, e nós, outra, mas existe a parceria.

Qual foi o nosso trabalho? Primeiro, era preciso mapear as instituições, porque, por incrível que pareça, não existia um órgão, seja no poder público, na própria Prefeitura, no Governo do Estado, que nos dissesse quantos e quais eram os asilos de Belo Horizonte. Conseguimos uma listinha aqui, outra ali e fomos juntando e mapeando essas instituições.

Depois disso, foram redigidos roteiros de trabalho. Aí, começou a fiscalização.

Então, coletamos dados do balanço de 2001. Nesta transparência, temos o balanço dos anos 2000, 2001, março de 2002. Nossa equipe fez esse levantamento, para termos um diagnóstico. Num primeiro momento, a atuação do Ministério Público tem sentido educativo, para ver o que pode ser melhorado. Num segundo momento, se a instituição não tiver melhorado em nada, vamos buscar auxílio junto ao poder público e à própria instituição, se não tem as mínimas condições de estar funcionando.

Com relação aos dados referentes às fontes de recurso das instituições de longa permanência, percebemos que 52% são filantrópicas, 47%, privadas, e 1% é governamental. O que chama a atenção nesses dados? É que 1% é governamental. A participação do poder público, com relação a entidades que abriguem idosos, é mínima. O que se tem são convênios. Em Belo Horizonte há um convênio muito bom com a Secretaria Municipal de Abastecimento, com hortifrutigranjeiros, etc. Mas é um convênio de R\$18,00 por idoso. É uma vergonha considerar que o idoso vai receber R\$18,00, através de convênio. É importante dizer isso porque não sei se tinham conhecimento desses R\$18,00. Têm que saber, porque a situação do idoso é essa. Isso acontece porque, via de regra, não há investimento público.

Com relação ao número de idosos institucionalizados, o número de mulheres é três vezes maior que o do público masculino. Isso ocorre, primeiro, porque o viúvo, muitas vezes, casa e constitui nova família com mais facilidade. Segundo, isso ocorre porque a sobrevivência da mulher é maior.

Com relação às características das instituições e à aceitação de dependentes, é um problema grave, porque 54% dos asilos aceitam dependentes. Não é um número ruim, preocupante. O que preocupa é quando analisamos as instituições filantrópicas, em que somente 27% aceitam dependentes. Ora, para aquele idoso pobre, carente e dependente, que tem inclusive alguma deficiência, o lugar é muito mais difícil de ser conseguido. Daí a necessidade de o poder público intervir, seja através de convênio ou de instituições próprias, para abrigar esse público pobre e idoso, que não tem para onde ir. Isso não ocorre com as instituições particulares, porque 85% aceitam os dependentes.

Com relação às características das instituições com equipe de saúde própria, 54% não a possuem; em 31%, ela é incompleta, e em 15%, é completa. Na maioria não há médico próprio, muitas vezes há um voluntário, mas com este não se pode contar com o rigor, como se fosse funcionário. Trata-se de um dado preocupante.

Com base nisso, firmamos um termo de ajustamento de conduta, ou seja, um documento oficial, com o Secretário Municipal da Saúde, em Belo Horizonte, para que essa assistência seja dada, no mínimo, quinzenalmente, com a visita do assistente da saúde ao asilo. Deve ir ao asilo fazer o atendimento, e não o idoso ir, naquela situação prévia, ao posto médico.

Com relação às características das instituições, programa de capacitação e treinamento, para se ter uma idéia, 70% delas não têm um programa voltado para a capacitação de seus funcionários. A capacitação é importante, porque, para se lidar com o idoso, é preciso sair do amadorismo e buscar o profissionalismo.

Quando lidamos com o idoso, temos de ser capacitados, assim como um professor com relação aos alunos. Foi feito um termo de ajustamento de conduta com o Secretário Municipal da Saúde, para que os funcionários de instituições filantrópicas possam ser capacitados gratuitamente. O curso começa em março e vai até o final do ano, com 40 vagas. As instituições podem procurar a Promotoria ou a Secretaria Municipal da Saúde para esse encaminhamento.

Quanto aos motivos mais frequentes para a institucionalização, os mais comuns são a carência econômica e a indisponibilidade de tempo para cuidar do idoso. Ou seja, por que o idoso está num asilo? Carência econômica é o maior motivo que vemos nas instituições filantrópicas. A família muitas vezes não tem condições de cuidar daquele idoso, então o institucionaliza. A indisponibilidade de tempo para cuidar do idoso pode acontecer na própria família carente, que tem de sair para trabalhar, mas é muito comum também nos privados, ou seja, naquelas famílias de renda, que têm posses, mas colocam o idoso em um asilo.

Seja filantrópico, seja particular, o que se percebe é que, quando o idoso está num asilo, normalmente a família se afasta. Isso é uma questão de tempo. O vínculo familiar fica muito estremeado com a institucionalização. Por isso é importante os proprietários e diretores de asilos ficarem atentos a isso. Muitas vezes o idoso liga, cobrando a presença da família, e esta não aparece. Então, o idoso sente muito essa ausência. Quando isso acontecer, por favor, comuniquem nosso setor de orientação psicossocial, na Promotoria, que iremos notificar esse familiar para comparecer, porque tem deveres a serem cumpridos para com esse idoso.

Procedimentos administrativos. Fiscalizamos todas as instituições asilares de Belo Horizonte mais de uma vez. Esse é um trabalho de rotina, não um trabalho eventual. Com isso pudemos perceber que 83% não geraram nenhum tipo de procedimento, nenhum processo dentro da Promotoria, ou seja, não foram investigados a fundo, porque a situação era de melhoria, mas não necessitava de procedimento. Mas 17%, sim. Fiquei com muita pena, porque não conseguimos trazer algumas fotos de determinadas instituições - algumas delas já fechadas - para demonstrar a realidade em que vive o idoso, muitas vezes dura.

Resultado da fiscalização. Nove por cento dos asilos tiveram suas atividades encerradas - na sua grande parte, particulares - por não terem condições de funcionamento. Esse foi um trabalho feito em conjunto com a própria direção do asilo. Não tivemos de entrar com nenhum tipo de ação, porque eles próprios reconheceram a falta de condições para o asilo funcionar.

Terminamos, com um gráfico de avaliação das instituições. Essa avaliação não vai ser publicada. Só poderíamos publicar a avaliação de cada instituição se tivéssemos uma equipe de fiscalização periódica, sob pena de instituição asilar ficar com um rótulo de "muito ruim" ou "muito fraco", e isso não poder ser atualizado. O gráfico foi feito para uma avaliação interna da questão. Um por cento foi tido como muito bom. Foram desenvolvidos inúmeros critérios, desde capacitação até estrutura física e outros. Muitos dos conceitos foram obtidos dentro da própria Comissão de Direitos Humanos do Congresso, que tem um trabalho de fiscalização. Nossa maior preocupação é com esses 20% considerados muito fracos.

Abrimos procedimentos administrativos contra todas as instituições consideradas muito fracas. Estamos diligenciando, junto ao poder público,

para que contribua com a melhoria, e junto à própria instituição, porque, embora não usemos o rigor extremo da lei, necessitamos de um mínimo razoável de condições, sem o que as instituições não podem perdurar, sob pena de violação dos direitos do idoso.

- Procede-se à apresentação de transparências.

Existe na "home page" do Centro de Apoio - www.pgjmg.gov.br - legislação estadual e federal referente à pessoa idosa, jurisprudência, etc. Vocês podem fazer consultas, que receberão respostas. Caso tenham interesse, consultem a nossa página para maiores esclarecimentos.

Parabenizamos a Dra. Celeste pela iniciativa do livro, que reflete a participação da sociedade na defesa dos direitos dos idosos.

Colocamos a Promotoria de Belo Horizonte, a Coordenaria Estadual e todos os Promotores de Justiça do Estado à disposição dos senhores, pois, onde há uma comarca, sempre haverá um Promotor responsável pela defesa da pessoa idosa. Exercem seus direitos, porque só dessa forma conseguiremos defender os idosos. Obrigada.

Palavras do Sr. Rodrigo da Cunha Pereira

Agradeço o convite e a oportunidade de aqui estar, cumprimentando a todos na pessoa do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente da Mesa.

Parabenizo nossa colega, Dra. Celeste, pela pesquisa feita, na certeza de que seu livro será muito usado por todos, devido à importância do trabalho de se fazer uma síntese de toda essa legislação.

Sou advogado, trabalho particularmente com direito de família, e a mensagem que trago é apenas uma reflexão sobre o pensamento jurídico. É uma idéia de direitos, a começar do pensamento de que um seminário como este só é possível porque estamos diante de uma nova era, qual seja a da consolidação dos direitos humanos e da cidadania, que significa a exclusão das discriminações. As diversas leis que surgem, dando proteção aos idosos, significam não uma discriminação no seu sentido tradicional, mas aquilo que chamamos, na época dos direitos humanos, de uma discriminação positiva, já que se faz necessário estabelecer direitos para proteção aos idosos, pensando, antes de tudo, que essas pessoas estão incluídas no lar social.

Para o direito, interessa acabar com alguns preconceitos com relação às pessoas de uma certa idade, principalmente com relação à capacidade da pessoa. Interessa-nos saber o limite da capacidade. Há um grande preconceito de que as pessoas que têm uma determinada idade são incapazes. Isso não está escrito em nenhuma lei. É muito comum os testamentos feitos por pessoas de mais de 70 anos sofrerem tentativas de anulação por incapacidade. Em princípio, pressupõe-se que elas não têm capacidade, mas isso não é verdade. A capacidade da pessoa dá-se com 21 anos - a partir do ano que vem será com 18 - e vai até a morte. Essa incapacidade só existe quando declarada pela Judiciário por meio de uma ação que se chama ação de interdição e curatela. Essa curatela só é conveniente quando é extremamente necessária, porque ela reforça a incapacidade. Portanto, poderíamos pensar em formas mais brandas de suprir essa incapacidade. Quando sou procurado para fazer a curatela, sempre procuro uma forma opcional. Geralmente a tragédia começa quando alguém se aproveita da situação, como no caso da assinatura de cheques. Uma forma seria colocar duas pessoas para assinar cheques. Esse é apenas um exemplo de diversas formas opcionais. A curatela só deve ser feita em último caso, porque ela é um reforço da incapacidade.

Durante a vida da pessoa, estabelecem-se direitos e deveres. Estou aqui para dizer de alguns desses direitos e tentar acabar com alguns preconceitos, não só em termos de direitos, mas também em termos dos vínculos sociais. Por exemplo, em relação ao casamento, o direito, no atual Código Civil, estabelece um limite. A capacidade das mulheres é de 50 anos, e a dos homens é de 60. Com a entrada do novo Código Civil, a capacidade passa a ser de 60 para ambos. Mesmo isso é questionável. Que capacidade é essa? Significa que a pessoa já não pode escolher o seu regime de bens. É como se a pessoa recebesse do Estado o selo da incapacidade. É como se as pessoas mais velhas não pudessem se enamorar. Há também o preconceito de que as pessoas mais velhas não tenham sexualidade. Freud, há muito tempo, revelou ao mundo um outro discurso sobre sexualidade. Sexualidade não é o ato sexual. A sexualidade é algo muito mais profundo, é essa energia da vida que nos faz viver, trabalhar, rir e chorar. E isso só termina com a morte, e não aos 40, aos 50 ou aos 60 anos. O desejo começa e termina com a vida, e é ele que nos faz viver, embora estejamos sempre à procura de algo que nem sabemos o que é, ou seja, somos movidos pela falta. Às vezes, nos deparamos com o nosso desamparo, que é estrutural, mas que é mais escancarado para as pessoas mais velhas.

É importante termos acesso a algumas teorias, a um novo pensamento, para irmos derrubando esse preconceito em relação à sexualidade e à libido. Em relação a estas não existe limite de idade. Não é necessário que haja ato sexual, pois a sexualidade é a energia da vida, num sentido mais profundo, estudado por Freud.

Como advogado, faço essas observações, porque esse conceito nos irá ajudar a estabelecer vínculos. E o direito estabelece limites. Essa lei é de 1916, mas mesmo a de 2003, que entrará em vigor, estabelece o limite de capacidade: os homens e as mulheres acima de 60 anos podem casar-se apenas com o regime de separação total de bens. Isso nos leva a acreditar que os vínculos familiares são muito perigosos, ou seja, a lei existe para evitar golpes do baú.

Quando falamos em idosos, muitas vezes pensamos em pessoas carentes, sem meios de sobrevivência, mas devemos ampliar nosso pensamento. Por exemplo, o Presidente da República e os Ministros do Supremo Tribunal, que julgam os casos mais importantes do País, têm mais de 60 anos. Será que podem tomar decisões tão importantes, mas não podem tomar uma decisão particular em sua vida? Será que a paixão, os vínculos afetivos e amorosos são tão perigosos?

O Instituto Brasileiro de Direito de Família está propondo alteração, para entrar em vigor no próximo ano, acabando com esse limite de idade, ou pelo menos, estendendo-o para 70 anos.

Outro direito pouco conhecido pelas pessoas refere-se aos alimentos, à pensão alimentícia. Os alimentos decorrem de um dever de solidariedade humana, cujas fontes são o casamento, a união estável e o parentesco. Poucos sabem que não somente os filhos podem exigir esses direitos dos pais, mas também os pais podem exigir-los dos filhos, dos netos, enfim, na ordem de parentesco, todas as pessoas estão coobrigadas ao pensionamento.

O mais importante para mim é trazer uma mensagem de otimismo. Essas novas idéias de cidadania remetem-nos a reflexão sobre o refazer o ordenamento jurídico brasileiro, que, de alguma forma, está sendo feito, por meio de leis, todas compiladas nesse livro. Entretanto, temos que avançar e compreender esses novos vínculos familiares - e eu trabalho com direito de família e sucessões. Hoje, nosso grande desafio é definir o que é família.

Entre esses novos arranjos familiares e essa nova realidade social e econômica que se apresenta em nosso País, com as suas crianças abandonadas, estão também as pessoas institucionalizadas. Duas pessoas podem viver juntas sem caracterizar necessariamente relação conjugal. Conheço duas amigas que vivem juntas. Isso seria importante para o Direito? Se essa situação for caracterizada como família, aquele

bem onde residem passa a ter a característica de bem de família, não podendo ser penhorado. Esse é um sentido maior de proteção.

Realço esses direitos que mencionei nesse curto espaço de tempo. Trago essa mensagem de que, envolto nesse direito, há muito preconceito com relação aos idosos, mas seminários como esse ajudam a derrubá-los, criando maior inclusão no laço social.

Lerei a crônica "Antes que Elas Cresçam", do mineiro Affonso Romano de Sant'Anna, que fala sobre essa relação, suavizando-se um pouco a dureza dessa realidade.

- Procede-se à leitura da crônica.

Palavras do Sr. José Sotter Figueroa

Boa tarde. Gostaria de saudar o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que coordena esta Mesa, e, na sua pessoa, as demais autoridades presentes, as entidades prestadoras de serviços à terceira idade, as ONGs e os trabalhadores da área de assistência social.

Gostaria ainda de parabenizar esta Casa - e, em especial, a Deputada Maria Olívia - por esta iniciativa.

Saúdo o Presidente do COGEMAS, Secretário de Assistência Social de Lagoa da Prata. O COGEMAS é o órgão que agrega os Secretários Municipais de Assistência Social do Estado. Saúdo também o Sr. José Anísio, Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Juiz de Fora.

Quero dizer aos senhores sobre nossa satisfação em estar aqui para apresentar breve relato de uma experiência que já conta mais de 15 anos: o Programa de Atendimento à Terceira Idade, de Juiz de Fora. Apresentarei algumas experiências práticas, um relato, mesmo que seja breve. Nossa equipe está presente. É um programa exitoso, ao longo de seus 15 anos de existência.

Dividirei minha exposição em três momentos. O primeiro deles será de contextualização da questão do idoso no meu município, números acerca do idoso, o perfil do idoso, a capacidade física instalada e as formas de controle social.

O segundo momento seria o relato de algumas experiências, alguns projetos que desenvolvemos no município, com destaque para um projeto inovador, recentemente implantado, intitulado de Projeto Carinhoso.

Ao final, farei algumas considerações, alguns pontos de reflexão que gostaríamos de deixar nesta plenária, com alguns desafios que se anunciam nos próximos anos no que tange à população idosa, que já foi, em termos de números, anunciada e relatada por diversos palestrantes no transcorrer do dia de hoje. Acredito que cumprirei meu prazo de 20 minutos.

Na parte da manhã e na parte da tarde já foram ditos alguns números sobre o envelhecimento. O Brasil tem algo em torno de 8,56% de sua população considerada de idosos. Minas Gerais tem 9,08%; o Município de Belo Horizonte tem 9,14%; Juiz de Fora tem 10,06%; Juiz de Fora e entorno têm algo em torno de 12,13%. Esse quadro está sendo apresentado somente para dizer que Juiz de Fora está acima da média, no que diz respeito à população idosa. Em 1991, tínhamos 35.886 idosos e, segundo o último censo, são 48.456 idosos, numa população de menos de 500 mil habitantes.

Uma pesquisa realizada recentemente pela Universidade Federal de Juiz de Fora, juntamente com uma pessoa que está desenvolvendo uma tese de doutorado acerca da terceira idade, identificou, para um universo de mil idosos, por amostragem, o perfil dessa população de idosos em Juiz de Fora. A maioria tem entre 70 e 74 anos, 70% são do sexo feminino, a maioria tem o 1º grau incompleto ou completo, 45% dessa população apresentam boa saúde física, memória e audição; 42% tem boa visão; 45% sofrem de pressão arterial; 28% têm colesterol alto; 27% tem reumatismo e 72% fazem uso de algum tipo de medicação.

Embora Juiz de Fora tenha 48 mil idosos, a capacidade física instalada no município gira em torno de apenas 15 entidades, que atendem a aproximadamente 1.500 idosos. A oferta é muito limitada, diante da demanda registrada de idosos.

Em termos de articulação, Juiz de Fora dispõe do Conselho Municipal de Idosos, desde 1994, e do Fundo Municipal de Idosos, que somente neste ano está sendo operacionalizado, embora já exista orçamentariamente. São alocados recursos financeiros, mas, até este ano, não eram disponibilizados.

No que tange aos serviços prestados no município pelo poder público, temos o Centro de Convivência do Idoso. Diga-se de passagem, é um centro de convivência dos mais modernos existentes no País e totalmente adaptado à sensibilidade. Ele possui um atendimento da ordem de 450 idosos por dia e uma rede de 6 núcleos periféricos. Isso é de responsabilidade do poder público municipal.

Apresentamos rapidamente alguns projetos que consideramos importantes; são experiências práticas, que estão sendo desenvolvidas no âmbito do município e que colocamos como uma experiência que pode servir de modelo para outros municípios presentes neste ciclo de debates.

Temos o projeto Internet Sênior. Alguns municípios já dispõem dele, que é uma parceria com o Governo do Estado, a PRODEMGE. Como o próprio nome diz, ele visa, na realidade, a romper com a barreira digital, permitir que o idoso tenha acesso à informação por meio da Internet. Esse é um projeto bastante freqüentado pelos idosos de Juiz de Fora. Na realidade, ele eleva a auto-estima do idoso e faz com que se abra uma janela do idoso para o mundo.

Um outro projeto bastante interessante é o chamando Encontro de Gerações. O projeto constitui-se em um grupo de idosos que vai às escolas da rede pública municipal, às escolas particulares, às nossas creches, às faculdades e faz um relato da sua experiência de vida, conta a história da nossa cidade, de personalidades de expressão do nosso País, mantendo um intercâmbio sempre vivo, uma história viva para as nossas crianças e a juventude do nosso município.

Um outro projeto é a Oficina da Memória, que não está relacionado com nenhum aspecto do ponto de vista terapêutico. Na verdade, é um grupo de idosos que são estimulados para a vivacidade da sua memória, por meio de jogos, de atividades de relaxamento.

Um outro projeto, que se iniciou a partir de 1997 e sobre o qual hoje estamos dando uma parada para refletir, é o de inserção profissional. Como foi dito pela manhã, infelizmente os nossos idosos têm a necessidade de complementar a sua renda, já que a aposentadoria tem valores irrisórios. Esse projeto de inserção é feito por meio de um convênio firmado com uma rede de supermercados de Juiz de Fora, em que os idosos desempenham nesses estabelecimentos, atividades de recepcionista.

Apresentamos alguns outros projetos que são típicos de programas de terceira idade. Não estamos apresentando nenhuma novidade. Esses são projetos tão importantes quanto os outros que anunciamos anteriormente. São projetos de alfabetização. Temos um projeto em parceria com o SESC que visa a alfabetização de idosos. Surpreendentemente, temos uma fila enorme de idosos que procuram esse projeto. Encontramos idosos com 70, 75 anos de idade aprendendo a ler e a escrever. Isso representa muito para eles. Talvez a maior felicidade da vida deles seja o fato de aprender a ler e a escrever. Temos a ioga, o teatro, em que eles preparam a peça e a levam à comunidade, aos bairros de Juiz de Fora, o turismo, os bailes. Alguém hoje pela manhã fez uma crítica aos programas de terceira idade, dizendo que eles geralmente são marcados por bailes.

Não tem problema haver baile. Os programas de terceira idade não podem parar em bailes, mas é fundamental que haja baile. É importante para o ser humano dançar. E para o idoso mais ainda, porque é um trabalho de afetividade e de sexualidade. Muitas vezes, há um tabu, um preconceito de que o idoso não tem sexualidade. Na verdade, tem, sim. É importante desenvolver projetos com bailes, porque há possibilidade de o idoso se integrar e dançar.

Em Juiz de Fora, há um projeto muito bem desenvolvido em que há um bloco de carnaval da terceira idade, chamado Recordar é Viver. Nele desfilam mais de 1000 idosos, pelas ruas de Juiz de Fora. Há ainda a ginástica e as palestras de conscientização.

Vamos falar agora de um projeto inovador que se chama Projeto Carinhoso. Esse nome foi inspirado numa música brasileira de Pixinguinha e tinha o propósito e o viés também de fazer uma provocação, principalmente na perspectiva de mudança de cultura de nossa população. Em primeiro lugar, o idoso tem que ser tratado com carinho. Trata-se de um projeto que faz parte de uma rede de cidades internacionais, a URBAL, Rede Urbana da América Latina, de intercâmbio, de cooperação com municípios da Europa e da América Latina.

No ano passado, esse projeto foi apresentado a essa rede, da qual participam municípios da Espanha, da França e outros que já têm longa história de serviços de atendimento domiciliar à terceira idade. Dela participam ainda municípios da Venezuela, Argentina, Uruguai, Peru e Brasil. Infelizmente, o único município brasileiro que participa da rede é Juiz de Fora. Essa experiência foi apresentada e aprovada por essa rede.

O Projeto Carinhoso obedece a esses três eixos estratégicos e está no marco conceitual do SAD - Serviço de Atenção Domiciliar à Terceira Idade da URBAL e obedece às diretrizes da política nacional do idoso, da Lei nº 8.842, de 1994, e está inserido no PSF.

Por que é o PSF? Pelo menos por três motivos. O primeiro deles é porque se trata de um programa de baixíssimo custo. Grande parte dos municípios, no Estado e no País, já têm médicos de família e os agentes comunitários de saúde.

Em segundo lugar, o PSF é um programa reconhecidamente de altíssima eficácia, onde 85% das suas ações tiveram eficácia comprovada. Há um dado muito interessante. Fala-se muito da dependência dos idosos. Hoje, pesquisas mais atuais mostram que, na realidade, 86% dos nossos idosos possuem dependência leve ou nenhuma, 9%, moderada, e 5%, grave. Isso justifica a inversão do atual modelo de prestação de serviço à terceira idade.

Não temos nada contra os asilos, pelo contrário. Em Juiz de Fora, somos favoráveis ao fortalecimento dos asilos, mas também a um processo de revitalização.

O Projeto Carinhoso visa a uma atuação junto à família e à comunidade e tem caráter preventivo.

O que é o Projeto Carinhoso? É um projeto de atendimento domiciliar ao idoso, por intermédio de cuidadores capacitados, agentes comunitários de saúde que passam por um processo de capacitação. A equipe do Programa de Atendimento à Terceira Idade de Juiz de Fora capacita os agentes comunitários com um conteúdo programático definido, envolvendo a família e a comunidade através do PSF.

Por que o Projeto Carinhoso? Na realidade ele propõe a inversão do atual modelo de atendimento, promovendo a autonomia e a independência do idoso, o atendimento individualizado em pequenos grupos, assegurando vida ativa e elevação da auto-estima. Como? Mediante a articulação com parceiros locais. Envolvemos a comunidade, as associações de moradores, os clubes de serviço, a igreja, as famílias, todos os agentes que, direta ou indiretamente, podem contribuir para o que estamos chamando de vida ativa do idoso. É uma ação integrada com as políticas públicas nas áreas de saúde. O centro de referência do Projeto Carinhoso é a Unidade Básica de Saúde, envolvendo a assistência social do município, a escola local, a habitação, o trabalho, o esporte, o lazer, a segurança, a Polícia Militar, a cultura, o transporte, entre outros.

Atualmente desenvolvemos uma experiência piloto no Bairro Santa Efigênia, um bairro de Juiz de Fora bastante populoso, com 11.500 habitantes, dos quais 618 são idosos, 59 deles acamados.

O que pretendemos com esse Projeto Carinhoso é que todas as equipes do PSF em Juiz de Fora, 56 equipes, possam ser capacitadas, chegando o projeto a atingir 16.210 idosos em Juiz de Fora, quase 40% de toda a população de idosos dessa cidade. Caso essa experiência seja bem-sucedida, gostaríamos que servisse de referência para o Brasil, pelo seu baixo custo e pela sua alta eficácia.

Os impactos esperados com o Projeto Carinhoso são: redução com os gastos de saúde pelo idoso e pelo SUS. À medida que o idoso tenha uma atenção personalizada ou em grupo, na sua casa, com o envolvimento da família e da comunidade, pretende-se que haja uma redução dos gastos com a saúde, principalmente com remédios. Esperam-se o fortalecimento dos laços familiares e comunitários, a humanização do atendimento e a autonomia, a independência e a participação do idoso. Espera-se que ele tenha uma vida ativa. Resumindo, o que se pretende com o Projeto Carinhoso é garantir a inclusão social, a qualidade de vida, a qualificação do adulto maior, da pessoa da terceira idade.

Por fim, gostaria de apresentar apenas alguns desafios colocados hoje na política municipal de atendimento à terceira idade em Juiz de Fora e, acredito, no Estado e no Brasil. São ações de caráter preventivo para a terceira idade, como é o Projeto Carinhoso; investimento em políticas públicas, busca da atenção integral à terceira idade, o trabalho com equipes interdisciplinares - odontologia, assistência social, psicologia -, capacitação permanente continuada junto às entidades, junto aos dirigentes de entidades, junto aos profissionais que atuam com a terceira idade; capacitação da própria população, que é, em potencial, a fornecedora de cuidadores de idosos e a mentora de novos papéis sociais dos idosos.

Aqui deixo a frase de um assistente social e gerontólogo do SESC de São Paulo, Marcelo Antônio Salgado, que reflete a realidade do País: "Nascer é uma possibilidade, viver é um risco e envelhecer, em nosso País, ainda é um privilégio". Apesar da desesperança de alguns, enxergamos luzes para a nossa terceira idade, sendo esta a população que mais cresce em nosso País, que quintuplicará até o ano 2025, quando a população do mundo apenas dobrará. Apesar de nossa preocupação, temos a possibilidade de mudança desse cenário, quando formos às urnas decidir nosso futuro. Também acreditamos num movimento que venha de baixo para cima, no movimento dos municípios, que envolve toda a sociedade civil organizada, as entidades que prestam serviços na área e o poder público, com vistas a fazer reverter a situação do idoso. Obrigado.

Boa tarde. Em nome do SESC agradeço a oportunidade de poder passar nossa experiência de trabalho social com o idoso.

Este mês é muito importante para nós, porque o SESC comemora 26 anos de trabalho com a terceira idade em Minas Gerais. O SESC é pioneiro nesse trabalho no Brasil. O nosso colega de Juiz de Fora disse uma frase de Marcelo Antônio Salgado, que foi o precursor desse trabalho no Brasil.

O nosso trabalho com a terceira idade tem uma visão não assistencialista a partir de programas que visam à integração do idoso na sociedade e na família. Essa integração é feita por intermédio de grupos. Trabalhamos com 5 grupos de terceira idade na Capital e 14 grupos no interior, onde o SESC mantém unidade de serviço.

Nesse trabalho que é desenvolvido no SESC, de cultura, lazer e esporte, destacamos as atividades culturais, principalmente as atividades de resgate da cultura e da tradição. Essa transparência mostra apresentação folclórica. Incentivamos muito esse trabalho, como esse da Dança de São Gonçalo. As danças são apresentadas nas nossas unidades de serviço e também na comunidade. Esse trabalho é coordenado pelos professores do SESC, que são da área de folclore, de educação física, mas o idoso tem uma participação efetiva em todo o processo de elaboração desse figurino, como a criação das roupas e da pesquisa que é feita para as danças. Recentemente foi criado, nas nossas unidades de Almenara, Paracatu e Januária, um trabalho em que os idosos estão fazendo um resgate da cultura local, das danças tradicionais que estavam esquecidas e que estão sendo resgatadas. Esse trabalho está sendo levado para apresentação nas escolas, nas unidades e na comunidade.

Essa transparência mostra uma gincana folclórica realizada no ano passado entre os nossos grupos da Capital. Amanhã estaremos realizando no SESC de Venda Nova essa gincana. Esse é um trabalho que envolve não apenas o idoso, mas toda a família. São formados grupos que apresentam, cada um, um tema. Distribuímos tarefas que têm de ser pesquisadas para a apresentação no dia da gincana. Os idosos recorrem aos filhos e aos netos para fazer esse trabalho de pesquisa e de resgate de memória.

Uma atividade muito importante no SESC com a terceira idade é o teatro. Já temos um trabalho de muitos anos de produção cultural com o teatro.

Quando o teatro foi criado, sentimos certa resistência do idoso, principalmente de ir para o palco e apresentar-se para as pessoas. Na hora da maquiagem, também certa resistência, principalmente dos homens, que não concordavam em se transformar para as apresentações artísticas.

Em todas as peças apresentadas, é feito um trabalho de expressão corporal e vocal e de desinibição. Na transparência de cima, podemos ver uma peça que foi apresentada: "A Bruxinha Que Era Boa". Todas as pessoas estão maquiadas e vestidas a caráter. O próprio idoso se produz, a partir de todo um trabalho de preparação.

O teatro trabalha com vários temas. Nessa transparência, temos um auto de Natal, em que foi apresentada toda a trajetória de Cristo. Na outra transparência, apresentação realizada no Parque das Mangabeiras em comemoração à semana da criança. Levamos as peças aos asilos, às escolas, etc.

Outro trabalho de muito destaque é o de serestas. No SESC, temos grupos de seresta que pesquisam tradições e músicas antigas, é comum fazerem saraus. Nessa foto, temos um sarau, e os idosos estão a caráter. Há, portanto, o resgate de músicas e de compositores, como Pixinguinha e outros. Temos também pesquisas relacionadas ao folclore, apresentadas pelo grupo.

O trabalho de coral é muito importante em todas as unidades. Aqui, podemos ver que há vários corais, tanto na Capital quanto no interior. Incentivamos muito essa atividade, que integra os idosos. Nas transparências, podemos ver apresentações em um "shopping" e em uma igreja.

Nessa transparência, vemos um livro, "Prata da Casa", publicado por integrantes de um grupo do Bairro Carlos Prates, composto por escritores e poetas. Apoiamos a publicação desse livro.

No SESC, não direcionamos a atividade. Quando o idoso entra no programa, escolhe o que irá fazer, de acordo com suas habilidades. Incentivamos a participação, mas não direcionamos nada. Nesse caso, o grupo tem produção literária muito grande e, portanto, editou esse livro no ano passado.

Na área de lazer, realizamos, mensalmente, passeio com os idosos, em todas as unidades de serviço. Vamos a hotéis-fazenda e a clubes, com o objetivo de interagir os idosos, pois sabemos que muitos passam todo o dia em casa, muitas vezes sem ter com quem conversar.

Aqui vemos a realização de uma dinâmica. Incentivamos muito a participação do grupo de idosos.

O nosso colega de Juiz de Fora falou sobre a importância da dança. Realizamos também atividades recreativas semanais. Uma vez por ano, na comemoração do aniversário do grupo, é tradicional a união dos idosos para promover a atividade. Essa transparência mostra a comemoração dos 20 anos de um dos nossos grupos. O objetivo do SESC é apoiá-los. A programação é escolhida pelo idoso. Nessa ocasião, o grupo pediu que fosse ensaiada uma valsa. A roupa, a coreografia e a decoração do ambiente foram escolhidas pelos idosos, que participam de todo o processo de produção da atividade. Como se tratava de baile especial em comemoração a um aniversário, os idosos confeccionaram os enfeites das mesas, combinando com as roupas das senhoras que dançaram a valsa.

Damos muita importância ao envolvimento da família do idoso nas atividades. Estamos sempre desenvolvendo atividades em que o idoso leva a sua família, como teatros e apresentações folclóricas. Podemos ver na transparência um desfile de moda. Os idosos desfilaram com suas próprias roupas, ensaiados por profissional contratado. Na outra transparência, podemos ver a presença das famílias. Essa atividade foi muito emocionante. Os netos e filhos vibraram, ao verem seus avôs e avós na passarela.

Realizamos atividade de lazer muito tradicional. Comemoramos anualmente as festas juninas. O SESC desenvolve um trabalho para todas as pessoas, não apenas para as da terceira idade. Realizamos um trabalho amplo voltado para a cultura, a educação, a saúde, etc. Para as festas juninas, há um grupo formado, de dança. Esse grupo já se tornou tradicional em Belo Horizonte, recebendo inúmeros convites para apresentação. A coreografia é muito bonita e alegre, e o grupo já se apresenta há muitos anos.

Para os nossos bailes, escolhemos temas variados. Os idosos sempre estão solicitando a realização de bailes temáticos. Aquele teve tema sobre ciganos. As pessoas estão vestidas a caráter.

Quando o idoso entra em nosso grupo, a primeira atividade é uma entrevista com o responsável pelo trabalho com a terceira idade. Procuramos saber por que esse idoso está entrando no grupo, pedimos informações sobre sua saúde, sobre quais são as atividades pretendidas, sobre o que deseja fazer no SESC. Logo em seguida, fazemos uma dinâmica com todos os novatos. Geralmente são convidados os veteranos, que expõem as experiências no grupo. Então, há uma dinâmica realizada com as pessoas que estão conhecendo o grupo.

O carnaval é tradicional. Essa foto é do interior. O SESC tem algumas unidades no interior, e os grupos da terceira idade participam, efetivamente, todos os anos, com blocos próprios para a idade. Também já se está tornando tradicional o Bloco Abre-Alas - Terceira Idade Pede Passagem, que realizamos com os grupos da Capital. Este ano saímos em trenzinhos da alegria, fizemos um cortejo pela Av. Afonso Pena e pelas principais ruas do centro da cidade até à Serraria Souza Pinto, aonde chegamos juntamente com vários outros grupos que convidamos, da comunidade, e realizamos um grande carnaval.

No SESC temos a preocupação de, em todo trabalho, colocar o idoso para participar. Aqui estão grupos da terceira idade. A primeira foto é de blocos que participaram da atividade. A fantasia foi toda feita de garrafa reciclável de refrigerante. É um trabalho que começam a preparar vários meses antes do carnaval. Os grupos se reúnem e escolhem um tema. Esse grupo escolheu o tema "Preservação do Planeta Terra" e está com uma alegoria na mão, a qual representa o Planeta. Aqui, um grupo escolheu o tema "Paz", e outro, mais irreverente, escolheu "As Malandrinhas". Cada grupo trabalha a sua fantasia, a sua alegoria e o seu bloco. Oficinas são montadas para se realizar todo esse trabalho do carnaval. Os próprios idosos confeccionam os adereços e as fantasias que usarão.

No SESC temos também cuidado com a saúde e com os hábitos alimentares. Fazemos diversas palestras relacionadas com o tema. Realizamos também, periodicamente, campanhas de vacinação. Percebemos que, no início da vacinação contra gripe, houve grande resistência dos idosos em se vacinarem. O SESC ajuda nessas campanhas, conscientizando os grupos a participar da vacinação.

Temos aqui o controle de pressão arterial e do diabetes. Sabemos da importância desse controle. Os médicos também estão sempre orientando os idosos sobre a importância da caminhada e do exercício físico. Procuramos sempre, durante a Semana da Saúde, promover caminhadas e despertar a consciência do grupo para a importância delas.

Aqui está uma atividade realizada durante a caminhada. Geralmente fazemos alongamento, e os grupos fazem, então, a caminhada. Essa foi realizada no Parque das Mangabeiras.

- Procede-se à exibição de "slide".

Como temos outros trabalhos no SESC que não a terceira idade, estamos sempre pedindo aos nossos parceiros que cedam seus alunos para trabalhos gratuitos de beleza para o idoso. Estou me referindo ao cuidado com o idoso, com o cabelo, a hidratação do rosto, as estéticas facial e corporal.

Temos também grande preocupação com a atividade física, como a ginástica. Quando iniciamos o trabalho com a ginástica, os idosos iam com roupa inadequada. Através de campanhas de conscientização, já participam da ginástica com roupas adequadas. Todos vão de tênis próprios para atividades físicas. As nossas professoras sempre auxiliam os idosos nos exercícios. Já temos, nos grupos, a presença masculina, homens fazendo atividades físicas. A mesma coisa ocorre com o trabalho da ioga. A turma é grande. Encaminhamos as pessoas para grupos próprios. As pessoas deprimidas, por exemplo, são encaminhadas para determinado grupo, e assim por diante. Todo ano, realizamos evento de ioga, no qual os alunos apresentam diversas posturas. Há também a aula de hidroginástica, com presença muito grande de idosos. Temos uma senhora que é nosso orgulho: tem 101 anos e frequenta a hidroginástica regularmente. Realizamos, ainda, os jogos recreativos para a terceira idade. Essa atividade será realizada, do dia 9 a 13 de setembro, quando incentivaremos a prática esportiva para os idosos. Outra atividade que realizamos é nos asilos. Com o apoio da terceira idade, fazemos sempre campanhas de arrecadação. Já fizemos campanhas de cobertores e outras. Sempre que vamos aos asilos, o idoso também participa. Fazemos atividades recreativas com os idosos internados. Realizamos atividade teatral no Centro de Internação Provisória. Levamos o teatro aos idosos. Nosso trabalho na cooperativa de artesanato e nas oficinas de geração de renda é também muito importante. Em campanhas da HEMOMINAS e de prevenção ao trânsito também.

Há atividades relacionadas com a alfabetização de adultos e com cursos de computação.

Esse é um trabalho de apoio dado pelo SESC aos grupos da comunidade, por meio do Projeto Rodavida, que é realizado em duas etapas: alimentação alternativa e prevenção contra doenças e geração de rendas.

Muitas outras coisas poderiam ser ditas, mas infelizmente o tempo está esgotado. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Neidyl Spinola da Costa

Sr. Presidente, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, demais componentes da Mesa, agradeço a oportunidade de estar aqui falando sobre o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Hoje é um dia muito especial, independentemente deste debate, que é muito importante, porque estou revendo uma pessoa muito querida neste Plenário. Sou de Brasília, mas fiz residência e internato no Hospital Felício Rocho. Morei em Belo Horizonte, com a Dalva, que não vejo há pelo menos dez anos. Quero compartilhar com vocês a presença dessa grande amiga. Portanto, é um prazer renovado estar aqui.

O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, criado pelo Decreto nº 4.227, está no Ministério da Justiça e na Secretaria dos Direitos Humanos. Da mesma forma que os Conselhos da Mulher, da Criança, da Pessoa Portadora de Deficiência, também o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso está alocado no Departamento de Promoção dos Direitos Humanos, na Esplanada do Ministério. O nosso "e-mail" é CNDI@MJ.gov.br

A Lei nº 8.842, de 4/1/94, dispõe sobre a política nacional dos direitos do idoso. Conforme o art. 6º, os conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais serão órgãos paritários, deliberativos, compostos por igual número de representantes dos órgãos e das entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área. O capítulo IV, na área da justiça, determina que é competência do Ministério da Justiça promover e defender os direitos da pessoa idosa, além de zelar pela aplicação das normas sobre o idoso, determinando ações para evitar abusos a seus direitos.

Desde 1994, esse Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, chamado Conselho Nacional do Idoso pela Lei nº 8.842, existia. Simplesmente foi instalado, e não criado, pelo Decreto nº 4.227, de 13/5/2002, embora esteja escrito que cria o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI - e dá outras providências.

Por um erro de contagem, esse Decreto nº 4.227, sofreu revisão em 27/6/2002. Sua nova redação dá paridade ao Conselho do Idoso, que, até então, era composto por dez Ministérios e nove representantes da sociedade civil.

O decreto, em seu art. 1º, dispõe sobre a criação do Conselho na estrutura básica do Ministério da Justiça. A Lei nº 8.842 diz que compete ao órgão que coordene a Política Nacional do Idoso abrigar o Conselho Nacional do Idoso. Assim, por esse decreto, foi criado o Conselho no âmbito do Ministério da Justiça. Já que todos os conselhos de direitos são da competência desse Ministério, não fazia sentido um Conselho de Direitos do Idoso ficar desvinculado dos outros.

Portanto, o Conselho tem, como competência, supervisionar a Política Nacional do Idoso, elaborar proposições para implementação dessa política e acompanhar e estimular a criação de outros conselhos. Hoje existem 14. A idéia é que exista, em todas as unidades da Federação, um Conselho Estadual de Idosos, para que possamos implementar as ações da Política do Idoso nos Estados.

O Conselho ainda tem a competência de assessorar os Conselhos Estaduais na questão das diretrizes estabelecidas pela política e zelar pela descentralização político-administrativa e pela implementação de instrumentos internacionais relativos ao envelhecimento.

Com relação à Lei nº 8.842, dois pontos são novos: a introdução do Ministério das Relações Exteriores, que, até então, não fazia parte desse grupo de políticas setoriais que compunham a Política Nacional do Idoso, e o fim do âmbito de assistência social, como era previsto pela Lei nº 8.842, passando o Conselho a ser garantia de direitos dentro do Ministério da Justiça e na Secretaria de Estado de Direitos.

Como órgãos governamentais que compõem o Conselho Nacional do Idoso estão os Ministérios da Justiça, de Relações Exteriores, de Trabalho e Emprego, de Educação, de Saúde, de Cultura, de Esporte e Turismo e de Planejamento, Orçamento e Gestão. Sem financiamento, não há garantia de direitos.

A participação do Ministério do Planejamento no orçamento, é muito importante. Vamos exercer nosso direito de voto. Não podemos esquecer o compromisso daqueles que estarão assumindo o Governo, não importa o candidato vencedor, o é importante é que tenha um compromisso social com os idosos.

Outra novidade do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, apesar de não ter saído como era o desejo da sociedade civil organizada, é que seu Presidente e Vice-Presidente serão eleitos, não por uma definição dos órgãos governamentais, mas sim por uma eleição entre os membros escolhidos em assembléia pela própria sociedade civil organizada. A primeira indicação desses representantes está sendo feita pelos titulares dos órgãos. Entre os dias 20 de maio e 20 de junho, foi elaborado e divulgado na Internet um edital de convocação, para que a sociedade civil pudesse participar do processo de eleição das organizações não governamentais que comporão o Conselho Nacional do Idoso. No dia 22 de junho, no Rio de Janeiro, foi feita uma consulta pública para discutir, mais uma vez, o edital de convocação e o processo de eleição das organizações não governamentais que iriam compor o Conselho Nacional do Idoso. E, finalmente, na quinta-feira passada, no dia 22 de agosto, foi realizada uma assembléia, em Brasília, para a eleição das organizações não governamentais que comporiam o Conselho Nacional do Idoso.

Infelizmente, não foi possível fechar três segmentos para o Conselho, que são obrigatórios por lei: os segmentos dos empregadores, dos empregados e, por incrível que pareça, o segmento dos aposentados. Duas confederações estavam inscritas. Uma delas não pôde comparecer, e não foi possível formar uma chapa para que a Confederação Brasileira de Aposentados pudesse participar do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Haverá uma nova assembléia para a eleição desses três segmentos durante o Seminário Nacional de Prevenção à Violência a Idosos, que será realizado entre 4 e 6 de setembro, em Aracaju. Foram eleitos, no dia 22 de agosto, em Brasília, as organizações da comunidade científica - segmento III. Hoje têm assento no Conselho Nacional do Idoso a Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria e a Associação Nacional de Gerontologia. No segmento das organizações de educação, lazer, esporte, cultura e turismo, a Associação Brasileira de Educação e a Associação Brasileira de Clubes da Melhor Idade. Nos conselhos profissionais, o titular no conselho é o Conselho Federal de Serviço Social, e o suplente é o Conselho Regional de Serviço Social do Estado do Amapá. Nas organizações de aposentados, o Conselho não conseguiu preencher o segmento, porque, como já disse, a Confederação Brasileira de Aposentados não conseguiu fazer uma chapa com titular e suplente, e isso será objeto de nova eleição entre 4 e 6 de setembro, em Aracaju, durante o seminário de prevenção à violência a idosos.

No segmento VII, de organizações de defesa dos direitos dos idosos, como titulares ficaram a CNBB e a Federação de Aposentados do Pará.

Aqui estavam previstos dois titulares e dois suplentes. No ano que vem a Campanha da Fraternidade terá como tema central o idoso. Daí a importância da participação da CNBB no Conselho.

Como suplentes ficaram a ACEPI, Associação Cearense Pró-Idoso, e a Associação Brasileira de Portadores de Alzheimer. Ainda nas organizações de assistência social, ficaram os asilos Rio Branco e de Aracaju, e o Lar dos Velhos, de São Paulo. Com suplentes ficaram o Instituto Pró-Mais Vida São Sebastião e o Centro Espírita Irmão Jorge.

Como primeira linha, compete ao Conselho Nacional dos Direitos do Idoso trabalhar, além do seu regimento interno, como proposta do Ministério da Justiça, a questão do combate à violência e aos maus-tratos aos idosos. Foi longamente discutida a importância da questão da prevenção e do combate à violência contra o idoso. Para isso, precisamos de definição, uniformização de conceitos. Então, nós, do Ministério da Justiça, estamos usando e solicitando que se adote como norma o conceito do INPEA, organização internacional reconhecida pela OMS, para que todos, quando falamos em maus-tratos aos idosos, estejamos entendendo a mesma coisa e possamos comparar as estatísticas da Suécia, do Brasil, dos Estados Unidos, de Minas Gerais, da Bahia e de São Paulo. Assim, não teremos definições variadas do que sejam maus-tratos, abuso físico a idosos, etc. Hoje usou-se o conceito estabelecido pela OMS: maus-tratos aos idosos por ação ou, ainda, a ausência de ação devida, que causa sofrimento ou angústia, e que ocorre onde houver expectativa de confiança. Quer dizer, pode ser ação ou omissão. Quando se define violência contra idosos, espera-se que esse conceito possa ser trabalhado em qualquer lugar do mundo.

Finalmente, as formas de maus-tratos estabelecidas pela OMS incorporam abuso físico, psicológico, financeiro, abuso sexual e negligência. O papel do Conselho tem tudo a ver com o que foi discutido aqui. Quem é a vítima de violência hoje? Mulher - isso foi dito por todos que me antecederam - com idade avançada, geralmente com mais de 75 anos, que tenha algum nível de dependência física ou mental, que vive ou depende de seus familiares, mesmo que tenha independência financeira, e que tem história de passividade e de complacência ao longo da sua vida.

Então, é preciso pensar em políticas públicas que trabalhem com envelhecimento saudável, com prevenção e combate à violência e aos maus-tratos aos idosos.

É necessário pensar em promover mudanças nessas políticas públicas. A mudança passa pela questão do preconceito contra a velhice, que não é doença. Nós, profissionais da área do envelhecimento, consideramos a maior doença o preconceito contra a velhice. Percebemos esse preconceito até mesmo quando vemos profissionais que trabalham na área da saúde, com o melhor dos trabalhos, tratando a velhice de forma preconceituosa e infantilizando o idoso.

Quando pensarmos em promover políticas públicas, há que se fazer reflexão. Profissionais da área do envelhecimento, que proposta é esta que estou trabalhando com o idoso ou com esta sociedade que está envelhecendo a passos largos? Se velhice é um ganho social, a cada momento percebemos que, mais uma vez, estamos tentando incluir o idoso e, num segundo momento, o excluimos.

É preciso conscientizar a sociedade sobre a questão da violência e dos maus tratos contra os idosos. Esperamos que se tenham serviços acessíveis, respostas operativas e capacitação permanente de profissionais que atuam na área do envelhecimento.

No momento, estamos na Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, cujo endereço eletrônico é www.mj.gov.br Na página, temos o Departamento de Promoção dos Direitos Humanos e o "site" Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. O nosso e-mail é ncdi@mj.gov.br. Estamos esperando a COBAP, no dia 4, em Aracaju, para fechar o segmento dos aposentados. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado Jorge Eduardo de Oliveira) - Aproveito para fazer um convite da Prefeitura, da Coordenadoria Municipal do Idoso de Belo Horizonte, por meio da Dra. Vilma, para o II Seminário Nacional sobre as Experiências Inovadoras para o Idoso. Quem quiser informações é só ligar para 3277-4646.

Palavras do Sr. Serafim Fortes

Boa tarde. Os nossos agradecimentos ao Coordenador da Mesa, Deputado Jorge Eduardo de Oliveira e a esta Casa, que, por meio da Deputada Maria Olívia, teve esta iniciativa. Como já foi dito antes, aqui é um espaço do povo. Lamentavelmente, chegamos a um momento em que por conta do horário, do tempo e do cansaço, certamente, a maioria dos idosos já foi embora.

Quero sugerir para os próximos eventos que, se queremos incluir os idosos nos processos, pensemos no tempo deles porque, a partir das cinco horas, o idoso tem as suas dificuldades e seus limites em relação ao anoitecer. Falamos isso por experiência no nosso trabalho junto à universidade fluminense.

Este espaço foi aberto para que a sociedade civil pudesse se expressar. Foi exatamente nessa perspectiva que desenvolvemos, na nossa tese de doutorado na UNICAMP, em Gerontologia, a discussão a respeito dos espaços sócio-políticos dos idosos, em particular sobre os conselhos dos idosos. O recorte de muita pesquisa se deu numa perspectiva do Rio de Janeiro, por conta de realidade geográfica e dos nossos limites.

Nossa tese chamou-se "Tramas, cenas e dramas - a realidade dos conselhos e dos espaços sócio-políticos dos idosos". É sobre essas tramas, cenas e dramas que farei minha exposição.

Falarei rapidamente sobre a tese, expondo como está a situação de conselhos no Brasil. Deve-se levar em consideração que essa exposição se refere a 2000-2001 e que já pode ter havido mudanças nesse quadro. Depois falarei fundamentalmente como militante do Movimento Social do Idoso, a partir da minha coordenação do Fórum Permanente da Política Nacional do Idoso do Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, que represento; e como Presidente da Associação Nacional de Gerontologia, uma das entidades historicamente militantes na questão do idoso e seus direitos. Só para ressaltar, foi a Associação Nacional de Gerontologia que produziu a Lei nº 8.842, de 1994, implantada pelo Presidente Itamar Franco em janeiro daquele ano.

Vou passar a mostrar como estão os conselhos no Brasil. O que está em verde são os Estados que já possuem conselho. Recentemente tivemos a notícia de que o Estado de Tocantins também já criou seu conselho. Esses dados se referem a 2000-2001.

Vejamos agora a distribuição dos Conselhos pelas regiões do País. Região Norte, apenas um conselho estadual criado. Região Nordeste, apenas quatro conselhos instalados. Região Centro-Oeste, apenas dois conselhos. Região Sudeste completa. Região Sul, completa. Como podemos observar, as Regiões Sul e Sudeste já possuem todos os Estados com conselhos implantados. Mais tarde poderemos apreciar como estava o quadro desses conselhos no País.

Falou-se aqui também a respeito da Constituição de 1988, chamada Constituição Social. Muitos a denominam Constituição Cidadã, porque é nessa Constituição que temos uma série de garantias para o cidadão, com maior controle da sociedade civil sobre as ações e as políticas públicas. É nesse sentido que se cria, a partir da Constituição de 1988, os denominados conselhos por segmento e conselhos por setor. Se temos a Constituição de 1988 como um marco dessa Constituição Cidadã, que nos dá a garantia dos conselhos, vamos perceber que, a partir dela, esses conselhos vão se organizar de forma muito diferenciada, em especial o Conselho do Idoso, que vamos diferenciar de muitos conselhos, desde sua denominação até seus objetivos.

Ainda há pouco foi perguntado à Mesa se não que deveríamos uniformizar a idade do idoso. Não creio que tenhamos de fazer isso. Precisamos cumprir a Lei nº 8.842, de 1994, porque ela é clara quando estabelece que é considerada idosa a pessoa com mais de 60 anos. A Lei nº 8.842, de 1994, é o nosso maior instrumento de definição da idade do idoso. Se fizessemos cumprir essa lei, todas as outras leis que determinam 65, 67 e 70 teriam de ser revogadas ou revistas pela idade determinada pela lei maior, que é a nº 8.842, de 1994.

Não temos de uniformizar, mas, sim, estar atentos e lutar. Farei outras referências relativamente a essa fala, a partir da representação do Movimento Social do Idoso.

Separei o Estado da Região Sudeste, a que pertence e sobre a qual trabalhei minha tese. Farei algumas referências, de maneira rápida, aos outros Estados.

O Rio de Janeiro possui 92 municípios e 18 conselhos instalados, embora nem todos operem. Os conselhos têm as denominações mais variadas, desde Conselho dos Direitos do Idoso até Conselho da Assistência do Idoso. E isso acontece porque desde a sua criação pela Lei nº 8.842, de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, o Conselho Nacional do Idoso deveria ter sido imediatamente instalado pelo Poder Executivo. Dessa forma, o Conselho Nacional daria as diretrizes para que os demais fossem referendados por atribuições e diretrizes por ele emanadas. Entretanto, o Conselho Nacional do Idoso, criado desde 1999, até hoje não foi instalado; mas, o Presidente da República, em maio, criou outro conselho, instalando o Conselho Nacional do Direito do Idoso. Precisamos estar atentos, pois, agora, temos dois conselhos nacionais. O que isso vai significar em termos de fragmentação dos processos, da luta do movimento social organizado e da luta pela dignidade do idoso? Aqui não discutimos se o Conselho está melhor neste ou naquele Ministério. O que discutimos é como se criam novos órgãos sem antes estarem instalados os que deveriam estar. Observamos que, quando se cria uma outra coisa, tira-se da primeira seu poder real de força.

O Rio de Janeiro tem 92 municípios e aproximadamente 18 conselhos instalados; São Paulo, com cerca de 500 municípios, tem duzentos e tantos conselhos, significando que aproximadamente 50% deles têm conselhos instalados. O Rio de Janeiro viria em 2º lugar, com 12%, em média, de conselhos. O Espírito Santo, em 3º, com uma média de setenta e poucos municípios e cinco conselhos. E Minas Gerais, à época da pesquisa, com mais de 800 municípios, não possuía 10 conselhos instalados, o que significa que, apesar de ser o maior Estado da Região Sudeste, tinha o menor grau de mobilização de instalação de conselhos. É claro que é preciso levar em consideração que ter Conselhos não significa estar resolvidos. Essa não é a questão. A questão é como o conselho, de fato, cumpre seu papel.

Cada região do Rio de Janeiro refletirá o que mostrávamos, anteriormente, na questão do Brasil: 1 conselho na região litorânea sul, 4 na região norte, 3 na região noroeste, 4 na região litorânea leste, 3 na região serrana e nenhum na região metropolitana, embora o Município do Rio de Janeiro tenha apresentado a primeira proposta de criação de um conselho no ano de 1993, bem antes de Lei nº 8.842, de 1994. São Paulo e

outros Estados também tiveram seus conselhos criados e instalados antes mesmo da Lei nº 8.842/94.

Na região do Médio Paraíba encontra-se o maior número de conselhos, que são cinco, além de outros que acabaram de ser criados. Essa região possui um Fórum Permanente de Política Nacional do Idoso, bastante atuante. Na região Sul do Estado, temos até agora apenas um conselho. É a região menos mobilizada do Rio de Janeiro.

Vamos refletir a respeito dos conselhos. Conselhos são espaços sócio-políticos instituídos, que têm uma incorporação e uma instalação jurídica formal. Fóruns são espaços sócio-políticos instituintes. Na minha opinião, fóruns são os lugares privilegiados da participação social. A nossa tese levava em consideração três elementos, que nos fizeram pesquisar: o fator da figuração do idoso no movimento social e nas políticas públicas, a coadjuvação do idoso ou a protagonização do idoso. A nossa tese foi procurar esses espaços e tentar perceber como se davam esses jogos das relações. E o que observamos é que, mesmo sendo sócio-políticos da população idosa, pela participação do idoso, a maioria acaba se constituindo em espaços de representação técnica. Ou seja, são órgãos governamentais e entidades que acabam fazendo-se representar, e a participação do idoso é muito pequena. Ainda que tenhamos na nossa sociedade uma visibilidade maior da velhice, não temos praticamente nenhuma visibilidade do idoso. Se a Lei nº 8.842, de 1994, instalou-se em 1994, foi, de certa forma, em razão do movimento dos 147% dos aposentados. Foi com o movimento dos 147% que a televisão mostrou a mazelas da velhice no Brasil. Até então, mesmo as entidades técnico-científicas mostrando o envelhecimento brasileiro, esses dados não provocavam uma reação da sociedade. Da mesma forma, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso regulamentou a Lei nº 8.842, em junho de 1994, também não foi a pressão do Movimento Social dos Idosos, nem foram os organismos constituídos, nem foram as instituições do movimento social que fizeram com que a lei fosse regulamentada. Muito embora as CEAS já estivessem trabalhando na preparação da implantação dessa política através das ações governamentais, o que fez com que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em junho de 1996, regulamentasse a Lei nº 8.842 nada mais foi que um episódio bastante dramático para a sociedade, que foi o da Clínica Santa Geneveva. As mazelas da velhice, que se acentuaram com o movimento dos idosos em 1993 pelos 147%, fizeram com que a lei fosse implantada - uma lei que já vinha sendo construída pelo movimento desde a década de 80 e feita como minuta pela IMG, mas só depois será regulamentada, não pela força política do movimento social, mas pela dramaticidade também de uma clínica que faz com que mais de 100 idosos morram por falta de cuidado e higiene. Da mesma maneira que apontamos esses sinais, queríamos salientar que uma das questões mais importantes com relação ao Conselho do Idoso - e hoje temos instalado o Conselho Nacional do Idoso - é que ele atua distanciado dos desejos da sociedade civil.

Quando tivemos conhecimento desse decreto, como Movimento Social do Idoso, constituído de fóruns, entidades e organismos governamentais e não governamentais, imediatamente essa Secretaria Executiva recebeu inúmeras moções, manifestos e declarações, afirmando que a medida feria frontalmente a relação paritária do Conselho, pois estávamos entendendo que o Conselho Nacional do Direito do Idoso seria o Conselho Nacional do Idoso, previsto pela Lei nº 8.842, de 1994. Mais uma vez, fomos levados a perceber que o Conselho Nacional do Direito do Idoso não era o Conselho Nacional do Idoso, da mesma forma que o movimento social levou muitos anos para entender que o Conselho Nacional do Idoso havia sido criado em 1994.

A Lei nº 8.842 confirma a existência dos conselhos. Se retirou ou vetou todo o Capítulo V, vetou exatamente o capítulo que determinava como o conselho seria instalado, o que não caberia ao Legislativo, pois implicaria recursos e verbas.

Visualizaremos essa lei para acessar os artigos que confirmam a orientação do Promotor Público, do Ministério Público de Brasília, o Dr. Humberto Jacques, Presidente da Comissão Eleitoral do CNDI. Durante as discussões do Estatuto do Idoso, em Brasília, mostrava-nos ele que não tínhamos que continuar lutando pela criação do Conselho Nacional do Idoso, mas sim por sua instalação, uma vez que já estava criado.

Temos o seguinte enunciado: "Dispõe sobre a política nacional do idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso". E, no art. 5º, estabelece-se: "Competirá ao órgão ministerial responsável pela assistência e promoção social a coordenação geral da política nacional do idoso, com a participação dos Conselhos Nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso". Portanto, a lei o reconhece como criado.

No art. 6º, reafirmará: "Os Conselhos Nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso serão órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas de organizações representativas da sociedade ligadas à área".

Então, quando analisamos esses dois artigos e o próximo, reafirmamos que o Conselho Nacional do Idoso já foi criado. E a lei é clara: qualquer ação, governamental ou não, deverá passar pelos conselhos. Assim, antes de o Presidente da República criar o Conselho Nacional do Direito do Idoso, deveria ter consultado o Conselho Nacional do Idoso, que não existe. Como podemos operar com conselhos quando o nosso próprio Governo não consegue compreender suas leis?

Temos que ter consciência de que precisamos transformar, cada vez mais, os nossos idosos e a nós mesmos, futuros idosos, em protagonistas. Nada vai adiantar enquanto assumirmos a posição de que a fala é técnica e profissional. Se não tivermos as alianças necessárias com as organizações da sociedade civil, que aí estão para colaborar, não atingiremos nossos objetivos. Devemos transformar a voz do idoso na de quem fala. E a voz de quem fala é a que se faz visível. Se queremos velhice digna, temos que começar a trabalhar pela dignidade do idoso. Nesse aspecto, sugiro que pensemos, ao realizar eventos sobre a velhice, na necessidade de possibilitar que a população idosa tenha espaço e voz. Talvez, fosse necessário colocar as possibilidades do velho antes da fala das técnicas. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Cleonice da Alencar Bahia

Obrigada por estarem ainda presentes participando conosco. Cumprimento o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira pela realização deste evento na Assembléia Legislativa. Agradeço a Deputada Maria Olívia pela viabilização dessa necessidade do Conselho.

Esclareço que não terminamos de falar sobre esse tema específico de Minas Gerais. O Estado do Rio de Janeiro e outros são muito pequenos. O nosso possui 853 municípios, distritos e subdistritos, com realidades específicas e completamente distintas. Por isso, os problemas têm de ser resolvidos em cada município e região. Esse sistema de descentralização das ações sociais é muito importante para Estados semelhantes ao nosso e exige uma malha social muito bem organizada, tanto no setor público quanto no privado e na sociedade civil de um modo geral. Temos uma sensação desagradável de que as leis estão apenas no papel e que a questão faz parte apenas das discussões técnicas. Para que essas ações ocorram nos municípios, é preciso que entendamos que estamos emancipados, sem estarmos preparados para isso e para usufruir disso.

Na verdade, precisamos criar os nossos conselhos. No âmbito estadual e municipal, é necessário que definamos as verbas dirigidas aos idosos. O sistema de descentralização das ações sociais tem um desenho complexo e, muitas vezes, incompreensível para a maioria da população, dificultando-se a definição das ações específicas para cada localidade e o controle social, que é esperado nessa lei de descentralização.

Com relação à questão do desenvolvimento dessas ações sociais, fica definido na Política Nacional do Idoso, no Capítulo III, que competirá ao órgão ministerial responsável pela assistência e pela promoção social a coordenação geral da política nacional do idoso, com a participação dos Conselhos do Idoso nacionais, estaduais, do Distrito Federal e municipais.

Está havendo uma dificuldade na organização dessas vias de distribuição e de escoamento das ações. É importantíssimo que o Conselho

Nacional do Idoso esteja instalado e vinculado aos órgãos da promoção social, para que tenhamos um caminho de escoamento.

Isso não impede o funcionamento do Conselho dos Direitos do Idoso. Só que o nosso é um outro conselho. Não vamos colocar o bem-estar social como esse fato social das análises, mas sim como o bem-estar do desenvolvimento humano. Entretanto, para que isso ocorra, temos de ter os fatos definidos na esfera federal, para que haja planejamento orçamentário, desenvolvimento de ações mais complexas e interlocuções - como consta na LOAS e no sistema de descentralização, que é uma cartilha da LOAS -, entre municípios, verbas municipais; Estados, verbas estaduais; e Federação, com as verbas da Federação. Só esse canal viabiliza essa questão.

Vocês viram o problema que houve na área da saúde. Precisamos de um canal direto na mesma área ministerial, no mesmo setor, o que não impede que outros setores também promovam o bem-estar das pessoas, principalmente porque vejo que temos um vício cultural de só ter ação para a assistência. Não temos ação para a prevenção, de forma a evitar que as pessoas caiam em situação de risco social. Precisamos começar a desenvolver essa capacidade. Os mineiros estão demorando muito a compreender que é hora de nos unirmos, até pela complexidade geopolítica do nosso Estado.

Então, convido-os - posteriormente confirmaremos este convite - a estabelecermos mais um debate, não com a infra-estrutura desta vez, mas com órgãos setoriais que virão participar da discussão. Já temos um fórum que funciona, mensalmente, aqui na Assembléia Legislativa, com o apoio da Assembléia, mas sem nenhum compromisso. É só o espaço que nos é cedido. Mandamos os nossos convites, com a pauta, para mais de mil pessoas, instituições e entidades do Estado. Continuaremos essa discussão. Espero que nos enviem alguma reflexão, alguma sugestão, a fim de que possamos organizar não uma coisa aqui outra acolá, mas uma malha de escoamento e de interação, para que, mesmo com o sai-governo-entra-governo, as coisas continuem, especialmente se não for por decreto - porque decreto pode ser revogado a qualquer momento -, e sim por leis votadas pelo Legislativo, porque assim é mais legítimo e duradouro. É importante que nos preocupemos sempre com isso. Vamos fazer essa discussão e produzir um documento, sim, que será o resultado deste debate. O objetivo mais importante é que tenhamos contato com vários segmentos, para estabelecer uma estratégia de estruturação das ações de promoção social, em benefício do idoso no Estado. Muito obrigada.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - A Presidência informa que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser formuladas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para agilizar o debate, solicitamos aos que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam sucintos e objetivos, dispensada a formalidade das saudações. Cada participante disporá de 3 minutos para fazer a sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

O Sr. Presidente - Pergunta da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais à Dra. Sueli: "Por que a Secretaria da Segurança ou o Comando da PM ainda não colocou, principalmente no epicentro de BH, agentes da PM, com identificação apropriada?".

Como a Dra. Sueli não se encontra presente, passaremos a outra pergunta. Da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre ao Dr. Rodrigo Cunha: "Gostaria de ser informado sobre idade limite para vender imóvel ou viajar. E ainda: se a viúva se casa, perde a pensão deixada pelo falecido?".

O Sr. Rodrigo da Cunha Pereira - Não há limite. É isso que estava dizendo. Há tanto preconceito em torno disso que as pessoas acham que, pelo simples fato de ter idade avançada, adquirem incapacidade. Isso não é verdade. Com qualquer idade pode-se ir e vir, praticar atos, fazer negócios. Não há impedimento.

Quanto à pergunta sobre pensão, vai depender muito da pensão previdenciária que recebe. Provavelmente, trata-se de pensão previdenciária. Em geral, há impedimento nos órgãos previdenciários no caso de casamento, porque se houver o casamento, a viúva perderia a pensão pelo fato de passar a ser sustentada pelo atual marido e pela previdência. Daí a razão de muitas mulheres - em geral quem recebe são as mulheres, não necessariamente - não se casarem, mas viverem união estável, que é outra forma de família. Mesmo assim alguns órgãos previdenciários já colocam que se perde a pensão se houver casamento ou união estável, mas isso tem sido mais raro.

O Sr. Presidente - Pergunta da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais, dirigida à Dra. Sueli Aparecida Paixão Ribeiro: "Por que a Secretaria da Segurança Pública ou o Comando da Polícia Militar ainda não colocaram, principalmente no epicentro de Belo Horizonte, militares ou agentes da Polícia Civil com identificação apropriada?".

A Sra. Sueli Aparecida Paixão Ribeiro - Essa questão não está afeta a minha área. Estou representando a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso. Acredito que deveria estar aqui um membro da Polícia Militar. Não vou aventurar-me sobre quais motivos levam a Polícia Militar a tomar esta ou aquela decisão. A nossa polícia é técnico-científica. O policiamento ostensivo é da Polícia Militar. Não posso responder pela Polícia Militar.

A Sra. Leni Nunes Moraes - Gostaria de saber, em primeiro lugar, sobre a legislação do idoso no Brasil. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a idade que deve ser admitida para as questões de políticas de idosos é 60 anos. Cada uma de nossas leis adota uma idade, 60, 65. O BPC adota 67 anos. Como estamos num seminário, poderíamos fazer uma proposta de revisão dessas leis, a unificação da idade.

Simone, temos os conselhos, mas temos também algumas dificuldades em fiscalizar uma entidade. Quero relatar uma questão para saber até que ponto essa entidade que vou mencionar estaria certa. Quanto à questão da interdição e da curatela, essa entidade fica com pessoas portadoras de deficiências de todas as faixas etárias. Muitas pessoas têm famílias, que lhes dão assistência junto com a instituição. Num determinado caso, a pessoa nem conseguiu o BPC, porque a perícia médica não achou que precisasse dele. No entanto, essa entidade conseguiu sua interdição; conseguiu ser sua curadora. Em vários casos, ela assume a curatela, tendo a família por perto. O que poderemos fazer nesses casos?

A Sra. Simone Montez Pinto Monteiro - No caso dessas instituições que têm a interdição de pessoas que, em princípio, não deveriam estar interditadas, a interdição é um processo judicial e, por determinação do Juiz, através de perícia, a situação pode ser mudada. No caso de interdição, esta poderá ser revista. A interdição poderá ser revista a qualquer momento. Nenhuma pessoa poderá permanecer interditada, se estiver em bom estado mental e físico. Sua situação poderá ser revista a qualquer momento. Se for uma pessoa carente, poderá ser encaminhado ao Promotor ou à Defensoria Pública um pedido de revisão. O Dr. Rodrigo poderá fazer uma intervenção, pois é dessa área de interdição.

O Sr. Rodrigo da Cunha Pereira - Essa proposta de uniformização é muito interessante. Ao ler o livro, tive essa idéia. Como a Simone respondeu tudo, não tenho nada a acrescentar.

A Sra. Simone Montez Pinto Monteiro - "Quanto à idade, por que algumas leis falam em 60 anos, outras em 65 e a LOAS fala em 67?" A OMS recomenda 60 anos para os países em desenvolvimento e 65 para os países desenvolvidos. A nossa Política Estadual do Idoso determina 60 anos. Mas a maioria das leis que garantem os direitos estabelece 65 anos. Essa proposta é muito interessante, porque, como o nosso País ainda está em desenvolvimento, seria ideal que as pessoas de 60 anos já fossem abrangidas.

O Sr. Presidente - A próxima pergunta, também dirigida à Dra. Simone, foi formulada por Rogéria Castro, gerontóloga e educadora.

A Sra. Simone Montez Pinto Monteiro - "Falamos das demandas imediatas e esquecemo-nos daquelas de longo prazo. Tivemos expositores das áreas social, judicial e de saúde. Pergunto: "não seria a educação a demanda de base para um país que envelhece?" A criança e o jovem que forem educados para o envelhecimento não irão buscar seus direitos, conhecer seus deveres, respeitar as diferenças, saber envelhecer e construir um futuro muito melhor para si?"

Rogéria, concordo em gênero e número. Tudo parte da educação. Dentro dos currículos devem ser inseridas matérias relacionadas com o envelhecimento e a terceira idade. Isso é fundamental. Mas a cidadania não vem do dia para a noite. A luta do idoso pelo reconhecimento dos seus direitos é questão de cidadania. Concordo em gênero, número e grau que tudo parte da educação.

O Sr. Presidente - A outra pergunta, formulada por Francisca de Oliveira, é dirigida ao Dr. Rodrigo.

O Sr. Rodrigo da Cunha Pereira - "Um idoso de 71 anos pode receber os vencimentos da irmã? Essa pessoa cuidou da irmã por um período de mais ou menos oito anos e não tem documentação de que era dependente. Quais os procedimentos para fazer a solicitação?"

É preciso entrar com um processo judicial, porque depende de qual é a fonte de recebimento dessa irmã. Supondo que não tenha previsão legal nessa fonte, entendo que isso é possível por meio de uma ação judicial. São teses defensáveis. Creio que é perfeitamente cabível, até porque o critério de definição da Previdência é o de relação de dependência econômica. Ai, entramos nessa nova concepção de arranjos familiares. Se fosse Juiz, daria. Como advogado, defenderia essa tese com toda a tranqüilidade e ênfase.

A Sra. Simone Montez Pinto Monteiro - "Gentileza repetir o endereço."

A Promotoria fica na Av. Olegário Maciel, 1.772, no térreo. O telefone é (31)3335-8375. O horário de funcionamento é 9 às 18 horas.

O Sr. Rodrigo da Cunha Pereira - "Gostaria de obter o "e-mail" ou o endereço do "site" do IBDF."

O endereço do "site" é www.ibdfam.com.br. Lá poderão ser encontrados vários textos sobre direito de família em geral, mas não especificamente sobre pessoas idosas.

A Sra. Teresinha dos Santos - Dra. Sueli, a senhora falou muito no sofrimento do idoso. Conhece o Leprosário Santa Isabel?

A Sra. Sueli Aparecida Paixão Ribeiro - Não.

A Sra. Teresinha dos Santos - Então, tomo a liberdade de convidá-la a conhecer o outro lado do mundo. E peço-lhe que nos contemple criando, se tiver condições, a Delegacia do Idoso nessa cidade, para que os portadores dessa doença possam se sentir melhor.

Trouxe comigo reportagem do "Estado de Minas" que mostrou a agressão sofrida pelos idosos leprosos da Colônia Santa Isabel. Uma pessoa de 92 anos de idade, com seqüelas e sem condições de defesa, um senhor com 89 anos, acamado, outra idosa de 78 anos foram surpreendidos por marginais que entraram na casa para roubar. A senhora de 92 anos deu alguns gritos muito frágeis, e um dos ladrões lhe disse para calar, senão cortaria sua língua.

Não sei se posso dizer assim, mas esses ladrões foram mortos, pois foi feita justiça com as próprias mãos. A comunidade agiu dessa forma porque o fato se encerrou com a ocorrência feita pela polícia. Os pobres coitados, hoje, além das seqüelas de suas doenças, carregam também conseqüências desse episódio, como braços quebrados.

Assim, peço-lhe encarecidamente, se tiver condições, criar uma Delegacia do Idoso na cidade.

A Sra. Sueli Aparecida Paixão Ribeiro - Pode estar certa de que, ainda hoje, encaminharei o seu pedido ao Secretário da Segurança Pública. Mas até que o problema se resolva, faremos diligências. Pegarei mais detalhes e prometo que, nesta semana, lhe dou um parecer.

O Sr. Presidente - Pergunta dirigida à Sra. Neidly pelo Sr. Alcides Fraga.

A Sra. Neidly Spínola da Costa - "Como foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa?" Por decreto e vinculado ao Ministério da Justiça, quando poderia ter sido criado o Conselho Nacional do Idoso pelo Congresso e vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

A segunda pergunta é também do Sr. Alcides: "O CNDI deveria ser criado por lei, como previsto, não por decreto. Como isso pode ser explicado? Onde está o anteprojeto dos Deputados Eduardo Barbosa e Silas Brasileiro?"

Algumas perguntas se entrelaçam. O Conselho Nacional do Idoso foi criado pela Lei nº 8.842, que define a Política Nacional do Idoso. Foi vetado tudo que diz respeito à funcionalidade do Conselho, de competência do Executivo. O Conselho deveria ter sido instalado por decreto presidencial. Não há dúvidas quanto a isso. Tivemos reuniões com o Deputado Eduardo Barbosa no início de julho. Levou duas assessoras para tratar da questão constitucional. Então, fica claro que o decreto presidencial é que define. A Lei nº 8842 vetou todos os artigos por vício de origem.

Quanto ao anteprojeto do Deputado Eduardo Barbosa, veio do Executivo para o Legislativo.

Em relação ao Deputado Silas Brasileiro, vimos a questão do Estatuto do Idoso, que acredito não ser objeto de discussão no momento.

O Sr. Serafim Fortes - Esse estatuto surge, num primeiro momento, com o Deputado Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, que teve discussão

com entidade de aposentados e propôs um estatuto do idoso, que ainda era meio tímido. Em seguida, um Deputado de Santa Catarina trouxe outra idéia de estatuto. Transformou o Estatuto da Criança em Estatuto do Idoso, inclusive criando os Conselhos Tutelares para os Idosos. Como vimos aqui, 90% dos idosos brasileiros são autônomos, suficientemente capazes e lúcidos. Imaginem como esses conselhos tutelares transformariam a vida dos nossos ancestrais. Partindo disso, outros projetos começaram a tramitar na Câmara, e esta resolveu formar uma comissão somente para analisar o projeto dos idosos e a questão do estatuto. E a Câmara, num ato tão importante quanto este da Assembléia Legislativa, convocou a sociedade civil para discutir o Estatuto do Idoso. Nessa discussão, transformamos o Estatuto do Idoso e mais outras leis numa única lei, chamada Estatuto do Idoso, sem revogar a Lei nº 8.842, que também deveria ser revogada. Mas está mantida. O Estatuto viria complementar a Lei nº 8.842, garantindo outros direitos, na parte da justiça, que não contemplava.

O que aconteceu? Havia proposta resultante de acordos partidários, a fim de que o estatuto fosse votado. No entanto, a Mesa o retirou, porque existem dois pontos que trazem problemas ao que o Governo já conquistou nas reformas da Previdência. Um desses pontos é o de que o salário mínimo seja referência para as aposentadorias, tanto no que se refere à data quanto ao que se refere ao índice. A reforma já havia acabado com isso. Há diferença fundamental nos reajustes das aposentadorias. Outro ponto diz respeito ao BPC, que passaria de 1/4 do salário mínimo para metade. A nossa luta era por um salário mínimo. Como não conseguimos isso nas negociações, ficou meio salário mínimo. Essas duas questões fazem com que o Governo segure o projeto na Câmara. Até agora não está votado.

O Sr. José Sotter Figueiroa - Pergunta de Ana Paula de Almeida: "Como funciona a Rede Internacional de Intercâmbio, em que o Projeto Carinhoso está inserido?"

Essa rede é de cooperação de municípios da comunidade européia e da América Latina. Só participam municípios. Pode ser por meio de organizações governamentais ou não. Existem oito redes de cidades. A rede nº 5, em que estou inserido, trata das políticas sociais urbanas integradas. Existem redes de meio ambiente e de transportes. A coordenação da rede nº 5 é em Montevidéu, no Uruguai. Existe o subprojeto de atenção domiciliar à terceira idade, de que Juiz de Fora participa. Até o final do ano deve ser realizado grande seminário em Montevidéu, onde serão lançados novos projetos. Certamente, surgirão outras redes de cidades.

Deixarei o meu telefone de Juiz de Fora e o "e-mail": o telefone é (32)3690-7940; o "e-mail" é amaquisuper@pjf.mg.gov.br. Estou à disposição para esclarecimentos.

O Sr. Presidente - Pergunta de Leni à Dra. Neidly: "Por que o art. 2º do Decreto nº 4.227, de 2002, contraria o que determina a Lei nº 8.842, de 1994, em seu art. 6º, no que diz respeito ao caráter do Conselho do Idoso, como deliberativo?"

A Sra. Neidly Spínola da Costa - É verdade. Conforme a Lei nº 8.842, todos os conselhos têm de ser paritários e deliberativos. Mas não saiu como deliberativo.

Todos os conselhos que estão sendo criados neste momento estão simplesmente como consultivos, embora suas competências não sejam exclusivas de um conselho consultivo. Embora, pela legislação, todos os conselhos sejam deliberativos, podemos tentar resolver isso no regimento interno do próprio conselho. A lei dos conselhos define-os como deliberativos. O regimento interno, quando for feito, terá que estar de acordo com a lei, que é maior que um decreto.

O Sr. Geraldo Adão dos Santos - Farei um complemento, como forma de esclarecimento. Sou também representante da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas no Conselho Nacional de Saúde. Recebi da nossa entidade maior a incumbência de representá-la na assembléia realizada no último dia 22 e gostaria de deixar registrado que a nossa Confederação apresentou a documentação legal exigida em tempo hábil, e fomos lá representá-la. Infelizmente, por razão justificada, a outra entidade não pôde comparecer.

Então, é bom que fique registrado que a Confederação compareceu, que estará presente na próxima assembléia para eleição e que manifesta, de público, seu interesse em participar desse Conselho, como já participa do Conselho Nacional da Saúde e do Conselho Nacional da Previdência Social. Muito obrigado.

A Sra. Neidly Spinola da Costa - Muito bom o seu esclarecimento, Geraldo Adão. Gostaria de dizer-lhe que, no segundo edital de convocação, ficará mantida a documentação da COBAP e da ASAPREV, que se inscreveram, apesar de a última, justificadamente, não ter comparecido. Portanto, no dia 4, estaremos presentes, tentando eleger o segmento dos aposentados.

O Sr. Presidente - Recebemos comunicação da Prefeitura de Ipatinga de que, nesse município, já existe o Conselho do Idoso em nome do Sr. Jussei Maria de Oliveira, cujo endereço é: Rua João Monlevade, 51, ap. 501, Bairro Cidade Nova. Muito obrigado.

Passaremos às considerações finais.

O Sr. Serafim Fortes - Divulgarei o "site" da ANG, para que possam ter acesso ao Estatuto do Idoso e a outras documentações.

Talvez o melhor caminho seja procurar, no www.cade.com.br, o termo "gerontologia" e localizar a Associação Nacional de Gerontologia. No "site" da ANG terão acesso também ao do fórum do Rio de Janeiro. E, nesses dois "sites", terão acesso ao Estatuto do Idoso, como também ao Decreto nº 4.227, aos manifestos, a toda a tramitação de documentação, entre outros.

Para a ANG, o "site" é: www21.brinkster.com/angnet.

Havia feito um "slide" com esses endereços, mas não apresentei. Gostaria de agradecer, mais uma vez, à Assembléia. Quero louvar este evento. É uma Casa Legislativa abrindo a discussão e o debate sobre uma temática que ainda é tratada pela sociedade de forma preconceituosa, e em torno da qual muitas leis surgem, com essa variação a respeito das idades, colocada na plenária. Estamos atentos ao processo de inserir a população idosa no processo das discussões, porque, na verdade, sabe melhor que todos nós quais são suas demandas e necessidades, e nós é que deveríamos estar à disposição deles, e não o contrário. Muito obrigado.

A Sra. Neidly Spinola da Costa - Quero agradecer a oportunidade, louvando a Assembléia, em nome da Deputada Maria Olívia, que abriu a reunião. Desejamos que este debate possa ser ampliado e repetido muitas vezes. O Conselho Nacional de Direitos do Idoso amplia o que está escrito na Lei nº 8.842, que define a Política Nacional do Idoso. Já começamos as discussões com os Deputados interessados na questão do envelhecimento, para corrigir as distorções que surgiram entre o decreto e a Lei nº 8.842. Não podemos perder este momento de instalar o Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos, é um anseio da sociedade, e é importante que isso ocorra. Precisamos instalar esse Conselho. Ele deve ser forte em seu regimento, para que assuma esse papel e dê prosseguimento a esse processo. Espero que vocês façam contato conosco, na nossa rede de parceiros: CNDI@MJ.GOV.br. CNDI. Obrigada.

O Sr. José Sotter Figueroa - Agradeço a oportunidade, em nome do Prefeito Tarcísio Delgado. Parabenizo a iniciativa da Deputada Maria Olívia.

Colocamo-nos à disposição dos municípios que se interessarem, podemos encaminhar o Projeto Carinhoso pelo telefone, que já mencionei, e pelo endereço na Internet. Muito obrigado.

A Deputada Maria Olívia - Agradeço a todos os que aqui vieram, assim como àqueles que já saíram, mas que estiveram aqui até há pouco. Foram mais de 400 pessoas que vieram para nos ajudar a encontrar soluções para dias melhores para nossos idosos. Continuo à disposição de todas as entidades, de todas aquelas pessoas que querem nos ajudar a trazer dias melhores para quem tanto fez por Minas Gerais.

Folheando o Projeto Carinhoso, da nossa querida Juiz de Fora, encontrei a frase para terminar este debate: "O idoso quer viver aqui e agora, porque o tempo para ele não é o amanhã, é o presente, que tem de ser vivido com qualidade e dignidade". Muito obrigada.

A Sra. Cleonice de Alencar Bahia - Quero, novamente, agradecer a presença de todos e a oportunidade da realização deste evento. Apesar de pensarmos em continuar as nossas discussões, espero que cada um volte para a sua localidade, conseguindo executar, realizar alguma coisa que transforme, de alguma forma, o que já havia lá. Assim, progrediremos na implementação e no desenvolvimento da política nacional do idoso dentro do Estado. Boa-noite a todos e muito obrigada.

O Sr. Presidente - Gostaríamos de realçar as palavras do Dr. Serafim, que observou muito certamente a falta de participantes na reunião. É importante que ele participe. Em uma reunião como esta, prendemo-nos apenas a dados, a estatísticas, a tecnologia. Parabéns pela sua observação. Ela nos servirá como exemplo, para corrigirmos isso futuramente. Muito obrigado.

Gostaria também de afirmar que, na luta do idoso, a Assembléia Legislativa continuará sempre trabalhando em benefício dessa nobre causa. Serei um soldado também trabalhando nisso se for eleito para a próxima legislatura. Na Casa, estaremos unido a todos os Deputados que trabalham pela causa, para que, amanhã, o dia seja melhor para os que serão idosos e também para os idosos de hoje. Muito obrigado.

ATA DA 211ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 18/9/2002

Presidência do Deputado Eduardo Hermeto

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Secretário Antônio Salustiano Machado - Palavras do Sr. Francisco Vidal Barbosa - Palavras da Sra. Helen Aguiar Lima - Palavras do Sr. Gilman Viana - Palavras do Sr. Carlos Eduardo Mazzetto Silva - Composição da Mesa - Palavras do Sr. Aluizio Borém - Palavras do Sr. Éder Luiz Bolson - Palavras da Sra. Roberta Jardim de Moraes - Palavras do Sr. Sílvio Valle - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Olinto Godinho - Mauri Torres - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Ambrósio Pinto - Antônio Genaro - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Edson Rezende - Eduardo Hermeto - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - Kemil Kumaira - Luiz Tadeu Leite - Márcio Kangussu - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Paulo Piau - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Eduardo Hermeto) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Fórum Técnico A Biotecnologia e Você: Mitos, Verdades e Fatos, tendo como temas desta manhã: "Impactos Socioeconômicos da Biotecnologia em Minas Gerais" e "Biotecnologia e Aspectos Legais".

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Antônio Salustiano Machado, Secretário de Ciência e Tecnologia; Deputado Paulo Piau, Coordenador dos debates; Gilman Viana, Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FAEMG -; Helen Aguiar Lima, Presidente do SINDbio, representando o Presidente da FIEMG, Sr. Robson Andrade; Francisco Vidal Barbosa, professor da UFMG - e da Universidade de Harvard; e Carlos Eduardo Mazzetto Silva, professor de Ecologia e Desenvolvimento Rural do UNI-BH.

Palavras do Sr. Presidente

Este ciclo de debates tem por objetivo abrir espaço para a discussão da biotecnologia em diversos aspectos: suas potencialidades econômicas e sociais; o distanciamento entre os meios científicos e a sociedade como um todo; as restrições que se fazem ao seu uso sem a certeza de que não tenha efeitos nocivos, principalmente para a saúde humana.

A história tem mostrado que inovações costumam ser recebidas com resistência. O navegador Cristóvão Colombo passou anos a fio sem patrocínio para suas viagens, porque sua tese de que a Terra era redonda era considerada descabida. A teoria do físico Nicolau Copérnico de que a Terra girava em torno do Sol, e não o contrário, foi durante muito tempo vista como heresia, sujeita aos rigores do Tribunal de Inquisição e à morte na fogueira. Também pareceu absurda, em meados do século XIX, a afirmação do químico e biólogo Louis Pasteur de que microorganismos sobrevivem na ausência de oxigênio.

Nem seria preciso dizer que as idéias revolucionárias contidas nesses três exemplos representaram grandes avanços nos campos da navegação e do comércio entre os países, da física e da astronomia, e da microbiologia, com múltiplas aplicações na conservação de alimentos, nos

hábitos de higiene e na prevenção de doenças.

Tais casos são emblemáticos para ilustrar como as novidades, geralmente vistas com reserva por mexerem com hábitos e conceitos arraigados, muitas vezes são reconhecidas posteriormente como fundamentais para o desenvolvimento da ciência e para o bem-estar do ser humano.

Mesmo nos tempos atuais, recursos tecnológicos como os da informática e da telefonia celular, hoje incorporados ao dia-a-dia do cidadão comum, não escaparam de críticas e desconfianças, em vista das mudanças de hábito que iriam produzir e dos "efeitos colaterais" que poderiam provocar.

Assim também ocorre na área de biotecnologia, por constituir um campo da ciência no qual estão sempre surgindo inovações.

Ao contrário do que muita gente pensa, a biotecnologia - que pode ser definida sucintamente como a utilização de organismos vivos no desenvolvimento de produtos e serviços - não é nenhuma novidade. Ela é empregada pelo homem há milênios, principalmente na produção de alimentos, como o pão, o queijo e o vinho.

Hoje, além do setor de alimentação, ela está presente em diversas outras áreas, como as da saúde, da agricultura, da pecuária, do meio ambiente, dos medicamentos, da floricultura e do ensino acadêmico.

Empregada dentro de padrões éticos e responsáveis, a biotecnologia é um instrumento para se alcançar maior qualidade dos produtos, baixos custos operacionais, maior competitividade, mais segurança, assim como para a geração de empregos especializados.

Acrescente-se que, no âmbito específico de Minas Gerais, ela pode ser considerada uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento, em razão da existência, em nosso território, de uma vasta biodiversidade e do fato de o Estado ser considerado o maior pólo de biotecnologia da América Latina.

É preciso, entretanto, que os avanços sejam analisados com cautela, considerando, principalmente, os possíveis impactos negativos dos novos produtos sobre a saúde humana e o meio ambiente. É imprescindível que sejam ouvidas, por exemplo, as advertências de médicos, ambientalistas e pesquisadores sobre o uso dos organismos geneticamente modificados, mais conhecidos como transgênicos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais tem se pautado pela isenção e pela abertura de espaço a manifestações e opiniões divergentes em todas as ocasiões em que promove a discussão de assuntos polêmicos, como o da biotecnologia. Ela acredita que só assim irá exercer seu papel democrático de representar a sociedade em seu conjunto.

Agradecemos a presença das autoridades, dos expositores, dos debatedores, dos demais participantes e de todas as pessoas e instituições que colaboraram para a realização deste evento, principalmente a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e o Sindicato das Empresas de Base Tecnológica no Estado de Minas Gerais.

Agradecemos também às Prefeituras Municipais, às Câmaras de Vereadores e ao público das cidades de Passos, Montes Claros, Barbacena e Uberaba, nas quais foram realizados os encontros preparatórios para este ciclo de debates, contribuindo, com suas demandas e realidades regionais, para enriquecer as discussões sobre o tema. Muito obrigado.

Palavras do Secretário Antônio Salustiano Machado

Exmo. Deputado Eduardo Hermeto, representante do Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Antônio Júlio; Deputado Paulo Piau; Dr. Gilman Viana; Prof^a. Helen Aguiar Lima; Prof. Francisco Vidal Barbosa; Prof. Carlos Eduardo Mazzetto Silva; demais colegas professores e pesquisadores presentes; autoridades diversas; alunos de várias localidades interessados no tema; senhoras e senhores, estou muito honrado em participar deste fórum de discussões sobre um tema tão importante, atual e que se reveste de características de um setor absolutamente estratégico para o desenvolvimento nacional. Nós nos pretendemos um povo em desenvolvimento, cioso do seu destino e soberano. Creio ser esse um instrumento que há de nos garantir, no futuro, essa vontade, se efetivamente consciente na população brasileira. Estamos, realmente, no início da era do conhecimento e, como Secretário de Ciência e Tecnologia, temos percebido o quanto estamos ainda, como nação, distantes do valor que atribuímos à ciência e à tecnologia, de um modo geral, no Brasil, em relação aos povos desenvolvidos. Fala-se muito que a solução nacional, para nos tirar das dificuldades econômicas e financeiras em que vivemos, efetivamente é a exportação. De fato, o é, mas isso nos faz lembrar daquela velha expressão de Maria Antonieta. Quando faltava pão para a população, ela respondia: "Como pode faltar pão ao povo? Dê-lhes, então, brioche". Também na área da exportação, quando se diz que devemos exportar, para nós isso significa um pouco o brioche da questão. Por quê? Porque não é fácil exportar bens primários por mais que haja incentivos. A competitividade se torna cada vez menor. Ela está na produção de bens de alto valor agregado. Aí, a questão da ciência e da tecnologia se torna capital e a da biotecnologia, expressiva. Enquanto o nosso povo, nós, brasileiros, não nos convenceremos de que o instrumento de ciência e tecnologia, que usa o conhecimento para agregar valores aos produtos, é a única saída para, efetivamente, termos competitividade para exportação, dificilmente sairemos dessa situação em que vivemos hoje. Este fórum, portanto, reveste-se de uma importância única, porque, também para o processo da exportação, não basta usarmos a expressão mágica "vamos agregar valor aos nossos produtos, vamos investir em ciência e tecnologia", como se isso pudesse ser feito em um passe de mágica. Não. Toda a sociedade civil há de se organizar para um planejamento eficaz e investimentos corretos.

Devemos planificar também na questão das normas, na interação dos órgãos, seja do ponto de vista do Legislativo ou do Executivo. Temos de arregimentar uma força extraordinária, a partir da sociedade, para mudarmos nossa cultura, nossos valores.

Justamente no dia em que o Governador Itamar Franco decretou 2001 como o ano da ciência e da tecnologia, iniciávamos nosso trabalho à frente da Secretaria. Em nosso discurso lembrávamos que tínhamos de aprender a usar o capital intelectual. Não existe apenas o capital financeiro. O dinheiro muito e mal usado não produz efeito. Daí termos de usar outras ferramentas, os bens intangíveis lastreados no nosso conhecimento acumulado para fazermos uso correto daquele capital financeiro que, eventualmente, esteja disponível. Muitos pensam que capital intelectual é aquele desenvolvido na bancada dos pesquisadores. Não. Aqui na Assembléia Legislativa temos um capital intelectual extraordinariamente acumulado que precisa ser usado. No Judiciário ocorre o mesmo, assim como no Executivo. É tão importante desenvolver-se um processo em bancada quanto é importante criar-se uma norma no âmbito da Assembléia que reflita as reais necessidades dos pesquisadores, dos que fazem uso do conhecimento, e assim por diante. Daí a discussão de temas candentes como os organismos geneticamente modificados. Usando todas as possibilidades de que dispomos para fazer uso do nosso capital intelectual, a primeira coisa que precisamos fazer é agir de modo centrado, equilibrado, para buscarmos o bem comum, porque a sociedade é a grande beneficiária, o que realmente queremos buscar. Nada adianta, pela força de que dispõem determinados setores, por mais bem-organizados que sejam, fazer valer sua posição, se o que está na ponta puder trazer prejuízo à sociedade. O mínimo que se pede de todos nós é buscar o centro, o equilíbrio, para que não sejamos açodados por demais em prejuízo do povo e para que não sacrifiquemos o desenvolvimento de que necessitamos para garantir a soberania nacional.

Há problemas em várias áreas da tecnologia. A frase que foi colocada para chamamento do fórum foi: "A Tecnologia e Você: Mitos, Verdades e Fatos". É mito que não tenhamos competência, no Brasil, para desenvolvermos uma ciência de fronteira. Não somos diferentes de nenhum povo. Mas também é verdade que não somos devidamente organizados para evitar essa questão. Há o fato de que estamos sendo usados em nossa desorganização, de que temos perdido possibilidades de exploração das maiores riquezas do mundo em nossa biodiversidade diante da desorganização do nosso sistema de produção e do uso do conhecimento produzido. É fato também que fóruns como este demonstram que estamos buscando nossa organização.

Ainda ontem vi um "e-mail" de uma empresa no Rio de Janeiro que entrou em acordo com a Glaxo-Wellcome e recebeu US\$3.200.000,00 ano passado, e agora estão entregando dez moléculas novas que poderão se tornar medicamentos. Daqui a pouco estaremos importando esses medicamentos. Estão em questão bilhões de dólares. Em 1996, a Lei de Patentes cerceou nosso direito de ser jurássicos, como fomos chamados à época. Passamos a ser modernos e a importar dos jurássicos China e Índia. É preciso reconhecer patentes. É direito de quem desenvolve o conhecimento ter participação nos rendimentos, mas com garantias para desenvolvimento do nosso povo, o que não foi feito à época. Não podemos fazer mais nada que foi feito lá fora. Não podemos fazer uso do que foi patenteado, de modo a garantir o desenvolvimento nacional. Tudo bem. É fato. Não tem mais jeito. Mas quem vai pagar a conta de quem hoje desenvolve uma nova molécula extraída de nossa biodiversidade? Sou testemunha disso porque, infelizmente, sou vítima dessa situação, como pesquisador. Caiu em domínio público uma molécula minha. Tentei recuperar o uso da patente como modelo de utilidade. Só que, para garantir o patenteamento de uma droga no Brasil e em pelo menos em seis outros mercados importantes, Estados Unidos, Austrália, Canadá, Europa, Japão, etc., custa pelo menos US\$30.000,00 em cada país. Produzimos conhecimentos novos, mas não temos recursos financeiros para garanti-los. E não podemos usar o que é feito lá fora. As pressões internacionais estão de tal modo, que é como se determinassem que nós, brasileiros, estamos fadados a financiar a pesquisa internacional em proveito de outros povos, e não em nosso próprio. É mito que não tenhamos condições de superar esse problema. Temos condições de superar o problema com inteligência, com o uso adequado do conhecimento, protegido por instrumentos legais, em nível municipal, estadual ou federal, na área do meio ambiente e da proteção da biodiversidade. É mito que não possamos fazer uso daquilo que desenvolvemos e de nossa capacidade de desenvolvê-lo. É verdade que continuamos desorganizados, mas também é fato que estamos tentando mudar essa situação.

Fala-se muito em exploração da nossa biodiversidade. Tecnicamente, não consigo enxergar como chegar ao ponto desejado por determinada área da sociedade. Vejo com dificuldade, por exemplo, a exploração de nossa biodiversidade se não houver uma rede de cooperação entre os laboratórios. Em determinada universidade ou empresa dispomos de competências específicas diversificadas. Temos de trabalhar organizadamente dentro de uma rede, até porque não temos recursos financeiros suficientes para utilizar ou comprar uma diversidade de equipamentos necessários. Enquanto não constituirmos uma rede em biotecnologia no Estado, não vejo como mudar o uso que poderíamos fazer de todo o potencial que temos acumulado em Minas Gerais.

O tema é extremamente complexo, uma vez que são várias as áreas. Está dado o recado da necessidade de cooperação entre nós. Logo o Judiciário será estimulado. No Legislativo, os instrumentos legais estão sendo desenvolvidos. Na área do Executivo, também estamos nos esforçando para organizar a sociedade e mobilizá-la para se defender e defender seu grande patrimônio, que é nosso conhecimento. Muito obrigado. Espero que esses debates estimulem nosso orgulho para defendermos os interesses nacionais.

O Sr. Presidente - Neste momento passo a palavra ao Deputado Paulo Piau, coordenador dos debates e Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia desta Casa.

O Sr. Presidente (Deputado Paulo Piau) - Agradeço ao Deputado Eduardo Hermeto. Passaremos diretamente à fase de exposição dos trabalhos. Com a palavra, o Prof. Francisco Vidal Barbosa, da UFMG e da Universidade de Harvard, que disporá de 30 minutos para abordar o tema Impactos Socioeconômicos da Biotecnologia em Minas Gerais.

Palavras do Sr. Francisco Vidal Barbosa

Exmos. Srs. Deputado Eduardo Hermeto, Antônio Salustiano Machado, Deputado Paulo Piau, Gilman Viana, Helen Aguiar Lima, Robson Andrade, Carlos Eduardo Macedo Silva. Agradeço o convite.

Nesta primeira apresentação, a discussão versará sobre o impacto socioeconômico da biotecnologia em Minas Gerais. Apresentaremos, de forma mais geral, o que está acontecendo, principalmente nos países desenvolvidos e, depois, traremos o debate para o caso específico de Minas Gerais.

Aproveitando a idéia deste debate e a discussão nesse período pré-eleitoral sobre a questão socioeconômica, temos de falar em emprego. A discussão sobre a criação de 10 milhões de empregos deixou-me um pouco preocupado porque não sei como é que vão criar empregos. Alguns candidatos estão se esquecendo de que têm de se preocupar com a criação da empresa. Sem empresa não há geração de riqueza, criação de emprego. Não adianta falar na criação de não sei quantos milhões de empregos se não se promover a criação de negócios e novas empresas.

Na década de 90, uma das razões maiores do sucesso americano, baseou-se na criação de novos negócios, na geração das chamadas "start up", engendradas principalmente no casamento entre universidades e empresas. O caso de maior sucesso, há pouco tempo participamos e freqüentei vários cursos lá, é o caso do Massachusetts Institute of Technology em Boston. Essa universidade, casada com o setor privado gera anualmente de 150 a 250 indústrias, empresas.

O MIT gerou nos últimos 50 anos mais de 4 mil empresas como a Intel, a HP e outras. Pesquisas mostram que, na década de 90, mais de 60% dos empregos gerados nos Estados Unidos, foi em razão dos novos negócios, das novas empresas. Isso gerou riqueza e emprego. É muito claro para o governo americano, obviamente para a sociedade americana, que se gera emprego criando-se empresa.

No caso brasileiro, as grandes empresas estão demitindo; algumas das médias vão à falência, e a maioria das pequenas está com problemas. Teríamos de repensar essa situação, antes de entrar no caso da biotecnologia para saber o que vamos fazer para gerar esses empregos, já que estamos falando da questão socioeconômica.

O que países tão diversos como Estados Unidos, Canadá, Japão, Cuba, Índia, China, Suíça, Alemanha e Coréia têm em comum? Os Estados Unidos são, de longe, o maior país em biotecnologia, o que tem a maior geração de renda e o maior investimento em biotecnologia, assim como Canadá, Japão e Cuba.

Cuba está se tornando um dos maiores exemplos de sucesso em biotecnologia, também Índia e China. Estive em Boston, recentemente, tinha vários colegas chineses, indianos, americanos e coreanos, trabalhando em biotecnologia, sem nenhum preconceito, sem nenhum problema. O que leva esses países a estarem juntos? Mesmo na Europa, que passa a imagem de ser totalmente contra a biotecnologia, vê-se claramente que na Biovale, uma associação que inclui Alemanha, França e Suíça, o número de empresas é maior que o número de empresas dos Estados Unidos, com a nova onda de biotecnologia, que surgiu nas décadas de 70 e 80.

Todos eles priorizaram biotecnologia como fator fundamental do desenvolvimento do século XXI; é a tecnologia que veio substituir a Internet, o

que foi o "boom" da informação, o IT, "Information Technology". Eles têm consciência de que se não investirem nesses setores-chaves vão ficar para trás e não têm mais dúvida de que essa tecnologia é fundamental para o desenvolvimento; tem a ver com prosperidade, geração de novos negócios, que geram riqueza e emprego; tem a ver com segurança nacional, no bom sentido.

Se quisermos ser um país desenvolvido, fazer parte do Primeiro Mundo, teremos de investir em biotecnologia, não há outra saída. Além do fato de que essa tecnologia gerará bilhões de dólares. A questão da independência científica e tecnológica tem a ver com esse investimento. Espero que não percamos esse bonde como perdemos na área de "software", "hardware" e em outras áreas. A China aceitou, em um primeiro momento, todas aquelas indústrias, ela simplesmente era montadora, e hoje produz 15 milhões de microcomputadores, além de todas as áreas como "software" e "hardware". De montadora está se transformando em geradora de conhecimento. Na época, fechamos nosso mercado para isso, perdemos de novo. Espero que acordemos e não percamos o bonde da biotecnologia.

Uma definição, entre várias que adaptamos da Comissão Science and Technology for Development: a biotecnologia é um conceito que incorpora um grupo de tecnologias relacionadas à manipulação de material biológico, visando à geração de novos produtos e processos, dado ao seu potencial de uso em praticamente todas as áreas de conhecimento humano. A biotecnologia tornou-se uma das indústrias mais promissoras. Suas aplicações podem se dar em uma variedade enorme de setores como agricultura, medicina humana, veterinária, fruticultura, floricultura, processamento de alimentos, proteção ambiental, mineração e, obviamente, nos Estados Unidos depois de 11 de setembro, o bioterrorismo, com Antrax, varíola, etc., em que se pode ter germes extremamente perigosos usando a biotecnologia. Também na investigação criminal. Todas essas áreas podem ser usadas com a biotecnologia.

Um aspecto importante das características fundamentais da biotecnologia é a intensidade das pesquisas. Ou mudamos nossa cabeça, ou ficaremos mal. Se não tivermos claro um programa que foque a pesquisa, não vamos alcançá-los, não há como. Isso demanda muito dinheiro.

Neste ano, a Coreia está investindo US\$15.000.000.000,00 em ciência e tecnologia. O Brasil está investindo 10%; no entanto, a Coreia tem um PIB muito menor que o nosso. Não há milagre, se não se investe em pessoas e qualificação, não há desenvolvimento. Tecnologia demanda tempo e dinheiro, e o retorno é em longo prazo. É uma indústria muito regulamentada, principalmente nos países desenvolvidos; baseada em ciência, altamente dependente de pessoal qualificado.

Se não investirmos em educação, não sairemos de onde estamos. Somos subdesenvolvidos, nosso País é pobre, mas os limites estão na nossa cabeça. Somos capazes de chegar onde quisermos, desde que acreditemos e tenhamos um planejamento adequado. Se não investirmos nas pessoas, continuaremos vendendo "commodities".

Biotecnologia não se refere apenas a transgênicos. A biotecnologia possui mais de 350 drogas e vacinas em fase de testes clínicos. Precisamos combater mais de 200 doenças como Parkinson, Alzheimer, coração, diabetes, vários tipos de câncer, AIDS, artrite, esclerose múltipla, etc.

Existem, no mercado, mais de 117 drogas e vacinas desenvolvidas por empresas de biotecnologia, aprovadas pelo FDA americano, das quais 75% foram aprovadas nos últimos seis anos.

Existe uma contradição, as pessoas podem tomar vacinas, receber injeção e tomar medicamentos feitos pela biotecnologia. No entanto, em relação a alimentos, todos ficam assustados. Em vez de falarmos contra ou a favor, devemos analisar os dados para saber o que há de certo ou errado.

Em 2001, nos Estados Unidos, o valor de mercado dessas empresas foi estimado em 330.800.000.000 e o faturamento foi de 25.000.000.000. Em 2001, nos Estados Unidos, foram investidos US\$13.800.000.000,00, só no setor de biotecnologia. As cinco maiores empresas gastaram em média 89.400 por empregado em P&D. Em 2001, a indústria de biotecnologia americana empregou 174 mil pessoas em empregos diretos. O número de patentes passou de menos de 2.085 para cerca de 9 mil.

A receita, em 2001, foi de 25.000.000.000 em P&D. O valor de mercado dessas empresas é de 330.800.000.000, o número de firmas é 11.379, de empregados diretos, 174. Desde 1995, houve crescimento bastante acentuado. É bom ressaltar que os profissionais são altamente qualificados, pessoas extremamente preparadas para contribuir com o desenvolvimento do País.

Nos Estados Unidos, a região nordeste tem o maior número de empresas, principalmente na região de Boston, Massachusetts, São Francisco e San Diego.

Boston é o maior exemplo de sucesso em biotecnologia. Centenas de empresas mudam para aquela região, porque há objetivo claro e vontade política do governo estadual em dar boas-vindas às empresas. Boston não tem recursos minerais nem naturais, é Estado pequeno e pobre, é como Taiwan e Coreia, mas têm recurso fundamental, têm pessoas qualificadas e o maior número de mestros e Ph.Ds. Lá estão as grandes universidades como Harvard. O Governo percebeu que isso atrai emprego, gera riqueza, atrai gente qualificada, que ganha bem e trabalha numa indústria não poluente, que preserva o meio ambiente.

A vontade política é fundamental e a conscientização dos nossos legisladores é importante. O caso de Massachusetts é exemplar, é de sucesso. É uma indústria que está gerando muita riqueza para o Estado. Outro pilar fundamental é a quantidade de universidades, de hospitais e de centros de pesquisa de alta qualificação, respeitadas em todo o mundo.

Muitas pessoas estão dispostas a investir e correr riscos, porque as chances de sucesso são grandes. Outros pilares são as empresas de tecnologia e a qualidade dos fornecedores de serviços e equipamentos. Fica clara a busca da excelência e da qualidade, porque não vamos sozinhos a lugar algum.

Enquanto não tivermos juntos setor político, governo, universidades, centros de pesquisa e empresas, não é possível dar certo. Para se gerar emprego, é necessário que todos fiquem juntos, empresário, capitalista, estudante, pesquisador e governo. As divergências devem ser esquecidas para gerar riqueza e emprego. Não adianta um atacar o outro, porque não chegaremos a lugar algum. Eles conseguiram fazer isso, colocaram todos juntos.

Eles têm a maior concentração de empresas de biotecnologia do mundo. Isso se deu por vontade política, e foi dito pela governadora. Eles queriam ser o maior centro de biotecnologia do mundo e focaram no setor biomédico. Em Minas Gerais, precisamos analisar a nossa vocação e definir qual setor de biotecnologia será o nosso foco. Não adianta atirar para todos os lados.

O Estado possui 56 empresas de capital aberto, avaliadas em US\$47.000.000.000,00. Mais de 28 mil pessoas se dedicam diretamente à indústria de ciência e tecnologia. A biotecnologia é importante fator para a economia local. O foco da indústria de biotecnologia, em Massachusetts, onde se concentram várias universidades, é o biomédico. A mão-de-obra é altamente qualificada, e há espírito empreendedor. Infelizmente, no Brasil, a mentalidade é ser empregado de uma grande empresa. Naquelas universidades, os alunos não querem ser empregados, querem ser donos, querem ser chefes.

Precisamos mudar a nossa cultura, porque as pessoas empreendedoras geram empregos, geram riquezas. No Brasil, o capital de risco é pouco. Sem apoio político não se consegue nada. É preciso haver colaboração, cooperação e consenso entre os diversos agentes, empresas, universidades e governo.

Nos Estados Unidos, na indústria, a partir de cada emprego direto criam-se três empregos indiretos de alta qualificação. Isso afetará as indústrias dos setores de biotecnologia e os setores que indiretamente dependem da biotecnologia.

Os gastos dos empregados e das empresas, os gastos pessoais, etc. vão gerar outros bilhões de dólares. E o Governo de Massachusetts não é bobo. Ele sabe muito bem disso.

No outro quadro, vocês podem verificar que, de 174 empregos diretos, você cria, indiretamente, praticamente três vezes mais. De um faturamento direto de 25 bilhões, você tem o faturamento indireto de 57 bilhões. Da receita de mão-de-obra de 18 bilhões, você passa para 36 bilhões. Fiz o levantamento apenas de algumas questões que poderiam ser relevantes nesta discussão sobre biotecnologia, como a busca de compatibilidades, etc. Isso demandaria um tempo muito maior. Algumas das questões fundamentais, quando falamos em competitividade e em comercialização de biotecnologia, são a mão-de-obra, o relacionamento entre universidade e empresa, a ética de valores sociais, a regulamentação de setor, a transferência ou a geração de tecnologia, a lei de defesa da concorrência, a disponibilidade de "venture capital" ou capital de risco e as políticas públicas definidas sobre biotecnologia.

É por isso que é importante definir claramente um planejamento de longo prazo. Não se trata de desperdiçar tempo, mas é preciso gastar tempo, no bom sentido, planejando metas e objetivos para os próximos anos. Lamentavelmente, não somos disciplinados no Brasil. Não temos esse tempo necessário para planejar em longo prazo. Somos muito imediatistas, e isso é muito prejudicial para nós. Você falou em espírito empreendedor, e acho que a mudança cultural básica significa mudar a cabeça das pessoas. Ser dono é muito bom, é muito melhor do que ser só um empregado. Ainda temos a aceitação pública da biotecnologia, a formação de um "cluster", que seria esse aglomerado de empresas focadas num determinado setor, a lei de propriedade intelectual, o financiamento público à pesquisa básica aplicada e o financiamento de incentivos fiscais. Então, não existe segredo. A causa do sucesso lá fora está muito clara. É baseada em ciência e tecnologia, em pesquisa, em investimento, em qualificação da mão-de-obra e em educação, educação, educação, mil vezes educação. Não estou dizendo isso porque sou da área da educação. Basta estudar os casos de sucesso dos países. Em 1960, a Coreia era um país subdesenvolvido, miserável. O pessoal passava fome. Hoje, a Coreia nos dá um banho. O mesmo aconteceu com Taiwan, etc. Será que esses exemplos não mexem conosco, nem alteram nada?

Estes dados aqui representam a previsão de vendas no setor de biotecnologia nos Estados Unidos para os próximos dez anos, ou seja, até 2012. Sobre a biotecnologia no setor humano, por exemplo, temos: - terapêuticos: hoje, em torno de 15 bilhões e eles esperam um crescimento de 12%, chegando 46,5 bilhões em 2012; - diagnóstico: passaria, de 2,9 para 5,9 bilhões em 2012, o que significaria um crescimento de 7%; - setor não médico - agricultura: passaria de 14 para 57, ou seja, crescimento de 15%; - diagnóstico: de 0,38 para 0,9 bilhões; - outras aplicações especiais: de 0,75 para 2,8. Em média, eles esperam o crescimento de 12%. E usualmente podemos acreditar na estatística americana. Normalmente, eles são bastante sérios na elaboração dessas estatísticas.

Voltando à realidade mineira, pegamos dados do SINDIBIO que mostram claramente que também temos um potencial enorme. Temos um grande número de empresas no Brasil e em Minas Gerais que precisam ser potencializadas, mais integradas. É preciso fazer o chamado "network". Temos também um grande número de empregos gerados que significam um potencial enorme que pode ser aumentado. A nossa sugestão em termos de gerais seria o aumento do intercâmbio entre empresas e universidades, através de programas de pesquisa conjunta, estágios, patrocínio de eventos, programas de treinamento direcionado, apoio ao intercâmbio internacional entre empresários, empreendedores, cientistas, técnicos e gerentes.

No exterior, podemos fazer algumas constatações, e não vai aqui nenhuma crítica. Descobri que existem turcos e gregos falando sobre assuntos brasileiros no exterior e perguntei: "Mas isso não é muito vago? A pessoa fica seis meses no Brasil e vira um especialista em nosso País? Onde estão os brasileiros?". O responsável pela universidade respondeu-me: "Não sei. A maioria não fala inglês, não tem fluência para dar aulas, ou tem medo de vir aqui. Tenho que contratar estrangeiros para falar sobre assuntos brasileiros nas universidades estrangeiras". Ficamos sem acreditar no que vemos. Por aí, podemos concluir o potencial que existe em oportunidades para nós, brasileiros, lá fora. E quando falamos em globalização e em internacionalização, começo a dar risadas, porque não vi brasileiros lá fora. Não consegui vê-los nas universidades. Somos extremamente fechados por complexo de inferioridade, ou por medo. Ou, então, somos muito pobres e não temos capacidade nem para ir lá fora. Não vi alunos nem professores.

Outra coisa que me chocou muito nessas andanças, que temos que mudar e que está ligada também à biotecnologia, é que muitas informações sobre esse assunto estão disponibilizadas gratuitamente. Basta saber encontrá-las. Sabem onde? Na Internet. Então, é preciso apoiar um programa contínuo de visitas técnicas nos principais "clusters" de biotecnologia e, obviamente, freqüentar os cursos de biotecnologia oferecidos pelas melhores universidades e definir as áreas-focos, em que a biotecnologia teria vantagens competitivas para se desenvolver. De novo, falamos em foco, foco, foco. Se não tivermos foco e não soubermos o que queremos, não chegaremos a lugar algum. Também precisamos apoiar os direitos de propriedade intelectual. Do contrário, ninguém virá para o Brasil. É preciso dar a garantia de que a propriedade intelectual será preservada. É preciso, ainda, criar um "pool" de empresas, visando a dividir custos de pesquisa e contratação de consultores e cientistas nacionais e internacionais e estimular cursos voltados para a área de biotecnologia.

Especificamente para Minas Gerais, sugiro uma mudança cultural. Obviamente, isso ocorrerá em longo prazo. Mas, se não mudarmos nossa cultura, voltando-a para a pesquisa, a ciência e a tecnologia, o empreendedorismo, a criação de negócios etc., não sairemos do lugar. Também precisamos de buscar maior foco na criação de empresas, no empreendedorismo, na criação de negócios ligados a "start-ups", etc.; mudar a visão do empregado, para que se torne proprietário; criar de incubadoras voltadas especificamente para a biotecnologia.

Tenho participado de outros eventos e acho que tudo tem muito que ver com o apoio político. Não adianta querer olhar para o Estado ou para o País como um todo, como algo homogêneo. É preciso focar o desenvolvimento regional. As políticas têm que ser específicas para cada região, para cada município. É preciso buscar as vocações locais e regionais na agricultura, na pecuária e no meio ambiente, descobrindo o que cada indivíduo tem de melhor. Não adianta, no Brasil, dizer que iremos trabalhar e ser bons em esqui e em outros esportes de inverno, porque não vamos conseguir. Não adianta, porque não temos condições nem vocação para isso. Qual é a vocação mineira? Temos que descobrir qual é a vocação de Belo Horizonte, do Triângulo, do Sul de Minas, etc., e focar nela, não tentar ser uma coisa para a qual não temos vocação. Minas Gerais não tem que ter o mesmo desenvolvimento em todas as cidades, pois é um Estado muito grande. Cada cidade terá de ter a sua vocação.

Se quisermos ser um país rico, independente, temos de nos preocupar com ciência e tecnologia e inovação.

Integração universidade-empresa. Cito novamente o caso do Massachusetts Technology Institute, uma universidade que gera em média 200 empregos, 200 empresas por ano; ano passado só teve 6 Prêmios Nobéis. É uma universidade que casa a pesquisa e a questão empresarial. Não há nenhum pecado nisso. Existem modelos que geram pesquisa e recursos.

Linhas especiais de financiamento. Como disse o Secretário, precisamos parar de exportar "commodities", matéria-prima, isso não agrega

valores, é o mínimo. Temos de melhorar a nossa pauta de exportação, agregando valor. A biotecnologia propicia isso. À medida que investimos mais em biotecnologia, podemos exportar produtos com alto valor agregado. Se não pensarmos nisso, vamos continuar vendendo matéria-prima e recebendo 0,1, 0,001 dos produtos prontos.

Qualificação da mão-de-obra local. Se não houver educação, não vamos a lugar algum. Infelizmente, os analfabetos, pessoas que não tiveram essa qualificação, acabam não agregando tanto. Por isso, cabe à nossa sociedade qualificar todas as pessoas, dando oportunidade para que possam se educar.

Aumento de arrecadação. Por último, a formação de "cluster" de biotecnologia. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado Paulo Piau) - Agradecemos ao Prof. Francisco Vidal. Com a palavra, a Sra. Helen Aguiar Lima, do Sindicato de Empresas de Bases Tecnológicas - SINDbio -, representando o Sr. Robson Andrade, Presidente da FIEMG.

Palavras da Sra. Helen Aguiar Lima

Bom-dia. Exmos. Srs. Deputado Eduardo Hermeto, Antônio Salustiano Machado, Deputado Paulo Piau, Gilman Viana, Francisco Vidal Barbosa, Carlos Eduardo Mazzeto Silva.

Biотecnologia e você: mitos, verdades e fatos.

O SINDbio tem a sorte de ter em sua diretoria especialistas no tema e ainda contar com um comitê técnico-científico de notáveis de âmbito nacional.

Quero ressaltar a importância das empresas de base biотecnológica no mercado nacional e na economia mineira.

Como disse o Prof. Vidal, a biotecnologia é uma ferramenta estratégica largamente utilizada em todo o mundo, porque tem a capacidade de interagir com diversos setores produtivos, tais como a agricultura, a pecuária, a saúde, o saneamento básico, etc. potencializando-os. Não usar dessas ferramentas, significa abdicar o desenvolvimento e ao crescimento do País.

Com relação à biotecnologia, estamos vivenciando o mesmo que vivenciamos nas décadas de 70 e 80, com a informática: dúvidas, medos, preconceitos, que nos levaram a uma moratória, fazendo com que a sociedade brasileira hoje pague um preço muito alto.

Por que usar a biotecnologia? Como disse o professor, temos de buscar tecnologia para a redução de custo operacional, aumentar a competitividade, a produtividade - essa é a linguagem global para não ficar fora do mercado -, os ganhos de escala, usar tecnologias limpas, segurança ambiental, gerar empregos especializados e potencializar as nossas "commodities". De acordo com o Secretário, quem exporta matéria-prima é colônia. Se não dermos um passo à frente, estaremos consolidando o desenvolvimento, mas não como uma potência, como um país desenvolvido, e sim como uma colônia. É preciso, então, agregar valor e gerar empresas, que irão gerar empregos e produtos de valor agregado.

É necessário destacar que todas as empresas de biotecnologia, seja qual for a ferramenta utilizada, seguem os princípios da biossegurança e da bioética.

As principais ferramentas que os avanços científicos colocam à disposição dos setores produtivos são: engenharia genética, mapeamento genômico, marcadores moleculares, clonagem, transgenia, manipulação, OGMs.

Muitas vezes, a biotecnologia é mal compreendida. Alguns autores a classificam em três gerações: a primeira é aquela em que se produzia à base de fermentação: pão, vinhos, queijos; a segunda é a partir de melhoramentos genéticos, após a Segunda Guerra, século XX; a terceira é a partir do mapeamento do DNA, a tecnologia moderna, que é a base do DNA recombinante. A biotecnologia é milenar. Estamos vivenciando um avanço dessa tecnologia, que precisa ser mais bem entendida.

Quanto à análise econômica, temos de entender quais são os protagonistas, os atores principais, que devem discutir o avanço da tecnologia e seus impactos. Quais são os impactos que queremos? Que necessidades da sociedade a biotecnologia pode satisfazer? Por que usar biotecnologia? Quais os seus impactos sobre o PIB, o emprego e a competitividade do País?

Temos de entender que empresas específicas do setor geram empregos diretos, indiretos; o interagem com empresas afins, as chamadas empresas de suporte, potencializam outros segmentos. Enfim, envolvem uma larga cadeia produtiva.

No mercado de Minas Gerais, segundo o diagnóstico econômico e financeiro que o sindicato acabou de concluir, já temos mapeadas 750 empresas. E no Brasil, quase 5.500. Não mapeamos 100%, só as que conseguimos cadastrar nestes primeiros seis meses. Temos 90 mil empregos diretos em Minas Gerais e quase 430 mil no Brasil.

Em Minas Gerais, o mercado está se estruturando do ponto de vista sindical, do ponto de vista de federação, de câmara setorial, para entender toda a cadeia produtiva. Temos grandes universidades em todo o Estado, que formam excelentes profissionais, excelentes órgãos de pesquisa como a EMBRAPA, a EPAMIG, o IMA e tantos outros que hoje contam com uma infra-estrutura necessária para fazer ciência e pesquisa com profissionais altamente capacitados.

Em 2001, o faturamento foi da ordem de R\$3.500.000.000,00 em Minas Gerais e R\$10.500.000.000,00 no Brasil. A interação da biotecnologia nos setores produtivos em Minas Gerais é apenas de 7%. É um número pequeno, porém maior do que o do ano passado.

Agora, estamos buscando a chave do sucesso de qualquer "cluster", principalmente de biotecnologia nos países desenvolvidos, que é trabalhar com o apoio governamental. Um lado só não faz sucesso. É preciso que haja interação entre o setor produtivo, o Governo, a comunidade científica e a sociedade.

Fontes de financiamento à pesquisa. É um setor que demanda pesquisa, um setor de base científica. O Brasil já dispõe de muitas fontes de financiamento, mas o importante é saber que existem mecanismos e fontes de recursos para a pesquisa. Agora, precisamos avançar nos mecanismos para termos acesso a eles. Esses recursos têm de sair do papel.

Em Minas Gerais, temos apoio do Governo Estadual, que criou um fundo para as empresas de biotecnologia para financiar pesquisa, capital de giro, infra-estrutura, cujo gestor será o BDMG.

Aqui, na segunda linha, temos os números de pesquisadores em biotecnologia em Minas Gerais, segundo o Ministério de Ciência e Tecnologia. Apesar de estar sendo feita alguma coisa, poderia se fazer muito mais no âmbito da ciência e da sua aplicação.

Nos últimos três anos, constatamos que Minas Gerais é o maior pólo de biotecnologia da América Latina, mas é um pólo potencial. Ainda precisam ser feitas muitas ações para que isso seja consolidado.

Alguns números da biotecnologia para medirmos o efeito positivo da interação nos setores produtivos. Temos aqui um dado da silvicultura. Podemos ver uma evolução da década de 70 para 2000, os ganhos de produtividade registrados nesse período e a importância desse setor no âmbito de geração de empregos, de participação no PIB.

Todos sabem que a silvicultura, a produção de floresta industrial, são extremamente importantes na economia mineira. O Brasil e Minas têm o menor ciclo de vida em florestas industriais. Que pena!

Biотecnologia ambiental: infelizmente, aí há um problema de configuração. A biotecnologia ambiental tem as ferramentas destinadas à preservação ambiental. Temos hoje, em nosso País, problemas seriíssimos pela falta de saneamento, pela deficiência das políticas adotadas. E a biotecnologia dispõe de ferramentas de fácil aplicação, de baixo custo operacional, que podem reduzir os graves problemas de tratamento de esgoto e lixo, que, segundo a OMC, são responsáveis pela mortalidade de 350 mil crianças por ano. É uma verdadeira guerra biológica.

É sempre bom lembrar o que é a agricultura no Brasil. Toda a sua cadeia produtiva é responsável por 28 milhões de empregos no País e representa 35% do PIB. É um setor que precisa de atenção governamental, que precisa de planejamento estratégico para desenvolvimento setorial. Não adianta desenvolver a tecnologia, se não se priorizarem os setores com que ela interage. A agricultura é o principal elo da biotecnologia. Se não se investir em transferência de tecnologia para o pequeno e o médio produtor rural, isso fica difícil. Gosto de mostrar esse quadro, porque não entendo a timidez do Brasil e do povo brasileiro. É difícil ver uma nação tão forte em tantas coisas. O Brasil planta café, cana, arroz, feijão. Tudo que é plantado dá certo, dada à riqueza do nosso solo, do nosso clima, das nossas riquezas geográficas. Está faltando muito pouco para darmos um salto maior. E aí se insere a biotecnologia. O mundo precisa dar respostas do ponto de vista de produção alimentar. Podemos ver o que é esse avanço da biotecnologia. Hoje produzimos, em 250ha, devido à revolução verde que ocorreu após a Segunda Guerra, alimentos para 2 mil pessoas. Com o avanço da biotecnologia, esses mesmos 250ha alimentam 3.600 pessoas. É um dado comprovado, testado, muito seguro, que mostra que, na mesma área, são produzidos alimentos para um número muito maior de pessoas. Isso significa mais alimento no mundo e menos uso de novas áreas.

Temos aqui índices de avanço de produtividade de alguns setores.

No setor de biofármacos e cosméticos, em Minas e no Brasil, temos o seguinte quadro: em Minas Gerais, o setor é extremamente desenvolvido, deu visibilidade à biotecnologia. Temos 117 empresas, que faturaram, em 2001, R\$200.000.000,00. Elas trabalham com medicamentos para as saúdes humana, animal e vegetal, com "kits- diagnósticos", com cosméticos.

A floricultura é um setor necessário, que se resgata em Minas Gerais.

A fruticultura precisa ser potencializada. A biotecnologia já dispõe dessas ferramentas.

Quanto à pecuária, temos em Minas Gerais quase 21 milhões de cabeças. Somos uma economia conhecida. Temos a política do "café-com-leite", por exemplo. Então, a agricultura e a pecuária são os carros-chefes da economia e precisam ser potencializados, no que diz respeito a planejamento estratégico e transferência de tecnologia.

Para finalizar, é bom lembrar de alguns números do Brasil. O Brasil é o maior país em extensão territorial viva. Dos seus 851.000.000ha, apenas 6% são destinados à lavoura e 26% à pecuária. Como está distribuído o território nacional? Ouvimos sempre que tudo está devastado. Não é verdade. Temos ainda 350.000.000ha de floresta amazônica, áreas de reflorestamento ocupando 5.000.000ha e o cerrado, com 151.000.000ha, hoje identificado como o maior potencial para desenvolvimento.

É bom lembrar outros dados do Brasil: 8% da água doce do planeta estão no Brasil, temos topografia, luminosidade, o 5º maior mercado consumidor. Enfim, temos riquezas que, aliadas a uma política governamental estratégica, voltada para a transferência de tecnologia e empreendedorismo, poderão transformar o Brasil numa das maiores potências mundiais. Minas Gerais, especificamente, possui excelente clima, temperatura, altitude, tudo o que é preciso para potencializar a biotecnologia, além de uma localização estratégica no Brasil. O que estamos fazendo para potencializar tudo isso? Primeiro, estamos criando os mecanismos de transferência de tecnologia, fazendo com que o setor de pesquisa fale com o setor produtivo; depois, capacitando as pequenas e as médias empresas para exportar, transferir tecnologia e buscar exportação de produtos de valores agregados. Para isso, é preciso que se invista em educação, em formação de profissionais e de empreendedores. Outra meta que temos é instalar em Minas Gerais um laboratório de biossegurança. Precisamos atestar as nossas pesquisas. Nossos cientistas precisam dar segurança a nossa sociedade, dizer o que é bom ou ruim. E, por último, apoio à exportação. Estamos trabalhando nesse sentido. Acreditamos que esses mecanismos vão fazer com que a economia mineira deixe de ser um pólo potencial para ser, de fato, o maior pólo de biotecnologia. Muito obrigada.

O Sr. Coordenador - Agradecemos à Dra. Helen Aguiar, do SINDbio, e passamos a palavra ao Dr. Gilman Viana, Presidente da Federação da Agricultura de Minas Gerais.

Palavras do Sr. Gilman Viana

Meus cumprimentos pessoais a cada um. Caro Deputado Eduardo Hermeto, parabéns por trazer este evento à Assembléia; caro companheiro, Deputado Paulo Piau; caro Dr. Carlos Eduardo; caro Dr. Francisco Vidal, parabéns pela sua apresentação, e querida Helen Aguiar, tenho a impressão, Deputado Paulo Piau, de que, com a exposição do Francisco Vidal e da Helen, a agricultura não precisa falar mais. Conseguimos ser entendidos e absorvidos pelo mundo acadêmico e pelo mundo empresarial não agrícola. Sem dúvida, é um avanço. Estamos num mundo em que a agricultura é percebida pelos não agrícolas. É um estágio novo no País. O mundo político além da Assembléia também começa a perceber que, sem a agricultura, o Brasil não sobreviverá. Os dados estão aí. Parece-me que os dados expostos são modestos. A história do Brasil tem muito a ver com um tom que o Prof. Vidal citou em toda sua abordagem. Que qualidade tem as pessoas que estamos convidando para entrar no processo de mudança? O aprender não pode ser por determinação. Temos de conquistar as pessoas para que queiram aprender. E, para isso, é preciso o estímulo para o conhecimento. Não podemos agregar o conhecimento apenas aos sábios. Temos de ter um instrumento para viabilizar a transferência do conhecimento, aumentar a massa detentora do conhecimento, para que ele seja multiplicado. Aí entra a história da chamada extensão da tecnologia, em que o enclausuramento das nossas academias - não sei como estão as escolas dos dois - dificulta o processo.

Há ainda o processo de fazer a extensão sem deixar que o extensionista da empresa privada se remunere. Ela obriga a programar, dentro da escola, a ida e a vinda. Se o empresário paga, o dinheiro vai para o caixa geral da universidade. Não há o tal do empreendedorismo na extensão. O cidadão não tem risco, compromisso de sucesso, vai cumprir apenas uma etapa curricular na universidade. Algumas já mudaram. Isso não é crítica, apenas um registro brasileiro. Constatado isso.

O Prof. Aloíso Queiroz, da Universidade de Piracicaba, me dá assistência em Nanuque, no vale do Mucuri. Eu o pago para ir lá. Esse dinheiro não vai para a universidade. É preciso haver uma quebra de desconfiança policial da gestão das escolas em relação ao mercado. É preciso profissionalizar a oportunidade de empreendedorismo também no ensino. É preciso abrir essa história. Sou produtor rural em Nanuque, no vale do Mucuri, lugar subdesenvolvido que gera pessoas subdesenvolvidas como eu. Sou criador de gado tabapuã, raça bovina pura. Minha família é criadora dessa raça. Propusemos à Escola de Veterinária de Minas Gerais fazer um convênio para direcionamento de (...) genético. Reunimo-nos com o Prof. Vicente do Vale e com o Diretor da escola, José Cardoso Monteiro. Um mês após, telefonaram-me dizendo que não poderiam assiná-lo porque o Departamento Jurídico da Universidade não permitia que aquilo fosse feito. Isso aconteceu há um ano e meio. Até hoje o convênio não foi feito. Há o medo de abrir, porque o monitoramento retrógrado, estacionário do horário de trabalho agride o avanço da vontade de aprender e ensinar. É preciso superar essa história, quando tratamos do convívio entre a universidade e a empresa.

A empresa precisa de técnicos que lhe inspirem confiança. Mas a burocracia dificulta esse desejo. A palestra do Prof. Vidal, sem dúvida, enfoca um ambiente angustiante no Brasil. O problema de educação pós-acadêmica é um fato concreto, mas tem um espelho muito grande na sociedade como um todo. O índice de escolaridade dos envolvidos com o uso da biotecnologia é muito preocupante também. É preciso que o cliente tenha a capacidade de perceber o fato novo na introdução de seu negócio, senão a descrença atrapalhará o resultado. O empreendedor se tornará melhor quando assumir sua decisão com o risco, após o conhecimento. Ele não poderá cumprir ordens. Ele tem de ter o desejo de ser vitorioso. Empreendedor é isso. O conhecimento, então, é importante. Vamos andar mais para o lado dos empregados que atendem, que trabalham nas empresas que usam biotecnologia. Todos usamos biotecnologia, moderna ou antiga.

O ato de explorar o animal e o vegetal é biotecnologia em qualquer momento.

Quem não consegue dar orientação gerencial ao seu empregado quanto ao procedimento do sucesso em seu empreendimento está estrangulando a velocidade do resultado.

O baixo nível de escolaridade é tão preocupante que cresce, cada vez mais, o dispêndio com políticas sociais, porque as pessoas, não tendo a capacidade de se transformar em agentes da construção do sucesso por meio do trabalho, são demandantes de auxílio, e um auxílio social, sem dúvida, da maior necessidade, porque não é culpa da pessoa não ter tido chance de ser melhor.

A Federação de Agricultura tem o Serviço Nacional de Habilidade Rural, que ensina os empregados a serem mais eficientes. Um vaqueiro, por exemplo, para ser inseminador de animais, precisa saber ler e escrever, porque tem de prestar ao escritório informações sobre a propriedade, sobre a vaca que inseminou e que touro foi usado. Precisa escrever alguma coisa. Começamos a deparar com pessoas que queriam fazer o curso, mas não podiam porque não sabiam ler nem escrever. O SENAR passou, então, a destinar 10% das verbas para alfabetizar adultos e jovens no campo, simplesmente para serem capazes de realizar um trabalho elementar, que é anotar informações.

O que esse fato simboliza para o projeto brasileiro? Retrocesso. Em vez de continuar olhando para a frente, para fazer o Brasil crescer, tivemos de voltar, para dar socorro àqueles que não foram assistidos pelo Estado, que tem a obrigação de escolarizar a população. É lamentável.

Deputado Eduardo Hermeto, peço a esta Casa o revigoramento do policiamento num ponto crucial: a Assembléia Legislativa aprova orçamento do Estado, destinando 10% das verbas para a pesquisa, por via da FAPEMIG. Sabe quanto é liberado, e, assim mesmo, na base da briga e da trombada? Apenas 0,25%, ou seja, 4% do estabelecido, e ninguém cobra nem discorda disso. O ano passa, entra outro, muda o Governo, e tudo fica na mesma.

E daí, uma conseqüência curiosa. Fica-se inseguro para escolher os próximos governantes. Eu, por exemplo, no atual modelo político, não sei em que partido votar para defender a biotecnologia e a pesquisa. Ninguém tem compromisso contínuo. Com essa liberdade que os Deputados têm de mudar de partido a qualquer momento, não sei se levam com eles os pensamentos e o compromisso partidário. Fico sem saber a que linha o setor de pesquisa, ciência e tecnologia deve se agregar para fazer acontecer. O modelo está deteriorado, e é neste mundo em que estamos vivendo.

Falar assim não significa pensar que não temos oportunidade. Somos representantes de seres humanos brasileiros, e não seremos nós que vamos imaginar sucesso administrando franceses ou italianos no Brasil. Não. Nossa competência leva-nos a desejar transformar os brasileiros em trabalhadores eficientes. Esse é o grande desafio dos empresários e da academia. Não podemos ficar sonhando "tomara que o Brasil mude, porque, aí, vamos aparecer". Não. Temos de fazer a construção do Brasil que idealizamos.

Cumprimento os realizadores deste evento. Gostaria de ter visto mais parlamentares presentes. O momento eleitoral pode ter dificultado a vinda de alguns, mas é muito comum, em eventos fora de campanha, a ausência expressiva de Deputados. Não se consegue, de modo geral, dar atenção a todos os fatos.

Quem freqüenta seminário conhece bem um dado histórico, que não é culpa do parlamento. Refiro-me à capacidade do brasileiro de colocar o material do evento debaixo do braço, ir à portaria e perguntar: "Quando é que vai ter outro?". Só que, entre um seminário e outro, não faz nada do que foi tratado, porque vai se ocupar com outras coisas.

É preciso ter um projeto de motivação continuada, sob pena de estarmos sempre repetindo as mesmas coisas para pessoas que, por exemplo, vêm para os encontros com seu telefone celular ligado. Que informação estão nos passando com essa atitude? Que estão ali apenas para marcar presença, porque, na verdade, sua atenção está direcionada para outros interesses. É preciso reeducar o conjunto da cultura brasileira.

A biotecnologia, incluindo a moderna, que chegou aos transgênicos, é um estágio do conhecimento da ciência. É preciso, com urgência, dotar os talentosos brasileiros de condições e recursos para desenvolverem e aplicarem seus conhecimentos em benefício da sociedade e lhe dar segurança, em vez de se ficar provocando essa histeria toda de que o transgênico dá coceira, alergia e coisa que o valha. Não é nada disso. Que num estágio inicial se rotule e se identifique é preciso, mas não se pode decretar, como já ouvi muitas propostas, uma moratória sobre os transgênicos, assim como fizeram com os computadores no século passado. Estaciona-se no tempo, fecha-se a caixa, mais bem trancada que a Bangu 1, e, daqui a cinco anos, ela é reaberta. Os outros países, então, estarão adiante, e nós capengando.

Em relação à riqueza brasileira, um ponto me preocupa sobremaneira. É escandalosa a forma de proteção comercial no Brasil. Não sei se é caráter ou modelo nosso, mas aqui não se tomam providências antes de o fato acontecer. Já vimos, várias vezes, a TV filmar a aterrissagem de até 60 mil CDs pirateados e de tantos outros itens comercializados ilegalmente. É só a televisão que descobre isso. A polícia não. Ora...

Tenho grande preocupação com relação à pirataria também na biodiversidade da Amazônia. Cada vez o fato se torna mais ostensivo. Matérias-

primas são exportados na base da pirataria, e, depois, temos de adquirir o produto, e pagando caro. O mais grave é que se vai caçando a originalidade de um produto que poderia ter sido desenvolvido no Brasil.

A proteção ao comércio no Brasil é preocupante. O País orgulha-se de ter um território enorme; mas, em consequência disso, tem uma fronteira enorme também, com 340 pontos de entrada física. Dos 340, 140 estão instalados e 40 equipados. Não é preciso dizer mais nada.

À medida que o mundo se horizontaliza com a globalização, o país que não preserva sua identidade, que não tem cuidado com seu produto, acaba ficando na parte inferior do universo, porque a agilidade de quem se preparou certamente sobrepuja a inércia de quem não se preparou.

Não sei se estou enganado, Deputado, mas vejo que se está configurando um cenário em que a iniciativa privada não tolera mais esperar as regras das políticas públicas e termina andando paralelamente ao poder público, na busca de eficiência e resultados, fazendo "joint ventures" para viabilizar o seu sucesso; e, lamentavelmente, o conhecimento dos dirigentes do poder público não demonstra intimidade com esse progresso.

No caso da minha classe, a busca da academia - e vocês já perceberam que não sou acadêmico - é constante, e temos grande confiança nisso. Como falamos, sem conhecimento não há alternativa, e o lugar de buscar o conhecimento é a academia. Temos grande intimidade com o professor, mas uma dificuldade proporcional com a administração da academia. A burocracia para a liberação do conhecimento por meio do mestre dificulta-nos tudo. O professor não tem liberdade de atuar junto ao setor privado, - liberdade que quer ter e que precisamos que tenha - porque a regra de proteção da estrutura burocrática inibe essa ação.

O Brasil certamente caminhará para o sucesso com a velocidade que formos capazes de imprimir à adaptação das pessoas aos desafios. Não se pode ficar brigando contra o frio - se está frio, é preciso que arrumemos um capote para a nossa proteção, porque a natureza não muda. Então, não se pode ficar brigando com as dificuldades e os desafios; é preciso encontrar competência para conviver com esses desafios e alcançar bons resultados nessa briga. A coisa mais lamentável na comunidade é o liderado deixar a responsabilidade da busca de solução apenas na mão do líder. Nenhuma comunidade se transforma se não fizer parte do processo de transformação, porque ninguém é capaz de impor uma mudança à comunidade. É preciso que tenhamos competência - e nesse ponto apelo para todos: entidades empresariais, universidade e parlamento - para motivar as pessoas a fazer parte das mudanças que temos de promover.

O fato de a Índia (...) professor, é algo fantástico em matéria de genética animal. A quantidade de Ph.Ds que a Índia tem hoje, proporcionalmente à população, supera a densidade de qualquer outro país. E, porque as pessoas não comem carne bovina, por questão religiosa, investiu-se violentamente no melhoramento genético na área de produção de leite, com um sucesso fantástico - tudo porque existe um conhecimento de alta qualificação. Em uma sociedade numerosa como a brasileira, não há como pensar que vamos encontrar um pequeno grupo para conta do nosso sucesso, se a própria sociedade não se preparar para ajudar a construí-lo.

Então, cumprimentando os que me antecederam, este é o apelo que a Federação da Agricultura traz à discussão: o Brasil é nosso, e sua qualidade depende de nós. Obrigado.

O Sr.Coordenador - Agradecemos as palavras do Dr. Gilman e passamos a palavra ao Dr. Carlos Eduardo Mazzetto Silva, professor de Ecologia de Desenvolvimento Rural do UNI-BH.

Palavras do Sr. Carlos Eduardo Mazzetto Silva

Bom dia a todos. Quero agradecer aos Deputados o convite para participar deste debate e parabenizar a Assembléia por abordar esse tema tão importante e atual, numa tentativa de democratizar a informação sobre a biotecnologia. Quero lembrar que, há mais ou menos dois anos, participei, também nesta Casa, de um importante ciclo de debates sobre a questão da biotecnologia da engenharia genética, especificamente dos transgênicos, que foi bastante marcante e deu frutos interessantes no sentido de nos ajudar a pensar criticamente nessa questão. Gostaria de cumprimentar os Deputados Paulo Piau e Eduardo Hermeto, o caro Presidente da FAEMG, a Dra. Helen e o Prof. Francisco Vidal.

Ao contrário do meu antecessor, vou tentar cumprir a espinhosa tarefa da Mesa, que é estabelecer algumas dialéticas e fazer alguns contrapontos e questionamentos que talvez, em alguns aspectos, sejam uma voz dissonante no que aqui tem sido dito, embora com alguns pontos de concordância. Concordaria, por exemplo, com o Prof. Vidal, em uma série de pontos que destacou: no nosso complexo de inferioridade, na nossa necessidade de estabelecer vocações e de promover o desenvolvimento regional, na ineficácia de uma economia de exportação de "commodities". Quanto a esses aspectos, concordo com o que foi dito aqui.

Por outro lado, tentando cumprir o meu papel de problematizador, acho que devemos ampliar a discussão. Penso que o que foi reproduzido aqui ainda está, em grande parte, preso a uma visão desenvolvimentista da economia e da vida. Foi no pós-guerra que se disseminou a idéia desse desenvolvimento, principalmente nos Estados Unidos; aliás, foi nessa época que se cunhou a expressão "subdesenvolvimento", dividindo-nos em desenvolvidos e subdesenvolvidos, estes tendo de correr atrás do que aqueles, lá fora, definiram como desenvolvimento. Acontece que o capitalismo é feito de centro e periferia, e é disso que se alimenta - o centro se alimenta da periferia. Ou seja, a coisa não é tão simples.

Em segundo lugar, além da exclusão social, surgiu um fator que incomoda profundamente essa visão desenvolvimentista: o fator ambiental. O planeta e a natureza comecem a demonstrar limites para esse desenvolvimentismo, e os sinais são claros. Se quisermos, podemos nos fazer de cegos e não enxergá-los, mas os sinais que a natureza está nos dando são claros. Então, acredito que, sob certo ponto de vista, esse desenvolvimentismo já está em colapso. Por outro lado, o ambientalismo mais tradicionalista não propõe soluções, propõe apenas a defesa e a preservação da natureza. Mas, e a sociedade? Como vamos caminhar? Como vamos alimentar as pessoas e gerar empregos? Como será a vida nas cidades e no campo? Quer dizer, temos uma questão séria em que pensar: a vida de 6 bilhões de pessoas.

Tudo isso desembocou na idéia do desenvolvimento sustentável, que trata da possibilidade de conciliação entre a economia e a conservação ambiental. Prefiro a expressão "sustentabilidade" ou "sociedade sustentável" a "desenvolvimento sustentável", pois acredito que temos de pensar em sustentar a sociedade, as pessoas, não o desenvolvimento. Então, a sustentabilidade suscita em nós algumas perguntas fundamentais, ao passo que nos mostra, também, que devemos evitar alguns determinismos. Por exemplo, a crença de que a biotecnologia seja o principal vetor de desenvolvimento do século XXI é um determinismo que recuso. Também recuso o determinismo de que não temos saída se não pegarmos esse bonde. Que bonde? O deles, os desenvolvidos. E vamos alcançá-los? Nunca! O orçamento da Monsanto, em comparação com o da EMBRAPA, é centenas de vezes maior. Esse caminho vai favorecer apenas a eles ou a algumas camadas da sociedade brasileira, mas não àquela que vem sendo historicamente excluída dos frutos da nossa riqueza.

Então, acho que estamos no momento de repensar modelos e de repensar a ciência. No modelo desenvolvimentista, 1.200.000.000 de pessoas vivem com menos de US\$1,00. No Brasil, são 30 milhões de indigentes e 50 milhões de miseráveis. No mundo, há 800 milhões de pessoas passando fome - não podemos nos esquecer disso. Quer dizer, existe abundância e desperdício ao lado de miséria e fome. E a atual produção de alimentos é suficiente para todos; ou seja, não há um problema tecnológico em relação à fome, mas um problema ético e político. Quase metade da humanidade - 3 bilhões de pessoas - vive com até US\$2,00. As três pessoas mais ricas do mundo detêm ativos iguais ao PIB dos 48 países mais pobres, habitados por 600 milhões de pessoas, ou seja, 10% da humanidade. Então, estamos em uma ordem, a qual o Prof. Milton

Santos chamou de "globalitarismo", em que o capital global perdeu qualquer referência ética e qualquer responsabilidade perante a vida.

Sob o ponto de vista ambiental, o grande modelo, que é o dos Estados Unidos, é completamente insustentável; precisaríamos de três planetas Terra para sustentar o modelo de produção e de consumo que os Estados Unidos praticam e procuram disseminar para o mundo, pretendendo que copiemos seus "shoppings", seu modelo industrial, seu modelo de consumo, seu Mac Donald's etc. Há vários sintomas disso, entre eles a posição refratária dos Estados Unidos quando se trata de proteger o nosso planeta.

Nas últimas décadas, constatamos um inegável aumento de temperatura de 0,8°C, de efeito estufa, sendo que 0,6°C são devidos, sem dúvida alguma, à ação humana: à poluição e à emissão de gás carbônico. E, dependendo de como caminhar esse modelo, temos a previsão de que a temperatura da Terra aumente, neste século, de 1,5°C a 5,5°C, o que vai mudar dramaticamente o ecossistema terrestre e a vida das pessoas. Também na questão da biodiversidade, a posição dos Estados Unidos é refratária, e eles não assinam a convenção da biodiversidade, que estabelece alguns princípios fundamentais como o da precaução e o do reconhecimento do saber tradicional dos povos tradicionais sobre a biodiversidade. Naturalmente, as grandes transnacionais da biotecnologia não querem assinar isso, porque querem ser donas de genes, donas de processos, donas de variedades, principalmente de transgênicos.

Acontece que há uma grande dicotomia em que temos de pensar. Embora tenhamos algum poder, o grande poder industrial biotecnológico está no Primeiro Mundo, ao passo que a biodiversidade está no Terceiro Mundo, e não na mão da sociedade urbana, mas de parte da sociedade rural – índios, camponeses, populações, tradicionais no Brasil, na África, na Ásia, na América Central, no México. Quer dizer, não é onde o "agrobusiness" se desenvolveu que restou biodiversidade, mas onde as populações tradicionais viveram e conviveram com os ecossistemas, com as florestas, com os cerrados, com os campos; é aí que a biodiversidade ainda se encontra preservada. E esses povos nunca reivindicaram patente desses recursos. Se quem inventou o processo de coalhar o leite e fazer o queijo o tivesse patenteado, imaginem como estaríamos hoje. Como fariamos queijo, cachaça, cerveja, pão etc.? Então, existem alguns questionamentos – e até o Secretário levantou alguns pontos a respeito disso – sobre esse sistema de patentes e de propriedade industrial.

Eu recomendaria aos interessados um livro muito interessante - e depois vou citar uma parte dele - de uma pesquisadora indiana chamada Vandana Chiva, obra intitulada "Biopirataria, a pilhagem da natureza e do conhecimento", da Editora Vozes, em que a autora questiona o sistema mundial de patentes e proteção intelectual.

Os dados indicam que a humanidade já ultrapassou em 20% a 40% a capacidade de reposição dos recursos, para que a vida seja sustentável no futuro. Depois de 1990, os Estados Unidos aumentaram em 13% suas emissões de carbono, em vez de seguir o Protocolo de Kyoto, que recomendaria a redução de 5%. Ao mesmo tempo, a ajuda dos países ricos aos países pobres para tratar de questões ambientais diminuiu de 0,36% do PIB para 0,22%, ao invés de subir para 0,70%, que seria a proposta da Agenda 21, que os países assinaram.

Existe uma questão maior, ética: a necessidade de se repensar modelos, o que está nos desafiando a repensar a ciência, a vislumbrar novos paradigmas. Nesse aspecto, um princípio ético seria perguntar a quem a ciência pretende atender, qual é a demanda social que deve dirigir a pesquisa.

Tenho perguntado a alguns companheiros da EMBRAPA como é tomada a decisão sobre o que a empresa deve pesquisar. De quem é a decisão? Do Presidente, dos pesquisadores da EMBRAPA? Dos setores da agricultura brasileira? Dos setores das transnacionais de insumos e da biotecnologia? Quem define as prioridades da EMBRAPA? Os agricultores familiares, que representam 85% dos estabelecimentos rurais no Brasil, não opinam nesse processo, estão fora das decisões sobre o que a EMBRAPA deve pesquisar. A eles não interessa o transgênico, nunca pediram isso, como não lhes interessaram a monocultura e o veneno. Não é esse o modelo que vai promover 85% da agricultura no Brasil. O modelo que promoverá 85% da agricultura familiar no Brasil, a meu ver e na opinião de muitos estudiosos, é outro, que seria a agroecologia, isto é, trazer de novo a agricultura para dentro dos ecossistemas, e não adotar a agricultura da revolução verde, que vem destruindo os ecossistemas, contaminando solos, águas, erradicando a biodiversidade, concentrando terra, excluindo camponeses, fazendo com que 40 milhões de pessoas no Brasil, nos últimos 40 anos, tenham migrado do campo para a cidade.

Aí nos perguntamos: "de onde vem a violência urbana que vivemos hoje?". E não se fala mais da questão rural. A violência urbana que enfrentamos hoje é oriunda da expulsão de 40 milhões de pessoas do campo de 1960 até 2000. Alguns autores dizem que o Brasil não passa por um processo de urbanização, mas por um processo de desruralização. A população foi obrigada a se desruralizar, a se apinhar nas periferias das grandes cidades e a viver em condições muito mais insalubres e miseráveis do que as do campo. Tudo isso foi a revolução verde que fez.

A revolução verde produz 100.000.000t de grãos, o que daria 1,6kg de grãos por habitante no Brasil. E há gente que não come nem 300g, por causa da exportação de "commodity" e do modelo agroexportador de monocultura, baseado na grande propriedade agrícola. Mas 85% dos agricultores estão fora desse modelo.

Acho que a revolução verde, ao contrário do que minha colega do SINDbio afirmou, veio operando um brutal processo, principalmente no Terceiro Mundo, que, mais uma vez, copiou modelos ocidentais, europeus e americanos. E, infelizmente, essa cópia gerou um brutal processo de artificialização dos ecossistemas brasileiros e da nossa grande biodiversidade, que é a nossa riqueza. Os nossos modelos produtivos agrícolas têm de copiar a natureza diversificada dos nossos ecossistemas, não devem ser grandes monoculturas, e sim policulturas.

E houve, no campo, também um brutal processo de exclusão, de expulsão e de falta de empregos. Hoje o emprego é o grande mote de toda a discussão eleitoral, de todo o desafio contemporâneo. Em dez anos, entre 1985 e 1995, época dos dois últimos censos agropecuários no Brasil, 5 milhões de postos de trabalho na agricultura foram eliminados. Foram mais 5 milhões de pessoas que não tiveram trabalho no campo só nesse período.

Se computarmos todo esse processo da década de 60 para cá, constataremos muitas coisas. A nossa população urbana, que era de 27 milhões de habitantes em 1960, hoje é de 130 milhões. É o caos urbano, é o que colhemos por copiar modelos que estão falidos e que não são adequados à nossa realidade.

A revolução verde é filha dessa concepção de ciência. E a transgenia acentua essa concepção científica de artificializar ao extremo a nossa agricultura, de contrariar leis ecológicas, que não fomos nós que criamos, de barreiras entre as espécies. Existe, então, uma questão ética que a clonagem e a transgenia colocam, que não tem de ser decidida pelos cientistas, mas pela sociedade. E quando a sociedade resiste a inovações, está exercendo a cidadania. Gostaria de dizer isso aos Deputados; todos eles devem zelar pela cidadania. O papel da sociedade é resistir quando a inovação coloca perguntas para as quais não há respostas. Nesse caso, o cientista não as tem. Se ele não as tem, imaginem o leigo!

A resistência é cidadania e tem de ter o seu espaço. Temos dois caminhos: continuar no processo de transformação drástica da natureza e colher todos esses frutos que estamos colhendo, como contaminação da água, desertificação, perda de biodiversidade, aquecimento planetário, ou dirigir a ciência para obedecer e conviver com as leis ecológicas, procurar formas incluídas de desenvolvimento, procurar reconhecer o saber dos que não são cientistas, mas que mantiveram o nosso patrimônio genético até hoje. Isso nos deve fazer evitar o tal otimismo

tecnológico, ou seja, vamos adotar essa tecnologia hoje e, se ela causar problema amanhã, consertaremos com outra tecnologia. Está aí o resultado do tratamento hormonal para as mulheres. Sou homem e não fui atingido por isso, mas muitas mulheres, por 15 anos, usaram o tratamento que a ciência moderna lhes receitou de reposição hormonal, considerando que a menopausa é uma doença, coisa que não é. E agora os novos estudos americanos estão provando que a receita moderna para a menopausa aumenta o índice de cânceres da mama e do útero e causa vários outros problemas.

Estamos descobrindo, 50 anos depois da introdução dos agrotóxicos, que há um grande efeito sobre a queda da fertilidade masculina, principalmente nos países desenvolvidos, os quais queremos copiar - os Estados Unidos, a Dinamarca, o Japão, o Canadá -, e o número de espermatozoides nos homens já baixou em 50% em relação às décadas de 50 e 60. Um dos responsáveis por isso foram as moléculas dos agrotóxicos que tomam a forma de estrogênio no organismo masculino. Agora, 50 anos depois, estamos descobrindo outro efeito maléfico do agrotóxico. Que efeito dos transgênicos que rompem essa barreira descobriremos daqui a 50 anos?

Finalmente, quero dizer que não se trata de uma posição xenófoba sobre a biotecnologia. Com foi dito, a biotecnologia está na terceira geração; as outras duas gerações não foram questionadas e serão úteis até onde a humanidade for. Com a terceira geração, que entra na manipulação genética, na engenharia genética, está se incorrendo em um rompimento de limites que coloca a sociedade resistente. Esse é o questionamento: a clonagem e a transgenia; não é o questionamento à biotecnologia, mas a esses tipos de biotecnologia inseguros, que colocam perguntas éticas, riscos ambientais, de saúde, de nutrição, etc, para os quais, hoje, a sociedade não tem resposta. Fazer essa exposição parece-me fundamental, para não sermos taxados, no debate, de xenófobos. Muito obrigado.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Aluizio Borém, professor de Biotecnologia do Departamento de Fitotecnia da Universidade Federal de Viçosa - UFV -; Eder Luiz Bolson, Presidente da Associação dos Produtores de Sementes e Mudanças de Minas Gerais - APSEMG -; Roberta Jardim de Moraes, professora de Direito Internacional da Faculdade Milton Campos e Assessora Adjunta para Assuntos Internacionais do Governo do Estado de Minas Gerais; e Sílvio Valle, Coordenador dos Cursos de Biosegurança da Fundação Oswaldo Cruz.

Palavras do Sr. Aluizio Borém

Bom dia a todos. Gostaria de agradecer muitíssimo o convite formulado. Essa é uma oportunidade ímpar de estar aqui com os senhores, para discutir sobre a biotecnologia.

Antes de iniciar a nossa discussão, gostaria de saudar as autoridades presentes à Mesa, bem como os senhores e senhoras presentes neste Plenário. Vamos discutir sobre a biotecnologia, traçar algumas considerações sobre diversos aspectos, inclusive legais. Porém, gostaria de convidá-los para que por um momento esquecessem ou deixassem de lado aquela informação que recebemos no 2º grau sobre gene: "a grande", "a pequeno", "bezão", "bezinho". Vamos pensar nos genes, ou seja, no DNA, como a molécula que armazena o nosso potencial biológico, a receita para ser como sou: tenho 1,81m. Se tivesse tido uma alimentação um pouco melhor, talvez eu medisse 1,82m; com uma alimentação um pouco pior, 1,79m ou 1,80m. A minha estatura, tal qual a de uma planta de soja ou o potencial de ganho de peso de um animal bovino, é regulada pela receita que existe no DNA. Essa é uma área nova que está em constante evolução.

Gostaria, apenas de forma introdutória, de lembrar a vocês que o projeto genoma humano foi parcialmente concluído em fevereiro do ano passado e revelou uma série de informações interessantes que causaram, inclusive, surpresa. Por exemplo, nós, humanos, temos apenas 30 mil genes, diferentemente dos 100 a 140 mil genes que, inicialmente, imaginava-se. Portanto, um número bem menor.

Também foi evidenciado que apenas 1% do DNA regula ou codifica uma função conhecida. Em outras palavras, cerca de 99% do DNA não codifica praticamente nada, e, por isso, tem sido chamado de DNA entulho. Uma outra informação é que o cromossoma Y concentra a maioria das mutações que o homem apresenta, a maioria dos problemas deletérios e aspectos negativos ligados à genética.

O certo é que a biotecnologia tem um grande impacto na ciência e na sociedade em que vivemos. Observem que hoje, neste momento, é possível relacionar o sexo da criança ao nascer - não estou dizendo de biotecnologia - e, ainda, na fertilização "in vitro" podemos fazer a seleção dos espermatozoides para o sexo, mas amanhã lidaremos com a seleção para outras características: cor dos olhos, estatura, inteligência. Você já imaginou as implicações éticas que estão para surgir? Nunca vi um gene. Você já viu um gene? Imagino que não. Mas se você ainda tem dúvida da genética, observe a fisionomia destas quatro gerações: 7, 37, 58 e 86 anos. Os traços fisionômicos são muito semelhantes, demonstrando a genética similar de cada uma daquelas quatro pessoas.

Puxa vida! Todos gostamos de parecer com os nossos pais.

Observem a Paulinha. Ela herdou o dom musical da mãe, porém, coitada, herdou também o gene brca 1, que predispõe a câncer de mama. Então, novas informações estão geradas, estão sendo disponibilizadas, gerando inquietação, um certo nervosismo na sociedade. Não estamos preparados ainda para lidar com isso. Tudo isso é verdade, porque existe algo dentro de cada uma de nossas células. Temos as células com seus cromossomos, que, por sua vez, são constituídos do DNA. E um segmento de DNAs? daquelas letrinhas ccg, até esta última letra que estou indicando, poderia ser um gene. Nada mais é do que uma seqüência de letras do alfabeto genético, quais sejam, a, c, t, g, que são os nucleotídeos. Então, tudo isso é o que faz sermos o que somos. Obviamente que há interferências do ambiente fazendo modificações.

Uma outra curiosidade, antes de passarmos realmente para o assunto que eu gostaria de discutir com vocês. Se tomarmos todo o DNA presente em uma única célula do corpo humano, uma célula da epiderme, uma da mucosa, se conseguíssemos esticar e alinhar o DNA dos 46 cromossomos, teríamos dois metros; se tomássemos de todas as células do corpo humano, isso seria suficiente para percorrer a distância entre a Terra e a Lua 8 mil vezes. Toda essa informação genética está contida nas células do corpo humano.

Isso foi apenas a título de introdução. Eu gostaria de discutir com vocês os seguintes assuntos: biotecnologia e você. Falaremos um pouco sobre os transgênicos com suas definições, métodos de transformação, alguns exemplos, e gostaria de chegar a alguma conclusão ao final da palestra, se for possível.

Biotecnologia é o desenvolvimento de produtos por processos biológicos. Ela envolve a engenharia genética, cultura de tecidos, marcadores moleculares e outras tecnologias. Observem que o primeiro produto transgênico, ou seja, desenvolvido pela biotecnologia, foi a insulina humana, colocada no mercado em 1983. Ela foi desenvolvida e é produzida até hoje por uma bactéria "Escherichia coli". Desde aquela época esse produto caiu no mercado e vem sendo aceito e utilizado com grande benefício, sem restrições ou questionamentos. Observem que estamos em 2002, e vários produtos estão no mercado, talvez não aqui no Brasil, mas em outros países, temos vários produtos que foram desenvolvidos com a biotecnologia, porém temos também vários questionamentos. Qual o porquê disso? A informação que trarei para vocês talvez ajude a explicar parte da situação.

Observem que a caneta esferográfica que está em suas mesas neste momento foi inventada em 1888, e gastaram-se 50 anos para que ela fosse colocada em escala comercial, para que atingisse o mercado, portanto, um lapso de tempo muito grande. A tevê foi desenvolvida em 1907 e gastaram-se 29 anos para ser comercializada, para atingir o mercado. Observem que esse lapso de tempo está encurtando; e o que aconteceu no caso das variedades geneticamente modificadas ou transgênicas? Houve um lapso de apenas 11 anos desde que foram pela primeira vez desenvolvidas.

Sabemos que neste Plenário temos pessoas conservadoras, inovadoras e aquelas que adotam progressivamente as tecnologias. Isso é natural do homem! Os conservadores são mais avessos à tecnologia, enquanto que os inovadores assim que tomam novo conhecimento de um novo produto correm à loja e o compram. Já aqueles que adotam a tecnologia progressivamente procuram se inteirar das informações, fazem uma avaliação e, se julgarem que aquilo é pertinente e tem um custo-benefício vantajoso, adotam aquela tecnologia. Somos assim mesmo e não vamos mudar, pois a sociedade sempre apresenta esses três segmentos. O certo é que o novo e o incompreendido assustam o leigo, gerando desconforto e uma certa desconfiança, portanto, temos que aprender a conviver com essa situação. Só um maior conhecimento, só o melhor entendimento das tecnologias e que permitirá que possamos fazer a avaliação e optar entre adotá-las ou não.

Pediria uma pequena pausa para relatar uma curiosidade.

Em 2001, foi feito um levantamento fora do Brasil em que foi solicitado às pessoas comuns responderem se era falsa ou verdadeira a seguinte afirmação: o tomate transgênico possui genes enquanto o tomate não transgênico não possui genes. Para surpresa de muitos, 76% das pessoas responderam que a afirmativa estava correta. E sabemos que tanto um quanto o outro possuem genes, aliás, todo ser vivo possui genes, é constituído de células que possuem, no seu interior, o DNA.

Transgênicos. Existem várias definições, e eu gostaria de chamar a atenção para a definição da CTNBio que diz que é aquele organismo que recebeu genes exógenos, ou seja, de outra fonte, de outra espécie, por via da engenharia genética, por via de transformação, em outras palavras, por via da biotecnologia. Como esses organismos geneticamente modificados ou transgênicos são obtidos? Existem vários métodos, alguns deles estão aqui listados: por exemplo, biobalística, agrobactério, microinjeção, eletroporação e outros. Gostaria de mostrar apenas dois, à título de ilustração. O da biobalística usa um equipamento que atira microesferas de tungstênio ou ouro, recobertas com DNA sobre células que queremos transformar, torná-las transgênicas.

Em relação a microesferas, temos o transgene que é aderido à microesfera. Essa esfera é atirada, penetra no interior da célula, e o DNA de uma ou outra dessa esfera se desprende e acaba sendo inserido, integrido no DNA celular, nuclear. Com isso, obtém-se a célula que posteriormente poderá ser manipulada para desenvolver uma planta ou um animal transgênico. Esse é o caso da microinjeção, em que tomamos uma célula, e, com o uso de uma pipeta, fazemos um vácuo, seguramos a célula, e, com a microagulha, injetamos no interior da célula o gene que se quer introduzir para desenvolver a planta transgênica. Se quero desenvolver uma planta resistente a um vírus, insiro o gene que confere a resistência.

Os organismos geneticamente modificados devem ser analisados, entendidos sobre um prisma bastante grande, conforme citado, em pronunciamentos anteriores, sob o aspecto de soberania tecnológica. Existem implicações morais, religiosas, de rotulagem. No aspecto da legislação, do interesse; econômico, resta saber se é de interesse; então, todos esses aspectos têm de ser avaliados. Mas lembrem-se de que a biossegurança é o crivo final. Pode ser questão de interesse, de soberania nacional para o Brasil; podemos não ter questionamentos maiores quanto aos aspectos morais e religiosos; pode estar resolvido o problema de rotulagem; pode ser de interesse econômico, mas, se não for seguro para o meio ambiente e para a saúde humana, não devemos utilizá-la.

Observem vocês que a biossegurança trata exatamente disso, porque estuda os riscos de impactos decorrentes do uso da biotecnologia para a saúde humana e animal e também para o meio ambiente. Esse é um aspecto primordial quando se pensa em transgênicos.

Quero desafiar-los a não fazer generalizações. Tenho certeza de que, nesta sala, se fizessemos um levantamento, teríamos pessoas contra e a favor da energia nuclear. Se dessem resposta sem pensar, a maioria diria que é contra. Mas se eu lembrasse a vocês que existem procedimentos médicos em que se utiliza a radiação, a energia nuclear, em benefício da saúde humana, para detecção de tumores internos, radioterapia, etc., vocês provavelmente dirão que são a favor se o uso for em benefício da sociedade. Mas para uso militar e construção de bomba, tenho certeza de que 99% ou 100% se manifestarão contra. O mesmo acontece com a biotecnologia: temos que avaliar, considerar as diferentes implicações.

Se vocês me perguntarem se sou contra ou a favor dos transgênicos, direi que depende do caso. Aqueles que forem seguros para o meio ambiente, a saúde humana e animal e trouxer benefício para a sociedade, a esses serei favorável. Obviamente, seria contra aqueles que não cumprirem esses requisitos. Então, na biossegurança, estudaremos os riscos para o meio ambiente, fluxogênicos e outros mais, além do aspecto de segurança alimentar.

No que tange à segurança alimentar, que é uma das partes em que a maioria das pessoas estão interessadas, diria que a alergenicidade, a digestibilidade e a toxicidade são os principais aspectos analisados. Quando se desenvolve um novo produto, tudo isso é analisado. São feitos testes com animais em laboratórios, testes de longa duração e com doses muito maiores para se estimar o efeito em longo prazo, com o objetivo de analisar a segurança desses produtos, antes que sejam colocados no mercado. Todos os produtos que, por exemplo, estão sendo comercializados na Europa, na Austrália, na França, na Argentina e em vários outros países, passaram por esse crivo da análise de segurança alimentar e ambiental.

Observem vocês um relatório que saiu recentemente na revista "National Geographic". Essa revista já é publicada em português no Brasil. Um dos números que saiu, há aproximadamente três, quatro meses, trouxe relatório do CDC, que é o órgão americano que trata da saúde pública. E observem que, mesmo nos Estados Unidos, um país de primeiro mundo, em que a vigilância sanitária é rígida, constatou-se que 76 milhões de pessoas são acometidas por algum tipo de intoxicação alimentar, num país com 270 milhões de habitantes. Alguns tiveram apenas uma coceira cutânea, outros dor de cabeça e desarranjo intestinal em diferentes níveis. O certo é que 325 mil foram hospitalizados com intoxicação um pouco mais séria e 5 mil morreram. O mais curioso de tudo isso é que, naquele país, em que se consomem organismos geneticamente modificados, desde 1996 ou 1994, em pequena escala, nenhum desses casos estiveram associados a alimentos geneticamente modificados. Então, os dados estão aí para comprovar, e não existe até hoje comprovação científica de que os produtos que foram analisados e considerados seguros tenham causado algum tipo de alergia ou intoxicação na população humana. Obviamente que, se for detectado que um produto causa problemas, ele não atingirá o mercado, porque os órgãos estão aí para fazer esse tipo de análise de biossegurança. No Brasil, isso fica a cargo da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio -, criada em 1995, composta de 36 membros da sociedade civil, representantes do Governo, cientistas, advogados, agrônomos, biólogos, médicos, representantes de órgãos de defesa do consumidor. É uma comissão plural, cujo objetivo é avaliar tudo o que diz respeito a transgênicos. Se quero transportar, pesquisar, importar e vender, tenho de obter permissão, análise prévia da CTNBio. Em 1998, depois de analisar os dados disponíveis, a Comissão chegou à conclusão de que a soja transgênica tolerante a herbicida era segura e deu um parecer técnico conclusivo recomendando sua liberação para a comercialização. Mas em razão de uma liminar judicial, essa soja ainda não está sendo plantada no Brasil. Legalmente, não se pode plantar nenhuma espécie transgênica no Brasil.

Observem neste mapa a situação em termos de produção de variedades transgênicas no mundo: de todos os grandes produtores de alimentos no mundo como EUA, Canadá, Argentina, China, Austrália e outros, que são tipicamente exportadores de alimentos, apenas o Brasil ainda não

produz alimentos geneticamente modificados, sob o ponto de vista comercial, pois sob o ponto de vista de pesquisa temos trabalhos sendo realizados em diferentes instituições, como EMBRAPA, universidades e outras empresas particulares. No mundo já temos a variedade de transgênicos em uma série de espécies: soja, milho, algodão, canola, batata, abobrinha, eucalipto, tomate, arroz, mamão e outros. A primeira foi o tomate Flavr Savr, lançado nos EUA em 1994. Posteriormente vieram a soja tolerante a herbicida e o milho resistente a insetos. A primeira é uma soja que foi desenvolvida para facilitar o controle do mato. Gostaria de lembrar que o controle das plantas daninhas na lavoura de soja pode ser feito de várias maneiras, com enxada, com a mecanização, através de cultivador traçãoado por trator, ou mesmo com herbicida, que é a técnica mais utilizada nas grandes empresas produtoras de soja. O herbicida mata as folhas estreitas, gramíneas, capim etc. e esse produto normalmente não faz mal para a soja porque ela tem outra fisiologia. Mas é preciso matar outras ervas de folhas largas que ficam no meio da soja. E aí começam a aparecer as dificuldades, porque o herbicida que mata essas plantas normalmente causa problemas à cultura da soja. Para resolver esse problema foi desenvolvida uma variedade de soja, introduzindo-se um gene extraído de uma agrobactéria que confere resistência a um herbicida que mata tudo. Não que esse herbicida seja mais tóxico. Mas ele atua num procedimento fisiológico que é comum tanto às gramíneas quanto às folhas largas.

Quando se aplica esse herbicida, matamos soja, feijão, arroz, grama, qualquer planta. Exceto se na planta houver o gene que confere resistência a esse herbicida. A variedade de soja tolerante ao herbicida contém esta característica. Já no caso do milho BT, o milho transgênico, foi feita a inserção de um gene extraído de uma bactéria que confere resistência às lagartas. Plantamos a lavoura de milho, mas temos que fazer pulverização contra percevejo, lagartas e outras pragas. Mas esses produtos são altamente tóxicos e poluidores do meio ambiente e deixam resíduos nos grãos que utilizamos para nos alimentar e aos animais. Sou altamente favorável a uma produção agrícola o mais ecológica possível, com a menor agressão ao meio ambiente e menor resíduo nos alimentos. Observem o que a pesquisa fez. Resolveu-se introduzir um gene dessa bactéria que é exclusivamente tóxico às lagartas. Esse gene é de uma bactéria que já vem sendo utilizada pelos agricultores orgânicos há mais de 30 anos para controlar as lagartas nos milharais, nas lavouras de soja etc. Foi inserido esse gene, e quando a lagarta come parte de folhagem do milho, ingere a substância que é tóxica somente para ela. Ao milho não acontece nada. Essa substância não tem nenhum efeito para os mamíferos, abelhas ou outros animais. Esse material contribuiu para a redução da aplicação de alguns organofosforados, produtos químicos altamente poluentes. Esse é o aspecto do milho BT. Agora fica mais fácil de entender o interesse dos agricultores em plantar variedades geneticamente modificadas. É menor o custo de produção.

Uma das coisas que tenho maior satisfação é de constatar que esses produtos são muito caros, pois muitos agricultores os usam de forma desordenada nas suas lavouras, mesmo sendo caros e gerando poluição ambiental. Se eles fossem baratos, o uso seria ainda mais indiscriminado. Porém, como o custo é elevado, há maior resistência dos produtores em utilizá-los. Com essa nova tecnologia, houve maior possibilidade de se reduzir o custo de produção porque não há necessidade de comprar o organofosforado nem aqueles herbicidas mais caros e que, por coincidência, são mais poluidores do meio ambiente. Isso dá maior flexibilidade. Imaginem uma lavoura de milho onde começou a aparecer a lagarta. O agricultor tem que começar a pulverizar a lavoura. Mas se se estiver chovendo? A chuva lava o inseticida, e a lagarta continua comendo o milho. Por outro lado, um produto que já está inserido na própria folhagem do milho, quando a lagarta come, chovendo ou não, ele está ali. Esse produto é seguro para o homem e os outros animais. Gostaria de chamar a atenção para outros aspectos relacionados com esses produtos. Se você ainda não entrou numa lavoura de algodão, não entre. É uma das culturas mais pulverizadas com produtos tóxicos. Ainda bem que não comemos algodão, tamanha a quantidade de inseticida, fungicida e outros produtos que são aplicados nessa lavoura. No caso do algodão B - mesmo princípio do milho Bt -, resistente a insetos, houve uma redução na aplicação de inseticidas organofosforados nessa cultura.

Chamo atenção também para o aspecto de que, numa plantação de milho, ocorre o seguinte: a lagarta vem ao milho, come um pouco de sua palha, de sua espiga, promovendo uma ferida; vem um fungo chamado "fusarium" e a coloniza, produzindo, muitas vezes, de forma evidente, esse mofo preto, que é carcinogênico. No caso do milho Bt, a incidência desse fungo é muito menor. Tão logo a lagarta come sua palha, morre e paralisa o processo de ingestão do tecido foliar, resultando em um milho mais seguro para a saúde humana, não só porque possui menores resíduos de organofosforados de agrotóxicos, mas também, porque o nível dessa fumonezina, produto produzido por esse fungo denominado "fusarium", é menor.

Então, sobre algumas questões de natureza ambiental, com a biotecnologia já é possível reduzir o uso de agrotóxicos. O agricultor usa menos o seu pulverizador, há menor consumo de óleo diesel. Alguns produtos utilizados são menos tóxicos, como, por exemplo, o herbicida glifosato, que é menos tóxico do que o trazila, usado no milho, e outros herbicidas usados na soja.

Obviamente, se me perguntassem hoje, se vou produzir soja, milho, com ou sem agrotóxico, responderia que a minha preferência é sem agrotóxico, mas não seria irresponsável para fazer essa afirmação. Por quê? Porque sem eles, infelizmente, não é possível produzir em quantidade suficiente para alimentar a população. Temos de escolher a melhor opção, a que causa menos impacto ao meio ambiente e que seja simultaneamente mais segura.

É o caso do algodão. Em 2002, foram plantados 3.200.000ha de algodão transgênico. Observem que, nesses campos, houve menor aplicação de pesticidas, na ordem de 2,1 litros por hectare, ou seja, 6.700.000 litros de pesticidas a menos foram colocados no meio ambiente em 2002, em decorrência das variedades Bt de algodão, resultando em economia de diesel e, conseqüentemente reduzindo-se o efeito estufa.

A realidade da agricultura brasileira é triste. Infelizmente, o operador do campo não usa máscara, luvas ou avental adequado para a manipulação de produtos químicos. Se pudermos reduzir o uso de agrotóxicos, o homem do campo, que é menos informado que nós, será diretamente beneficiado. É importante que saibamos que esses produtos geram certo impacto. Temos de aprender a utilizar as melhores estratégias.

Os países que têm utilizado essa tecnologia são: Argentina, Canadá, Estados Unidos, Austrália, França, Espanha, Alemanha e vários outros.

As áreas plantadas com variedades transgênicas estão crescendo. Em 2001, quando todos diziam que diminuiria, chegou-se a 52.600.000ha. Mas mesmo no Brasil, legalmente não plantando transgênicos, a curva começa a crescer, evidenciando o interesse dos agricultores.

A população mundial, que duplicou de 1960 para cá, é de 6 bilhões de pessoas. Se alguém chegar aqui e disser que a biotecnologia é a solução para a fome no mundo, é uma grande bobagem. A biotecnologia pode ser mais uma ferramenta para solucionar os problemas da agricultura, mas não é a solução. Sabemos que o problema da fome é também de distribuição de alimentos. Mas, com certeza, temos de aumentar a produção, porque a população continuará crescendo.

Há várias maneiras de suprir a demanda de alimentos. Uma delas, que é uma asneira, é jogar no chão a floresta Amazônica, a mata Atlântica e o Pantanal e incorporar tudo ao sistema produtivo, produzindo arroz, soja, feijão, milho e girassol. Grande bobagem. Não é por aí. Há outras opções. Uma forma de aumentar a produtividade, em vez de expandir a fronteira agrícola, é aumentar a produtividade por área. Em vez de produzir 5.000kg/ha produzirei 7.000kg/ha. Pode-se aumentar a produtividade melhorando o ambiente, ou seja, colocando mais fertilizantes, mais inseticida, mais fungicida e assim sucessivamente. Mas observem que isso também causa impacto ao meio ambiente. Outras opções são o melhoramento convencional e a biotecnologia. São tecnologias limpas, que dispensam a necessidade de adquirir produtos agrotóxicos para levar a termo a produção agrícola.

A biotecnologia, que foi, é e continuará a ser notícia, tem atraído investimentos e gerado empregos.

Qual terá sido a reação da população quando, por volta de 1900, foram redescobertas as leis da genética e se passou a entender, por exemplo, por que o filho parecia com o pai? Estamos sendo testemunhas de outra revolução no entendimento da genética. Somos participantes de um divisor de águas na história da humanidade, a "genômica", uma nova genética. Algumas promessas são utópicas, como no caso da afirmação de que a biotecnologia resolverá os problemas do mundo. Outras são reais. O importante é saber analisá-las e escolher as que são seguras, as que trarão benefícios para a sociedade. Mas não adianta negar o passo já dado, uma vez que já adentramos o portal da era da genética. Você está pronto para a era da genética? Obrigado.

Palavras do Sr. Éder Luiz Bolson

Bom-dia. Em nome da Associação, agradeço aos Deputados Eduardo Hermeto, Paulo Piau e Edson Rezende a promoção deste evento. Agradeço ainda a oportunidade de falar sobre biossegurança. Assistimos a uma palestra brilhante, e ficou muito pouco para ser falado sobre o assunto.

Passarei os "slides" rapidamente, porque, quando se fala sobre o mesmo assunto, é comum coincidirem.

O objetivo principal da biossegurança é minimizar os riscos potenciais do uso da biotecnologia que possam prejudicar o homem, os animais e o meio ambiente. No Brasil, a sociedade não está desamparada. Já existe uma lei que nos dá toda uma condição de biossegurança. Além de regular o uso de OGMs, criou uma comissão técnica integrada por 18 membros e 18 suplentes, cientistas de notório saber. Não corremos o risco de um aventureiro introduzir no Brasil algum organismo geneticamente modificado ou alguma nova biotecnologia sem passar por esse crivo.

A Lei Federal nº 8.794, de 6/1/95, de biosegurança, prevê uma série de restrições e de condicionamentos para o uso de OGMs no Brasil. Recentemente, a Medida Provisória nº 2.137, de janeiro de 2001, reforçou o caráter decisório da Comissão Técnica Nacional de Biosegurança - CTNBio - , constituída por oito cientistas selecionados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e indicados por associações, órgãos de ensino e pesquisa. Há um representante de órgãos oficiais de defesa do consumidor, um representante de órgãos oficiais de saúde do trabalhador, um de associações oficiais do setor empresarial, um do Ministério da Ciência, enfim, toda a sociedade e o mundo científico estão representados nessa comissão, que decide se um organismo será liberado no Brasil ou não.

Esse quadro mostra toda a tramitação de uma proposta para liberação de organismos geneticamente modificados em nosso País. A proposta é encaminhada e passa por uma série de avaliações. Se recebe parecer favorável, ainda assim precisa de licenças no meio ambiente, na saúde e na agricultura. Essa é a tramitação da soja "Roundup Ready". A Dra. Roberta falará melhor sobre o que está acontecendo na área jurídica da liberação da soja no Brasil.

No que diz respeito à segurança dos alimentos, em primeiro lugar, podemos falar com absoluta certeza que os OGMs são mais testados do que os alimentos convencionais. De Mendel para cá, são muitas décadas de melhoramento convencional na agricultura, e não foram feitos testes. Já ocorreram mutações provocadas por radioatividade, artifício muito usado na Rússia, por exemplo. Nada se testou tanto como se testam hoje os OGMs antes de fazer qualquer liberação ou qualquer lançamento. Como o professor falou, não existem casos médicos comprovados de alergia, toxicidade ou teratogenia, que é a possibilidade de transmissão para gerações futuras. Sua composição química é idêntica. Já são consumidos há sete anos. Provavelmente todos, no Brasil, estamos consumindo algum alimento de soja produzida no Rio Grande do Sul. Não é oficial, mas afirma-se que de 65% a 75% da soja produzida no Rio Grande do Sul, o que envolve quase 1.000.000ha, é transgênica, de sementes contrabandeadas da Argentina. A agricultura de soja da Argentina é 90% transgênica. E dizem que está chegando a 95%. Em virtude da fronteira com a Argentina, o Rio Grande do Sul tem recebido "la bolsa blanca", soja pirateada da Argentina. Provavelmente, estamos consumindo óleo de soja, biscoitos e produtos lácteos que agregam alguma proteína de soja transgênica.

As técnicas estão cada vez mais precisas. Evidentemente, em se tratando de segurança dos alimentos, deve-se tomar precaução caso a caso. Não se pode, de maneira alguma, prescindir de precaução.

Segurança ambiental. Quando se fala de meio ambiente, falamos de um complexo dinâmico e interativo, em que as coisas são imprevisíveis. Nem todos os cientistas do mundo, reunidos em uma sala, são capazes de prever uma reação ambiental. Podem-se fazer equações, simulações em computadores dos mais sofisticados, mas jamais se saberá qual é a peça que o meio ambiente vai pregar.

Em cima disso, são feitos milhares de testes, tentando dar segurança e condições de decisão sobre a liberação de produtos no meio ambiente.

Afirmo que nem 10% dos testes que se fazem hoje com as OGMs foram feitos para lançar qualquer tipo de agrotóxico no mercado. Na década de 50, nada como os testes que se fazem hoje foram feitos para lançar um OGM ou agrotóxico no mercado. Os tóxicos, na maioria, foram feitos durante a Segunda Guerra, para matar soldados inimigos. Os alemães e americanos desenvolveram DDT, "Paration" e outros agrotóxicos para matar soldados inimigos. Depois, com aqueles imensos estoques do pós-guerra, passaram a ser usados na agricultura. Até hoje estão poluindo e contaminando cursos d'água. Hoje, se formos ao "corn belt" americano, a profundidades de 100m, 200m, acham-se dioxinas, resíduos poluindo as águas profundas daqueles Estados, grandes produtores de alimentos.

Há o risco de escape gênico, muito alegado sobre agrotóxico e OGMs. Isso é real, mas existe também o risco de escape gênico no melhoramento de convencional.

Há hoje, mais de 300 variedades de milho híbrido no Brasil. Esses milhos também estão cruzando no ambiente e talvez com plantas silvestres. Em casos como a soja, no Brasil, não há o risco de que uma soja vá cruzar com uma soja silvestre, porque a soja é alienígena para nós, veio da Manchúria, não é produto brasileiro. O algodão, da mesma maneira, veio do Egito. Não há risco de que algum pólen de algodão ou de soja vá contaminar parentes silvestres e atrapalhar, por assim dizer, a biodiversidade.

Falando em biodiversidade, somos orgulhosos de ter 20% da biodiversidade do planeta. Só que na área de alimentos, somos paupérrimos, não somos centro de biodiversidade de nenhum dos alimentos mais consumidos como milho, soja, arroz, batata, tudo isso foi introduzido durante o período da colonização. A soja veio da Manchúria; o arroz, da Ásia; o milho, do México; e a batata, dos Andes. O Brasil é paupérrimo em biodiversidade, quando se fala de alimentos, dependemos de biodiversidade importada.

Nossos bancos genéticos, os da EMBRAPA, são muito bem-aparelhados, tocados por cientistas brasileiros muito competentes, armazenam genes introduzidos de outros centros na área de alimentos. Não temos esses recursos.

Se uma doença nova aparecer na soja, temos de buscar genes para conferirem resistência, no outro lado do mundo. Não temos isso no Brasil. Do mesmo modo no que se refere ao milho.

Os OGMs conhecidos, queria frisar, é o caso do algodão, da soja, esses que estão em evidência no mundo todo, o meio científico - não sou eu que estou afirmando, são afirmações da FAO e da maioria dos cientistas brasileiros - afirma que são seguros. Tanto assim é, que um deles, a soja "Roundup Ready", já foi aprovado pela CTNBio, Comissão de Biossegurança do Brasil. Dra. Roberta vai falar por que ela está travada na

área jurídica.

Isso não impede que se estude caso a caso. Existe e vão existir bons e maus transgênicos. O mundo científico pode vir a lançar algum transgênico ruim, como já aconteceu no caso de remédios e vacinas, existe esse risco. É necessário que sejam avaliados, para saber se são bons ou ruins para a sociedade. É caso de segurança nacional os monopólios. Já se falou muito quando, em 1930, lançaram o milho híbrido nos Estados Unidos. Falou-se que poucas companhias ou algumas deteriam patentes e que todos os outros teriam de pagar para produzir alimentos. Nada disso aconteceu. Hoje, a concorrência entre as companhias de milho híbrido no mundo todo é muito grande, mesmo no Brasil. Quem produz alimentos, dificilmente vai se submeter a um sistema de monopólios, de patentes, isso tudo vai ser quebrado. O Brasil tem autonomia, já ameaçou quebrar patente no caso dos remédios para AIDS. Não existe risco de o Brasil ter esse problema. O risco que existe é de continuarmos fazendo, na área de biotecnologia, em vez de saber. Os do Norte vão continuar sabendo, e nós vamos continuar fazendo? Essa é a pergunta. Por isso, temos de liberar a pesquisa, não só liberar, mas também injetar recursos para que ela progrida. O Prof. Vidal nos deu uma aula brilhante de como precisamos de educação e pesquisa. Vamos ficar fazendo biotecnologia, se continuarmos no ritmo que estamos hoje, com tão poucos recursos.

Esse é um sinal de que o trem vem vindo; você vai dirigindo seu carro, vê placas dizendo que vem o trem, aí calcula que tem, mais ou menos, 2 minutos para atravessar a linha. As placas são os conhecimentos científicos, são os avisos de que dispomos. Nosso cérebro calcula e toma decisão. É isso que precisamos fazer em biotecnologia: avaliar riscos e tomar decisões. Condições para avaliar riscos, a ciência está nos proporcionando.

Existe um conflito na Europa, onde o pessoal está adotando o princípio legal da precaução. Nos Estados Unidos, existe a familiaridade e a tolerância mínima. Esse é um conflito jurídico que está havendo na adoção de novos OGMs.

O dilema brasileiro. O que está havendo em nossa sociedade hoje? Agricultores, especialmente, os gaúchos, meus conterrâneos, querem escolher o que plantar. As empresas querem vender os insumos inovadores que custaram milhões de dólares em pesquisas, e os consumidores querem o direito de optar por consumir alimentos convencionais, orgânicos ou transgênicos. Isso está fermentando na sociedade e vai repercutir na caixa de ressonância, que é o Congresso. Lá, há 25 projetos de lei, duas propostas de emenda à Constituição, dois projetos de decreto legislativo e um substitutivo sobre transgênicos. Toda essa parafernália legislativa está em andamento. Alguém está tendo seus direitos bloqueados hoje. A Dra. Roberta vai falar o porquê disso. São os agricultores que estão bloqueados, são as empresas que estão bloqueadas e também os consumidores, porque estão consumindo OGMs sem saber.

É melhor continuar com tudo bloqueado ou legislar de maneira que se tenha tudo dentro das normas e da legislação e que todos os participantes da sociedade brasileira tenham seus direitos respeitados? Essa é a proposta e acho que é a solução para essa dúvida brasileira. Muito obrigado.

Palavras Sra. Roberta Jardim de Moraes

Bom dia a todos. Gostaria de parabenizar os Deputados Eduardo Hermeto e Paulo Piau, em cujas pessoas cumprimento os demais membros da Mesa. Cumprimento também a todos os presentes.

Depois de ouvirmos palestras tão brilhantes quanto as que foram expostas aqui, é uma responsabilidade muito grande ter direito à palavra. Falarei um pouquinho sobre o que está acontecendo no Brasil, em termos jurídicos, a respeito dos transgênicos. As razões pelas quais esse processo está estagnado.

À época, como o Dr. Éder disse, a CTNBio concedeu a liberação através da Resolução nº 54, da soja RR, produzida pela empresa Monsanto, uma espécie de soja transgênica. Nessa mesma época em que a CTNBio concedia a liberação para o plantio comercial, duas instituições, o Instituto de Defesa do Consumidor - IDEC e uma outra organização não governamental que se diz ambientalista, o Greenpeace, entraram com uma ação judicial, alegando duas razões principais. A primeira delas era que o País ainda não possuía legislação, nenhuma regulamentação relativamente à comercialização de produtos geneticamente modificados. A segunda razão é que é a CTNBio, órgão hoje responsável pela biossegurança, tem competência exclusiva de avaliar os processos de segurança de organismos geneticamente modificados. Existia um conflito legislativo, porque a lei ambiental, anterior à lei de biossegurança, dizia que deveria ser realizado estudo de impacto ambiental para qualquer empreendimento realizado no País, ou nova atividade.

O segundo argumento é de que deveria ser realizado esse estudo de impacto ambiental. Entraram com essa ação, e o Juiz concedeu a liminar suspendendo a liberalização comercial da soja transgênica em território nacional.

Começamos com um problema que considero muito sério. Primeiro, a falta de aproximação entre o mundo científico e o mundo jurídico. É tão difícil a um juiz entender de ciência e biotecnologia, como a um cientista entender de direito. Talvez muitos dos nossos conflitos se devam ao fato de não termos essa interdisciplinariedade, essa aproximação entre os dois setores.

Essa ação continuou caminhando e alguns outros apensos foram incluídos. Tivemos, em sentença de primeira instância, manifestação judicial que vedava a liberalização comercial para qualquer tipo de organismo geneticamente modificado. O Prof. Borém tocou num ponto muito importante que é a generalização. Mas não é isso que a legislação brasileira determina. Ela é muito clara, todo e qualquer organismo geneticamente modificado deve ser analisado individualmente, caso a caso, a segurança alimentar e ambiental são analisadas em cada uma das espécies de transgênicos, em cada uma das espécies geneticamente modificadas, submetidas à apreciação da CTNBio. Não se pode dizer que os transgênicos fazem bem ou mal genericamente. Nem CTNBio nem nenhum órgão regulador do mundo fazem isso.

Nessa sentença de primeira instância generalizou-se a questão dos produtos geneticamente modificados e vedou-se o plantio comercial e as experiências.

Mais uma vez vimos essa falta de comunicação entre o Poder Judiciário e a academia científica. Hoje, esse processo está no TRF, e a relatora é a Dra. Selene, Juíza muito perspicaz e dedicada, que resolveu estudar um pouco de biotecnologia e biossegurança. Tive a grata satisfação de conversar com essa juíza, que me relatou alguns fatos impressionantes.

Quando recebeu a incumbência de ser relatora desse processo, sentiu a necessidade de estudar biotecnologia. Recorreu a cientistas para que pudessem aconselhá-la sobre a literatura especializada a ser dissecada, para saber o que iria julgar. Consultou os órgãos nacionais e internacionais, que tratam do tema da biossegurança. O resultado disso foi um voto de 700 páginas, em que aborda minuciosamente a biossegurança, a ética e o risco, um pouco até da rotulagem.

Ela chegou à conclusão de que a CTNBio estava correta ao liberar a soja RR para o plantio comercial. Realmente não havia riscos ambientais, nem à saúde humana. A análise de risco feita pela CTNBio e pelos diversos órgãos ambientais espalhados pelo mundo, que já haviam liberado esse tipo de soja, explicava que não havia risco e ela concordou com isso, depois de ter estudado minuciosamente o caso. O voto dela foi

favorável.

Em segunda instância, temos um voto favorável, concordando com a opinião da CTNBio. Isso não quer dizer que ela poderia ter discordado, se verificasse que existia algum risco. No caso da soja, especificamente, não existia.

Os dois outros Juízes que compõem a Câmara que analisará o processo, pediram vista. Com um voto tão embasado, não poderiam dar um voto qualquer e resolveram estudar também. Acho que esse é um bom começo. Não sei quantos estudantes de direito há aqui, mas há biólogos em grande número. É importante promovermos eventos interdisciplinares para construir um Brasil melhor. Não devemos estancar um processo de evolução. É claro que devem existir cautela e regulação, mas não é possível parar a pesquisa. Como advogada não concordo com isso.

Outro ponto importante é criarmos, nas faculdades de Direito, cadeiras de bioética, de segurança alimentar e biossegurança. No que diz respeito aos projetos que estão tramitando no Congresso, existem muitas falhas. Será que vale a pena aprovarmos legislações ineficientes e ineficazes para darmos um jeitinho mais tarde, ou vale mais a pena uma legislação clara, transparente e objetiva, que não dê margem a duplas interpretações.

Desde 1998, a CTNBio liberou o plantio comercial da soja transgênica, mas estamos em 2002. Desde então, não conseguimos fazer nada. Opiniões divergentes sempre haverá. Mas as leis podem ser mais claras e objetivas. O sistema nacional de biotecnologia precisa ser fortalecido.

Cabe uma reflexão sobre a formação de uma agência nacional de biotecnologia que teria forma de autarquia especial. Temos um mercado muito concentrado nesse setor. O papel de uma agência seria muito interessante. É um caso a se pensar, transformar a CTNBio numa agência reguladora, como a DENTEL e a ANEEL, independente das ingerências políticas, que seria reguladora e regulamentadora.

Não somente os cientistas e juristas devem pensar nisso. Isso deve ser pensado em conjunto. Agradeço a oportunidade de participar deste debate. Espero ter esclarecido alguns pontos.

Palavras do Sr. Sílvio Valle

Boa-tarde a todos. Deputado Eduardo Hermeto, Deputado Paulo Piau, Deputado Edson Rezende, gostaria de agradecer-lhe o convite para vir a esta Casa mais uma vez. Tive a oportunidade de vir aqui quando foi discutida a legislação estadual e, naquele momento, fiz duas afirmações. Primeiro, que era contra a moratória. Continuo sendo contra qualquer legislação que contenha uma moratória, mas acho de fundamental importância que todos os Estados tenham legislações. Isso não é novidade nenhuma. Os Estados Unidos, que são considerados um paradigma no campo da biossegurança - e eles não o são - têm legislação específica para os transgênicos aproximadamente em 15 Estados. Então, isso não é novidade nenhuma. A outra questão que quero colocar em minha introdução é que nunca foi tão necessário ter esse controle social. A moderna biotecnologia precisa desse controle. Essa minha primeira transparência mostra a Fundação Osvaldo Cruz, que fez o primeiro laboratório para trabalhar com transgênicos no Brasil em 1976. Trabalhamos com biotecnologia e com engenharia genética, mas também precisamos - como já disse Borém e outros colegas - de definir um glossário. Do contrário, ficará um tiroteio.

Ali, estão duas definições importantes que já foram colocadas: biotecnologia e biossegurança. Apesar de a FIOCRUZ trabalhar com a biotecnologia clássica e a moderna, minha área de estudo não é essa. É a biossegurança. E a biossegurança faz uma pergunta concreta: "Quais os riscos da biotecnologia?" Essa é a pergunta principal. Quais são os riscos ambientais, os riscos para a saúde humana e até os riscos econômicos? Não podemos misturar tudo: biotecnologia é a tecnologia aplicada aos processos farmacêuticos e industriais; biossegurança é investigar se essa tecnologia é segura.

Tenho dois exemplos ali sobre o melhoramento clássico do milho e do tomate. Não vou falar sobre esse melhoramento clássico. Por milhares de anos, o agricultor, partindo do milho, chegou ao milho híbrido que temos hoje; partindo do tomate, chegou ao tomate comercial que temos hoje. Esse tipo de melhoramento, o agricultor o faz. Mas esse, que será mostrado na próxima transparência, é o melhoramento feito com a utilização da engenharia genética. O agricultor não pode fazê-lo, a não ser que possua um laboratório para trabalhar com a engenharia genética. É necessário algum conhecimento científico para fazer um transgênico.

Existem, ainda, outras diferenças, como a diferença regulamentar. Temos uma regulamentação de propriedade intelectual específica para os transgênicos no Brasil, uma lei que trata de biossegurança. A Lei nº 8.974 regulamenta somente as questões dos transgênicos. Sobre esse assunto, aproveitando este momento em que estamos em uma Casa Legislativa, quero afirmar que é melhor errar legislando no Legislativo do que errar legislando no Executivo. A biossegurança começou a errar justamente quando, em 5/1/95, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, por recomendação do MCT, vetou alguns artigos relacionados com a biossegurança. Começou aí o martírio da lei de biossegurança, porque foram vetados artigos importantes da lei e, o que é mais grave, começou aí toda a história de trabalho da CNTBio.

Sou simplesmente um observador. Em dezembro de 2000, depois de todas as trapalhadas feitas pelo Executivo, ele editou uma medida provisória sugerida pelo próprio MCT, retomando para o corpo da lei basicamente o que havia vetado. Isso é real, assusta a sociedade e não funciona. Faltam políticas públicas para o transgênico no Brasil. Falta Governo nessa área para implementar uma política de biossegurança mais adequada no Brasil. A biotecnologia vegetal, no mundo e no Brasil, talvez esteja passando por uma crise enorme, principalmente a moderna. Um dos fatores que está levando a essa situação é a importação de sementes contrabandeadas. O agricultor compra sementes de uma empresa nacional e recebe sementes transgênicas junto, bem como a possibilidade de introdução de pragas. Tudo isso por causa de semente ilegal. Também há perda de mercado de produtores de semente nacional. Tudo isso ocorreu em cascata. Podem consultar as notas taquigráficas para comprovar. Quando estive aqui, eu disse que não existe política de biossegurança no Brasil. Trata-se de um fato concreto. Depois de dois mandatos, esse Governo vai entregar o setor dos transgênicos em verdadeiro caos.

Em relação às liberações da CTNBio colocadas pela colega, sabemos que ela também tem pecados, apesar do esforço de todos os colegas que têm passado por lá. Falar que existe controle dos transgênicos no Brasil, por exemplo, não é verdade. Estamos aqui diante de agrônomos e sabemos que 5ha ou 10ha de experimento não significa experimento em lugar nenhum do mundo. Precisamos repensar essa questão da biossegurança. Essa transparência aí mostra a liberação de 60ha de milho e também não é experimento. Os experimentos devem ser feitos em áreas menores, em fazendas experimentais. Não posso fazer um experimento desse tamanho. Essa outra, mostra um experimento em que onde o detentor da tecnologia informa à CTNBio que o gene é confidencial e o experimento é autorizado.

Estávamos falando sobre patentes, e quero dizer que não sou contra elas, mas não posso admitir que, em um país com uma legislação de propriedade industrial e uma lei de patentes, uma empresa peça um experimento de transgênicos, e não cite o gene. Ela pode proteger essa tecnologia no INPI. Então, por que vou autorizar um experimento com gene confidencial? Todas as minhas transparências mostram a referência. Essa aí é de um processo da CTNBio.

A colega disse também que existe proibição de plantio comercial no Brasil. Não, não existe. A justiça determinou que o plantio comercial está condicionado a estudos ambientais, que não foram feitos. Mas não foi a justiça que disse que eles não foram feitos. Foram dois pesquisadores da CTNBio - Eliana Fontes e Evaldo Vilela, ele hoje é reitor da Universidade Federal de Viçosa - que afirmaram, no processo da soja, que os testes de segurança ambiental realizados com essa soja foram feitos em condições edafoclimáticas americanas. Não é preciso ser cientista nem

jurista para comprovar que os testes não foram feitos no Brasil. Basta ler. Não estou dizendo que existem riscos. Estou dizendo que são testes muitos simples, que já poderiam ter sido feitos em dois anos, mas não foram feitos aqui.

Então, não há proibição. Há condicionamento. A colega citou o voto da eminente Juíza Cilene. Eu, por exemplo, estou aguardando ansiosamente para ver o quanto essa Juíza estudou. Por enquanto, ela leu o voto. Já solicitei cópia, mas as 800 páginas do voto da Juíza foram liberadas. Precisamos ter alguma cautela, porque a comunidade científica precisa trabalhar com alguma referência, sabendo quem falou, onde falou e onde está escrito. O que estou falando sobre a soja transgênica está em um processo da CTNBio, e não ocorreram estudos sobre impacto ambiental. Foram apresentados estudos feitos nos Estados Unidos, mas não há significado algum. Se estivéssemos importando a soja para comercializá-la no Brasil, poderíamos até aceitar os estudos de segurança alimentar. Não teríamos por que não aceitá-los, uma vez que eles são feitos em condições de laboratório.

Essa transparência expõe um pouco daquilo que foi discutido na semana passada em um evento realizado em Brasília com o Adido de Agricultura do Governo americano. Ele falou sobre uma série de questões que estão sendo repensadas até nos Estados Unidos, e uma delas refere-se aos transgênicos. Tenho alguns dados que foram apresentados por ele. Com o milho BT, que tem a proteína crinóide Borém, só a Ventes perdeu 1 bilhão. Por quê? O milho liberado para consumo animal foi parar na alimentação humana. Ele havia sido liberado somente para alimentação animal. Só para retirar esse milho da alimentação humana, a Ventes gastou US\$1.000.000.000,00. Na última vez em que estive nesta Casa, discuti um pouco sobre impactos à saúde e estudo de impacto ambiental. Hoje, a questão central dessas plantas é a questão mercadológica mesmo. Os ágios de 10% a 15%, dependendo da "comodity" que isso... São dados apresentados por autoridades americanas. Tenho a referência aí para quem quiser.

Aqui, faço algumas críticas não à CTNBio, mas ao Ministério da Ciência e Tecnologia. É ele que tem a responsabilidade de nomear e escolher os membros da CTNBio. Preocupam-me muito as questões éticas hoje. Por lei, compete à CTNBio estabelecer o chamado Código de Ética das Manipulações Genéticas, que está na Lei nº 8.974, de 1975. Durante esse tempo todo, estavam liberando transgênicos no Brasil e não se deram ao luxo de escrever o Código de Ética das Manipulações Genéticas. Na semana passada, o Ministro da Ciência e Tecnologia nomeou uma comissão para elaborá-lo. Os membros dessa comissão são os próprios membros da CTNBio; a sociedade civil não foi convocada. O pior é que esse código será submetido à CTNBio, que irá decidir se a sociedade pode opinar sobre ética em transgênicos. É um absurdo que a sociedade fique fora disso.

Essa transparência mostra os riscos da biotecnologia. A referência é do livro do Fukuyama, que fala sobre o futuro da biotecnologia. Segundo Fukuyama, os órgãos americanos de decisão - leia-se FDA, USDA e EPA - não estão preparados para analisar essa tecnologia. Com relação à ética, declara que os bioeticistas nos Estados Unidos também estão colocados sob suspeitas, porque passaram a fazer parte do processo biotecnológico dentro de uma estrutura que ele chama de "pré-marketing". Não estou condenando a participação dos bioeticistas nem do jurista, mas é preciso haver um controle social.

Aqui, temos a revista do Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro, com cinco páginas, com o título: "Transgênicos: o País Perdeu o Controle".

A nossa colega disse que a justiça proibiu os experimentos. Os experimentos com transgênicos no Brasil nunca foram proibidos. Há uma proibição temporária de experimentos quando está incorporado no transgênico algum gene com características agrotóxicas. Por exemplo, não está proibido o experimento da soja transgênica. A CTNBio continua liberando esse experimento. Temos problemas em experimentar o milho BT, que é um transgênico diferenciado pela legislação brasileira, pois tem uma característica de agrotóxico.

Essa transparência mostra o dilema relacionado com transgênicos que a sociedade vive. A fonte é Peterson, da Conservation Ecology. Na parte amarela temos laboratórios; na ponta da parte vermelha, o meio ambiente. Segundo Peterson, a sociedade está num maniqueísmo muito perigoso, contra e a favor. Setores da sociedade dizem que a biotecnologia não apresenta risco. A maioria dos exemplos é de pesquisa em laboratório confinado. Quando parto para a não-pesquisa, vou para um campo experimental e libero uma plantação, aumento o meu risco. Aí, não é só o risco biológico, e sim o risco agrícola, ecológico e social de uma série de questões econômicas que estão permeando a questão dos transgênicos. Na verdade, o que precisamos é diminuir esse "gap" e essa questão de ser contra e a favor. Temos de ter uma ciência que analise e esclareça a sociedade com alguns fatos mais concretos.

O direito do consumidor, pelo que foi proposto pelos legisladores de Brasília, também foi desrespeitado. Fizeram o Presidente da República assinar um decreto sobre rotulagem de transgênicos no Brasil seis meses antes de entrar em vigor. Esse decreto previa que uma comissão do Executivo estabeleceria as normas de como seria a rotulagem de produtos comercializados que tivessem acima de 4% detectáveis de proteína ou de DNA transgênico. Mesmo assim, as normas só teriam validade quando essa introdução não fosse intencional. Isso não é norma sobre rotulagem de alimentos transgênicos; é norma sobre intenção ou não-intenção de se introduzir transgênico em produto comercializado. O pior é que o decreto está valendo desde janeiro, e a comissão que teria de normatizá-lo nunca se reuniu. Estamos causando um desserviço à biotecnologia no Brasil com essa falta de política de biossegurança.

Como já falei, os Estados têm de ter uma legislação estadual. O Estado pode decidir, com a sua política, se quer ou não plantar transgênico ou então fazer um zoneamento agrícola. Ele deve ter o poder de decidir se é só contra a moratória, que não está na lei federal e não deveria estar em nenhuma legislação brasileira. Agora, quanto à proliferação de legislações sobre biossegurança no Brasil, falta liderança nacional para conduzir essa questão. Dentro do próprio Executivo, há divergências com relação às decisões da CTNBio junto aos Ministérios da Saúde, da Agricultura e do Meio Ambiente. O País, por decisão e por influência dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Agricultura, não assinou protocolo de biossegurança, que está previsto no organismo internacional. Não assinou porque é um protocolo que fala de movimentação transfronteiriça de transgênicos. Desculpem-me, mas faltam políticas públicas. Este é o momento adequado. Na verdade, o próximo Presidente da República vai enfrentar uma situação complicada com relação aos transgênicos. Mais uma vez, agradeço o convite para participar deste fórum. Caso não tenha esclarecido alguma coisa, poderei fazê-lo após o debate.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase dos debates, que terá a duração de 30 minutos. Para que possamos agilizá-los, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de 2 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas. Pedimos, ainda, que as pessoas identifiquem a quem estão sendo dirigidas as perguntas. Somente a elas responderão às perguntas.

Debates

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, já havia assumido um compromisso anterior, mas não poderia deixar de falar da minha alegria por ter ouvido tantas palestras importantes. Peço a Deus que possa esparramar por Minas Gerais e pelo Brasil o que ouvimos, para que nossa consciência aumente no dia-a-dia.

Em relação ao Governador de Boston, mencionado pelo Prof. Vidal, quero dizer que falta ao País vontade política. Esperamos que o povo entenda que ciência e tecnologia são importantes, e é preciso pressionar os governos. Se isso não for feito, vamos ficar ainda um bom tempo

em desvantagem em relação aos outros países. Recordo-me, associando este ano eleitoral a esta discussão de biotecnologia, daquele professor americano, pós-doctor, quando perguntado, às vésperas de uma eleição, em quem iria votar. Ele disse que não votaria em ninguém, porque não estava preparado para votar e não gostava de discussão política. Ele se omitia de votar. Aqui, somos obrigados a votar e votamos em verdadeiros idiotas para comandar este País, como é o caso do Sr. Hidelbrando Pascoal. Queria saber a posição do Sr. Hidelbrando Pascoal, Deputado Federal, que serrava as pessoas com motosserra e traficava drogas e armas. Gostaria de saber o voto dele em relação ao veto do Sr. Presidente aos transgênicos. É uma curiosidade que vale a pena!...

Gostaria de dizer, ainda, Presidente Gilman Viana Rodrigues, que o 1% da FAPEMIG é lei. Nenhum dos governos cumpriu isso. A nossa Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia deu entrada a uma representação no Ministério Público contra o Governo do Estado, mas, infelizmente, não houve nenhuma manifestação. Ficamos pensando no cabresto que pode estar existindo no Executivo e no Ministério Público. A nossa justiça também não está fazendo justiça. Lei é para ser cumprida, sob pena de se mandar um projeto para cá que altere a lei. O descumprimento da lei dá margem a outros descumprimentos. Isso está virando uma verdadeira balbúrdia. E o povo está ficando cada vez mais desprotegido.

Foi dito que os Estados Unidos têm muito dinheiro para fazer pesquisa. É verdade, mas por que nós, proporcionalmente, não poderíamos aplicar os nossos 3% do PIB? Só aplicamos 0,8% do nosso Produto Interno Bruto. Portanto, o argumento de que usam 24 vezes mais recursos financeiros do que o Brasil faz-nos chegar à conclusão de que falta vontade política. Só para dar um exemplo e provocar o debate, estava, nesta campanha, numa empresa chamada Nhô Bento, que produz frango caipira, e soube que vão produzir agora galinha-d'angola. Eu lhes perguntei onde iriam arrumar material genético. Isso ocorreu em Veríssimo, no Triângulo. E me disseram que iriam importá-lo da França. Temos de cuidar desse lado da biotecnologia, sob pena de pagarmos caro o material genético e vender barato o nosso produto.

Também gostaria de fazer uma reflexão sobre o Greenpeace, que interfere nas nossas coisas. A quem está servindo o Greenpeace? O ativista francês Bové, no Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, foi lá cortar soja transgênica de experimento da Monsanto. Ele é o indivíduo que mais protege o subsídio francês, concorrendo com os brasileiros. E nós, brasileiros, idiotamente, batemos palmas para ele. Que coisa esquisita!

Neste semana, perguntaram-me, em uma escola, se era contra ou a favor da ALCA. Disse o seguinte: sou contra, por nossa incompetência lamentavelmente. Ouí, em Uberaba, uma afirmação muito interessante: "O mundo está falando muito do 11 de setembro, data da queda das torres gêmeas. O Brasil precisa se preocupar mais com o 7 de setembro". Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Estamos agrupando as perguntas. Vamos começar pela pergunta dirigida ao Prof. Aluizio Borém. Ela é feita por Gisele Pereira: "Trabalho com controle de qualidade de produtos farmacêuticos e tenho, constantemente, problemas de contaminação de matéria-prima, por exemplo, com o mel. Seria possível o melhoramento dessa matéria-prima, antes que vá para o processo produtivo? Seria possível eliminar essa contaminação, com técnicas de biotecnologia?".

Pergunta de Patrícia Pereira, da Faculdade de Direito de Sete Lagoas: "Há como quebrar as patentes de produtos originários de nossa biodiversidade já patenteados por outros Estados?".

O Sr. Aluizio Borém - A contaminação por produtos indesejáveis - a exemplo do que acontece com o mel - é uma realidade com outras espécies. Sabemos que alguns alimentos são altamente alergênicos, especialmente para crianças. Estou falando de crustáceos, mariscos, chocolates. Um dos que tem mais causado problemas em alguns segmentos da população humana é o amendoim. Parece que esse problema não é tão grave no Brasil, mas, em alguns outros países, o amendoim é responsável por alergia com "causa mortis". É possível, por meio da biotecnologia, adicionar novos componentes ou aumentar a proporção de componentes já existentes naquela espécie, bem como reduzir ou eliminar diferentes componentes, por um mecanismo genético chamado silenciamento gênico. Podemos desligar o gene para que não se expresse, e aquela substância deixe de ser produzida, ou seja produzida em menor escala. Respondendo à sua pergunta, é possível, por meio da biotecnologia, que isso seja feito. No caso do mel, tem de ser estudada a rota gênica, se há um gene só, se há vários genes envolvidos. Em teoria, é possível.

Em relação às patentes, sabemos que existem relatos de biopirataria no Brasil. Nosso País é detentor de uma biodiversidade muito grande. Sabemos que todo ano chegam a nosso País turistas ecológicos, pesquisadores que querem conhecer diversas regiões. Dizem que vêm fazer turismo, mas, na verdade, muitos deles têm outras intenções, como, por exemplo, levantar informações nas comunidades indígenas, levantar recursos genéticos - tanto animais quanto vegetais - para o desenvolvimento de novos fármacos. Isso tem ocorrido, e há indícios de que esses recursos já foram aproveitados no desenvolvimento de novos produtos, que teriam voltado para ser comercializados no Brasil, com cobrança de "royalties", além de taxas não pertinentes, considerando-se que o recurso genético era brasileiro. É interessante que o Governo tome uma posição mais dura e não respeite aquelas patentes de produtos desenvolvidos com recursos nacionais não autorizados. Devemos desenvolver produtos e medicamentos com recursos genéticos brasileiros, porém sob o controle, a regulamentação e a fiscalização do Governo brasileiro. Há indícios de que o Governo está trabalhando com essa idéia de não respeitar patentes daqueles produtos desenvolvidos sem a devida autorização.

O Sr. Presidente - As próximas perguntas são dirigidas ao Prof. Francisco Vidal e ao Carlos Eduardo Mazzetto Silva. As perguntas são do Dézio, Coordenador do Pró-Vida, e do estudante José Ricardo. A primeira: "Creio que qualquer pessoa esclarecida deve ser favorável à evolução tecnológica e, conseqüentemente, ao processo. Contudo, será que no afã de defender seu território e, em alguns casos, de ratificarem interesses pessoais, não estariam truncando informações fundamentais ao público leigo? Afinal, acidentes acontecem e, sem querer fazer um paralelo, apesar de ter vindo do Primeiro Mundo, o estigma da vaca louca ainda ronda o nosso imaginário. A outra: Quem será responsabilizado, se as verdades absolutas da biotecnologia não propiciarem os benefícios esperados? O Governo, o sindicato ou os cientistas?".

O Sr. Francisco Vidal Barbosa - É preciso tomar muito cuidado com essas considerações, porque boa parte das informações requeridas está na Internet. Em nenhum momento foi apregoado que os procedimentos seriam 100% seguros ou 100% inseguros. A sociedade tem de amadurecer. Cada um, como cidadão, vai ter o direito de optar. Por que não fazer pesquisa, por que não desenvolver a área de biotecnologia ou qualquer outra área? Que apresentem opções. A rotulagem está aí para isso mesmo. Todos os produtos vão ficar disponíveis no mercado. Que as pessoas optem por comprá-los ou não, por ingeri-los ou não. A questão da vaca louca aconteceu na Inglaterra. No caso, seguraram informações. Houve realmente uma falha da agência de controle inglesa. Isso acabou afetando todo o setor, não só na Inglaterra, como em toda a Europa.

Não podemos, no entanto, misturar o conceito de vaca louca com biotecnologia. São coisas distintas.

Estamos interessados em crescer e desenvolver. Temos, agora, a opção de parar e decretar a moratória tecnológica, esperando que eles, de novo, ocupem nosso espaço, ou decidir se vamos segui-los ou não; mas, daqui a cinco ou dez anos, não poderemos mais optar. Vejam o que está acontecendo com a informática. Eles produzem, e nós absorvemos.

Como cidadãos, temos o direito de nos informar e saber o que é bom e o que é ruim para nós. Ninguém vai tomar decisão por ninguém. Cada qual decidirá por si. Já há muita informação disponibilizada na Internet. Lamentavelmente, poucos lêem em inglês no País, mas, em breve,

haverá a versão em português dessas informações, para que todos tenham acesso a elas.

O Sr. Carlos Eduardo Mazzeto Silva - A pergunta do José Ricardo dá oportunidade de fazermos considerações interessantes: quem será o responsável? Qual é o domínio sobre os riscos?

O Déσιο está certo em dizer que o leigo deve desconfiar dos cientistas. E por quê? Porque não existe uma ciência apenas. Existem ciências. Discute-se hoje que paradigma científico deverá dirigir a ciência no século XXI e daqui para frente. Não existe só uma ciência nem só uma opção tecnológica. Sorte nossa que ainda haja opções.

Há certa euforia tecnológica, que vira panacéia, determinismo. Devemos desconfiar de discursos que se rotulam esclarecedores, mas que, na verdade, são altamente indutores. A ciência não é neutra. Por trás do cientista, há seus valores, suas crenças, seus interesses. O mito da ciência neutra já ruiu há algum tempo.

O discurso de que não existe comprovação científica de intoxicação, alergia ou outro risco advindo do transgênico inverte sutilmente o ônus da prova. Podemos também dizer que não há nenhuma evidência científica de que os transgênicos não vão causar problemas à saúde e ao meio ambiente. E se não fizermos isso, acabaremos, no futuro, por descobrir os efeitos atrasados dos transgênicos, assim como estamos descobrindo agora que os agrotóxicos provocaram a queda da fertilidade masculina, principalmente nos países desenvolvidos, e, certamente, já no Brasil; e também descobrindo, depois de 15 anos de uso da terapia de reposição hormonal, tratamento dito sem contra-indicação, sua responsabilidade pelo câncer de mama e de útero.

Aí é que está a questão. Temos de desconfiar do cientista, porque, às vezes, é presunçoso. Acha que tem controle sobre coisas que, na verdade, não tem. A posição consagrada na ECO 92 - e na qual temos de nos basear - é a precaução, e não a presunção. Temos de ter a humildade de reconhecer os limites do nosso saber e tomar as decisões corretas para a segurança da sociedade e para a sustentabilidade de nossos ecossistemas.

Foi dito que temos de dar direito aos consumidores e aos agricultores de fazerem sua escolha. Mas é bom lembrar que consumidor nenhum no mundo pediu o transgênico. Consumidor nenhum no mundo que tiver acesso ao orgânico vai optar pelo transgênico. O transgênico não foi reivindicação de direito de consumidor nenhum, tampouco de nenhum produtor rural. O "lobby" do transgênico é capitaneado por algumas corporações transnacionais e, entre muita polêmica, apoiado por determinada ala de cientistas.

Para saberem como a questão é complexa, vai aqui um exemplo: imaginemos que eu seja agricultor e que tenha um vizinho também agricultor. Não quero plantar milho transgênico, mas o meu vizinho quer. Os dois têm o direito de optar, só que milho é planta alógama - faz cruzamento com plantas diferentes. Assim sendo, o milho transgênico do meu vizinho vai cruzar com o que eu planto. Como fica minha opção e minha liberdade?

Na natureza, não há paredes. Nada é separado. No laboratório, a coisa é uma, na natureza é outra. As coisas são complexas, conexas e interconectadas. Sobre a contaminação genética não teremos controle: uma vez feita, não haverá retorno. Não é como a contaminação química, que, um dia, a natureza limpa. A natureza jamais vai limpar a contaminação genética.

O Sr. Presidente - Perguntas do Zenon Rodrigues, da UFMG, e da Carolina, da PUC, respectivamente, ao Sr. Gilman Viana: "De que forma a FAEMG poderia pressionar o Estado para que libere 1% em vez de 0,25% do orçamento para a ciência e a tecnologia?" "Por que não existe interesse político em destinar 1% do orçamento para a biotecnologia, que seria o correto? Por que esse desdém, mesmo sendo Minas Gerais um pólo potencial?"

O Sr. Gilman Viana - A FAEMG gostaria de pressionar para que fossem destinados 3% do orçamento para a biotecnologia, e não apenas 1%. E pressionar quem? Esta Casa legislativa. E vejam o absurdo: foi preciso a Assembléia entrar com uma ação no Ministério Público, para que o Governo cumpra a lei. Este é o País das maravilhas, não é verdade? A pressão que a FAEMG pode fazer é promover uma articulação permanente nas base eleitorais.

Em relação ao que disse o Dr. Carlos Eduardo, tenho a impressão de que a sociedade também não pediu que se fabricasse o telefone celular nem o fax. A tecnologia avança além do encantamento do consumidor.

O Deputado Edson Rezende - Conseguimos, nesta Mesa, apresentar posições diferenciadas. Isso é fundamental para se chegar a um ponto comum, mas é bom que se diga que afirmar que a patente acaba e que se trata de uma bobagem é faltar com a verdade.

Vejamos o exemplo do Canadá onde um agricultor plantou o milho transgênico e polinizou o não transgênico do vizinho. A justiça multou em US\$100.000,00 o segundo fazendeiro, a despeito da argumentação de que foi polinização. A patente, então, não é bem o que se diz. Aliás, o patenteamento é uma de nossas grandes preocupações, e a iniciativa desta discussão partiu exatamente do desejo de encontrar uma forma de dominar o milho transgênico, que não é mais do agricultor, mas da Novartis, e a soja transgênica, que também não é mais do agricultor, mas da Monsanto.

Outro ponto que me chamou a atenção foi a soja maradona, que já está sendo consumida no Brasil. Ficou parecendo que não é mais possível evitar-se o alimento transgênico, porque muitos já estão circulando no mercado. Ora, depois se fala em direito do consumidor. Que direito de opção é essa? Ao mesmo tempo em que se diz que o consumidor tem o direito de escolha - e tem mesmo e deve ser respeitado -, releva-se a importância de estarmos comendo alimentos transgênicos, como se isso fosse a coisa mais normal do mundo. Ora, isso é normal? É normal o consumidor brasileiro estar comendo alimento transgênico sem saber disso? Esse fato não atinge os direitos humanos?

Outra coisa também difícil de entender é o que se diz da informação. Ela está disponível na Internet. Ora, para quem está posta a informação? Para quantos por cento dos brasileiros? Tenho rodado Minas Gerais para discutir sobre os transgênicos. Perguntem quem sabe dos transgênicos. Ninguém, ou quase ninguém.

Temos de falar de informação para o povo brasileiro e não para poucos que têm acesso à Internet e, além do mais, que leiam inglês. Meu Deus, o que é isso? Temos de falar para todos, indistintamente. Temos de falar para o estudante, para a dona de casa, para o cidadão comum, e não apenas para os habitantes de Belo Horizonte. E como dizer que não há pesquisa em Minas Gerais? No final de 2001, houve, em Minas Gerais, 97 pontos de pesquisa, alguns dos quais visitei.

Sobre a moratória, vale perguntar: fala-se em moratória em Minas Gerais, mas há algum projeto de moratória? Que se utilize esse termo para dizer que há alguém contrário à evolução biotecnológica, mas que se apresente o projeto de moratória. Quando se utiliza o argumento de moratória, parece que alguém quer a moratória. Então, esse alguém tem de nos mostrar que há o projeto.

Tenho uma pergunta a fazer ao Dr. Gilman. No ano passado, o Brasil aumentou a exportação de soja para a Europa em 25%, e de soja e farelo de soja para o Japão, em 138%. Cresceu também nossa exportação de milho.

A Federação de Agricultura do Paraná recomenda aos seus agricultores que não plantem soja transgênica, porque o Estado já tem o mercado europeu garantido para 80% da soja que produz. Não é bom, do ponto de vista econômico, produzir "in natura" ou industrialmente e ter o mercado à nossa disposição? Para que produzir transgênicos? Não consigo entender isso.

O Sr. Gilman Viana Rodrigues - Aproveite a oportunidade para refrescar a memória do Deputado Edson Rezende. Fui eu quem o ouviu dizer, na Federação da Agricultura, numa reunião do Movimento das Donas de Casa, que era autor de projeto de moratória de cinco anos para a biotecnologia em Minas Gerais. Se foi gravada a reunião, o Deputado poderá recuperar sua fala. Se desistiu da idéia, parabéns-o.

Quanto à questão do mercado, eu e o Presidente da Federação do Paraná fomos à França, antes de se constatar a doença da vaca louca, tratar com os compradores de soja sobre o problema da soja transgênica ou não. Todos queriam a soja não transgênica, mas não estavam dispostos a pagar mais por ela. Ou seja, o que se tem de discutir é a qualidade da soja transgênica, porque o mercado não vai sustentar uma oferta de soja não transgênica que seja mais cara do que a transgênica, já que o comprador não vai pagar mais por ela. Esse é o nosso desafio. Quer dizer, não sou a favor da soja transgênica; apenas sou contra o seu impedimento sem um motivo que o justifique.

Da mesma forma que não quer soja transgênica, o comprador europeu também não quer carne bovina com hormônio, embora a comunidade científica tenha concluído que o hormônio utilizado pelos Estados Unidos não faz mal algum. Então, o que fazem os Estados Unidos? Vendem o boi com hormônio para os mercados que o aceitam e o boi sem hormônio para a França. Quer dizer, não é proibido usar o hormônio; mas é o cliente que diz o que quer. Assim, o mercado acaba impondo o modelo de produção, e a rentabilidade impõe a maneira de produzir. Ou seja, se não houver uma remuneração melhor para o produto mais caro, certamente chegaremos ao ponto em que não haverá mais compradores para ele - no caso, não haverá compradores para a soja não transgênica, e não estaremos preparados para produzir a transgênica.

O Sr. Presidente - À Dra. Roberta Jardim de Moraes, pergunta do Rômulo Ferreira, da Assembléia: "Tendo em vista a produção de soja transgênica por produtores brasileiros e uma vez que a produção dessa "commodity" não foi liberada comercialmente, qual a posição e atuação da lei brasileira sobre esses produtores? Não há o risco de se generalizar uma transgressão à lei?".

A Sra. Roberta Jardim de Moraes - Hoje, a produção comercial da soja RR está suspensa no Brasil, por decisão judicial. O processo ainda está em trâmite: na segunda instância, o voto da Dra. Selene já foi proferido, e estamos aguardando o voto dos dois outros Juizes, mas, provavelmente, esse assunto ainda irá à discussão no STJ e no Supremo, pois envolve alguns aspectos de âmbito constitucional.

Mas o que está acontecendo hoje é que temos soja contrabandeada no Brasil. Como nos é vedado o plantio comercial da soja com tecnologia com valor agregado, essa soja está entrando no País de qualquer maneira. Trata-se de uma questão de fiscalização, que pode não estar sendo exercida com a eficiência necessária para detectar esse contrabando. Afirma-se, hoje, que 70% da soja plantada no Rio Grande do Sul é contrabandeada da Argentina. Bem, essa soja pirata não tem a mesma qualidade da soja geneticamente modificada, patenteada; ou seja, é uma soja de má qualidade, e o País é que está perdendo com isso.

Gostaria de aproveitar para fazer um comentário sobre a questão das patentes, levantada pelo Deputado Edson Rezende. Creio que o Brasil tem de se preocupar com as patentes, sim. As empresas brasileiras têm de começar a ter mais patentes, porque o monopólio é necessário dentro de uma economia de mercado. Mas queremos ter monopólios nacionais; queremos que as empresas brasileiras registrem patentes. Até porque as patentes são temporárias; depois de 20 anos, isso cai em domínio público, como prevê a lei. É claro que a maioria das patentes são registradas por empresas estrangeiras, mas por que as empresas brasileiras não começam a desenvolver tecnologia para também registrarem patentes, para que o Brasil fique forte e comece a licenciar essas patentes e, em troca, receber "royalties"? Isso gera um saldo positivo na balança comercial. É certo que em longo prazo, mas temos de começar.

Sobre a questão de a plantação de transgênico gerar um prejuízo ao produtor de não-transgênico, em economia, isso é chamado de externalidade, e ocorre realmente. Em todos os lugares do mundo está sendo debatida a externalidade gerada, tendo o produtor de não-transgênico o ônus de provar que seu produto não é transgênico. Mas, com o sistema de rotulagem que está sendo proposto no Brasil, o produtor de transgênico tem de demonstrar que seu produto é transgênico - quer dizer, quando não for demonstrado, parte-se do pressuposto de que aquele produto não é transgênico. Mas há aí vários pontos que temos de analisar. Quem vai fiscalizar isso? Esse rótulo vai ser informativo? Disseram aqui que podemos buscar as informações na Internet, mas a população brasileira não tem acesso à Internet. Ora, a população brasileira vai saber o que quer dizer um rótulo, na forma de uma tarja com as palavras "Este produto é transgênico"? Ela sabe o que é transgênico? Então, temos de informar a população - e fóruns como este são uma boa oportunidade para isso - sobre o que é o transgênico. Grande parte da população não tem acesso à Internet, não sabe nem ler, para saber o que está nesse rótulo. E as empresas serão oneradas, sim, com essa rotulagem. Era o que queria dizer. Obrigada.

O Sr. Presidente - Para a Dra. Helen Aguiar, uma pergunta da Rosane Silva: "Tendo em vista tudo o que aparece na mídia sobre os "clusters" mineiros, quanto tempo precisaremos para que esses "clusters" se tornem realidade, com retornos corretos para Minas Gerais e a sociedade?". Também para a Dra. Helen, uma pergunta de Mônica, da Prefeitura de Belo Horizonte: "Como podemos fazer para evitar que a biotecnologia seja mal utilizada ou utilizada por mentes voltadas para a prática do mal? Temos visto alguns exemplos de seu mau uso pelo mundo afora.".

A Sra. Helen Aguiar Lima - O princípio básico do modelo "cluster" de desenvolvimento econômico é a proximidade e a sinergia. Penso que o que temos de fazer para que ele se torne realidade é participar. Por exemplo, estamos vivenciando nesta Casa um momento singular; diversos setores da nossa sociedade que estão discutindo questões que vão interferir em nosso dia-a-dia, em nosso desenvolvimento, nos programas de geração de emprego e renda. Às vezes, um setor critica o outro, mas aqui estamos quebrando alguns preconceitos, promovendo o encontro entre a iniciativa privada, o Poder Legislativo, o Poder Executivo, a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, e discutindo os rumos de um segmento de mercado. Isto é "cluster", isto é sinergia. É claro que não há consenso nem unanimidade. Se houvesse unanimidade, ela seria no mínimo burra, e não haveria desenvolvimento. Então, isto é "cluster", e penso que todos os segmentos precisam partir para isto: para o debate e a participação social. A sociedade precisa interagir, opinar e se posicionar; é assim que vamos tornando esse modelo realidade.

Quanto ao mau uso que se possa fazer da biotecnologia, Deus nos criou livres. Podemos optar, e sempre há dois caminhos: o do bem e o do mal. A mesma ambulância que salva a vida de alguém, levando-o a tempo ao hospital, pode provocar a morte de outra pessoa em um atropelamento. Enquanto o homem for livre para pensar e agir, haverá esse risco. Ou seja, a ciência tem de evoluir independentemente do mau uso. Ela tem de evoluir pensando no bem. As vacinas salvam milhões de vidas. Alguém pode morrer, corre-se o risco, mas muitas vidas estão sendo salvas. É apenas uma reflexão. Desde que o homem é homem, não há como mudar essa história.

O Sr. Frederico Pecorelli - Cordiais saudações a todos, especialmente à Assessoria de Projetos Institucionais, que muito bem elabora os eventos. A primeira reflexão seria sobre a importância da formação do biotecnólogo. E cumprimento a turma do SESI que está aqui. Acho que a Assembléia deve escutar os jovens, que são o nosso futuro. A segunda reflexão, ainda nessa questão da formação, seria sobre o perfil do biotecnólogo ou biotecnologista e, o mais importante, a questão da educação ambiental. Uma das propostas do seminário legislativo Águas de Minas II foi um fórum técnico sobre educação ambiental. Acredito que não teremos tempo para discutir isso, mas temos de informar. Como cientista educacional e jurista, informo a vocês que isso se dá através da educação ambiental. A informação por si só não passa por um trato

pedagógico. Obrigado.

O Sr. Presidente - Pergunta ao Dr. Sílvio Valle, da estudante Maria de Jesus Ferreira: "Ao contrário do que acreditam muitas pessoas, inclusive alguns cientistas, a ciência não constrói verdades absolutas. No entanto, suas descobertas têm efeito intenso nas formas mais simples da nossa vida cotidiana e envolvem questões éticas e morais. Por que muitas vezes os cientistas assumem uma postura avessa às críticas que não são provenientes do interior dos seus centros de pesquisa?"

O Sr. Sílvio Valle - Com certeza, a biotecnologia traz uma grande vantagem para a sociedade com relação a outras tecnologias. Não vou começar na era da descoberta do fogo, mas na questão nuclear. A tecnologia nuclear foi introduzida dentro de um instituto de pesquisa muito fechado, havia a questão da segurança militar, a sociedade teve pouca participação. Foi desenvolvida numa época entre duas guerras.

A biotecnologia traz uma grande vantagem para a sociedade, porque, tenho plena certeza, ainda não começamos a moderna biotecnologia. Temos a biotecnologia clássica, mas não começamos a moderna. Estamos discutindo o seu processo de internalização. E o cientista precisa aprender isso. A biotecnologia é um termo em inglês, mas a comunidade científica internacional e a brasileira precisam entender que o "motor drive" da biotecnologia foge ao controle do cientista. Quem determina os paradigmas de pesquisa da biotecnologia é a Nasdaq, a bolsa de valores de alta tecnologia dos Estados Unidos. É de lá que saem as grandes linhas de pesquisa. E isso vem como uma onda.

Precisamos discutir essa tecnologia. Concordo com que se internalize conhecimento. Existe a lei de patentes no Brasil. Para a biotecnologia, no futuro, se não tivermos políticas públicas e uma política industrial correta, essa lei de patentes não servirá, Deputado, porque tenho ferramentas da tecnologia (...) ou "terminator", que jogam no lixo essa lei de patentes. Eu patenteio, protejo entre aspas, de maneira tecnológica. Esse é um dos exemplos. É por isso que se deve discutir, avançar e ter uma política de governo.

Com relação ao rótulo, a informação, não pode estar no rótulo que a sociedade não sabe ler. É pouco, porque o rótulo tem uma vertente, que é o consumidor, mas se testo um produto transgênico e afirmo que é seguro, tenho de rotular, por uma questão de saúde pública, porque ela também faz leituras desse rótulo, que são importantes num processo de pós-comercialização. Não vamos rotular nada que seja inseguro, mas mesmo seguro, tenho de rotular e informar da melhor maneira para a sociedade e para as autoridades de saúde pública. Não informar para a autoridade de saúde pública que a sociedade está consumindo um produto que tem esse componente tecnológico é um pouco demais para a questão da saúde pública.

Com respeito aos estudos de impacto ambiental, se exigirmos das empresas que estão fazendo testes de transgênicos no Brasil no meio ambiente... Hoje já testamos aproximadamente 1.300ha, entre testes já feitos e em andamento. Dos 1.300ha, 90% não estão fazendo teste de segurança nem ambiental e nem alimentar, mas só de qualidade agrônômica. Isso não é biossegurança, que é outra coisa, é testar a tecnologia.

Se o poder público exigir das empresas os estudos de impacto ambiental, não será preciso dinheiro do CNPq. A empresa terá de contratar cientista nacional que trabalha com movimentação de insetos, de ecologia e utilizar a competência nacional que se tem, não será necessário dinheiro do CNPq.

A colega perguntou se se pode fazer alguma coisa do mel. Foi divulgado um documento recente da Austrália tratando da qualidade do mel. Os australianos estão fazendo testes sobre a possibilidade de se ter no mel pólen de plantas transgênicas. A colega pode me procurar, que lhe passarei esses documentos científicos.

O Sr. Presidente - A penúltima pergunta, para o Dr. Éder Bolson, é de Luciene Maria dos Santos, da Escola SESI Benjamin Guimarães: "Muito se fala sobre os transgênicos, e, embora o Brasil possua extensas áreas cultiváveis, há ainda o problema de terra e distribuição de alimentos. Como, então, será possível, com esses produtos, matar a fome da população?"

O Sr. Eder Luiz Bolson - Obrigado por ter feito essa pergunta. São 13h18min, e nada mais apropriado que falar de fome. Fui pesquisador da EMBRAPA durante 12 anos e participei de duas missões da FAO no interior da África. Estive na Costa do Marfim e em Zimbábwe. Existe uma grande imperfeição quando se fala na distribuição das pessoas, da geografia e da distribuição dos recursos. Além da falta de renda, as pessoas estão em locais errados. Na África, por exemplo, existem precárias condições para se produzir alimentos.

Hoje se falou que não é problema de produção de alimento. É problema, sim, porque não se consegue produzir alimentos em determinados locais. É aí que entram as ferramentas que a biotecnologia pode trazer para o futuro, ou seja, produzir alimento onde ele é necessário. Fiquei tomando Coca-Cola durante dois dias no interior da Costa do Marfim, a 300km da capital, porque não conseguia comer os parques alimentos do melhor hotel da cidade. Se pensarmos na pior cidade nossa do Nordeste, lá ainda é muito pior. Então, fome é uma realidade.

Não vamos esconder aqui o que está acontecendo, essa balela de que a população mundial está sendo controlada. O mundo está crescendo dois Brasis a cada ano, é inevitável. Se partirmos para a agricultura orgânica, será ótimo. Todos querem a agricultura orgânica, todos querem leite orgânico, vaca que não toma vacina, que não come aditivos. Os cálculos atuais da FAO revelam que a agricultura orgânica conseguiria alimentar 4 milhões de pessoas, e já somos 6 milhões.

Não adianta filosofar, a fome é real. E os alimentos estão mal distribuídos. As pessoas estão em lugares errados. Precisa-se produzir na África porque não se tem dinheiro para comprar alimentos. Salvo alguns países que vendem petróleo, pedras preciosas ou outros produtos, a maioria dos países africanos não tem dinheiro para comprar alimentos dos Estados Unidos, da França, do Brasil. Têm de produzir lá mesmo. E a solução para isso é adaptarem-se plantas ao clima ácido, à falta de chuvas, etc.

Não há solução para determinados problemas. Por mais românticos que sejamos, a realidade é essa. A fome está aí e afeta 20% da população mundial hoje. Esse é um dado da FAO. Não vamos continuar filosofando, resolveremos os problemas internamente no Brasil. A sociedade tem de discutir mais e encontrar uma solução. Vamos ficar brigando aqui e perdendo a oportunidade de evoluir tecnicamente na agricultura e pecuária.

O Sr. Presidente - A pergunta final, de Zenon Rodrigues, da UFMG, é dirigida ao Prof. Vidal Barbosa: "Quais seriam os ensinamentos do modelo cubano e do modelo de Boston para a proposta biotecnológica brasileira?" Outra pergunta, da Bárbara, do SESI: "Gostaria de saber como o professor vê o mercado de trabalho da biotecnologia, falando-se de jovens estudantes que começam agora como técnicos, mas com um caminho acadêmico promissor. P.S. - O mercado de trabalho em Minas Gerais mais especificamente".

O Sr. Francisco Vidal Barbosa - Vou começar com a questão do mercado. Só para vocês terem uma noção, o número de pessoas que estão se formando hoje em Boston não é suficiente para a demanda das empresas. São empregos altamente qualificados, mas estão precisando importar. Há vários estrangeiros trabalhando lá. Isso dá a dimensão de quanto essa área ainda tem para se desenvolver, principalmente no ponto forte deles, que é a área biomédica.

Sobre a questão da formação, queria informar o Deputado que, nos países ricos, isso é questão de cidadania, é direito. E não é só no governo americano, que vi várias vezes. Todas as escolas, todas as pessoas têm direito ao acesso à Internet. Se não têm, não são cidadãs completas.

Agora, no Brasil, não tem porque alguém estar falhando: nós, como sociedade, ou os órgãos representantes que não dão educação e formação para esse povo que está arruinado. Se nós, como sociedade, cobrássemos de quem nos representa - estou falando de uma forma bastante ampla - que desse educação para esse povo miserável, que está passando fome, passando de tudo... A Internet é uma das últimas ferramentas que nós, como país de Terceiro Mundo, de Quarto Mundo, ainda temos para chegarmos ao Primeiro Mundo. É preciso levar a informação a toda pessoa, e a Internet é a forma mais barata e democrática para isso. O governo americano sabe muito bem disso.

Sempre falo para meus alunos: "Pelo amor de Deus, aproveitem esse recurso, muito barato para nós, de Terceiro Mundo, pois ele permite que tenhamos informação no mesmo nível e na mesma quantidade que alguém do Primeiro Mundo. O que temos a fazer é proporcionar acesso a este povo. Alguns vão dizer: "Não, a Internet é impossível". Não, eduquem o povo, priorizem a educação. Existem projetos que determinam que se proporcione o acesso à Internet a todos na escola, mas, que eu saiba, até hoje isso está só no papel, não se proporcionou a ninguém o acesso à Internet a não ser para as classes média e alta. Os pobres continuam na mesma. A Internet é um recurso, uma ferramenta muito importante que nós podemos levar ao povo brasileiro para que ele se transforme em povo de Primeiro Mundo.

Outra questão: quais seriam os ensinamentos do modelo cubano, do modelo de Boston? Acho que eles têm uma consciência muito clara de independência, de soberania nacional. Dizem assim: "Nosso povo tem que ser independente, educado, qualificado". A biotecnologia propicia o quê? Ela precisa de gente qualificada, educada. Podemos criticar o Fidel Castro, não sou a favor nem contra ele, mas foi muito positivo quando disse que: "precisamos investir em algo que dependa do nosso cérebro", e disse ao cubano: "Em que podemos nos desenvolver? Onde não precisaremos demais do dinheiro dos americanos ou de quem quer que seja? Vamos investir numa tecnologia que dependa de inteligência humana". Eles são muito inteligentes como nós também somos. O Fidel descobriu que, se investisse no povo, na biotecnologia, que depende muito mais de cabeça que de qualquer outra coisa, Cuba seria um país de referência. Hoje, Cuba é referência no mundo inteiro. Veja a quantidade de patentes cubanas existentes, de remédios, de vacinas. É um modelo que deve ser respeitado. Os caras miseráveis, pobres, sem recurso, conseguiram ser modelo. Por que nós, brasileiros, não podemos ser também modelo, investir nisso?

Da questão dos americanos, do caso de Boston, o que podemos tirar? A integração, em que todo o mundo conversa, em que todos se sentam à mesa. Por exemplo, a questão do vale do Silício, a questão em Boston. As pessoas saem do trabalho e têm os restaurantes, os lugares de encontro. Saem os funcionários, os donos, os gerentes. Constantemente estão conversando, debatendo. Não é um debate formal, mas ocorrem vários debates no dia-a-dia, em que se geram idéias, empregos, empresas. Em Boston existe essa cultura de colocar todo o mundo junto. Acredita-se que, assim, serão criadas novas empresas, que gerarão novos negócios, empregos e riqueza.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e das autoridades, e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 393ª REUNIÃO ORDINÁRIA INTERROMPIDA, EM 18/9/2002

Presidência dos Deputados Edson Rezende e Eduardo Hermeto

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Naftale Katz - Palavras do Sr. Roberto Machado Silva - Palavras da Sra. Maria de Fátima Oliveira - Composição da Mesa - Palavras do Sr. Willer Hudson Pós - Palavras do Sr. Luiz Mário Queiroz Lima - Palavras do Sr. Sérgio Pontes - Composição da Mesa - Palavras do Sr. Wilhelmus Uitdewilligen - Palavras do Sr. Maurício Antônio Lopes - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Edson Rezende) - Destina-se esta parte da reunião ao prosseguimento do Fórum Técnico A Biotecnologia e Você: Mitos, Verdades e Fatos, com o subtema "Impactos da Biotecnologia na Saúde".

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Naftale Katz, Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG -; Roberto Machado Silva, professor da Escola de Veterinária da UFMG; e Maria de Fátima Oliveira, médica do Hospital das Clínicas e Secretária Executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

Palavras do Sr. Presidente

O subtema "Impactos da Biotecnologia na Saúde" é um dos mais importantes para os consumidores de produtos derivados da biotecnologia, que precisam saber com clareza quais são os riscos de tais produtos para a saúde humana. Também é preciso ficar claro quais são os trabalhos científicos e seus resultados, a fim de que a pessoa se sinta segura ao consumir esses produtos, tendo absoluta certeza de que sua vida não está em risco. Também é necessário que os consumidores tenham informações precisas a respeito dos efeitos colaterais advindos do uso desses produtos. Quem decidirá se quer ou não um tipo de biotecnologia ou de outra tecnologia qualquer é o consumidor. Daí, a importância desse subtema, que discutiremos agora. É preciso que haja diálogo entre os que produzem - a ciência - e os que consomem. Não pode haver divórcio entre cientistas e consumidores.

Por isso, em 1999, apresentei um projeto de lei que inicialmente propunha moratória aos transgênicos. Depois de diversas discussões e de muito estudo sobre o tema, transformamos esse projeto em regulamentação da pesquisa, exigindo-se análise de risco à saúde humana para a produção e a comercialização de determinado produto. Na área da pesquisa, tivemos diálogos permanentes com a BIOBRÁS, a EMBRAPA e outras ONGs e instituições públicas do Estado e de algumas Prefeituras. Foi um longo processo de discussão, cuja ênfase foi a necessidade de investimento na pesquisa. O projeto garantia e incentivava o amparo à pesquisa, principalmente à FAPEMIG, com recursos em montante suficiente para avançarmos não somente na questão da biotecnologia, mas também em muitas outras áreas da tecnologia e das ciências humanas.

Esse nosso projeto foi vetado, apesar de tramitar por três anos nesta Casa, sendo aqui aprovado com algumas modificações, que foram feitas à medida que o discutíamos com a sociedade e com a comunidade científica. Com isso, o Estado e os mineiros perderam a grande oportunidade de ter um projeto que regulamentasse essa ciência. O projeto foi vetado pelo Governador, e o veto foi mantido por esta Casa. Esse fato é recente, ocorreu há mais ou menos 15 dias.

Precisamos continuar com os nossos debates, aprofundar os nossos conhecimentos, porque o objetivo final é o homem, a mulher e a criança, que vão consumir esses produtos.

Deixo já para a Mesa a seguinte pergunta: "quais são os riscos dos produtos da biotecnologia para a saúde humana?".

Palavras do Sr. Naftale Katz

Agradeço o ter sido convidado a fazer uma apresentação neste encontro. Como não tive oportunidade de assistir aos temas anteriores, muita coisa deve ser repetida aqui. Mas será conveniente fazer uma pequena apresentação do que são as bases da biotecnologia, o que ela é, devido ao tipo de pessoas e especialistas que se encontram presentes. Depois, discutiremos alguns aspectos da saúde. Posteriormente, estarei totalmente à disposição para perguntas, respostas e comentários.

Trouxe um livro que foi publicado recentemente pelo Dr. Aluizio Borém, que participou da Mesa na manhã de hoje, e pelo Dr. Fabrício Soares, da UFMG, o qual se chama "A Biotecnologia Simplificada". O nome do livro, "A Biotecnologia Simplificada", foi um erro dos autores. Eles deviam ter colocado o nome "A Biotecnologia Bem-Explicada". O livro é excelente, tem todas as bases da biotecnologia e apresenta um resultado muito bom. Todos deveriam lê-lo obrigatoriamente.

Começaremos com a definição do que é a biotecnologia. É uma tecnologia que objetiva o desenvolvimento de produtos e serviços por meio de processos biológicos, utilizando-se a tecnologia do DNA recombinante e a cultura de tecidos, entre outros. Muita gente diz que a biotecnologia é antiga, porque o vinho e a cachaça são produtos da biotecnologia. Não deixam de ser. Mas, na verdade, quando falamos em biotecnologia hoje, com toda a preocupação manifestada pelo Presidente da Mesa, estamos nos referindo à possibilidade de usarmos tecnologias modernas, que são a criação do DNA recombinante, a cultura de células e uma porção de outras coisas.

É possível, hoje, o homem criar seres que não existem na natureza. É isso que tanto assusta a sociedade, porque o homem passa a ser um segundo deus, já que pode criar novas espécies.

Em 1944, Oswald Avery, pela primeira vez, publica a estrutura do DNA, que é o ácido desoxirribonucleico, constituído de um açúcar, de um fosfato e de quatro bases nitrogenadas: adenina, citosina, guanina e timina. Esses nucleotídeos são conhecidos pela sua primeira letra. O A liga-se ao T, e o C liga-se ao G, formando-se uma seqüência de aminoácidos, cuja constituição formará as proteínas que, seguramente, são a base da vida.

Essa descoberta foi valiosa, porque O DNA é muito importante para a genética e para a continuação da espécie.

Em 1953, dois autores, um inglês e um americano, puderam descrever a famosa estrutura de dupla hélice do DNA, permitindo grande avanço nessa área.

Nestes 50 anos, o mundo modificou-se violentamente, permitindo que avançássemos muito. Descobrimos que cada proteína deriva da transcrição e da tradução de um gene, que é capaz de reproduzir e produzir outra proteína à sua semelhança. No caso do homem, esse conjunto de genes fica dentro do núcleo da molécula de DNA e forma o cromossomo. O genoma é o composto de todos os genes organizados em cromossomos no ser humano, em qualquer animal e nas plantas.

O homem possui 22 pares de cromossomos nas células, e 2 sexuais, o x e o y, conferindo este a característica masculina. No homem, há 30 mil genes. Admitia-se que seriam 70 mil a 100 mil genes. São constituídos apenas por estas 4 letras: A, C, G e T, variando a sua seqüência dentro dos genes. O gene é a menor unidade física e funcional da hereditariedade e é o responsável pela reprodução das proteínas. O corpo humano tem mais de 100 mil proteínas e 3 bilhões de pares de bases. Cada gene tem 3 mil pares de base. Apenas 3% do genoma humano codifica alguma proteína. Desses genes, 97% são considerados DNA entulho ou lixo. Por que há tanto DNA? Isso não quer dizer que não sirvam para nada.

Outra coisa muito interessante que vale a pena mencionar é que há 99,9% da identidade material genética em diferentes seres humanos. Se pegarmos o que antes diríamos ser raças diferentes, raças negra, branca e amarela, e compararmos os indivíduos geneticamente, veremos que a diferença é de menos de 0,1% entre os genomas. Isso fez com que acabasse cientificamente o conceito de raça, que já estava absolutamente desmoralizado. Algumas pessoas ainda acreditam que esse conceito seja muito importante, mas ele não existe. A diferença entre negros na África é menor do que entre negros e brancos, se compararmos negros da África e brancos da Europa. Entre eles, já não há essa diferença. O primeiro conceito que o estudo genômico nos mostrou foi que não há raças, felizmente.

A biotecnologia é um grande negócio no mundo inteiro. Para se ter uma idéia, nos Estados Unidos, em 2000, a biotecnologia movimentou mais de US\$200.000.000,00. Cremos que haverá crescimento exponencial nos próximos anos. Tem utilidade em saúde, medicamentos, vacinas e testes de diagnóstico. Vamos discutir sobre cada um. No diagnóstico precoce de doenças, sabe-se que alguns genes podem indicar doenças. Os genes e o genoma do corpo podem revelar determinadas doenças hoje ou que poderão se manifestar no futuro. Estamos, no genoma, na mesma fase das bactérias, no fim do século XIX e no começo do século XX. Antes, quando encontrávamos num indivíduo uma bactéria que produzisse tuberculose, dizíamos que já era tuberculoso ou ficaria. Com o passar do tempo, os estudos foram mostrando que apenas a presença da bactéria não era suficiente para que uma pessoa adquirisse tuberculose. É preciso mais do que a simples presença da bactéria. Hoje já existem, com os genes, demonstrações suficientes. Não basta que haja gene que predisponha a uma doença. Para terem idéia, os dados indicam que, nas mulheres, há freqüência maior do câncer da mama, mas apenas 5% ou 10% desenvolverão a doença. Já tiramos, então, a primeira aplicação e o primeiro problema ético que a Genômica está nos trazendo. Algumas indústrias, ao contratarem empregados, já querem sua determinação genética. Se aqueles indivíduos tiverem pre-disposição para o câncer ou outras doenças, serão recusados. Em vez de trabalharem os 35 anos, trabalhariam muito menos. Isso é eticamente, moralmente correto? Poderemos aceitar isso? Hoje existe movimento muito grande para não permitir que esse tipo de determinação influencie o emprego do indivíduo e determine se pode ou não casar com outra mulher, por exemplo: um homem que possui determinado gene sabe que, casando-se com outra mulher que também o tenha, podem ter maior freqüência de prole com determinada doença.

Será que eticamente podemos influenciá-lo e dizer que não pode se casar com determinada pessoa? É bom que hoje possamos fazer esse teste e tenhamos indicação do que possa ocorrer. Mas, moral e eticamente, não podemos usar esse conhecimento para agir desta ou daquela maneira, tolhendo a liberdade de escolha do homem.

Esta é uma conclusão muito importante: uma vez que o código genético é universal, isto é, mesma seqüência de nucleotídeos, quer seja do genoma de um vegetal, que, do homem, quer da bactéria, resulta na produção de mesma proteína, sendo possível transferir genes entre diferentes espécies, transferindo características entre seres diferentes. O que significa isso? Se uma bactéria tiver determinado gene, produzirá aquela proteína. O que se faz? Pega-se o gene de um homem, transfere-se para essa bactéria, e ela produzirá aquela proteína ou planta. Essa descoberta está sendo realizada em todo o mundo. Esses são os grandes produtos da biotecnologia. O primeiro são os biorreatores. O que é o biorreator? O uso de anticoagulante é muito importante, especialmente para os indivíduos que tiveram acidente vascular cerebral, que são hipertensos ou já tiveram trombose, enfarte. Eles têm de tomar anticoagulante praticamente a vida inteira, para que o processo patológico não

se repita nem agrave.

O anticoagulante é de difícil fabricação e é caro. Então, o que foi feito? Foi colocado um gene dentro de um vegetal, que passou a produzir o anticoagulante, depois se retirou parte desse vegetal das sementes e se extraiu o anticoagulante com maior facilidade.

Clonagem é um problema tão sério e importante que até as novelas o estão discutindo. Vimos o caso da ovelha Dolly. Utiliza-se célula de planta ou de animal e se faz com que todos os descendentes sejam exatamente iguais ao ser do qual foi retirada a célula. Enquanto falamos de animais, isso já é complicado, mais ainda, quando acaba a diversidade entre animais e plantas. Mas, se pensarmos que existem cientistas no mundo inteiro estudando clonagem humana, podemos imaginar a gravidade disso.

Terapia gênica: hoje, pode-se fazer correção de efeitos genéticos, eliminação de células cancerosas, prevenção de doenças cardiovasculares, bloqueio de desordens neurológicas, eliminação de bactérias e outros vírus patogênicos.

Com relação à célula-tronco, há sérios problemas do ponto de vista ético. Existem muitas células no corpo humano, descobertas há algumas décadas, que, quando retiradas, diferenciam-se em qualquer tipo de tecido. Isso é muito importante, porque sabemos, por exemplo, que os paraplégicos, indivíduos que tiveram seção de medula, não se recuperam. Se se pega uma célula e se coloca dentro da medula desse indivíduo paraplégico, essa célula pode multiplicar-se e diferenciar-se num tecido nervoso, recuperando-se e o indivíduo, que pode ter de volta os movimentos. Isso é absolutamente fundamental e já foi feito em ratos. Então, não é "science fiction".

Uma das maneiras é tirar as células-troncos de embrião; a outra, logo depois que o óvulo se forma e começa a se multiplicar, é tirar aquelas células, que são ideais, porque podem se diferenciar em qualquer tecido.

eticamente, como estamos? Existirão casais para produzir embriões de onde serão retiradas as células-troncos? Ou pegaremos o óvulo e o espermatozóide, formaremos o ovo "in vitro", começaremos a dividi-lo e retiraremos as células? Podemos fazer isso? Já existe concepção de vida no momento em que o ovo começa a se multiplicar? Estamos autorizados a matar esse embrião? Estamos autorizados a fazer um aborto, interromper uma vida, para usar essas células? Eticamente isso também é muito complicado. Acho bom pensarmos a respeito.

Vacinas de DNA é um outro produto da biotecnologia. É produzida à semelhança das outras, só que se introduz o DNA dentro do ser em que se quer produzir determinadas proteínas.

Rapidamente, vou encerrar fazendo um comentário, enquanto apresento a lista das doenças que hoje estão sendo estudadas. Gostaria de chamar a atenção porque, como há muito interesse econômico envolvido, não podemos deixar de considerar o estudo genômico do ponto de vista ético. Esse é o nosso maior desafio hoje.

O Presidente levantou o problema dos transgênicos. Acho que não deveríamos evitar o estudo dos transgênicos, pois somos obrigados a avançar. Esse é um avanço da ciência. Vocês viram as numerosas aplicações que a biotecnologia permite, mas temos de fazê-las com cuidado, com ética, não pensando apenas no lucro, mas na função social que elas devem ter. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Roberto Machado Silva

Primeiramente, gostaria de agradecer aos Deputados Edson Rezende, Eduardo Hermeto e Paulo Piau, à Dra. Fátima, ao Dr. Naftale Katz e a vocês ter o privilégio de conversar a respeito de biotecnologia.

Vou ter dificuldade para falar depois da fala do Dr. Naftale e a de todos os que me precederam. Até parece que o Dr. Naftale entrou em minha casa ontem e pegou minha palestra. Não o vi entrando, está parecendo Papai Noel.

Gostaria de deixar claro que a minha posição como cientista é defender a ciência, é defender o Brasil, naturalmente dentro da ética, da legalidade e com nacionalismo, para que possamos ser independentes.

Já não podemos tolerar a dependência de conhecimento e a tecnológica. Temos que banir esse sentimento de subserviência, de "cachorro vira-latas" do Terceiro Mundo; temos de partir para a geração e a venda de conhecimentos e não sermos meros usuários do conhecimento. Isso inclui todas as ciências, principalmente a biotecnologia e todas as suas ferramentas.

Essa independência é muito importante para nós, porque, como puderam ver de manhã e agora, com o Dr. Naftale Katz, temos massa crítica e condições técnicas e tecnológicas para proceder a pesquisas e obter nossas próprias respostas, não dependendo de alienígenas. Mas, com isso, temos que ter apoio, dentro da ética e da legalidade, envolvendo toda a sociedade.

Então, a biotecnologia é ciência que naturalmente impactará esse milênio e trará uma série de modificações às nossas vidas. Tem importância fantástica, desde a formação do planeta. Onde existe vida naturalmente existirão produtos e processos biotecnológicos até os dias atuais. Estamos diante de uma grande revolução, que é a chamada biorevolução, de um modo que o mundo jamais viu. Naturalmente que isso traz ansiedade, medo e insegurança, devido a problemas de informação, de contra-informação, religiosos, políticos, econômicos, sociais e financeiros.

A cultura dos povos sempre foi antropocêntrica: o homem é o centro do planeta e do universo. Somos um DNA que evoluiu, andamos na forma bípede e temos cabeça pensante, que não utilizamos na totalidade. O Dr. Naftale disse que não conhecemos 99% do nosso código genético, é lixo, e apenas 1 ou 2% é conhecido. Acho que a natureza não faria lixo, nós, em nossa ignorância e limitação do conhecimento, ainda não fomos capazes de ver que essas estruturas poderão ter finalidade.

Desse modo, com a biotecnologia, bilhões de pessoas poderão se beneficiar, por intermédio do controle da fome, doenças e qualidade ambiental. Não definirei, porque já foi definido várias vezes o que é biotecnologia, mas podemos citar, como processos fermentativos, a biolixiviação, que é o emprego de microorganismos na área de mineração, por exemplo, na despoluição, em que microorganismos são capazes de captar, separar minérios, metais pesados, por exemplo; na área de prospecção de ouro, são capazes de englobar partículas e depois extrair mais ouro, que é o chamado (...). Não falarei sobre a biorremediação, porque temos um especialista para falar sobre isso. Falaremos um pouco sobre medicamentos.

Sobre a engenharia genética, foi definida a tecnologia do DNA e do RNA recombinante, que permite a transferência do material genético de um organismo para outro, ultrapassando até a compatibilidade sexual e das espécies.

Muitas vezes isso assusta, ou seja, quando se fala em compatibilidade sexual com as espécies, muitos pensam que alguém vai cruzar com

"escarrita colli". Realmente é difícil. Temos de entender que se trata de uma ciência nova.

Ciência e informação em sociedade. O medo do desconhecido, do novo e novas descobertas. Desde o início dos tempos, o homem vem lidando e assustando-se com o novo. Vamos começar de 1.700, quando a vacina antivariólica foi desenvolvida com o Geneo. Até a comunidade científica ficou contra ele. A mesma coisa aconteceu com Oswaldo Cruz em relação à febre amarela. Em 1960, o homem foi à lua, mas há gente que ainda não acredita.

Tivemos a engenharia genética, a manipulação do DNA e a transgenia, em 1970. E hoje temos as vacinas de DNA. Naturalmente, tudo isso tem de ser dentro de parâmetros científicos onde a ciência poderá dar as respostas. É muito importante o pensamento filosófico sobre isso, mas o indivíduo deve usá-lo com a expressão de resolver um problema. Não é apenas ficar filosofando a respeito do problema. Grandes inventores, como Archimedes, eram também filósofos e colocaram em prática sua maneira de pensar. Temos de fazer isso também. Um indivíduo, quando faz um PHD, faz a filosofia daquela matéria em que é especialista e pensa em alternativas científicas para desenvolver aquele projeto.

Biotecnologia e saúde é um tema muito amplo e excitante. Essa evolução é muito rápida. O conhecimento também está globalizado. Para ganhar tempo, temos de criar e estar realmente participando. O Brasil já se afirmou nessa biotecnologia. Basta ver o genoma da "chilela fastigiosa", "o amarelinho". Recentemente, no rio Amazonas, foi descoberta a "cromo bacterium violacium". E até a violaceína está sendo estudada. Não é isso, Prof. Naftale, com relação ao tratamento de leishmaniose e também na produção de bioplásticos?

No entanto, as pessoas têm ansiedade, mas esta não pode ultrapassar as barreiras dos limites científicos. É difícil haver algumas respostas. Quantas gerações serão necessárias para se verem os efeitos no homem? Agora, uma bactéria se reproduz de 20 em 20 minutos. Devido a esse fato, em termos ambientais, o Dr. Eimes fez uma bactéria sintética, reengenheirada, chamada "salmonella ti finurium". Então, há o teste de mutagenicidade, que faz uma correlação com a mutagenicidade humana até 70%. Mas também foram estudadas linhagens reprodutivas de bactérias. Em 24 horas, chegamos a ter facilmente 1 bilhão de bactérias. De quanto tempo o homem precisa para mostrar as outras linhagens que existem?

Devemos esperar. Temos de ter precaução. Como estaria sendo encarada essa precaução se de repente surgisse uma vacina tecnológica para AIDS? Como o médico iria explicar? Que teria de esperar dez anos para testar, porque senão o paciente poderia morrer dessa vacina? Então, o paciente não poderia morrer antes do prazo?

É um problema crucial. Dentro da parte de medicamentos, quem tem de orientar e instruir o paciente sobre a parte de transgênicos é o próprio médico.

Não vamos falar da agricultura, que já foi amplamente debatida.

Na parte nutricional, temos plantas e animais biorreatores, passando através de fármacos e químicos. Estamos numa fase ascendente da evolução da biotecnologia e naturalmente da nossa experiência com essa nova ferramenta. Podemos produzir alimentos com melhores teores protéicos, com mais aminoácidos, com teores de óleos minerais essenciais, vitaminas e outros.

Um exemplo fantástico é o do tomate. Enquanto comia tomate no almoço, pensei: será que esse é um Flavr-Savr? Foi liberado em 1994, e o objetivo era que o tomate tivesse a maturação retardada pela ação de uma enzima chamada poligalacturonase. A poligalacturonase degrada a pectina da casca, da parede celular dos frutos imaturos. Esse processo pode ser retardado isolando-se e invertendo a cópia seqüencial genética que codifica a Pg, depois transferindo-a novamente para a planta no sentido invertido. Esse gene ficará exatamente no local onde os indivíduos queriam que ficasse. Se não fosse assim, o tomate não ficaria maduro.

Um exemplo muito bom é o arroz dourado, o maior feito da biotecnologia nesses últimos 20 anos. Foi realizado pelo Instituto de Tecnologia da Universidade de Freiburg, na Suíça. Pegaram a espécie mais comum de arroz, a *Oryza sativa*, e introduziram nesse arroz genes retirados do narciso, uma planta do Mediterrâneo e uma bactéria denominada *Erwinia*, que produz altas quantidades de betacaroteno. Conseqüentemente esse arroz é dourado porque tem grande quantidade de betacaroteno. Obtiveram um arroz rico em pró-vitamina A. Todo mundo tem ciência de que a vitamina A, além de outras funções, previne a cegueira noturna. Então, é um arroz que, além da função nutricional, tem uma função medicamentosa. Essa tecnologia foi distribuída gratuitamente para resolver o problema da fome e da cegueira noturna que assola países subdesenvolvidos. Esses grãos representam em torno de 90%.

Na pecuária temos várias propostas e vários experimentos em andamento. Podemos ter animais biorreatores, produzir vacas, ovelhas e cabras em que a expressão de um gene introduzido como um medicamento pode sair no leite. Podemos ter rebanhos terapêuticos para produzir grandes quantidades de medicamentos. Podemos citar a Somatotropina Bovina (BST), que foi o primeiro produto geneticamente modificado usado na produção animal. É um hormônio do crescimento produzido pela glândula pituitária. Além de promover o crescimento, regula e aumenta a produção de leite, sendo muito utilizado na pecuária leiteira. O leite sai perfeitamente dentro das condições físico-químicas e organolépticas que um leite produzido sem a Somatotropina. Temos também Somatotropina humana, que pode ser produzida.

Um grande problema que temos é o fato de que grandes medicamentos, proteínas, enzimas ou princípios medicamentosos, muitas vezes são extraídos de tecidos, como o sangue, a urina, o cérebro. No caso da Somatotropina humana, a substância é extraída da pituitária de cadáveres. Na literatura médica muitas pessoas foram afetadas pela Síndrome de (...) Jacob, doença similar à encefalite espongiforme bovina, produzida pelo (...). A biotecnologia pode trazer medicamentos derivados de sangue, de plasma, que seriam substituídos por produtos biotecnológicos que poderiam trazer maior segurança.

Fármacos e terapêuticos - Com o projeto genoma humano, surgiu nova ciência: a Farmacogenômica, que estuda a inter-relação entre a constituição genética do indivíduo e sua resposta a medicamentos, assim pode-se explicar porque alguns medicamentos funcionam bem em umas pessoas e em outras não. Em pacientes quimioterápicos há reações diferentes que podem ser explicadas pela Farmacogenômica. Desse modo, propiciamos a pacientes terapias mais eficazes, com menores efeitos colaterais. Dentro da farmacogenômica há produção da (...), mas há dificuldade para obtê-la, além de ser cara. E são culturas de DHK onde SE tem de fazer cristonéis, com fermentação de vinho, sendo que, a qualquer contaminação, as células reproduzem-se. Hereditariamente conseguiu-se uma cepa que se reproduz indefinidamente, mas qualquer interferência nesse processo, qualquer contaminação, põe tudo a perder. Já existem também soluções que advirão da biotecnologia.

Terapia gênica - Consiste na introdução de um gene cuja ação tem a capacidade de prevenir ou curar doenças cardiovasculares, neurológicas, fibroses sisticas, eliminação de células cancerígenas.

Terapia gênica de células somáticas - Consiste em introduzirem-se genes em um órgão ou tecido, para induzi-lo a produzir ou não determinados produtos como enzima, por exemplo, de que o organismo precisa ou produz em excesso. Essa alteração não afeta a constituição genética do indivíduo, ou seja, não se transmite a seus descendentes.

Terapia gênica de células-troncos (totipotentes) - Estas células são encontradas nos embriões, nos fetos, no cordão umbilical e em alguns locais

de indivíduos adultos. A grande vantagem é poder utilizar células do próprio indivíduo em transplantes, evitando-se rejeições. Esta terapia tem como objetivo restaurar órgãos danificados. Exemplo: reconstituição da medula espinal e reconstituição de partes de miocárdio lesado. A terapia gênica está sendo testada na cura dos cânceres da próstata, do fígado, da mama, do pulmão e de distrofia muscular.

Vacinas de DNA conferem imunização ao indivíduo no caso de determinadas doenças infecciosas ou auto-imunes. O mecanismo consiste em produzir o gene introduzido uma proteína específica, que estimula as defesas imunológicas do organismo a produzir anticorpos.

Também são importantes os marcadores moleculares, mostrando exatamente os locais onde tem de haver a interferência das enzimas de restrição.

Temos os compostos, as tecnologias por hibridização e amplificação; as técnicas que podemos ter para fazer através do PCR. Como vamos localizar os genes? Por meio de sondas, estabelecendo a seqüência dos nucleotídeos correspondentes, constituímos seqüência de nucleotídeos complementares, formando as sondas, impregnamos essas sondas com marcadores radioativos e depois, após a hibridização, podemos identificar os genes por raios X. Isso dá segurança para que as enzimas que são as tesouras moleculares possam cortar no lugar certo.

Isso é a curva da biotecnologia. Sobre biossegurança já muito se falou aqui.

Deixarei um pensamento. Toda a sociedade brasileira, orientada pelos seus políticos cientistas, tem o dever de adotar a biotecnologia, escolhendo os melhores caminhos que podem proporcionar progresso e desenvolvimento. Isso, naturalmente, dentro da biossegurança e da bioética, ficando livre, portanto, de toda dominação tecnológica ou científica que, sem dúvida, estarão dirigindo o mundo neste milênio. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Maria de Fátima Oliveira

Agradeço o privilégio de estar nesta Casa, contribuindo para os debates na área de biotecnologia.

Quero fazer uma crítica à Assembléia Legislativa porque acho que ela deveria contemplar todos os segmentos da sociedade. Ela tem o dever moral de abrigar todas as comunidades, sobretudo nos debates sobre a biotecnologia. Já estive aqui num debate em que todos os segmentos da sociedade tiveram oportunidade de se manifestarem. O que percebo é que este fórum não é amplo, não deu oportunidade a diferentes setores da sociedade mineira, que já têm participado de discussões a respeito, de se fazerem representar aqui. O fórum de segurança alimentar não está aqui, tampouco vários outros setores. Espero que o dinheiro do povo seja usado para interesses do povo, e não apenas para um setor da sociedade. Só compareci a este fórum para ter esta oportunidade.

Há quase uma década e meia tenho dedicado parte substancial de minha vida a algo que começou como um "hobby": fazer especulações filosóficas e análises políticas e éticas sobre as "coisas novas" das biociências, com ênfase na genética e a enveredar por um novo campo denominado de bioética, a ética da vida. E ética é uma coisa séria. Não podemos falar de bioética sem saber o que é.

Outra coisa que gostaria de dizer é que é possível que a sociedade encontre os caminhos de participação qualificada nos debates e nas decisões relativas à biotecnologia.

Em Barbacena, um debatedor questionou quem eu era. Disse-lhe que era uma cidadã que tinha o direito de dizer o que pensava. Os deuses da ciência têm que acabar com essa arrogância de que sabem, podem e devem decidir o que é bom e ruim para todo o povo.

Esse debate sobre biotecnologia é para toda a sociedade brasileira, cabendo-lhe decidir o que quer, pois somos nós quem pagamos a esses cientistas.

A preocupação de assegurar informações capazes de ajudar o exercício pleno da cidadania em tempos de DNA e a compreensão da relevância da bioética para a saúde pública na atualidade têm incentivado os debates sobre a conveniência de lutarmos pela estruturação, pela implantação e pela implementação de "programas" de divulgação e popularização da ciência, de alfabetização tecnocientífica e de educação em bioética, de caracteres formal e informal.

Discorri sobre tudo isso, para dizer que um espaço como o fórum, se bem conduzido, segundo os ditames da ética, da responsabilidade e do compromisso com as gerações futuras, compreendendo que a Terra e tudo o que nela há nos foram dados em usufruto, e não para a destruição, ainda não é, mas pode se concretizar em programa de divulgação e popularização da ciência, de alfabetização tecnocientífica e de educação em bioética, no mesmo veio da iluminada idéia da criação do Conselho Estadual de Bioética, previsto no projeto de lei do Deputado Edson Rezende, o qual, infelizmente, foi vetado pelo Governador Itamar Franco, em postura deliberada de se colocar na contramão da ciência.

Já discutimos muito o que é biotecnologia, e sabe-se que é parte importante do que denominamos de biopoder, que, a exemplo da biotecnologia, também pode ser usado com e para diferentes fins. Atualmente a ciência e a tecnologia se desenvolvem exponencialmente e, conforme especialistas em análises sociais, econômicas e políticas, chegamos ao século da biotecnologia. Desde o século passado falava-se que a biotecnologia seria o carro-chefe da economia do século XXI. Não temos o direito de tergiversar, de modo que refletir sobre as decorrências do biopoder que potencializam a opressão de gênero, de classe e racial-étnica é necessidade inadiável.

Temos o dever moral de pensar, de não banalizar a vida e de aprender filosofia, usando-a como instrumento para definir os caminhos de futuro. A filosofia é a mãe de todas as ciências, e não ciência menor. É ridículo ouvirmos cientistas dizerem que não querem saber de filosofar, mas de praticar. Quando ouvimos essas colocações de homens que se dizem cientistas e nacionalistas e que querem o melhor para o Brasil temos vontade de chorar. Particularmente tenho vontade de chorar, porque sou defensora intransigente do desenvolvimento científico e tecnológico e creio na ciência. Entretanto, não quero outra ciência que não a que venha a dar o melhor para a humanidade.

Estamos aqui para fazer essas reflexões também. A humanidade já fez suas experiências na área da técnica pela técnica, e não foram muito boas.

Estamos falando de biotecnologia de forma geral e aí, professor, estamos falando também das antigas biotécnicas. Temos de falar das modernas que são a clonagem, a engenharia genética, a genômica e a proteômica também, de todas essas modernas biotécnicas que resultam de processos de manipulação biológica ou de processos da manipulação genética.

Outro fator importante que devemos entender hoje é que a genômica nos trouxe muita coisa nova, particularmente um saber novo, que mostra que o conceito de gene como estrutura e unidade de função está superado. E temos de refletir sobre esse saber novo, porque põe por terra o paradigma sobre o qual foi construída a engenharia genética, que é a estabilidade dos genes e dos genomas. Hoje sabemos, e os filósofos da

ciência, antes da genômica, já nos diziam que esse paradigma podia ter problemas. É por isso que, às vezes, os cientistas querem fazer uma coisa, e o resultado é outro.

Então, foram os filósofos da ciência que nos alertaram para o fato de que genoma estável é abstração. E a genômica acaba de nos dizer, no ano passado - existe enorme número de artigos publicados sobre isso -, que genoma estável é abstração. Quer dizer que, além de nova, a engenharia genética está repleta de problemas científicos. Não à-toa temos metade da comunidade científica a favor, e metade contra os organismos transgênicos.

Devemos lembrar que a transgenia não é toda a engenharia genética, é apenas uma das suas técnicas. Então, o paradigma sobre o qual a engenharia genética foi construída, o fatalismo genético e a estabilidade dos genes e dos genomas, é filosoficamente idealista, materialmente insustentável, e paulatinamente está ruindo. É norma geral da natureza viva que meio ambiente e genes são visceralmente interdependentes, e é impossível dizer qual é o mais importante.

Quando escrevi o meu primeiro livro sobre esse assunto - "Engenharia Genética - O Sétimo Dia da Criação", um livro de popularização da ciência e rigorosamente científico, escrito em 1995 e que está na 18ª edição -, nele já falava isso e só podia falar isso porque pensava, porque usava a minha massa cinzenta para pensar.

Cada vez mais, os estudos pós-Projeto Genoma Humano, no fundamental desenvolvimento da genômica, comprovam que o gene é mais uma teoria em fase de desmantelamento do que uma concretude ou, pelo menos, não a concretude que a genética clássica e a genética molecular nos fizeram acreditar: um "locus" fixo e unitário de estrutura e de função, como também "locus" de agência causal.

Fox Keller diz, em "O Século do Gene", que a genômica acaba de retornar a antiga indagação: o que é um gene? Se não é - e tudo indica que não - unidade fixa de transmissão, cabe recordar que os produtos gênicos são as proteínas, e hoje sabemos que um gene pode produzir várias proteínas, então temos de desaprender também antiga teoria que ainda está na maioria dos livros de biologia, que é a teoria de um gene-uma enzima.

Hoje, sabemos que a formulação correta, até para genes estruturais, é um gene-muitas proteínas. Uma proteína pode funcionar de muitas maneiras diferentes, dependendo do contexto. Isso não é filosofia, mas ciência pura e atualizada. Tal teorização significa que o gene perde substancialmente sua especificidade e seu poder de ação gênica: é o fatalismo genético. Portanto, a novidade agora é que à teoria o gene-muitas proteínas agrega-se o alerta: uma proteína-muitas funções. Os promotores das biotecnologias bioengenheiradas precisam aprender isso.

Keller, em "O Século do Gene", afirma que o gene atualmente é um conceito em apuros: "O que é um gene hoje? Quando ouvimos os modos pelos quais o termo é usado pelos biólogos em atividade, descobrimos que o gene tornou-se muitas coisas, não mais uma única entidade, mas uma palavra de grande plasticidade, definida somente pelo contexto experimental específico no qual é utilizada".

Fiz questão de trazer essa atualização sobre o que é ou não o gene, porque se trata de ciência pura. Essa conclusão da genômica está cantada em verso e prosa em inúmeros livros dos filósofos da ciência. Saber disso é muito importante para entendermos o estado da arte dos transgênicos. A biotecnologia, particularmente a biotecnologia bioengenheirada, vieram para ficar. Cabe à sociedade encontrar as maneiras mais responsáveis possíveis para exercer controle social e ético sobre a bioindústria.

Podemos discutir também os impactos dos transgênicos no meio ambiente e na saúde humana. Quem diz - não tenho a menor vergonha de falar isso, porque não estou mentindo - que o transgênico faz bem mente e quem diz que faz mal também mente, embora tenhamos inúmeros indícios de que o uso dos transgênicos pode trazer problemas à saúde humana e ao meio ambiente. Precisamos realizar essas pesquisas, a fim de acabar com essa dicotomia entre o bem e o mal. Os indícios de que podem fazer mal são inúmeros e se comprovam constantemente. Não foram feitas pesquisas, porque na época em que os transgênicos foram liberados pela FDA, no início da década de 90, havia consenso científico. A FDA não é órgão de pesquisa. Ouvimos, muitas vezes, os cientistas dizerem que a FDA liberou. Mas ela não faz pesquisa, não é agência de pesquisa. A CTN-Bio também não é agência de pesquisa. Não devemos aceitar esse peixe podre que querem nos vender, ou seja, que a CTN-Bio e a FDA são agências de pesquisas, porque isso é mentira. Então, quando a FDA liberou os transgênicos, havia consenso na comunidade científica de que, se a proteína A natural não faz mal e se a proteína A artificial possui a mesma composição química, também não fará mal. Era esse o consenso científico. Todavia, no meu livro "Engenharia Genética: O Sétimo Dia da Criação", em 1995, já especulava, sob o ponto de vista filosófico, se não era o caso de verificarmos se os processos pelos quais a artificial foi obtida eram seguros.

Hoje, sabemos que temos problemas com os processos. A biotecnologia pode trazer inúmeras coisas boas para a humanidade. Mas devemos exercer controle social e ético sobre elas. Temos problemas com a questão da segurança alimentar, com os remédios transgênicos. Há grande pergunta que precisamos fazer e discutir: os remédios transgênicos são seguros? Não sabemos se são.

Mas, se temos debatido sobre os alimentos, temos de debater mais sobre os remédios. A eritropoetina está com problemas. A empresa diz que é chantagem, não sei o que, mas há problemas.

Vou ler a pág. 16, que todos têm aí. (- Lê:)

"O caso exemplar de produto OGM que carece de pesquisas quanto aos efeitos colaterais é o da insulina humana recombinante, também chamada de insulina humana transgênica ou GM (Geneticamente Modificada) - toda a insulina humana usada no mundo é transgênica, e Minas Gerais é uma das maiores produtoras mundiais de insulina humana -, que até hoje não teve seus alegados efeitos colaterais devidamente pesquisados por nenhuma das empresas que a fabricam, posto que ainda adotam a "verdade", já superada, do começo da década de 1990, que se "uma proteína A natural não faz mal, a proteína A artificial também é segura". A insulina humana GM foi o primeiro produto farmacêutico da engenharia genética comercializado (1987), e é obtida pela implantação de um gene que produz a proinsulina - substância precursora da insulina - na bactéria *Escherichia coli*. Sob "pressão da demanda", nenhuma das empresas que a produz realizou estudos clínicos adequados antes da aprovação pela *Food and Drugs Administration* - FDA -, nem após as queixas de efeitos adversos. No caso da insulina humana GM, há indícios de que a sua meia-vida é mais curta e há maior probabilidade de causar com maior frequência do que a insulina animal o fenômeno conhecido como "inconsciência da hipoglicemia". Sou médica há 25 anos. Nunca ninguém me falou isso.

O "Informe de Bellagio" (1996) afirma que as discussões sobre a inconsciência da hipoglicemia datam do início do uso da insulina animal (1921), pois trata-se de efeito colateral que também apresenta imediatamente após a sua aplicação, porém restrito a pouquíssimos casos. E, segundo relatos de profissionais de saúde, detectou-se que, com a utilização da insulina GM, é muito freqüente e mais severo, o que tem permitido a associação do uso da insulina humana com a chamada "morte na cama" - jovens aparentemente saudáveis encontrados mortos na cama. Os dados referem-se a cerca de 50 jovens insulino-dependentes. O fato em si é mais do que suficiente para que exijamos mais pesquisas na área. Segundo a Associação de Diabéticos, entre 15% a 20% das pessoas diabéticas que usam insulina GM relatam hipoglicemia súbita de modo inconsciente. São mais freqüentes as queixas de artrite, mialgia, aumento de peso, etc. Tais evidências corroboram o "Informe de Bellagio" e embasaram a ação de classe promovida, recentemente, por consumidores do Novo México, contra a Eli Lilly e a Novo Nordisk, fabricantes da insulina humana GM nos Estados Unidos - no Brasil, é a Biobrás -, cujo principal argumento é o fato de tais empresas terem retirado do mercado toda a insulina animal, mesmo sabendo que a insulina humana que fabricam pode causar danos, inclusive colocando em

risco a vida de dependentes de insulina. É a primeira ação de responsabilização contra indústria farmacêutica por não avaliação adequada de remédios GMs.

Se nem os remédios foram avaliados, imaginem os alimentos. Não estamos querendo nada demais. Queremos exercer a cidadania. Queremos que o Brasil tenha boa ciência, ciência de qualidade. Não queremos perder a corrida biotecnológica, mas participar dela com responsabilidade.

Desejamos que a corrida biotecnológica, que as nossas bioindústrias e que todas as nossas empresas de biotecnologia adotem a ética da responsabilidade, de fazer ciência com consciência. Paradoxalmente, somos nós, pessoas comuns, que temos todo o direito de estar aqui para dizermos o que quisermos, sem que nenhum professor ou doutor nos peça credencial. Temos todo o direito de estar aqui para dizer qual o desenvolvimento e a ciência que pretendemos. Paradoxalmente, no Brasil, nós, pessoas comuns, estamos defendendo a ciência e a pesquisa.

Espero que a Assembléia Legislativa jamais cometa outra vez o erro de, ao fazer um debate público de importância como esse, alijar determinadas comunidades, que também deveriam ter a oportunidade de dar a sua opinião sobre o desenvolvimento que desejamos e de que precisamos. Muito obrigada.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convido a compor a Mesa os Exmos. Srs. Willer Hudson Pós, Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM - e Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM -; Luiz Mário Queiroz Lima, Diretor de Meio Ambiente e Saúde do Sindicato das Empresas de Base Biotecnológica do Estado de Minas Gerais - SINDBIO -; e Sérgio Pontes, professor do Instituto de Ciências Exatas e Biológicas da Universidade Federal de Ouro Preto.

Palavras do Sr. Willer Hudson Pós

Boa-tarde. Surpreendi-me, ao chegar, de observar que este será um reencontro com pessoas que participaram diretamente do meu processo de formação, tanto da graduação quanto da pós-graduação. Encontro-me, neste momento, com o meu professor de Química Orgânica, Vítor Arnold, que me encaminhou nos primeiros passos para o entendimento dos mecanismos da química orgânica, não apenas da biológica, como também da relativa aos processos naturais.

É um grande prazer também encontrar aqui um amigo do passado, o Chaves, do CETEC. Trabalhamos juntos na área de Fitoquímica. Minha formação se voltou muito para a área de Química, com mestrado em monitoramento de Química Analítica e doutorado na área de Química Ambiental. Eu e o Chaves trabalhamos com essa vertente da biotecnologia. Na época, o saudoso Prof. Marco Antônio Teixeira desenvolvia um projeto para estudo das espécies do cerrado mineiro, sempre-vivas do cerrado mineiro. Sinto-me, então, à vontade num seminário tão importante, com pessoas voltadas para o setor e com extremo potencial para ajudar o Estado e a Nação. Mas, voltando à questão da biotecnologia, ela nos interessa muito, não só do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista ambiental e principalmente do ponto de vista social. Quando tratamos do impacto da biotecnologia no meio ambiente, diria que o inverso também é verdadeiro. Como pode isso ser trazido para que possamos ter desenvolvimento social, sustentável e econômico? Considero a biotecnologia não apenas como mecanismo econômico capaz de trazer a equidade social. Afinal de contas, estamos num país onde a vocação agrícola é imensa e deverá estar ligada à questão tecnológica, à questão dos organismos geneticamente modificados. Tanto o debate quanto o cinema têm trazido essa visão aos diferentes setores públicos, para que possam implementar políticas bem-definidas, regras bem-definidas na questão da biosegurança e da biotecnologia. Quando se fala em biotecnologia e meio ambiente, é porque não se consegue sair da questão da legislação ambiental. Biotecnologia, como setor de empreendimentos, é passível de licenciamento. Esse licenciamento iniciou-se por volta de 1970, de uma forma emotiva, não tanto quanto técnica, e hoje passa por um processo de amadurecimento e mudança, que certamente vai nos levar a novas definições e a novos critérios. O licenciamento ambiental no Brasil vem quase de uma questão histórica, ou seja, de não darmos valor àquilo que está agregado à nossa Nação, ao desenvolvimento que poderemos fazer. Muitas vezes, essa cópia fiel de modelos que funcionam em outros países que não o Brasil nos leva a certas dificuldades de implementação, mesmo no setor econômico.

A atual legislação ambiental não prevê mecanismos de advertência, coisa que está sendo mudada agora, na gestão do Celso Castilho de Sousa. Estamos colocando à deliberação do Conselho de Política Ambiental uma norma que cria esses critérios de advertência.

Na verdade, quando se pensa em leis ambientais, em como podem ser conjugados o desenvolvimento sustentável e o econômico, tem de haver critérios, sob pena de ocorrer o chamado tiro no pé de nosso atual desenvolvimento científico e tecnológico. E esses critérios não podem fugir da atual capacitação industrial e econômica do País. Não podemos pegar as regras bem-adaptadas dos países de Primeiro Mundo, dos países desenvolvidos, onde a ciência e a tecnologia são prioridades, para colocá-las no País, onde esse setor não está tão avançado assim.

O licenciamento ambiental necessita de revisões, mas trouxemos essa ferramenta apenas agora. Como se diz, não vale mudar a regra durante o jogo. Se é para mudar, vamos fazer um estudo. Em vários setores econômicos e industriais, têm-se buscado adaptações, que são prerrogativas do Estado em vista de deliberações normativas. Um bom exemplo disso é o ferro-gusa, os laticínios. E, nessas parcerias, quanto maior o diálogo, quanto maior a interlocução entre os diferentes setores, principalmente o setor público, o setor do empreendedor, o setor privado e a sociedade, quanto maior a participação, mais fácil será o diálogo, a busca de soluções e essa tomada de decisão.

A área ambiental não é simplesmente normativa, não pode ser vista como algo pontual; tem de ser vista exatamente das óticas econômica e social, sob pena de criarmos grandes áreas de preservação circundadas de favelas. Então, tem de haver esse meio-termo, tem de se buscar qualquer tipo de empreendimento, principalmente os grandes, voltados para a área de recursos naturais, que causam impacto. Portanto, o importante é termos desenvolvimento sustentável, para que possamos gerar emprego, gerar renda e, assim, trazer o desenvolvimento social.

Vale ressaltar que a questão da biotecnologia não é nova. Na parte de licenciamento, está muito pouco prevista. O licenciamento ambiental não prevê, especificamente, a parte de biotecnologia, o que é um mecanismo até dificultador do processo, principalmente quando se considera tecnologia.

A preocupação precípua da Fundação Estadual do Meio Ambiente é o licenciamento visando a mitigar possíveis impactos ambientais. Nesse afã, talvez a biotecnologia seja o setor que tenha menor impacto ambiental, porque, geralmente, é constituída por indústrias de pequeno porte, com altíssimo valor agregado e com produção em escala pequena. Então, o que se observa é que, geralmente, as indústrias de base tecnológica têm impactos menores, mas não tão menores a ponto de serem desconsiderados.

Do ponto de vista tecnológico, nesse tipo de licenciamento, tem de haver diferenciação. Estamos buscando mecanismos que possam trazer à biotecnologia uma linha de desenvolvimento sustentável e de licenciamento.

Portanto, mais uma vez, essa questão da biotecnologia não é nova, principalmente no Brasil, em Minas Gerais, haja vista que já existiram programas extremamente interessantes, viáveis e com uma vertente ambiental muito forte. Um bom exemplo é o Pró-Álcool, do Governo.

Diria o nosso saudoso Vidal Batista, uma vez perguntado sobre o motivo do Pró-Álcool não ter dado certo: "Não deu certo, porque deu certo". Na verdade, o Pró-Álcool foi um grande programa brasileiro de biotecnologia, que tinha uma vertente ambiental extremamente forte. Sabemos que a produção do álcool é um processo biotecnológico, do qual temos o completo domínio e, mais do que isso, o Brasil possui os potenciais, todos os membros da equação dessa matriz energética. Temos o solo, a água e o mais importante para se fazer fotossíntese, que é a luz solar. Um bom exemplo dessa vertente biotecnológica foi o Pró-Álcool, que, ao ser desenvolvido, gerou toda a gama de aplicação do etanol, que, diferenciado do combustível fóssil, o petróleo, causava um impacto muito reduzido nas reações de poluição. A cadeia orgânica do etanol é muito menor que a do hidrocarboneto derivado do petróleo, gera subprodutos extremamente hidrofílicos, solúveis e facilmente retiráveis da atmosfera. Felizmente, esse processo hoje volta, é uma tomada de decisão extremamente importante para o Brasil, é um exemplo clássico de biotecnologia dando certo. Há outros exemplos no Estado, um deles é a BIOBRÁS, que desenvolveu, quase que pioneiramente, todo um processo de extração de insulina.

Atualmente existe muito pouco em relação à parte normativa da área ambiental para a biotecnologia. Estamos começando agora. Na verdade, o mundo está começando agora. O importante é não fazermos uma cópia fiel de uma legislação que se aplica ao Primeiro Mundo: temos momentos distintos no processo tecnológico e social, e a biotecnologia e o desenvolvimento como um todo têm de ser capazes de repassar esse bem-estar social para a sociedade, que leva à capacitação, e não o contrário.

Muitas vezes, a pessoa pode pensar que, se temos uma população que não sabe fazer agricultura, devemos nivelar todos por baixo. Mas não deve ser assim, os transgênicos estão aí, são realidade e têm de ser analisados do ponto de vista científico, do desenvolvimento econômico, do interesse nacional e social. Essa discussão tem de ser analisada, principalmente, com dados. Na área ambiental, não podemos ser reféns de mobilizações populares, comoções populares, sob pena de estarmos trocando nossos pareceres todos os dias. Recentemente, o licenciamento específico foi questionado, dizendo que a população estava contra. Disse que, infelizmente, o processo de licenciamento não pode ter esse parâmetro, tem de ter um parâmetro técnico. Não digo que seja imutável, pode ser questionado, mas do ponto de vista técnico-científico, havendo dados para questionar. Se colocarmos essa vertente social, os setores mais organizados farão do licenciamento ambiental aquilo que é do interesse deles. Não é disso que necessitamos, mas de regras claras e bem-definidas, para que possamos operacionalizar no Estado um sistema de licenciamento que é modelo para todo o País.

Nosso sistema de licenciamento não só é modelo para o País, mas também tem sido financiado pelo Ministério do Meio Ambiente, para que possamos instalar modelos específicos de licenciamento conjunto. Temos três agendas distintas no Estado. A agenda verde, protagonizada pelo IEF; a agenda azul, pelo IGAM; e a agenda marron, pela FEAM. Mas, na verdade, na área ambiental, recursos naturais é coisa integrada. Não se justifica um empreendedor ter de entrar com um processo na FEAM, depois voltar com o processo para o IEF e entrar com o processo no IGAM. Esse modelo de integração de licenciamento não necessariamente passa pela integração cultural dos órgãos, porque as agendas são distintas.

A agenda da política de recursos hídricos é completamente distinta da de licenciamento ambiental. A cultura é distinta. A 9.433 trata da política nacional de recursos hídricos de uma forma muito clara. E a participação social é elemento necessário.

Na área ambiental, existe a participação social? Sim, com as audiências públicas. De forma completamente diferente. Hoje, precisamos buscar um diálogo, que talvez seja o elemento mais importante na questão ambiental. Só assim teremos os conhecimentos, os dados técnicos. Isso é que vai dar sustentação sob o ponto de vista legal.

Sem sombra de dúvida, a biotecnologia tem papel fundamental no desenvolvimento não só do Estado, mas do País. No Brasil, que tem grande biodiversidade, é importante assegurar mecanismos que levem ao desenvolvimento da biotecnologia.

Esses mecanismos passam inclusive pela questão ambiental. Passam ainda pelo fomento e pela necessidade de haver política definida para a biotecnologia. É preciso haver princípio básico que não contemple apenas, como disse a palestrante anterior, a questão econômica, mas também a social. Temos que nos conscientizar de que no desenvolvimento de um parque ou modelo tecnológico a questão social é muito importante, porque a instabilidade social gera desequilíbrio não só na área social, mas também na econômica, que acaba impactando todas as outras áreas.

Com relação à biotecnologia e aos seus diferentes setores, vale ressaltar - e acho que será motivo da palestra do Dr. Luiz Mário - a questão do uso da biotecnologia na biomedicação e bioalimentação. Não diria que seriam processos novos, mas são recentes em relação aos conhecidos. São inovativos. Sabemos que o Iraque, o Irã e até Israel aplicam muito bem esses processos.

No Brasil, precisamos ter normativa, que deve ter critérios claros de licenciamento. Na FEMA, recentemente, criamos o Núcleo de Biotecnologia, ao qual agregaremos consultores de notório saber. O Dr. José Maciel foi convidado. Convidamos ainda o ICB e a Faculdade de Farmácia. Não tivemos resposta. Em breve, estaremos nos reunindo com esse grupo para criar essa normativa.

A FIEMG participará através do Prof. Vitor Arnold. E quiçá o pessoal do SINDIVI também possa indicar técnico para participar desse processo. Esse núcleo não só criará essa normativa mas também participará do processo de licenciamento. Por ser um licenciamento tão específico, hoje, na FEAM, temos um quadro de consultores extremamente competente. O número de consultores é praticamente igual ao de funcionários permanentes na Casa. Isso tem tido grande valia. Hoje, temos núcleos definidos. Contratamos o consultor por produto. Esse consultor analisa o empreendimento específico. É isso que estaremos fazendo.

A contribuição da área ambiental pode ser muito grande para o desenvolvimento da biotecnologia no Estado. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Luiz Mário Queiroz Lima

Agradeço ao Deputado Eduardo Hermeto pelo direito de, como cidadão, estar aqui debatendo sobre essa importante área da ciência: a biotecnologia.

Minha tarefa é árdua, porque falarei sobre aplicações. Falaram de ciência, filosofia. Mas quem somos nós, técnicos, para sermos filósofos?

Sobre biotecnologia ambiental, temos que observar os novos paradigmas. Temos algumas novidades. Uma delas já foi mencionada pelo Prof. Vidal, que é a era da globalização. Gostemos ou não, a coisa já aconteceu e está acontecendo. A outra, que é importante, e aí vou chamar a atenção dos jovens estudantes, é que estamos na área dos bens intangíveis. Isso é fundamental. O que vale agora na Terra é a inteligência.

Dentro desses novos paradigmas, temos também oportunidades. Uma delas é a consolidação do desenvolvimento do Brasil, fenômeno que sempre esperamos. Desde pequeno ouvi falar que o Brasil será o País do futuro. Até hoje continuamos esperando. A outra oportunidade é o avanço da biotecnologia, que para mim também é fenômeno inexorável.

E a biotecnologia e o Brasil? Por que o Dr. Vidal coloca, com tanta sabedoria, que é a nossa vez? Porque temos a magnitude dos nossos

biomas. Temos extensão territorial utilizável muito grande, infra-estrutura pronta para a agroindústria que apóia a biotecnologia e uma coisa fundamental, que é massa crítica, inteligência aplicada, conhecimento. Na era do conhecimento isso vale muito dinheiro.

Dentro dos novos paradigmas temos interações globais, e uma delas são as ameaças. A primeira é a falta de visão setorial. Temos, por incrível que pareça, cegueira cultural, que nos distancia dos países de centro, e, portanto, somos um país de periferia, como já foi colocado.

Temos a contra-informação. Ouvi a professora de ética falando em bioética. Acho que o que está faltando é ética. O que enxergo em todos esses debates sobre biotecnologia é gente que entende de tudo a respeito do assunto. Será que isso é ético? Será que uma pessoa é capaz de falar em saúde, bactéria, alimento e sei lá o quê? Biotecnologia é um mundo muito grande. Duvido e desafio qualquer cientista a dizer que sabe tudo sobre isso. Para mim isso é oportunismo. Temos que procurar não a bioética, mas a ética.

A falta de regulamentação. Quando criamos uma lei que proíbe pensar - e esse é o problema, porque a lei dos transgênicos proíbe pensar -, estamos criando um complexo de país de periferia. Vai ser um país subdesenvolvido, porque se posiciona dessa forma.

Temos falta de política setorial, o que implica perda de competitividade.

Outra coisa muito séria que o Dr. Willer colocou é a degradação ambiental, que podemos traduzir como perda da biodiversidade. É disso que vou falar agora. Aqui está nosso diagnóstico. Nossa empresa trabalha em cinco países.

- Procede-se à apresentação de transparências.

Aqui temos: Estados Unidos e Canadá - América do Norte - com 500 mil áreas degradadas, contaminadas por resíduos perigosos. América Latina, 40 mil. Europa, 300 mil, Oriente Médio, 100 mil, e a Ásia com 400 mil. Ainda podemos nos considerar um pouco limpos. E o Brasil? Temos 20 mil lixões. Temos, marcadas neste mapa, as áreas mais perigosas. São Paulo, Rio, Minas e parte do Pará são as localidades mais sujas do Brasil. Sujamos porque temos um ciclo vicioso da produção de resíduos. A indústria transforma a natureza nos produtos que consumimos. Esses produtos são transformados em resíduos: gases, sólidos ou líquidos, que caem dentro do município. Na era da globalização, isso cria um ciclo vicioso de produção de resíduos. Uma indústria chinesa produz uma sandália que termina no nosso lixão. Se não produzimos, compramos. Se somos compradores, trazemos lixo para o nosso País. A produção de resíduos está aumentando. A população mundial está decrescendo, mas o processo da industrialização influencia o pensamento, puxando para cima o vetor de produção de resíduos. Se hoje produzimos 1kg de lixo por dia, por habitante, amanhã estaremos produzindo mais. Há países que produzem 3kg de lixo por dia, por habitante. E o resultado disso é o aumento dos lixões, com a perda da biodiversidade e o aumento da poluição. Pessoas põem fogo no lixo para dele se livrar e acabam poluindo o ar com resíduos perigosos, o que também significa perda na biodiversidade. Temos a poluição das águas, o que é seriíssimo, pois a água é uma só: H₂O.

Existe, no lixo, uma questão muito degradante. Há pessoas que vivem do lixo, e ficam marginalizadas. Existe uma política equivocada no que se refere aos catadores de lixo, os quais, às vezes, recebem luvas e botas. Será que precisam disso? O estímulo não muda o "status" do cidadão, que é mantido como marginal. Isso me lembra Maquiavel, em sua frase: "O poder do príncipe é mantido pela marginalização de seu povo". Mas quem são essas pessoas? Quarenta por cento são crianças. Qual será seu futuro? Se você quer ajudar as pessoas, não pense em Maquiavel, pense nesse cara aqui.

- Procede-se à apresentação, em transparência, de um retrato de Cristo.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, o lixo-esgoto mata 350 mil crianças por ano. Vamos falar das tecnologias que temos: na era medieval, se usava a coleta irregular do lixo; temos os lixões e vazadoras, também da era medieval. Temos ainda o aterro controlado, porque Nero, quando viu que Roma estava poluída, mandou cobrir o lixão.

Esta transparência mostra Brasília em 1998. Esse é o nosso lixão nacional. São 1.200.000m² de lixo a céu aberto, em plena Brasília. É um crime ambiental e uma omissão.

Os aterros controlados também pertencem à era medieval, e que controle têm? Esta foto, mostrando esses gases, só foi possível porque usamos técnica de microesferas, que permitiu fotografar os gases saindo do aterro.

Esta transparência mostra Belo Horizonte em 1995. Esse é o chorume.

E entramos na era da tecnologia, em que temos a coleta regular, que cobre todo o município. Os aterros sanitários são métodos normatizados. A usina de compostagem e a incineração são métodos clássicos. O aterro sanitário, embora seja método normatizado mundialmente, traz um problema sério: está sendo abandonado na Europa porque percebeu-se que significa aumento do passivo ambiental. A Europa tem 300 mil áreas desse tipo e, a partir de 2006, não se implantará nenhum aterro novo. Vai ter que remediar o passado. Na Alemanha, essa determinação passou a vigorar em 2002. Nos Estados Unidos, o procedimento será adotado a partir de 2010, e no Brasil não sabemos quando.

Tivemos, no Brasil, febre de usinas de compostagem, e compramos mais de 800. Esta usina mostrada na transparência custou US\$23.000.000,00. Quando foi comprada, já era sucata na Europa, como esclareceu o Dr. Willer. Para que importar essas coisas? Será que não sabemos fazer? O que aconteceu com essa usina é que o lixo engatou e não desceu mais; ao ser retirado, o reator trincou e colocaram a culpa no lixo. A Universidade de Viçosa tem um processo de compostagem que funciona muito bem. Uberaba desenvolveu tecnologia muito boa. Temos competência para fazer isso, não precisamos trazer essas coisas de fora.

Entramos agora na era da biotecnologia, em que temos a coleta coletiva, com os três erros: reduzir, reciclar e reutilizar. A biorremediação, a biometação, a bioventilação e a remediação. Não vamos falar de tudo isso por causa do tempo. Uma coisa importante que a Europa fez e que podemos copiar foi a criação de um ciclo virtuoso de produção de resíduos. Perceberam que o lixo se transforma dentro das nossas casas e criaram esses contêineres, que são as caixas de lixo do futuro. Dos resíduos gerados pelo cidadão, os biodegradáveis vão para um lado, os recicláveis para outro e os descartáveis para outro lado. É uma usina. Percebeu-se que eram produzidos muitos resíduos descartáveis e, ao invés de a coleta seletiva voltar-se apenas para o reciclável, a indústria foi pressionada a dar um destino a todos os resíduos. Aí houve redução de resíduos, não pela reciclagem, mas pela redução de produção. Maneira inteligente de tratar resíduos é não produzi-los. No Brasil, estamos pondo o olho apenas no reciclável. É um equívoco.

Na área da biotecnologia nada é novo, vem tudo de 1860. Chegamos ao ano de 2000 e paramos. A moratória científica no Brasil existe. Para se fazer pesquisa sobre bactérias transgênicas, por exemplo, temos que fazer um EIA-RIMA, que levará dois anos para ser analisado.

Sendo assim, não se estão proibindo pesquisas, mas ninguém investirá nelas. Entretanto, nos outros países, os investimentos continuam. Atuo

fora do Brasil, e nossa empresa trabalha com transgênicos.

Essa biotecnologia ambiental não está criada, vem do esforço de gente séria. São cientistas, donos do saber no seu momento, e, graças a eles, estamos vivos. Um exemplo é Pasteur; outro, Jacques Monod, que inventou a biometação e foi Prêmio Nobel de Medicina, em 1965. Verificou que existia muito resíduo e pouca bactéria. Chegaremos ao Ponto de Monod, em que a concentração de microorganismos é igual à de substrato e, por isso, conseguem-se fazer alguns alimentos, inclusive o vinho. Não é à toa que os franceses fazem um bom vinho.

Lederberg e Tatum descobriram esse fenômeno estudando o tráfego digestivo dos ruminantes. O boi, quando pega o capim, puxa as bactérias do solo, tornando-se uma fábrica de transgênicos. Vemos aqui que se está transferindo uma bactéria do rúmen para uma do solo. Essa é uma transferência de DNA por conjugação, descoberta em 1947, que forma uma derivada, bactéria engenheirada pelo boi, ou seja, um transgênico natural. O boi joga isso no solo todos os dias. Lederberg, em 1958, ganhou o Prêmio Nobel de Medicina por essa descoberta que parece simples, mas é maravilhosa. Identificou a transferência de DNA, os transgênicos naturais.

O Prof. Mc Carty foi outro que contribuiu com esse processo, descobrindo que a matéria decompõe-se em fases, o que é muito importante para entender os processos de engenharia. Foi indicado para o Prêmio Nobel, em 1970, pelo Royal Instituto de Tecnologia de Estocolmo, e, como prêmio simbólico, recebeu do rei da Suécia essa gravata.

No Brasil, copiamos Tatum, no que fez em 1947; depois, o Prof. Mc Carty, da Universidade de Stanford, e o Prof. Letinga, da Universidade de Vagning, na Holanda. Subimos nos ombros dos gigantes e estudamos as mesmas coisas.

Ao estudar o trato digestivo do boi, descobrimos que poderíamos usá-lo como uma máquina para tratar resíduos. O estômago digestivo do boi, o rúmen, é nossa célula; o omaso é o reator; o obomaso, outro, e o retículo, outro. A ruminação é a aliviação.

Nesse trabalho, copiei. Vimos que poderíamos fazer o mesmo que o boi, fora do rúmen. Gastei 17 anos nesse trabalho e, graças a ele, recebi uma indicação ao Prêmio Nobel. Neste momento, gostaria de passar esse meu prêmio a uma pessoa importante, a Dra. Helen, por seu esforço na biotecnologia.

Para aplicar o resultado dessa pesquisa temos que estudar primeiro o lixão, que é como um paciente. Temos que fazer primeiro a bioprospecção, para depois fazer a cirurgia. Existem algumas técnicas, como a velha técnica do aterro sanitário, para fazer a remediação. Vamos construir a célula do boi, que é anaeróbia. O estômago do boi pode ser feito de concreto, metal ou plástico.

Para que serve isso? Para criar microorganismos, como o boi faz. E estão dentro do reator as enzimas produzidas, como no estômago do boi, e a reação bacteriana do lado, ou seja, o resultado da genética, da biotecnologia. O que isso faz no lixo? Degrada o lixo em 6 meses, 2, 3 ou 4 anos, em vez de em 20 ou 30 anos, dependendo das inibições. Com isso, acaba-se com o passivo. Está-se tratando o lixo.

E o chorume? Usamos nas plantas. Usamos biotecnologia, pela biofiltração, que nada mais é do que fazer o líquido chorume passar por essa colônia de bactérias que estão junto às plantas. E luz do sol, como o Dr. Willer disse. E o resultado: o chorume fica límpido, filtrado pela própria natureza, sem que se gaste energia, além do sol.

O importante é que se pode abrir, peneirar, usar esse material na floricultura. Os catadores de lixo podem se transformar em floricultores, em vez de catadores. A cada tonelada de lixo de uma cidade gera-se um emprego e, com isso, ganha-se espaço para colocar o lixo novo. É isso que se faz.

Temos, em Belo Horizonte, um aterro atuado pelo Ministério Público em 1955, em 1997, considerado um dos melhores aterros da América Latina. E esse é um trabalho de mineiros! Em Santa Luzia, o Prefeito estava sendo preso, atuado pelo Ministério Público, em 2001; e hoje existe lá um verdadeiro jardim, apontado pela TV Globo como o melhor aterro sanitário de Minas Gerais. E é um trabalho de mineiros! Em Belém do Pará, em 1997, o Greenpeace denunciou um crime ecológico na Amazônia, imenso. E a denúncia era verdadeira. O Greenpeace é bom nisso. Esse aterro ganhou prêmio da ONU, em 2000, por ter sido considerado o melhor projeto do mundo. E isso é trabalho de mineiro! É inteligência daqui! Para quem quiser saber mais sobre o assunto, temos este livro que escrevi. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Sérgio Pontes

Agradeço ao Deputado e à Casa pela oportunidade de participar deste debate. Antes de tudo, gostaria de me identificar. Sou cientista, Doutor em Ecologia, trabalho com a evolução de interação entre insetos e plantas. Não faço pesquisa com biotecnologia, mas com impacto ambiental e riscos associados a isso. Não faço pesquisa com transgênicos, porque não há acesso ao material industrial que já está causando impacto nos nossos ecossistemas e que precisa de regulamentação.

Concordo que é extremamente importante reconhecer e identificar o que vamos falar, e qual a abrangência do nosso conhecimento. Falarei sobre plantas transgênicas liberadas na natureza para produção de alimentos em grande escala, mas as conclusões sobre o que vou falar podem ser aplicadas a vários processos em que se tenha de liberar organismos da natureza. E é muito paradoxal e interessante o fato de que tenho muito a dizer, quando há tão pouco a se falar, basicamente porque não se conhece quase nada desses impactos em ecossistemas tropicais. A grande questão e a grande dificuldade é por onde começar. Um ponto fundamental é pensar nos riscos que envolvem a população. Quando falávamos em saúde, considerou-se risco assumido pelo indivíduo a opção de comer um alimento transgênico, porque o alimento será rotulado. O outro risco é o da produção desse alimento na natureza trazer consequências maléficas à sociedade. Isso ainda não é conhecido. Não estou afirmando que há de acontecer, mas, se acontecer, não vamos saber nesse momento, porque até agora não foi feito estudo adequado.

Não podemos arcar com esse risco. Talvez possamos começar lembrando o fato curioso de que alguns ecólogos renomados - americanos, europeus e sul-americanos -, discutiram em um simpósio realizado na década de 80 a importância de agrotóxicos no combate às pragas da agricultura, e não o famoso controle biológico, que, naquela época, teria sido a grande solução para os problemas causados pela poluição na natureza. Alguns organismos introduzidos para combater as pragas, ao saírem do sistema agrícola, ao perderem o controle doméstico, porque eram inimigos naturais dessas pragas, tornaram-se problemas sérios em alguns lugares. Isso aconteceu na Austrália, quando controlaram o coelho. Existem vários exemplos nos sistemas de controle de insetos por fungos e vírus.

Há um grande perigo no organismo biológico introduzido. A invasão biológica com organismos naturais que estão por aí, que evoluíram na natureza, é um problema muito sério. A invasão biológica, no momento, é o maior problema ambiental do mundo. Não há como negarmos isso. Doze por cento da produção agrícola americana é perdida todos os anos por causa de terras invalidadas por plantas invasoras. O invasor é a planta, o organismo que não evoluiu em determinado lugar. O grande problema não é o organismo que se modificou geneticamente, porque, ao se modificar, os genes se trocam. A questão passa por algo importante, ou seja, a estatística. Qual é a abrangência do fenômeno de transposição genética de uma bactéria para outra ou de um gene de uma bactéria para uma planta que acontece naturalmente? Qual é o impacto real? Dependerá da frequência com que isso acontece na natureza e a facilidade ou não de sobrevivência. Do ponto de vista estatístico,

é espantoso como evoluímos. A maioria das modificações genéticas são deletérias e causam a morte do ser, o que é muito diferente de gerar industrialmente um organismo com um gene nele introduzido e expô-lo em hectares, hectares e hectares, considerando que isso é algo natural e possível de ser feito sem maiores conseqüências. Pensando nesse problema, que é semelhante ao da invasão biológica, temos de abordar essas questões.

Pretendo desfazer algumas falácias. Isso é extremamente importante dentro do contexto do que deve ser pensado. Não se trata da crítica pela crítica, mas da necessidade de desenvolvermos o que o Prof. Willer colocou, ou seja, o licenciamento de forma adequada, correta; de se avaliar e dimensionar o outro lado da biotecnologia, que é muito importante e da qual não podemos nos desfazer: o risco do que estamos introduzindo ou trazendo para a natureza. Voltarei a alguns dados mencionados pela manhã. Se abriremos a página, na Internet, ctnbio.gov.br, teremos uma série de informações interessantes, o que também acontece com o FDA, dos Estados Unidos. Quase toda informação que estou gerando aqui pode ser acessada por vocês, não por todo o público, porque as pessoas têm de ser alfabetizadas antes de conseguirem acessar a Internet. Não é igual a isso aqui, que, nas primeiras palestras, iniciadas em 1999, trazia em todas as minhas apresentações. Debulhava alguns desses artigos científicos, mostrando os riscos causados pela forma como estavam sendo medidos, as perdas biológicas, as perdas de diversidades, os problemas associados aos organismos transgênicos na natureza. Hoje, não existe necessidade de fazer isso, porque há pouca novidade. As publicações feitas na literatura científica internacional de 1999 para cá referem-se ao que está efetivamente acontecendo e às coisas que se temia que acontecessem. Citarei as mais importantes. Ao liberarmos um organismo transgênico em uma plantação extensiva, ao que estamos visando? Qual é o organismo e para que serve? A maioria absoluta das ONGs para a agricultura tem duas funções. Uma delas é dar à planta resistência a um determinado herbicida, de forma que possamos plantá-la. Como se faz com o herbicida em uma plantação normal? É aplicado e mata a erva daninha, que por sinal faz parte da biodiversidade brasileira, problema da agroindústria e do impacto que causa, mas que não faz parte deste debate não sei por quê. Está certo. Limpei a terra e tenho de produzir em grande escala. Vamos arcar já com essa perda. Plantei e, depois, apliquei o herbicida. Já não posso aplicar herbicida, porque minha planta morrerá. Então, a maioria dos organismos geneticamente modificados, que quase entraram em linha de produção brasileira, que é a soja Roundup Ready da empresa Monsanto, são plantas que têm um gene de resistência a um determinado herbicida. Então, poderia continuar aplicando herbicida em outras fases da produção sem causar problema para a planta. Esse é um grupo. O outro grupo, extremamente comum no mundo, o qual domina a grande parte de produção de milho nos Estados Unidos, é formado por aquela planta geneticamente modificada por uma toxina. O milho Bt, por exemplo, que tem a toxina da bactéria Bt, que é usada como controle biológico, é o caso mais clássico. Você dá a toxina que essa bactéria produz à sua planta de milho, e ela passará a produzir a toxina de modo contínuo na natureza, porque o corpo dela, as suas folhas, o fruto produz aquela toxina. Essas são as duas grandes famílias de organismos geneticamente modificados na agricultura.

A primeira falácia: não há intenção de liberação de recursos para projetos ambientais nem grandes investimentos em pesquisas de plantas geneticamente modificadas que possam crescer em solos salinos, solos com poucos nutrientes, solos em áreas com grande concentração de pessoas pobres, como a África. Isso não existe, é falácia. E a identificamos na página do CTNBio. Lá, há um ícone que mostra as liberações para pesquisas no Brasil.

Como foi dito cedo, hoje temos quase 1.300ha disponíveis para a liberação de plantas para teste. As plantas mais comuns são arroz, batata, cana-de-açúcar, eucalipto, feijão, fumo, mamão e milho, este com a maior área liberada. São 717,4ha liberados para a pesquisa de milho transgênico e 150,7ha para a soja. As empresas que fazem essas pesquisas são a Monsanto, que faz a maioria absoluta, a Novartis e a Ventis, empresas multinacionais estabelecidas no Brasil. A EMBRAPA está na lista, assim como outras empresas brasileiras que também têm seus pedidos de liberação de pesquisa em escala muito pequena. Não há outro pedido a não ser para a liberação de recursos para pesquisa de organismos geneticamente modificados, de resistência a herbicida e de alguma praga específica, como a lagarta, que vai combater a toxina produzida pelos transgênicos.

Qual o resultado prático disso? Volto, então, à África, para fechar um ciclo de exposições perigosas. Primeiramente, alegou-se que a transgenia na agricultura era importante por ser uma nova fronteira, por combater a fome, para a sobrevivência e para melhoria da qualidade de vida dos povos de países pobres. Já está claro que essas produções não visam a esse tipo de agricultura. Há pouquíssimas pesquisas nessa área, e elas não têm nenhuma relevância econômica.

Qual a outra falácia? Preciso - desculpem-me - criticar o CTNBio quanto a esses aspectos. Se se abre a página do CTNBio, vê-se o lado positivo de tudo que está associado à produção de organismos transgênicos. Mas não há nenhuma das críticas que são encontradas nas revistas mais retrógradas do mundo, como a "National by Technology", a revista "national" que, na verdade, desenvolve e incentiva a pesquisa em biotecnologia e em produtos como os transgênicos. Dentro da "National by Technology", há hoje um grande debate sobre moratória feito pela população que não quer comer transgênicos, sobre contaminação ambiental e sobre uma série de outros assuntos que não constam nas páginas do CTNBio. Na "National by Technology", há uma notícia tratando da resolução ou de um debate da ONU sobre a possibilidade de se usarem mecanismos geneticamente modificados para aplacar a fome na África Meridional. A argumentação técnica subjacente é que há uma maior produtividade, uma produtividade financeiramente mais barata com esses grãos transgênicos, que permitiria baratear-se o processo de exportação e, assim, financiar o apacramento da fome desses países.

Por que, quando se abre a página do FDA, dos Estados Unidos, e se avaliam os números que estão lá - não sou somente eu que falo, isso foi publicado por um economista de renome no "Jornal do Brasil", isso é fato consumado -, vemos que os organismos geneticamente modificados não dão maior produtividade por hectare? Na verdade, chega-se a ter de 5% a 10% de perda de produtividade com a soja transgênica Roundup Ready, com o milho com resistência a lagarta. Esse é um caso muito interessante, porque envolve um processo evolutivo muito sério.

A diversidade genética, que é a base da biodiversidade com que nos preocupamos, está em tudo, até na sua praga. O que acontece quando se aplica um inseticida e este pára de atuar? Ele mata praticamente todos os organismos que foram vitimados por aquele inseticida, a sua praga. Mas ali havia um ou outro organismo que sofria uma mutação genética e que não servia para nada, mas desenvolvia resistência àquele composto químico do inseticida. A partir daí, selecionam-se os organismos resistentes, porque somente eles ou poucos além deles sobrevivem e passam a ter um sucesso reprodutivo maior. Isso é evolução. A evolução é a mudança na frequência de um tipo de gene. O gene resistente a esse inseticida predomina, e a sua praga virou outro problema.

Para combater isso, fazem-se milhões de coisas. Hoje em dia, é muito curioso ver a Monsanto, produtora do agente laranja, um composto químico usado na Guerra do Vietnã em larga escala, de forma desumana, crucificar os inseticidas em prol dos organismos geneticamente modificados, que nos libertariam da poluição e da contaminação ambiental.

Hoje, há um processo de evolução do agrotóxico. Não o estou defendendo, não estou defendendo a agroindústria. Mas existem agrotóxicos cuja meia-vida na natureza é muito pequena, cuja toxicidade é muito pequena. E há uma certa eficiência no seu uso associado a um controle integrado, que usa controle biológico, rotação de culturas e se aproxima mais da agricultura familiar, da agricultura tradicional, que tinha técnicas milenares para diminuir o impacto da sua praga.

O milho transgênico para resistência à lagarta, por exemplo, foi maravilhoso nos primeiros anos. De 1996 para cá, detecta-se em grande parte do território americano resistência da lagarta àquele toxina. Quem estiver pensando rápido vai dizer: "mas falou que essa toxina era usada em controle biológico, que existe bactéria jogada na natureza". Vamos pensar estatisticamente de novo. São as lagartas, e jogarei essa bactéria. Se aspergi-la, pela técnica que for, aquele cantinho de lá não vai ser atingido. Não há eficiência nessa aspersão para atingir todo o mundo. Sempre sobra um tanto de praga que não é selecionada para ser resistente àquele toxina. Se toda produção agrícola for feita por plantas e todas produzirem a toxina, todas as lagartas que comerem aquele milho vão ser expostas. Logo, só vai sobrar a lagarta resistente. Qual é o grande risco associado e o que se tenta esconder? É o acelerar extremamente rápido da seleção de resistência de pragas. Poderemos gerar

coisas extremamente perigosas com isso. Hoje usa-se algo muito interessante nos Estados Unidos, que é associar o tradicional a outro OGM que produza dosagem muito maior daquela toxina, que seria eficiente com os chamados sítios de reserva ou com os sítios onde usaríamos milho convencional. Estes seriam, então, atacados por lagartas convencionais. No final das contas, se se olharem-se os números da FDA de aplicação de inseticidas em milho transgênico, numa série temporal, vai-se ver que não se diminuiu o uso de inseticidas nos Estados Unidos por causa desses organismos. E só é eficiente em termos de produtividade num ano com alta explosão demográfica da lagarta que ataca essas plantas. Com qual frequência isso acontece? De cinco a seis anos. De cada cinco ou seis anos, só para você precisaria daquele tipo de proteção tão extraordinária quanto a lagarta. Por que e como baratearei os custos para matar a fome dos africanos, em lugares onde não se consegue produzir agricultura? Exportando para lá OGMs? Pelo amor de Deus, não consigo entender a lógica disso, como também não consigo entender a lógica do discurso do desenvolvimento científico-tecnológico brasileiro, com base na produção de OGMs, que são propriedade de empresas internacionais. A Monsanto e a Novartis vão gerar no Brasil grandes pólos biotecnológicos, como fizeram na China, ou estão vendendo um produto pronto? Acho que estão vendendo um produto pronto. Não consigo entender qual o benefício que temos, na liberação desses organismos, sem uma avaliação do impacto na nossa natureza. Será que isso só vai gerar um recurso, um benefício para quem tem a patente daquela semente e vai vendê-la sob contrato? Essa é uma questão que também não é discutida. Há contrato na compra dessas sementes e há regra para utilizá-las. E o Governo tem pouca influência sobre essa empresa, que passa a controlar, porque o que está em jogo não é a biotecnologia, não é o desenvolvimento científico-tecnológico, mas o controle de grãos da produção mundial. A produção de grãos no mundo vai depender de quem impõe essa tecnologia. Hoje, os movimentos sociais, as ONGs ligadas à agricultura americana mostram claramente que o agricultor americano não tem a opção de escolher sementes não-transgênicas porque não estão disponíveis no mercado. Isso foi falado aqui hoje com respeito à insulina. Essa imposição mercadológica é séria e passa por um processo que está tirando da sociedade a capacidade de se defender. Temos de pensar nessas coisas. E é fundamental, já que estou falando de meio ambiente, lembrando que não é a tecnologia que está sendo desenvolvida. Isso é outra coisa. Provem-me que se está desenvolvendo a tecnologia, que se estão obtendo benefícios tecnológicos com a entrada desses grãos na agricultura brasileira, e mudo minha postura. Ter centros tecnológicos que gerem um processo molecular para formar uma determinada característica química, uma determinada molécula biológica, e vendê-la a altos preços para uma empresa estrangeira, não é nada diferente de vender um minério bruto, a não ser pelo fato de que alguns minérios brutos ainda geram mais recursos. Se o impacto for menor do que na mineração, poderemos pensar nisso como algo importante, mas não estamos sabendo. A questão de impacto ambiental é fundamental. Um tempo há de ser perdido para isso. Por quê? Como o professor falou, não temos o domínio de uma tecnologia que nos explique os impactos num ecossistema tropical com alta biodiversidade como o nosso. As pesquisas têm de ser feitas. Vai ter de haver um lapso temporal para entender se os protocolos para avaliação de impacto no exterior, em países de clima frio, vão servir, quais os furos. Deverá ser feita avaliação inteligente, científica, do risco e do custo associados a cada uma das situações.

Há mais alguns fatos inevitáveis que devem ser discutidos. Milho no México, milho crioulo, tradicional, sob risco de contaminação. Há evidência disso, mesmo que o debate científico sobre o assunto esteja de pé. Os produtores de canola orgânica, no Canadá, estão numa crise profunda, porque há evidências de que não tem como ser produzida sem contaminação com a canola transgênica. O efeito de resistência de toxinas produzidas em organismos transgênicos são os mais difundidos para a produção agrícola. Há resultados que são absolutamente contraproducentes. É o exemplo que citei. Temos de tomar extremo cuidado e avaliar muito cautelosamente qual o benefício do País com a introdução dessas tecnologias. Se queremos discutir, na ciência brasileira, a importância do desenvolvimento biotecnológico, deveríamos questionar a MP do Governo, que até hoje influencia as decisões do IBAMA e proíbe o pesquisador brasileiro de acessar a biodiversidade genética brasileira. Hoje, devido a essa medida provisória e a um decreto-lei não regulamentado, não posso submeter à aprovação um projeto, pedindo para fazer pesquisa de bioprospecção, se for acessar o material genético de qualquer planta ou animal da biodiversidade brasileira. Mas o biopirata não apresenta ao IBAMA nem ao Governo pedido para acessar nosso material genético. Qual é o investimento político dos cientistas brasileiros para desenvolver ciência, uma real biotecnologia, poder tecnológico de abrangência para o Brasil, e não para subsidiar o desenvolvimento de produtos de empresas internacionais? Muito obrigado.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Eduardo Hermeto) - Para compor a próxima Mesa, que é "Impactos da Biotecnologia na Agroindústria", convidamos os Exmos. Srs. Maurício Antônio Lopes, Chefe do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA -; e Wilhelmus Uitdewilligen, membro do Comitê Técnico-Científico do Sindicato das Empresas de Base Biotecnológica do Estado de Minas Gerais - SINDBIO.

Palavras do Sr. Wilhelmus Uitdewilligen

Moro em Uberlândia, sou engenheiro agrônomo e trabalho na SINGENTA-SIDIS, empresa de sementes e que trabalha também com produtos transgênicos, ou, pelo menos, pesquisa transgênica dentro do País.

Falarei um pouco sobre a parte econômica, já que o tempo não permite ampliarmos demais o conceito. A cadeia alimentar nos Estados Unidos é o melhor exemplo que temos para mostrar a parte de economia na agricultura. Se olharem desde o começo da parte de produção agrícola, as empresas da agroindústria contribuem mais ou menos com US\$14.000.000.000,00 por ano para a formação da cadeia alimentar. Já os agricultores contribuem com cerca de US\$13.000.000.000,00 dentro do sistema, ou seja, esse é o valor que agregam a toda cadeia alimentar americana, em determinado ano. Esse produto chega ao final, para consumo da população, com valor de US\$832.000.000.000,00, ou seja, a contribuição da agricultura é apenas de US\$13.000.000.000,00 em US\$832.000.000.000,00, quer dizer, pouco mais de 2% sobre o valor final da produção agrícola.

Qual é a nossa preocupação em termos de incorporação de biotecnologia dentro do sistema? Aumentar esse valor de US\$13.000.000.000,00 de tal maneira que da proporção da agricultura, ou a proporção de toda a receita produzida pela comida, vá maior parte para os agricultores. Esse é o grande problema da agricultura mundial, pois do valor da produção final o agricultor fica com parte muito pequena. A soma das empresas de insumo e dos agricultores dá apenas 3% do valor total da alimentação dos Estados Unidos.

O que queremos com transgênicos na agricultura? Estou falando mais como representante de empresa de sementes do que qualquer outra coisa. Os primeiros transgênicos lançados fora do País, especialmente nos Estados Unidos e na Argentina, são de alto custo. Para se ter idéia, o primeiro milho BT lançado no mundo custou em torno de US\$100.000.000,00, ou seja, não é qualquer grupo, pesquisador ou sistema que consegue criar um produto dessa natureza. Esses custos já baixaram bastante, hoje estão em torno de US\$20.000.000,00. No entanto, os primeiros, lembrem-se, são de alto valor.

A maioria dos produtos que existem no mercado hoje vêm do setor privado. Nos Estados Unidos, 53 produtos estão no mercado; 51 são produzidos por empresas privadas, e apenas 2 são de origem pública.

O terceiro ponto: a maioria desses produtos tem muito pouco tempo de mercado. Os transgênicos de real importância comercial foram lançados em 1996. Aliás, o primeiro a ser lançado comercialmente foi o tomate Flavr-Savr, em 1994. No entanto, esse nunca teve uma área muito grande no sistema, ao contrário da soja, do milho e outros, que têm uma boa área cultivável hoje e foram lançados em 1996. Portanto, temos, no máximo, sete ou oito anos de experiência com esses produtos no mercado.

Para nós, o objetivo dos transgênicos é melhorar geneticamente as plantas. Somente usamos os transgênicos quando não temos a opção do melhoramento genético convencional, especialmente porque o transgênico é muito caro e é regulamentado. Então, trabalhar com esse produto é muito mais difícil do que trabalhar com a genética convencional. E parte-se para o transgênico apenas quando a genética convencional, de cruzamento e seleção, não resulta em nada.

As grandes oportunidades de se receber o retorno do investimento é vendendo sementes, tanto assim que várias das empresas que trabalhavam com biotecnologia na área de pesquisa tiveram de adquirir empresas de sementes para receber o retorno do investimento feito em biotecnologia.

Esses produtos só são lançados no mercado quando oferecem vantagens competitivas. Dizer que uma empresa deixa de lado um transgênico que não mostra vantagem é mentira. Quando lançamos um transgênico no mercado - fora do Brasil, já que aqui não se permite -, o objetivo é ganhar dinheiro. E só ganhamos dinheiro se esse produto for aceito pelos produtores, que, por sua vez, somente o aceitam se apresentar vantagem competitiva. É simples assim. Não forçamos ninguém a comprar.

Por último, são incorporadas apenas as melhores variedades. Quer dizer, transgênico de variedade ruim continua sendo transgênico de variedade ruim. Portanto, transgênico e variedade ruim não combinam, porque o mercado não aceita a variedade ruim.

Vou dar uma idéia da evolução da produtividade de milho. Até 1950, basicamente a produtividade nos Estados Unidos era em torno de 2t por hectare. Foram-se incorporando diferentes tecnologias, e, hoje, a produtividade americana está em torno de 8,6t por hectare. Só não sabemos ainda qual tecnologia deve ser incorporada - que não seja a da engenharia genética -, para que o sistema continue crescendo.

Então, apenas para lembrar, vou mostrar a área mundial cultivada com transgênicos: em 2001, foram cultivados em torno de 53.000.000ha. Duvido que outra tecnologia tenha tido tanto sucesso quanto essa. Fazendo-se uma comparação, em 1996, foram quase 1.000.000ha, ao passo que, em 2001, foram 52.000.000ha. Portanto, alguma vantagem esses produtos devem ter, para chegar a tal importância, em termos de área cultivada.

Principais espécies: esse é um dado interessante. Da soja cultivada no mundo, 46% é transgênica. Se esse produto não oferece vantagem, estamos dizendo que 46% dos produtores de soja no mundo são burros. Sete por cento do milho cultivado no mundo é transgênico. Algodão: 20% da produção mundial é transgênica, mas está aumentando rapidamente, porque agora até a Índia já liberou. E 13% da produção de canola é transgênica. Aliás, canola, para o Brasil, não interessa. Ainda existem outras 11 espécies dentro do sistema.

Quería falar agora sobre as vantagens econômicas e de resultados obtidos com a produção de milho. Em 1996, a nossa empresa trouxe o primeiro milho transgênico para os Estados Unidos. De acordo com esse ensaio, o milho dos Estados Unidos sofre a incidência de uma broca que é muito semelhante à broca da cana-de-açúcar. E, uma vez dentro da cana-de-açúcar, não há como controlar essa broca. O controle deve ser feito antes. No milho BT, se essa broca entrar na planta, não há jeito de controlá-la, tem que ser antes. O milho BT oferece resistência a essa broca.

Aqui vemos o resultado de três anos de ensaios. Na parte superior das colunas mostradas, 10, 344 e 533, estão os números das comparações feitas entre o milho transgênico BT e sua versão não-transgênica. A altura da coluna, na linha vertical, representa a diferença, em produtividade, em sacas por hectare, medidor utilizado no País. Uma saca são 60kg de grãos. Como não havia incidência nenhuma da broca - e são dez comparações -, a diferença do transgênico em favor do convencional ainda existia, provavelmente em melhor produção de transgênicos, e, se quiserem, podem descontar essa coluna das demais. Como a incidência era baixa, ou seja, menos de 1cm de perfuração, em média, por planta, a vantagem do transgênico sobre o não-transgênico era em torno de seis sacas por hectare. Isso em 344 comparações, medidas em 3 anos. Quando a incidência era moderada, a perfuração da broca era entre 1cm e 5cm por planta, a diferença aumentava em torno de 12 sacas por hectare em favor do milho BT. Quando a incidência era muito severa, a diferença aumentava para 21 sacas por hectare, e isso ocorreu em 77 casos, mais de 5cm de perfuração por planta, em média. Vejam que a maior frequência está nas colunas 344 e 533. Então, o valor de incidência da broca médio de três anos está na média dessas duas colunas.

Esse mesmo material foi testado em Uberlândia e Cascavel, há dois anos, e a diferença manteve-se, não na mesma proporção, mas em termos de resultados, especialmente em Cascavel. A diferença de produtividade do transgênico foi significativamente maior do que no caso de Uberlândia. No entanto, as diferenças são consistentes dentro do sistema.

Hoje estamos proibidos de testar esse produto em campo. Em setembro do ano passado tive que arrancar algodão BT, sob ameaça de ser autuado pelo Ministério da Agricultura. Portanto, aqueles que dizem que o experimento não está sendo proibido no Brasil não estão com a razão, pois tive que arrancar algodão pessoalmente.

Outra vantagem desse produto é a redução do problema de fusariose, causada por uma microtoxina que entra em quantidades muito maiores na versão não-BT do que na versão BT. Numa média de três anos, naqueles experimentos mostrados - são mais de mil comparações -, o aumento médio ocorrido, a vantagem do BT sobre o não-BT foi de 9,2 sacas por hectare. No ano 2000, nos Estados Unidos e no Canadá, a área cultivada com milho BT - lembrem-se que os Estados Unidos plantam em torno de 30.000.000ha de milho, todos os anos -, foi de 9.000.000ha. Se transformarmos essa diferença de 9,2 sacas por hectare, US\$100,00 por tonelada, que é mais ou menos o preço médio, e os 9.000.000ha, apenas em um ano, nessas condições, em um país, houve acréscimo de mais ou menos US\$500.000.000,00. Se o custo de lançamento desse produto foi em torno de US\$100.000.000,00, significa que, apenas em um ano, nessas condições, em um país, o retorno desse investimento foi de quase cinco vezes o investimento inicial. Isso não é 5% nem 50%, mas 500%. Conhecem um negócio melhor que esse? Aqueles que defendiam maior investimento em pesquisa, pela manhã, estão absolutamente corretos, porque não há melhor negócio do que investir em pesquisa.

Qual é a vantagem de usarmos transgênicos para controle de pragas? A primeira vantagem é que o controle é feito no plantio, na semente. Não manuseamos produto adicional, não fica plástico nem lixo para trás, nada. Com relação à auto-suficiência, é ativo por todo o ciclo. Não interessa se choveu ou não, se está quente ou frio, se é dia ou noite e nem se é feriado e a pessoa não conseguiu aplicar o produto. Se está lá dentro, está funcionando. Se a praga apareceu, o produto está lá. Não precisa correr depois, porque, havendo o dano já não há conserto. Esse é quase preventivo.

Trata-se de proteína específica. Os inimigos naturais, as lagartas e outros insetos, não são controlados por essa proteína. Animais também não. É também confinado pela planta, ou seja, não é levado pelo vento. Não interessa se se está aplicando de avião ou de trator. Não há essa aplicação. Então, o vento não leva. Só pode levar, no caso, o pólen, e mesmo numa planta dura só três dias. É um produto biodegradável. Não se fala em resíduo. E é de fácil integração em qualquer sistema de produção.

Com relação à soja, tolerante ao glifosato, vamos mostrar as vantagens. Estima-se que hoje, no Rio Grande do Sul, há em torno de 2.000.000ha de soja transgênica com resistência a glifosato. Essa soja é proibida no País. Não consigo aceitar que os agricultores desse Estado, que representa em torno de 60% a 70%, gostem de andar na ilegalidade e estejam produzindo essa soja apenas por birra contra o Governo daquele Estado, que é do PT.

Se esse pessoal tem menor produtividade, não sei por que a maioria da soja, no Rio Grande do Sul, é transgênica. Concordo que poderiam ter maior produtividade, porque essas variedades são argentinas. Se tivéssemos variedade selecionada, no ambiente do Rio Grande do Sul, e daí transformada, provavelmente aumentaríamos a produtividade. E provavelmente o sucesso seria maior. Isso talvez explique porque 95% da soja, na Argentina, é transgênica.

No Brasil, pelo último levantamento que fiz, há 52 herbicidas registrados para a cultura da soja. O que está se fazendo ao incorporar o glifosato como herbicida para cultura da soja? Apenas criando uma alternativa a mais de herbicida, ou seja, em vez de haver 52, agora há 53.

Ouvi falar aqui que isso seria monopólio e o agricultor não teria outra opção. Perdão, estão sendo aumentadas as oportunidades de o agricultor escolher. Isso é monopólio? A redução de custo que há com a soja é em torno de US\$30,00 a US\$40,00 por hectare. Na média, o agricultor brasileiro - e lembre-se que a soja é nosso produto número um de exportação - não tira US\$100,00 por hectare, de lucro com a soja. Com a soja transgênica, o agricultor tem aumento de lucro de 30%.

Isso explica por que o agricultor do Rio Grande do Sul já está com 60% de sua área com transgênico. Não se iludam, porque em Goiás também já estão oferecendo a soja transgênica. Já chegou também ao Maranhão, apenas não se fala tanto.

Qual seria a situação, no Brasil, em termos de soja? Hoje, o País planta cerca de 14.000.000ha de soja. Se a metade fosse RR, a economia anual do País seria em torno de US\$210.000.000,00. Por enquanto, vamos esquecer esse número. O que ocorreu nos Estados Unidos e na Argentina quando permitiram a soja RR? Os outros herbicidas, aqueles 52 que havia no mercado, baixavam de preço ou desapareciam. O resultado foi que ao introduzir a soja transgênica o custo de produção da soja tradicional também baixava de preço.

Chegou ao ponto de que hoje há contrabando de herbicidas de soja da Argentina para o Brasil. E já não é para o Rio Grande do Sul, porque lá o mercado também já se foi. Hoje, estão levando para o Brasil Central. O segundo benefício da introdução da soja transgênica é a diminuição do preço da soja tradicional.

O terceiro ponto que quero trazer é o seguinte: no Rio Grande do Sul, existem empresas que querem soja não transgênica para exportar especialmente para a França, entre elas o Carrefour e a Coimbra. Há cooperativas que agenciam o recebimento dessa soja para esses grupos. O agricultor chega à cooperativa, e o técnico da cooperativa pergunta se a soja é transgênica. Ele responde que não porque a transgênica é ilegal. Mas vai tudo para uma mesma pilha. Resultado, tudo que era não transgênico passa a ser transgênico porque, se há uma mistura, não há como separar visualmente. Se se libera o transgênico, o agricultor não precisa mentir. A segregação da não transgênica é muito mais fácil.

Há demanda para a soja não transgênica no mundo. Não sei qual é o tamanho do mercado, mas vamos supor que seja de 5.000.000t. O Brasil produz 30.000.000t. Aqueles que querem os 5.000.000t olham para o Brasil e dizem: "Lá tem 30.000.000t, por que vou pagar mais pela convencional?". Uma vez perguntaram isso para um corretor francês e ele disse: "Eu não sou idiota. Vocês produzem 30.000.000t de não transgênicos, porque vou pagar mais se só importo 1.000.000t?" Se produzíssemos transgênicos, iríamos aumentar o valor do não transgênico e teríamos o mercado do mesmo jeito.

Por último, quem vai compensar os agricultores por esses 210 milhões? O Greenpeace?

Outra história: a Europa não quer transgênico. 70% da soja dos Estados Unidos é transgênica; 93% ou 95% da soja na Argentina é transgênica. Vejam-se as exportações de soja dos Estados Unidos e da Argentina para a Europa. Elas diminuíram de 1996 para a frente? O grão diminuiu. Normalmente mostram só a primeira coluna para vocês. Some-se a proteína, e se verá que, na última, ela aumentou porque o farelo é apenas a soja menos os 18% de óleo. Na soma dos dois, não houve redução nenhuma. A Europa não quer transgênico?! Lembrem-se de que em 1996 não havia soja transgênica nem nos Estados Unidos nem na Argentina. Diminuiu a área?

Essa é uma publicação da revista "Science" mostrando uma roça de arroz na Indonésia. O tamanho médio da propriedade na Indonésia é de 0,3ha. A ilha de Java, que tem o tamanho de nosso Triângulo, provavelmente, tem uma população de 70 milhões de pessoas. Isso não é uma montagem, é real. Como querem aumentar a produtividade? Com a agricultura orgânica? Talvez. Por outro lado, arroz é o alimento mais consumido, alimentando mais ou menos 50% da população humana. Nossa empresa anunciou recentemente o seqüenciamento de todo o genoma de arroz. A pergunta é a seguinte: "depois desse seqüenciamento, o que vamos fazer com esses genes descobertos? Deixaremos como estão?". Se não pudermos aproveitar isso, se não pudermos usar essa ciência, esquece, não sei por que foi feita.

Transgênicos em projeto do Brasil. Queria trazer rapidamente essa informação. Sempre falamos de grandes culturas.

O maior desenvolvimento de pesquisas com transgênicos no País é feito pela EMBRAPA, muito a frente das empresas privadas. Provavelmente 60% a 70% dos investimentos, na área de biotecnologia agrícola, no País, são feitos por ela. A EMBRAPA está desenvolvendo alguns estudos sobre o algodão - resistência a herbicidas e insetos -, o arroz - resistência ao gorgulho aquático -, a banana, a batata, o cacau, o café, a cana, cereais, citros, o eucalipto, o feijão, o mamão, o melão, o milho, o mogno e a soja.

Caso queiram maiores informações, consultem o "site" www.cib.org.br. CIB é o Conselho de Informações de Biotecnologia. O "site" é em português e foi formado por um grupo de empresas e por elas é mantido. Caso tenham sugestões a fazer ou matérias a apresentar, consultem o "site", que serão atendidos. Obrigada.

Palavras do Sr. Maurício Antônio Lopes

Boa-tarde a todos. Minha saudação ao Deputado Eduardo Hermeto, que coordena este painel, na pessoa do qual saúdo os demais membros da Mesa. Em nome do Diretor-Presidente da EMBRAPA, Dr. Alberto Duque Portugal, agradeço a esta Assembléia pelo convite. O Dr. Portugal, embora muito motivado a participar deste debate, não pôde fazê-lo devido ao fato de ter sido convocado para reunião com o Ministro Pratini. Espero corresponder à expectativa de vocês em relação à participação da nossa empresa, a EMBRAPA, neste evento. Foi-nos solicitado apresentar o tema "Impactos da Biotecnologia na Agroindústria". E, para facilitar seu entendimento, colocarei quatro questões, que nortearão nossa breve exposição: "quais são as principais forças que influenciarão o agronegócio brasileiro nos próximos anos? Qual o papel da ciência, da tecnologia, da inovação, no futuro dos setores agroalimentar e agroindustrial? Qual o potencial da biotecnologia moderna na competitividade e na sustentabilidade desses setores? Como o País deve responder a esses desafios? Como acessar essas novas ferramentas e introduzi-las no seu processo de inovação?".

Início, com este "slide", dizendo que a agricultura tem sido, no Brasil, pródiga na incorporação de inovação. A agropecuária é, provavelmente, o setor que mais incorporou inovações nos últimos 50 anos. Esse "slide" mostra a dinâmica da agropecuária brasileira da década de 50 até a década de 90. Podemos observar a espacialização da atividade agropecuária no território nacional. Vocês podem ver que, na década de 50, a agricultura estava praticamente concentrada na zona Atlântica, e, nas décadas seguintes, houve uma grande interiorização da agricultura, ocupando outros espaços, enfrentando importantes desafios. A pesquisa, no País, teve papel importantíssimo na dinamização da agropecuária.

Quero deixar claro que o setor agropecuário tem sido extremamente competente em incorporar inovação, superar desafios e problemas. Isso está muito claro nos resultados recentes da economia brasileira. Apenas no primeiro semestre, o PIB agrícola cresceu 8% por causa do grande avanço que ocorreu especialmente na última década, com uma organização tremenda das nossas cadeias, do setor agroindustrial, com uma revolução no cerrado, com a lavoura integrada na pecuária. Temos uma agricultura cada vez mais sustentável e cada vez mais dinâmica. É bom lembrarmos que o Brasil é considerado a grande fronteira para a expansão da agricultura no mundo. Os espaços que ainda existem para a

expansão da agropecuária são bastante limitados. No Canadá ainda existe muita área, mas limitada, em virtude do clima. A mesma coisa ocorre na Rússia e no Leste europeu. O Brasil ainda tem um grande espaço para o crescimento de uma agricultura sustentável, dinâmica e competitiva. Mas temos desafios enormes a vencer. Temos uma competição internacional com mercados cada vez mais abertos, convivendo com o protecionismo ainda muito exacerbado. As cadeias e os sistemas tornam-se cada vez mais integrados, com maior coordenação no sistema agroindustrial, com fusões, com concentração. Há a crescente regulamentação, o novo arcabouço de proteção do conhecimento, as leis de propriedade intelectual, a certificação de produtos para que acompanhem mercados, a rápida diferenciação e especialização de produtos no âmbito dos nossos competidores e o rápido crescimento dos instrumentos da inovação. Nesse ponto temos a tecnologia de informação, a biologia avançada. Há um conjunto novo de desafios consideráveis que a agricultura brasileira precisa enfrentar se quiser continuar sendo competitiva e ocupar novos espaços. Em adição a todo esse conjunto de desafios, existem outros que estão na ordem do dia, que estão na mídia, como a questão da matriz energética no mundo em relação às mudanças climáticas, uma vez que usamos, cada vez mais, combustíveis fósseis. Há o aumento do número de veículos e o aumento gradual da temperatura do globo com a concentração de carbono na atmosfera ocasionando desastrosas mudanças climáticas. A questão das soluções da química estão sendo gradualmente substituídas pelas soluções da biologia. Se há mais produtos químicos para serem usados na agricultura, aumenta também o número de espécies resistentes a esse princípio, aumenta a resistência de plantas, de insetos e tudo o mais. Há um clamor por substituir as soluções da química por soluções da biologia. O crescimento da população, a expansão da agricultura, as questões ambientais, hoje, estão com menores áreas disponíveis para se produzir. E há também a questão dos oceanos e da produção de alimentos. Os oceanos ainda disponibilizam para o homem volumes significativos de alimento. Mas essas reservas estão caindo rapidamente, e isso significa um desafio novo e uma pressão ainda maior sobre a agricultura, para não falar nos subsídios que são intensos. Não percebemos em curto prazo uma tendência de decréscimo na questão do subsídio. Então, o Brasil tem de buscar competitividade, aumentar a qualidade dos seus produtos e fazer isso de forma sustentável, respeitando os limites da base de recursos que sustentam o agronegócio. Para fazer isso, precisamos, cada vez mais, de inovação. Não é possível romper todos esses desafios, fazer conjunto complexo de problema sem forte investimento em inovação.

Ninguém duvida, hoje, que a biologia avançada, a biotecnologia moderna e a tecnologia da informação são vertentes de inovação que fornecem novas ferramentas e oportunidades competitivas para o agronegócio brasileiro, porque, se bem aplicadas, nos permitirão aumentar a velocidade do processo de inovação na pesquisa e a produtividade de nossas culturas, reduzindo custos e gerando produtos cada vez mais seguros, respeitadores dos limites do ambiente, especializados e capazes de agregar novos valores e atender a novos segmentos de consumo.

A biotecnologia moderna nos permite buscar outra compreensão do mundo natural e entender a base biológica de mecanismos complexos que ainda não entendíamos, gerando outro espectro de oportunidades para a agricultura. Com a biologia moderna, a biotecnologia e a tecnologia de informação, começa a surgir outra agricultura, considerada a indústria do futuro, por ser capaz de produzir, além de alimentos, fibras e novos materiais, com impacto na saúde e no bem-estar das pessoas. Nesse ponto, temos a questão dos alimentos funcionais e a questão energética, extremamente importantes. Essas vertentes de inovação são grandes oportunidades para se agregar valor e diversificar a agricultura, fazendo que o Brasil possa aproveitar seu grande potencial.

Não há dúvidas de que a biotecnologia pode dinamizar tremendamente os setores agroindustriais e agroalimentares. Obviamente, é preciso que se façam as escolhas certas, que tentemos fugir dos modismos, pois nem tudo que está sendo desenvolvido e disponibilizado nos países desenvolvidos é adequado à realidade brasileira. Temos de fazer as escolhas corretas, escolher os caracteres que realmente nos ajudem a superar problemas de natureza tropical, os problemas sérios da nossa agricultura, como as questões de nutrição, pragas e doenças de plantas, os estresses bióticos e abióticos tão típicos de nossa região. Precisamos incorporar essas inovações, sem, contudo, perder de vista que temos de fazê-lo de maneira segura e sustentável, respeitando as questões relacionadas à diversidade dos sistemas produtivos, com rotação e diversidade de culturas, e ao balanço de nutrientes e inimigos naturais.

Devemos nos perguntar se os impactos das novas tecnologias retardam, são neutros ou avançam na questão da sustentabilidade e do uso seguro da base de recursos que sustenta o agronegócio. Vamos procurar nos guiar por essa lógica: Quais são as biotecnologias que fazem sentido para o Brasil? Quais agregam valores e ajudam o País a superar dificuldades e limitações sérias para nossa competitividade e futuro? Essas tecnologias podem ser usadas de maneira segura e sustentável?

É papel do sistema de inovação, dos cientistas, contribuir para essa discussão. Infelizmente, porém, tem havido pouco debate objetivo. Precisamos, cada vez mais, tentar desmitificar alguns mitos que já não fazem sentido, como, por exemplo, a questão da modificação genética, que o homem já pratica há bastante tempo. O milho e o tomate são resultados de modificações genéticas feitas pelo homem e existem há milhares de anos. Há também o cão doméstico, que é um dos grandes exemplos de diversificação em uma espécie a partir de modificação genética.

Isso não é novidade. O Dr. Wilhelmus mostrou o crescimento tremendo das produtividades de milho nos Estados Unidos, no último século, em razão dos grandes avanços na genética e de nossa capacidade de fazer melhoramentos de forma direcionada, objetiva e eficiente. Basicamente, tudo que consumimos hoje é fruto de modificação genética realizada pelo homem e de melhoramentos embasados no conhecimento das genéticas quantitativa, tradicional e molecular. A grande diferença das ferramentas tradicionais é que, pela primeira vez, podemos romper as barreiras de transmissão de genes e de caracteres entre espécies, podemos fazer modificações bastante localizadas e precisas no genoma, permitindo que se transfiram genes e se levem características novas para espécies que não poderiam acessar ou ter essas características pelas vias normais.

O melhoramento genético convencional faz uso de grande número de cruzamentos, mas raramente é possível, por meio dele, provocar mudanças específicas, controladas ou localizadas no genoma. O melhoramento genético tradicional só nos permite fazer mudanças bastante massivas, muitas vezes pouco controladas. Uma das grandes vantagens da engenharia genética é nos permitir fazer modificações bastante localizadas, extremamente precisas, muito bem identificadas no genoma, o que nos permite acompanhar as mudanças e ajustes com grande precisão e grande facilidade. Então, não são mudanças feitas ao léu. Desse ponto de vista, a engenharia genética é até mais vantajosa do que o melhoramento genético tradicional, que não nos permite, na maioria das vezes, fazer um acompanhamento preciso de todas as mudanças que se provocam no genoma de plantas e animais por meio dessa tecnologia.

E a engenharia genética não é novidade para o homem. Existem casos na natureza em que há, naturalmente, transferência de genes entre espécies. Temos exemplo de engenharia genética feita de forma natural: tumores causados pela agrobactéria, que injeta os seus genes em tecidos de plantas, fazendo nascer galhos. É muito comum roseiras com esses galhos ou tumores no caule, em razão da ação dessa bactéria. Então, é falácia dizer que pela primeira vez o homem está fazendo engenharia genética ou transferindo genes entre espécies. Isso já existe na natureza há milhões de anos, sem impactos visíveis ou que possam ser medidos em qualquer sistema.

Outro grande erro - parece-me que uma palestrante falou sobre isso com muita propriedade - é que a biotecnologia moderna, ou avançada, não se restringe unicamente à produção de transgênicos. Há um conjunto novo de ferramentas, conceitos e instrumentos extremamente potentes sendo desenvolvidos pela biologia avançada, moderna. Além da engenharia genética temos a cartografia molecular, a possibilidade de se mapear genes no genoma, a genética genômica, a famosa genômica estrutural e funcional, a cultura de tecidos, a engenharia metabólica, de proteínas, de tecnologia de biossensores, a bioinformática. Infelizmente, em razão de discussões e, às vezes, de compreensão equivocada do que é a biotecnologia moderna, estamos perdendo a oportunidade de avançar rapidamente em várias frentes, ocupando espaço, internalizando rapidamente essas novas ferramentas e tecnologias. O debate, muitas vezes, contamina toda uma discussão e evita que avancemos com rapidez, internalizando instrumentos, ferramentas e conceitos que serão fundamentais para a competitividade do nosso País.

Considera-se que os produtos da biotecnologia são só os que estão na mídia, na ordem do dia, mas esses são bastante insignificantes frente ao

grande potencial dessa nova tecnologia e desses novos conceitos. Estamos vendo somente a pontinha do "iceberg". Há todo um conjunto de possibilidades, de ferramentas e de estratégias para tratarmos de questões relacionadas a estresses, à qualidade, à bioprospecção, à limpeza do meio ambiente, à funcionalidade dos alimentos, aos conceitos de biofábrica, enfim, há um conjunto imenso de possibilidades e de caminhos que serão, certamente, ocupados no futuro. Se ficarmos num debate meio embaçado e focado em fatos que representem muito pouco do que pode ser a biotecnologia, podemos estar perdendo oportunidade e tempo e, no futuro, certamente perderemos competitividade.

Outra falácia é que a biotecnologia precisa ser 100% segura. É impossível encontrar qualquer processo ou produto que seja 100% seguro. Apresento este eslaide para mostrar, por exemplo, a questão do orgânico, que é tido como 100% seguro ou sempre seguro. Esse é o resultado de um trabalho feito pela UFRJ, mostrando os efeitos colaterais de plantas medicinais. Diversas plantas medicinais têm efeitos colaterais bastante sérios. Elas têm suas vantagens, seus efeitos terapêuticos, mas também têm efeitos colaterais. Então, o próprio orgânico não é 100% seguro. Por exemplo, a síndrome da vaca louca, problema seriíssimo que ocorreu na Europa e em outras partes do mundo, foi resultado de um sistema orgânico de produção, ou seja, a alimentação dos animais com farinha de carne e de osso, que trouxe tantos problemas e dificuldades.

Embora existam muitos debates e discussões em torno da biotecnologia moderna, o que é bastante saudável, temos de lembrar que nenhum dano foi causado pelos produtos da biotecnologia que chegaram ao mercado e foram usados, como o hormônio de crescimento humano, a insulina, o coalho de queijo, a soja. Esses produtos estão sendo usados há muitos anos, sem que se tenha registrado ou medido algum efeito danoso à saúde. Enquanto isso, os nossos competidores avançam. Essa é a grande preocupação. Enquanto nos perdemos em um debate longo e complexo, talvez pouco objetivo, os nossos competidores avançam rapidamente. Vejam aqui a distribuição dos organismos geneticamente modificados no mundo: em vermelho, os países que estão produzindo e consumindo; em amarelo, os que estão testando OGMs. Os nossos principais competidores estão investindo pesadamente na biotecnologia, desenvolvendo, testando e avaliando um conjunto enorme de novos produtos, não só em produção vegetal, mas também em produção animal, clonagem, etc.

Temos de pensar seriamente em fazer, o mais rápido possível, um debate que nos leve a internalizar e utilizar de forma segura e racional essas tecnologias. Devemos pensar não somente na biotecnologia, que é integrada a outros sistemas capazes de dinamizar os setores agroindustrial e agroalimentar. A capacidade competitiva do Brasil nos mercados de alta tecnologia ainda é baixa. O relatório da ONU aponta o Brasil como o 27º país no desenvolvimento de tecnologias de alta densidade. Precisamos mudar esse quadro. O Brasil ainda é um grande exportador de "commodities", mas, nos mercados de alta tecnologia, tem participação muito baixa. O nosso agronegócio precisa avançar rapidamente para integrar esse conceito da agricultura como a indústria do futuro, capaz de se diversificar, aumentar sua sustentabilidade e o "portfólio" de produtos possíveis, buscar novos espaços para os usos alimentares e não alimentares da soja tropical, tão rapidamente pesquisados pelos nossos competidores, especializar produtos, como o milho tropical. Em pouco tempo, se esse produto não for direcionado para usos específicos - para o consumo humano, de suínos, de aves e para a indústria química -, perderá competitividade, e o produto dos competidores tornar-se-á mais atrativo. Além disso, existe a conveniência e a comodidade, cada vez mais solicitadas pela sociedade, como o desenvolvimento de frutas cada vez menores e de uva sem sementes. Se não avançarmos rapidamente nesse nicho, o Brasil perderá espaço no mercado.

A mandioca, produto nosso, tem possibilidades fantásticas de ocupar novos espaços na indústria. Na alimentação, pode ser utilizada em pigmentos, vitaminas, amidos especiais, etc. As biofábricas podem viabilizar a produção de fármacos e outros produtos de valor e interesse industrial, a partir do agronegócio.

Como foi bem dito, não é verdade que somente empresas multinacionais se beneficiariam da utilização da biotecnologia no Brasil. A EMBRAPA, hoje, é a empresa que mais desenvolve esforço na área biotecnológica do País. Temos um enorme número de projetos concentrados em prospecção gênica, em genética genômica, estrutural e funcional, em biossegurança, para buscar informações e dados que garantam a segurança dos produtos que estamos desenvolvendo.

Não terei tempo suficiente para falar, mas temos um conjunto enorme de projetos que buscam abranger as mais variadas características, que interessam ao Brasil, que darão vantagens competitivas para a agricultura tropical que se desenvolve aqui.

Temos resultados concretos como o mamão transgênico, o milho transgênico, tolerante a alumínio e eficiente na absorção de fósforo, o feijão transgênico, tolerante ao vírus do mosaico dourado, a soja transgênica, tolerante a herbicidas, o milho com alto teor e alta densidade nutricional, a batata, etc. O Dr. Wilhelmus já mencionou alguns desses produtos.

É preciso fazermos uma reflexão: "queremos nos inserir num mundo global, transparente, altamente competitivo, com uma visão gradualista de mudança?". Esta é representada pela lógica de que o mundo de ontem acaba sendo incorporado pelo de hoje, o mundo de hoje acabará sendo incorporado pelo de amanhã. Dando um jeitinho, continuamos com as velhas lógicas, com os velhos métodos, ocupando espaço e sobrevivendo. Na verdade, no mundo de hoje, precisamos ter visão mais radical de mudança, entendendo que grande parte do mundo de ontem já foi excluída do de hoje, que, certamente, terá parte excluída do mundo de amanhã. A sobrevivência e a competitividade estarão reservadas aos que inovarem de forma segura e contínua.

O papel da EMBRAPA é trazer essas questões para o debate e contribuir para que a nossa agricultura tenha acesso às ferramentas, aos conceitos e aos instrumentos que darão ao País capacidade de competir e de se inserir, de forma digna, no mundo que está aí. Estou à disposição para o debate. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - A fase dos debates terá a duração de 30 minutos. Para agilizá-la, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam sucintos, dispensadas as formalidades e saudações pessoais. Cada participante disporá de dois minutos para intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para a resposta. Identifiquem o participante a quem a pergunta é dirigida, a quem será dado o direito de responder.

Debates

O Sr. Luiz Henrique Orsini Rodarte - Sou Presidente do Centro Nacional de Tecnologia Ambiental - CNTA -, ONG técnico-científica, com todas as preocupações ambientais e sociais que o tema suscita.

Falou-se sobre a importância do capital intelectual. O tema sugere um caráter inovador, portanto pede um espírito de cooperação entre todas as entidades participantes, cientistas, sociedade. Podemos falar principalmente da necessidade de mobilização e participação social, que é o que mais nos chama a atenção, considerando a importância do tema e a oportunidade de ouro que a sociedade tem de discutir esse assunto. Gostaria muito que essa discussão continuasse nesta Casa, que a vontade política colocada como necessidade fosse cobrada. Eu cobrarei.

Farei o papel de conciliador de tudo o que aconteceu. Falando rapidamente como biólogo, que é a minha formação, temos, do ponto de vista evolutivo, grande tecnologia, que, literalmente, está em nossas mãos, em nossa habilidade de pensar com as mãos. Quando desenvolvemos essa tecnologia, passamos, primeiramente, do engatinhar para o conseguir ficar de pé e o dominá-la totalmente. É necessário domínio total dessa tecnologia. Temos de medir distâncias. Esse momento social é importante para entender o assunto. Acredito que a grande riqueza dessa

discussão vem da divergência de opiniões, mas não podemos ficar discutindo sem garantir a evolução de fato do assunto. Também foi dito que o desenvolvimento econômico está pontuado nisso, está embasado nisso, em certos aspectos. Esse desenvolvimento econômico vai continuar. Cabe-nos seriedade, responsabilidade e maturidade para discutir o assunto; cabe-nos também uma postura social diante dele. Isso está acontecendo agora. Quero contar com a Assembléia. Estamos nesta Casa para fazer aquilo a que ela mais nos inspira, ou seja, parlamentar sobre esse assunto. Gostaria de fazer isso mais de uma vez. Que todas as opiniões trazidas aqui me sejam encaminhadas. Esses são os primeiros passos que estamos dando para discutir a questão. O CNTA assume o compromisso de articular o SINDBIO, sindicato que vimos nascer e crescer, e de articular sua relação com a FIEMG. Estamos assumindo o compromisso de articular o SINDBIO, a FIEMG e todas as demandas sociais, intelectuais e tecnológicas que saírem daqui. Gostaria de ser procurado para trocar idéias. Isso não poderá terminar agora. Vamos pensar na necessidade de mobilização e participação social. Essa é uma oportunidade de ouro para discutir a nossa comida. Vamos garantir essa representatividade. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Pergunta de Tatiana Barbosa, dirigida a Willer Hudson Pós e ao Prof. Luiz Mário: "O que vem sendo feito em Minas Gerais e no Brasil em relação à sustentabilidade, sua política, e quais técnicas biotecnológicas vêm sendo usadas para esse fim?"

O Sr. Willer Hudson Pós - Na verdade, estamos no processo inicial. Como disse anteriormente, a legislação é muito precária. Existe uma decisão normativa no CONAMA. Ela vai legislar sobre essa questão da biotecnologia, mas temos muito pouca coisa. Temos, na FEAM, apenas sete empreendimentos licenciáveis na área de biotecnologia. Isso acontece por ser um setor novo, no qual os critérios ambientais estão por vir.

O Sr. Luiz Mário Queiroz Lima - Tatiana, está sendo feita muita coisa na área da biotecnologia ambiental. Só posso falar da área microbiana. Um dos "slides" que mostramos é de Angra dos Reis. Lá, estamos fazendo um tratamento de chorume, líquido complicadíssimo para se tratar, com fungos e bactérias, em uma área de salinização. Isso também responde ao Sérgio Pontes, quando disse que não existe nada nessa área. Não é verdade. Esse projeto de salinização é exportado, embora seja de uma empresa brasileira. As pessoas pensam que não podemos exportar, mas não é verdade. Também existe um trabalho muito grande na área de desertificação, usando microorganismos, bactérias e fungos, o que chamamos de técnica de trofobiose. Temos, no Norte, 37 mil índios passando fome, porque não conseguem plantar em suas áreas. Lá, há um deserto. Se não houver a biotecnologia e o transgênico, vão morrer de fome. Qual é a outra tecnologia? Há pessoas passando fome. O trabalho lá é da UNICEF. A única saída que encontramos foi usar bactérias para fazer trofobiose, ou seja, (...) o solo para plantar.

O Sr. Presidente - Pergunta de Célia Diniz, PUC-Contagem, dirigida à Profª Maria de Fátima Oliveira: "A clonagem de células humanas para beneficiar o próprio homem é uma iniciativa louvável. Entretanto, os cientistas não contaram com isso quando anunciaram a energia nuclear, radioativa, que futuramente destruiria Hiroshima. Não há algum risco em tornar a clonagem uma prática banal e arriscada em um futuro próximo?"

A Sra. Maria de Fátima Oliveira - Agradeço a pergunta, até porque, no texto que foi distribuído, abordamos a clonagem como uma das biotecnologias importantes. Tudo está em debate. Disse que a biotecnologia se estabeleceu e veio para ficar. Isso é um fato. Então, temos que aprender a lidar com ela. Espero que o debate seja respeitoso, porque este é um País laico, democrático, há diferentes opiniões, e todas devem ser ouvidas e consultadas. O debate em Barbacena foi extremamente desrespeitoso. Mas acho que também temos que trabalhar com as comunidades morais, as diferentes opiniões.

E para a clonagem, tanto a tradicional quanto a tipo "Dolly", existem inúmeros senões, inúmeros problemas. E, em grande parte, essas biotecnologias, pelo menos a clonagem e a transgenia, ainda são rudimentares e inseguras. Isso significa que os cientistas têm que estudar mais, saber mais, dar mais publicidade a tudo. Pagamos o desenvolvimento científico e tecnológico. Não é justo nem ético que os cientistas continuem prestando contas apenas aos seus pares. Nós, da sociedade, temos o direito e o dever de participar desse debate.

O Sr. Presidente - Pergunta ao Prof. Roberto, de Renata Bassi e Samyra Nassif, do curso de Ciências Biológicas da PUC: "Na Inglaterra, o uso de células-tronco embrionárias para a pesquisa já é permitido. Qual a perspectiva desse uso no Brasil?"

O Sr. Roberto Machado Silva - A perspectiva tem que ser grande também, uma vez que a ciência está globalizada. Não podemos prescindir de tecnologias que proporcionarão a pacientes melhoras ou terapias que poderão trazer benefícios. No Brasil, já está sendo coletada parte do cordão umbilical e congelada a menos de -147°C, em nitrogênio líquido, para que a pessoa, vindo a precisar de um transplante no futuro, tenha maior segurança. Essa é uma inovação, e temos que adotá-la.

O Sr. Presidente - Pergunta de Gabriel, da Faculdade de Direito Newton Paiva, ao Prof. Naftale e ao Prof. Roberto: "Abordaram-se vários aspectos referentes à biotecnologia; contudo, não foram mencionados os possíveis riscos à saúde da população, decorrentes de tal prática. Quais seriam os riscos? A omissão de tal informação não configura manipulação para o consumo de produtos nocivos?"

O Sr. Naftale Katz - Não é nenhuma omissão. Em 20 minutos é absolutamente impossível falar tudo sobre biotecnologia. Todos os trabalhos mostram claramente o que é favorável e o que é desfavorável em cada técnica.

Uma das perguntas feitas me lembra algo: deveríamos proibir o uso de aviões, que foram usados para destruir duas torres e matar mais de 3 mil pessoas inocentes nos Estados Unidos. Vamos propor que esta Assembléia faça uma lei proibindo o uso de aviões, especialmente os Boeings, que são muito perigosos.

Portanto, essa é uma leitura absolutamente errada.

Não existe nada que não tenha seu lado benéfico e seu lado maléfico, temos que estudar e analisar. Terá efeitos colaterais, problemas, como qualquer técnica. Podemos também não querer usar o petróleo, porque de vez em quando ocorrem vazamento em que navios, matam peixes, poluem os rios e o mar. E qualquer medicamento tem efeitos colaterais. Devemos saber o que há de bom e de ruim na técnica e aplicá-la com os devidos cuidados.

O Sr. Roberto Machado Silva - Concordo com o Prof. Naftale. Quero perguntar a quem fez a pergunta: "já tomou a vacina contra a hepatite B?". Se não tomou, é melhor tomar, e ela é transgênica e protege contra a contaminação. Naturalmente, os efeitos que essa vacina poderá causar daqui a 60 anos são melhores do que um problema hepático daqui a 3, 4 ou 5 anos.

O Sr. Evaristo Garcia - Estamos lutando, nos Conselhos de Saúde e nas plenárias dos orçamentos participativos, para conseguir liminar ou medida para impedir a compra de títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro e pelo Banco Central com recursos originários do FGTS, destinados para o saneamento, o meio ambiente e a construção de casas para famílias com renda de até três salários mínimos, como consta no Decreto-Lei nº 949, de 13/10/69, que autorizou o Banco Nacional de Habitação a aplicar, nas operações de saneamento e moradia, além de seus próprios recursos os fundos de garantia por tempo de serviço. Os recursos do BNH eram R\$110.000.000.000,00, e o Sr. Fernando Henrique Cardoso inventou quebra-deira dos bancos, atendendo a uma choradeira da nora, que dizia que ficaria na miséria, e, para evitar um colapso econômico, praticou a maior corrupção jamais vista pela humanidade, doando aos banqueiros e à bancada dos grandes produtores rurais do Congresso o PROER I e o PROER II. São R\$12.000.000.000,00 todo ano, e, com a simples Resolução nº 2.521, de 8/7/98, do Conselho Monetário Nacional, cortou o financiamento para o setor público, as Prefeituras e os Estados. É um absurdo inaceitável desviar

recursos de prevenção à saúde para especuladores financeiros. Um exemplo: no orçamento de 2001, destinou-se para o meio ambiente somente R\$1.000.000.000,00. No entanto, só do recolhimento do FGTS entram R\$12.000.000.000,00 por ano. As prefeituras e os Estados estão impedidos de obter esses empréstimos, ainda que comprovem condições de pagá-los. Esses recursos, além de garantir o bem-estar da população, vão gerar milhões de empregos, juntamente com a produção de álcool, uma energia limpa. Luto para que seja retomado o refinanciamento do FGTS para o saneamento básico. É um crime, de que todos os parlamentares e lideranças têm conhecimento, mas ninguém abre a boca para falar sobre isso, porque o Sr. Armínio Fraga é o gestor financeiro deste País. Obrigado.

O Sr. Wilhelmus Uitdewilligen - Sr. Garcia, o senhor apresentou com muita propriedade a questão do saneamento, que realmente deve ser uma prioridade. As doenças de veiculação hídrica sempre foram a causa de mortalidade de crianças de até cinco anos e, principalmente, de pessoas de idade avançada. Estamos em uma assembléia do povo, e está chegando o dia 6 de outubro, quando as pessoas, como o senhor, podem fazer valer o seu voto.

O Sr. Presidente - Pergunta de Rodrigo Baeta, Consultor da Assembléia, dirigida ao representante da EMBRAPA, Dr. Maurício Antônio Lopes: "A agropecuária orgânica não seria aquela que utiliza técnicas naturais de criação e de produção? Como afirmar, então, que dar ração com carne para um bovino, a qual causou a doença da vaca louca, pode ser considerada uma cultura orgânica?"

O Sr. Maurício Antônio Lopes - Rodrigo, o intuito dos "slides" foi mostrar que o dito natural - talvez o termo não tenha sido o melhor - pode não ser seguro, que produtos naturais usados para fins terapêuticos, muitas vezes, sendo absolutamente naturais, derivados de plantas e de extratos de plantas, também podem ser motivo de riscos consideráveis na sua utilização. Da mesma forma ocorre com a alimentação animal, quando se utilizam componentes absolutamente naturais, como a farinha de carne e osso, que historicamente era adicionada às dietas e considerada uma prática totalmente segura, porque o produto era natural, mas, na verdade, não se mostrou tão segura.

O objetivo não foi polemizar em torno da agropecuária orgânica, uma vertente bastante interessante, importante, que tende a crescer. Estamos fazendo pesquisa nessa área. Então, por favor, não entenda que fiz uma crítica aos sistemas orgânicos ou naturais. A tentativa de dar esses dois exemplos foi para mostrar que não é o fato de ser natural ou não modificado que faz com que o alimento seja garantidamente seguro.

O Sr. Presidente - Débora Serra Dourada, da PUC de Contagem, fez duas perguntas: uma ao Dr. Roberto Machado, e a outra ao Deputado Edson Rezende, respectivamente: "Quais pesquisas estão sendo realizadas sobre a biotecnologia para a solução do problema da AIDS? Qual a posição do Poder Legislativo mineiro sobre a concessão de áreas de plantio para pesquisa de transgênicos?"

O Sr. Roberto Machado Silva - Temos de dar graças a Deus porque a AIDS está atingindo os Estados Unidos primeiro, uma vez que têm muito dinheiro e estão investindo pesadamente, através da biologia molecular e da farmacogenômica, na procura de uma saída ou de uma vacina para a AIDS. Se a AIDS ocorresse apenas na África ou no Brasil, o mais barato seria fechar as fronteiras e deixar que ela contaminasse o pessoal todo para, depois, investir em pesquisa preventiva. Há muitas pesquisas em todo o mundo. No Brasil também se fazem pesquisas, mas tudo passa pela genômica, por meio da biologia biomolecular.

O Deputado Edson Rezende - Qual a posição da Assembléia Legislativa? Vou colocar minha posição, que é contrária à área de plantio comercial para transgênicos. O que meu projeto define nessa área é que, para pesquisa em campo, é preciso haver FIA-RIMA. Mas para pesquisa, em casa, com toda a proteção, de vegetais, não seria preciso. Para experimento em campo, há essa exigência. Aí fica uma questão: por que as empresas ainda não fizeram seu EIA? Qual a justificativa para não fazerem? Existem algumas pessoas que dizem que somos contra a pesquisa, contra o avanço da biotecnologia. O que estamos afirmando com clareza absoluta é que temos que regulamentar a pesquisa. Existem mais de 97 pontos de pesquisa no Estado, e não há fiscalização. Quero saber se o Governo Federal consegue fiscalizar. Não fiscaliza nem alimentos. Dou uma idéia: existe uma substância chamada Stévia, que é adoçante sintético. Tem 0,1mg de steviosídeo e 4mg de sacarina. Para usar a Stévia, vai comprar outro produto chamado steviosídeo. O Governo não consegue controlar nem os não-transgênicos, como vai controlar os transgênicos, cuja tecnologia de controle ainda não se conhece bem?

O Sr. Presidente - Pergunta de Thiago Lucas Miranda, estudante da UFMG, à Profa. Maria de Fátima Oliveira: "Gostaria de sugerir que se aumente a participação de outros setores da população nos próximos eventos realizados na área de ciência e tecnologia, pois concordo com a crítica do início da sua exposição."

A Profa. Maria de Fátima Oliveira - Acho que temos que respeitar a dinâmica das sociedades. A sociedade em que vivemos é plural. Um fórum técnico de biotecnologia, mesmo que seja bancado financeiramente por um setor, do ponto de vista ético não pode ter somente esse setor. Quem tem dinheiro deve gastar e ajudar na organização popular. Então, minha sugestão aos organizadores desse fórum técnico das empresas de biotecnologia é que tirem a viseira e convoquem os diferentes setores da sociedade para discutir em pé de igualdade, porque essa discussão pode-se transformar num espaço plural importante de defesa da ciência e da tecnologia. Quero que o Brasil tenha muitas empresas de biotecnologia, mas é preciso ficarmos abertos às diferentes opiniões. Quando um setor se organiza sozinho e quer empurrar sua verdade goela abaixo, é um insulto à inteligência, é a banalização da vida.

Queremos um Brasil diferente, decente, e temos de ter postura de abertura à pluralidade. Devemos nos organizar junto com os empresários da biotecnologia do nosso País. São cidadãos importantes e precisamos deles, mas também precisamos de nós. Temos de deixar a postura da arrogância, de achar que só o mercado ou o "globalitarismo" é que resolvem. Este País é nosso, e temos o dever moral de fazê-lo justo e igualitário. Para isso precisamos contar com humildade e com menos intolerância por parte do empresariado.

O Sr. Frederico - Boa-tarde a todos. Represento o Grupo de Estudos e Pesquisa em Direito Educacional - GEPEDE. Solicitamos aos alunos do curso de biotecnologia que se levantem para a leitura da moção que será lida por uma aluna.

A Sra. Jane Cristina Rodrigues da Cruz - "Moção em apoio à criação de um grupo de trabalho para implantação do futuro Conselho Regional de Biotecnologia no Estado. Estudantes de nível técnico e profissionais do setor de biotecnologia, interessados em biotecnologia nacional, articulam junto ao Parlamento Mineiro o processo de desencadeamento de discussões para a criação de entidade especializada, de classe, funcionando como Conselho Regional e/ou Nacional de Biotecnologia. E também procuram definir propostas, programas, projetos e políticas públicas para a Biotecnologia, consonantes com a Legislação Estadual e Nacional, em especial com a Constituição Republicana de 1988, com a Constituição Mineira de 1989, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e com a Legislação Educacional.

O ser humano enfrenta seu estado de necessidade e precariedade de várias maneiras, inclusive com o saber-fazer racional e operacional da tecnociência. Ademais, neste século, adquiriu a competência biotecnocientífica, que visa transformar e reprogramar o ambiente natural, os outros seres vivos e a si mesmo em função de seus projetos e desejos, fato que se torna, cada vez mais, motivo de grandes esperanças e angústias, consensos e conflitos.

Todavia, a humanidade tem se beneficiado dos avanços científicos, demonstrando com isso que os resultados positivos são fruto do exercício constante, que é o pesquisar. A Biotecnologia é reflexo inovador da economia que se desenha no novo milênio. Deste modo, nada mais justo que o reconhecimento da identidade profissional própria, particular e única para quem é o principal responsável pela origem do processo: o biotecnologista. Para tanto, torna-se de fundamental importância discutir o perfil do biotecnológico, bem como suas funções, desde a mais corriqueira, nos procedimentos cotidianos de um laboratório, até a mais evoluída forma de expressão do setor biotecnológico.

Firmamos, neste Fórum Técnico de Biotecnologia, a proposta de apoiar a criação do grupo de trabalho para o estudo de viabilidade legal, fundamentada especialmente no direito educacional, para que o biotecnologista seja reconhecido socialmente, como profissional cujas atribuições estão determinadas na classificação de ocupações brasileiras - COB 2000.

O Sr. Presidente - Zenon Rodrigues pergunta ao Prof. Luiz Mário: "Quais seriam as recomendações que você indicaria para que a biotecnologia chegue aos pequenos produtores agropecuários do País?".

O Sr. Luiz Mário Queiroz Lima - Acabo de ver uma verdadeira demonstração de participação. Obrigado, alunos. Faça parte do sindicato e me esforcerei por criar essa câmara. Gostaria de ter a participação de vocês na área de ciência e meio ambiente.

Quanto à pergunta, não sei a ela responder porque nada entendo da área agrícola, já que meus estudos se concentram na área de bactérias. Solicito que a pergunta seja respondida por outra pessoa.

O Sr. Maurício Antônio Lopes - Obviamente que a biotecnologia precisa chegar ao País. Temos resultados extremamente interessantes de produtos da biotecnologia chegando aos pequenos produtores da África do Sul e da China, viabilizando o algodão transgênico, que foi liberado nesses países recentemente e está mostrando um impacto fantástico na viabilização de pequenos empreendimentos rurais. O Brasil precisa pensar nessa tecnologia, não só do ponto de vista dos grandes empreendimentos, da potencialização das grandes cadeias, das grandes "comodities", mas também do ponto de vista da biotecnologia que viabilize empreendimentos de pequeno porte. Há um conjunto extremamente interessante de possibilidades que precisamos avaliar. A biotecnologia tem um potencial fantástico de viabilizar empreendimentos familiares e empreendimentos de pequeno porte no Brasil. Dou o exemplo do algodão, porque é um exemplo recente que está dando viabilidade aos produtores da África do Sul e da China, que, sem essa tecnologia, estariam totalmente fora do mercado.

O Sr. Presidente - Pergunta de Cássia de Faria, da PUC de Contagem: "Se é de interesse da população mundial o avanço da biotecnologia na saúde, na agricultura e em outros setores mais, por que não há esclarecimento de forma mais ampla às camadas mais leigas da sociedade, afastando o rótulo negativo dos transgênicos?".

O Sr. Roberto Machado Silva - Mitos, fatos, contra-informações, verdades e inverdades. Primeiro, começamos com o nome: "Frankfut", que já está errado, porque Frankenstein era o médico, não o monstro. Então, tudo já começa por aí. São mitos errados. A imprensa, mal orientada, muitas vezes por culpa do próprio cientista e das pessoas que sabem, às vezes adquire informações por origens externas, de pessoas que desejam inviabilizar o nosso progresso. Há 40 anos, aqui chegaram uns americanos e disseram que o cerrado era impróprio para qualquer cultura. Os nativos aceitaram, mas um deles, vendo que o solo era ácido, resolveu colocar calcário, neutralizar o pH e colocar risóbio. Hoje o cerrado é um dos maiores produtores de soja. O problema maior são realmente essas falácias, porque a nossa imprensa, mal orientada, com opinião pessoal de indivíduo que não entende nada de biotecnologia, espalha essas contra-informações. A nossa imprensa, com algumas exceções, significa "good news, no news". Quanto pior a notícia, melhor é a reportagem. Basta ligar a televisão para ver isso.

O Sr. Presidente - Estamos chegando ao final de nosso fórum de debates e gostaria de agradecer aos debatedores, aos expositores, a todos que participaram e aos estudantes que apresentaram uma moção de apoio à criação do Conselho Regional de Biotecnologia. Essa moção será remetida a todos os Deputados.

O Deputado Edson Rezende - Comentávamos na hora do almoço que possivelmente nenhuma inovação tecnológica tenha sido objeto de tantos debates como essa. De manhã, disseram que o mesmo não ocorreu com os agrotóxicos, por isso fico satisfeito por estarmos discutindo tão bem a questão da biotecnologia. Este é um novo momento.

Conversava também com o Vítor da FIEMG, que temos condições, em Minas Gerais, de desenvolver as técnicas de biotecnologia e buscar informações em experiências de outros Estados e países. Este é o momento para que a FIEMG, o SindBio e outros avancem nesse sentido, construindo seus próprios laboratórios e progredindo no estudo da transgenia, da biotecnologia e da biossegurança.

Este foi um momento muito importante e acrescentou bastante aos nossos conhecimentos. Foi importante para que possamos tomar nossas decisões futuras. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Gostaria de fazer um agradecimento especial à FIEMG e ao SindBio, nossos parceiros na realização deste fórum. Faça esse agradecimento na pessoa da Dra. Helen, que vem lutando bravamente pelo desenvolvimento da biotecnologia no Estado, procurando sempre informar a população, participando de todos os debates para os quais é convidada e realizando ao máximo debates de forma democrática e participativa, assim como age a Assembléia, marcada por fazer debates dessa forma.

Chegamos ao final, cumprimos nosso objetivo no momento, mas com a certeza de que precisaremos nos encontrar muitas vezes, para continuar debatendo tema tão importante, que tem tudo para ajudar no desenvolvimento do Estado e na geração de emprego e renda.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 98ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 10 horas do dia 8/10/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 891/2000, do Deputado Gil Pereira; 1.470/2001, do Deputado Edson Rezende.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 942/2000, do Deputado João Leite; 2.027/2002, do Deputado Wanderley Ávila; 2.069/2002, do Deputado José Henrique; 2.084 e 2.183/2002, do Deputado Ivo José; 2.149 e 2.216/2002, do Deputado Bené Guedes; 2.165/2002, da Deputada Maria José Hauelsen; 2.180/2002, do Deputado Djalma Diniz; 2.181 e 2.200/2002, do Deputado Marco Régis; 2.185/2002, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 2.192/2002, do Deputado Fábio Avelar; 2.196/2002, do Deputado Mauri Torres; 2.197, 2.198 e 2.204/2002, do Deputado

Dalmo Ribeiro Silva; 2.201, 2.224/2002, da Deputada Maria Olívia; 2.208/2002, do Deputado Amílcar Martins; 2.211 e 2.212/2002, do Deputado Miguel Martini; 2.221/2002, do Deputado Antônio Júlio; 2.263/2002, do Deputado Geraldo Rezende.

Requerimentos nºs 3.489, 3.490, 3.491 e 3.492/2002, da CPI das Carvoarias.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 25/9/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelino de Carvalho

exonerando Claristina Pacheco dos Santos do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Vagner César Duarte para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Rodoviário Job Ltda. Objeto: locação de veículos. Objeto deste aditamento: alteração qualitativa do objeto contratual. Vigência: a partir da data da assinatura.

TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado (donatário): Município de Itambacuri. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Licitação: dispensa.